

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1941

ARTIGOS

O CRESCIMENTO DO PATRIMÔNIO MINERAL DO BRASIL NO ÚLTIMO DECÊNIO, pelo prof. S. FRÓIS ABRFU, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia	771
A MORFOGÊNESE DO LITORAL CATARINENSE, pelo Pe. GERALDO PAUWELS, professor de Geografia	785
ROTAS PIONEIRAS DE SANTA CATARINA, pelo Tte. OSMAR ROMÃO DA SILVA, do Gabinete do Interventor Federal em Santa Catarina	805
GARIMPOS NA REGIÃO DE JACOBINA — Estado da Baía, pelo eng. HENRIQUE CAPER ALVES DE SOUSA, do Departamento Nacional da Produção Mineral	815
GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL, pelo eng. MOACIR M. F. SILVA, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia ..	825

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

LUIZ FLORES DE MORAIS RÊGO	845
A. LEVERGER	849

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

OCEANOGRAFIA, pelo Alm. RAUL TAVARES	851
---	-----

COMENTÁRIOS

CONCEITO DE POVOADO, comunicação feita pelos srs. LUPÉRCIO G. FERREIRA e LAÉRCIO C. DE BARROS	853
"PRINCIPLES OF HUMAN GEOGRAPHY", obra de ELLSWORTH HUNTINGTON, comentada pelo prof. SAMPAIO FERRAZ	858
A EXCURSÃO GEOGRÁFICA, pelo prof. DELGADO DE CARVALHO	864
ALGUNS ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DAS TERMAS DE LINDÓIA, pelo Cap. J. DE MELO MORAIS	874
"CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA FLORA FLORESTAL PAULISTA", pelo sr. CARLOS PEDROSA	881

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

NEGRAS BAIANAS	883
CACAUAL	885

NOTICIÁRIO

COPARAÇÃO DE BASÍMETROS "INVAR"	887
DOCUMENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONSELHO	888
CONCURSO DE MONOGRAFIAS DESCRITIVAS MUNICIPAIS	889
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL	891
NOMENCLATURA DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO PAÍS	893
FIXADA A PONTA SEIXAS DO CABO BRANCO COMO PONTO EXTREMO LESTE DO BRASIL ..	894
ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA EM VISITA AO I.B.G.E.	895
SEGUNDO CONGRESSO INTER-AMERICANO DE MUNICÍPIOS	895
PROFESSOR RAIMUNDO LOPES	896
ENGENHEIRO EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE	898
J. BARBOSA DE FÁRIA	898
GENÉSIO PIMENTEL BARBOSA, última vítima dos índios Chavantes	899
PROFESSOR GIOVANNI DE AGOSTINI	901
RAIMUNDO DE MORAIS	902
PROFESSOR CONDE PAULO TELEKI	903
CORONEL CLAUDE H. BIRDSEYE	903
CURSO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS NA CAPITAL BAIANA	903
ATUAÇÃO TÉCNICA DO PROF. ALÍRIO DE MATOS NA BAÍA	905

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

COORDENADAS DAS SEDES MUNICIPAIS LEVANTADAS PELO C.N.G.	907
RESENHA DO SEMESTRE	909

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

RESOLUÇÕES DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, da de n.º 51 à de n.º 60	927
DECRETO-LEI n.º 3.599, de 6-9-1941, que "dispõe sobre a nomenclatura das estações ferro- viária do país"	933
DECRETO-LEI n.º 3.742, de 23-10-1941, que "dispõe sobre a unificação dos serviços meteoroló- gicos do país e dá outras providências"	934
DECRETO-LEI n.º 3.854, de 21-11-1941, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de normas a serem observadas no levantamento das estatísticas administrativas e dá outras pro- vidências"	931

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES SOBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939-41	937
PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939-41 ..	937
HEMEROBIBLIOGRAFIA	948
INDICADOR DO ANO III: — Índice analítico	975
Índice alfabético	979
Índice de autores	981
Índice de assuntos	984

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano III

OUTUBRO - DEZEMBRO, 1941

N.º 4

O CRESCIMENTO DO PATRIMÔNIO MINERAL DO BRASIL NO ÚLTIMO DECÊNIO

Por S. Fróis Abreu

Consultor Técnico do Conselho Nacional
de Geografia

Ao ser descoberto o Brasil os portugueses logo mostraram vivo interesse pelas riquezas minerais. Indagando aos nativos acêrca da existência de ouro, prata e pedrarias, tiveram respostas muito animadoras.

O indígena, entretanto, não cuidava dessas matérias e nenhum valor dava ao ouro que se achava tão disseminado nos cascalhos dos rios em certas zonas do território.

Não obstante alguns autores julgarem que o índio do Brasil se interessava pelos metais, entretanto, o que há de positivo, é a ausência praticamente de adornos ou utensílios metálicos nas coleções etnográficas. O emprêgo de pontas de lanças ou materiais de ferro só aparece depois que tiveram contacto com os colonizadores. O indígena do Brasil vivia em 1500 em plena idade da pedra polida sem ter experimentado *in-loco* uma evolução da pedra lascada para a polida. Se bem que raros, há espécimens de sílex e sobretudo de quartzo lascado, indiscutivelmente de aborígenes nossos, porém, é para crer-se que tenham sido o resultado de uma adaptação de uma trabalho inteligente a um material que se prestasse mais ao preparo pela percussão do que pelo polimento. Se bem que o assunto seja passível de longa discussão, em síntese são essas as nossas idéias acêrca dêsse curioso tema, muito mais do domínio da arqueologia do que do assunto que diz respeito ao artigo em aprêço.

Vamos apreciar em linhas gerais como se modificaram os conhecimentos das riquezas minerais do Brasil, pondo em destaque o notável progresso feito no último decênio, resultante de vários fatores convergentes, mas, sem dúvida, influenciado poderosamente pelo espírito de pesquisa que se desenvolve no País e pelo ambiente de fomento criado pela nova legislação mineira.

Período colonial O espírito de aventura dos portugueses e dos primeiros brasileiros fez com que todo o País fôsse investigado de leste para oeste. Deixando os centros de colonização do litoral as bandeiras penetraram fundo no coração da América do Sul, afrontando os índios, escalando as montanhas e minuciosamente pesquisando os leitos dos rios e dos riachos.

Dêse trabalho imenso, levado a efeito com a ajuda de mamelucos, de índios mansos e depois de negros trazidos da África, resultou o conhecimento das zonas auríferas e diamantíferas que tanto prestígio deram ao Brasil no campo da mineração.

As zonas de mineração de ouro mais importantes situavam-se na Baía e Minas Gerais nas regiões da Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço; em Mato Grosso, nas cabeceiras do Araguaia, no Ceará, ao sul do Estado, na bacia do rio Salgado. Outras zonas auríferas de menor importância foram reconhecidas ao sul de São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Como área de expansão de pesquisas êsse período não pode ser comparado a nenhum dos subsequentes; os bandeirantes lançaram as diretrizes gerais da mineração do ouro no Brasil, trabalhando manualmente as grandes aluviões.

E' curioso como êste sistema de trabalho ainda predomina no País, pois não obstante podermos citar grandes companhias organizadas com esmêro de técnica, como as do Morro Velho, Passagem, Juca Vieira e Timbotuva, ainda mais de um têrço do ouro produzido no Brasil provém do trabalho manual de garimpeiros.

As regiões diamantíferas descobertas no período colonial e intensamente exploradas graças à abundância e ao baixo preço da mão de obra, também se localizavam nas quatro unidades Minas, Baía, Mato Grosso e Goiaz, porque o diamante ocorre em séries de rochas imediatamente sobrepostas à formação geológica ideal dos veiros auríferos do Brasil (*Série de Minas* para o ouro, *série de Lavras* para o diamante).

Outro mineral muito pesquisado pelos portugueses foi o salitre, necessário à fabricação das pólvoras. Como mineral estratégico, sua busca era frequentemente recomendada pela metrópole e até se enviou em missão à Capitania do Ceará, o naturalista JOÃO DA SILVA FEIJÓ com a incumbência precisa de "descobrir salitre". O nitrato explorado no Brasil colonial era proveniente da alteração de matéria orgânica azotada no ambiente das grutas calcáreas, bem diferente do nitrato das camadas sedimentárias dos desertos andinos. Explorado no Ceará (Ibiapaba e Quixeramobim), a principal indústria extrativa nitreira se localizava nos sertões de Minas Gerais e da Baía, onde a existência de zonas calcáreas facultava a obtenção de salitre nas grutas.

Em Minas Gerais foram as bacias do rio da Velhas e São Francisco que mais nitrato produziram, provindo o mineral, não propriamente dos estratos calcáreos da formação siluriana, conhecida por série de Bambuí, mas de terras contidas no interior das grutas e lapas.

As pedras preciosas foram intensamente pesquisadas no período colonial mas em vão procuraram os portugueses, gemas do tipo que o oriente fornecia às coroas dos reis da Europa. As verdadeiras safiras, esmeraldas, rubís e topázios nunca foram explorados no solo brasileiro. As esmeraldas de que falavam os aventureiros eram apenas turmalinas verdes ou água-marinhas, de muito menor valor que as verdadeiras pe-

dras verdes do oriente. Somente em tempos modernos foram descobertas verdadeiras esmeraldas em Minas Gerais (Santana dos Ferros), na Baía (Bom Jesús das Meiras) e em Goiás (Lajes), porém a produção é ainda pequena e a raridade dos achados é o traço mais característico. A delimitação geográfica dos principais achados de pedras coradas corresponde às bacias do São Francisco, do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Rio das Contas que cortam zonas arqueanas ou algonquianas contendo os diques de pegmatitos que constituem as jazidas primárias das pedras coradas brasileiras.

A produção mineral do século XVIII praticamente consistia no ouro e nos diamantes. Nem havia começado a fase da metalurgia do ferro, não se conhecia sequer o manganês tão característico hoje da produção do Brasil.

Período imperial A expansão dos conhecimentos acerca do sub-solo brasileiro não foi muito pronunciada nesse período. Já os portugueses haviam desbravado os sertões, esmiuçando todos os leitos de rios e encostas de serras. O empobrecimento das aluviões e o trabalho dos cascalhos mais fáceis trouxe como consequência natural um arrefecimento na indústria mineral. Começou a fase das tentativas da mineração do ouro pelas grandes organizações, sob fundamentos técnicos e com disponibilidade de capital. Com o desenvolvimento natural do País, foi surgindo o interesse pelas jazidas carboníferas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas ainda a zona de minérios se localizava no centro de Minas e da Baía.

O Governo sabiamente procurou desenvolver a metalurgia do ferro, ainda no período colonial, porém, os esforços não foram continuados e o próprio meio físico não apresentava condições favoráveis.

Elaboravam o metal as pequenas forjas espalhadas pela zona sidérica de Minas Gerais e poucos estabelecimentos de maior vulto, porém, sem grande projeção econômica.

Aportaram ao Brasil nos tempos coloniais numerosos naturalistas, dos mais notáveis da época (HUMBOLDT, só no extremo norte, MARTIUS e SPIX, SAINT HILAIRE, BURTON, ESCHWEGE); no Império vieram os norte-americanos — AGASSIZ, HARTT, DERBY, BRANNER, porém, ao que parece o Brasil era mais visitado pelos homens de ciência pura do que por aqueles caracterizados por tendências utilitaristas. Daí o fato de terem ficado sem conhecimento do resto do mundo as nossas formidáveis reservas de minérios de ferro, até o começo do século XX. Tantos viajantes europeus passaram pela zona ferrífera de Minas Gerais, sem que pusessem em relevo nos seus escritos e nas suas narrativas, a impressionante abundância de minérios de ferro do mais alto teor!

Período republicano Com a República houve uma exaltação grande no pensamento dos nossos dirigentes e dirigidos; surgiu como era natural uma fase de novas iniciativas, de empreendimentos arrojados que a placidez e a prudência dos últimos tempos

do Império não facilitava o desenvolvimento. Tôdas as fontes de riqueza do País foram movimentadas numa atividade febril, posto que desordenada. Foi a época em que aportaram os agentes dos grandes consórcios de mineração e o País sofreu uma intensa fase de pesquisa do sub solo. As minas de ferro e de manganês, foram avidamente disputadas, o ouro foi novamente pesquisado e aumentou o interesse pelo carvão nacional.

Nesse período pode-se dizer que foram arroladas os numerosos depósitos de ferro e manganês de Minas Gerais e os de manganês da Baía; os grupos estrangeiros mandaram seus representantes para o Brasil e a trôco de muito pouco numerário, franceses, ingleses, norte-americanos, alemães e belgas adquiriram as mais importantes jazidas brasileiras.

A produção mineral brasileira não apresentava grande vulto e assim se manteve até o período da guerra européia de 1914-1918, quando as jazidas de manganês foram intensamente exploradas.

Após a conflagração européia de 14 a 18 a produção mineral do Brasil caiu muito pelo desinteresse por nossos minérios, em vista da reorganização das zonas que estavam perturbadas pelo conflito. Mantiveram-se abertas com dificuldades algumas minas de manganês, outras paralisaram completamente.

Analisando os recursos minerais do Brasil nessa época, não se tinha a impressão de riqueza que os livros decantavam. Das minas de ouro só as do Morro Velho e Passagem se destacavam; o carvão nacional estava nos primórdios de uma melhor organização; o manganês da Baía jazia esquecido e só em Minas Gerais se fazia a exploração. O distrito plumbífero do vale da Ribeira, em São Paulo não tinha dado ainda a impressão de riqueza que representava. O ferro, cuja importância já era por todos conhecida, continuava sem nenhum aproveitamento, nas jazidas, e não se fazia mais que discutir as possibilidades de exportação e de indústria siderúrgica, sem realizações de caráter prático.

Nos livros sobre o Brasil exaltava-se muito a riqueza mineral do País, em franco contraste com a realidade manifestada pelas cifras. Os compêndios de geografia traziam as listas enfadonhas de minerais e minérios que traduziam muito mal as possibilidades de produção do solo brasileiro. Os engenheiros de minas, tão raros no País, e de um modo geral os profissionais idôneos, mantinham muita reserva acerca da riqueza mineral. GONZAGA DE CAMPOS sempre fugia ao assunto dum cômputo exato e duma síntese acerca da questão

Dotado de muito otimismo, mas sentindo a responsabilidade de sua palavra, preferia o grande mestre encorajar as novas pesquisas e silenciar sobre o que de fato possuíamos de aproveitável no momento. Nos relatórios anuais, entretanto, via-se como era pequena a contribuição do sub-solo para a riqueza do País.

EUSÉBIO DE OLIVEIRA dando expansão ao seu espírito combativo, punha em evidência com muita crueza as dificuldades da mineração, a tal ponto que se colocava quase como um pessimista. Em vista do regime legal as minas estavam sujeitas aos caprichos dos proprietários do solo, estes nada faziam para fomentar as pesquisas. O capital privado, com a timidez conhecida, não se interessava por novas investigações.

Para a grande maioria, a riqueza mineral era aquilo que já se conhecia e que pouco se valorizava: ouro escasso, ferro abundante mas inexplorado, areias monaziticas já quase sem valor, carvão impuro, algumas jazidas de manganês, (as melhores nas mãos de estrangeiros), diamantes sem o conhecimento de uma matriz e pouco mais.

Outros, entretanto, supunham que as pesquisas sistemáticas eram ainda pequenas; o que se conhecia eram os depósitos mais expostos e restava ainda muito que descobrir, quando o solo fôsse minuciosamente estudado.

Verdadeiro êste ponto de vista, teria o País rasgados horizontes com as possibilidades de grandes descobertas capazes de influenciar poderosamente sobre a economia nacional.

O Governo sempre empenhado no estudo das nossas riquezas, havia tomado como norma êle próprio fazer as pesquisas minerais. Êsse critério não provou eficiência, porquanto o País é enorme e não havia disponibilidade, nem de pessoal, nem de numerário, para atacar todos os problemas que exigiam atenção imediata.

Após longos anos de experiência nesse regime, onde a despeito do interêsse da administração pública a mineração não se desenvolvia, uma mudança radical nos rumos administrativos veio contribuir fundamentalmente para o conhecimento e aproveitamento das riquezas minerais do País. O Código de minas elaborado na gestão do Cel. JUA-REZ TAVORA, (1934) tendo como fundamento a separação dos direitos sobre o solo e sobre o sub solo e facilitando a todo cidadão brasileiro a exploração de qualquer jazida mineral, trouxe um grande incentivo às novas pesquisas.

Além do grande incentivo, a lei veio coincidir com uma época em que um espírito de trabalho e construção se manifesta em todos os pontos do País, de modo que trouxe como consequência um aumento considerável da produção mineral.

Neste decênio entre 1931 e 1941 a ampliação dos conhecimentos do sub solo brasileiro foi maior que no último século, porque foi o pró-

prio povo que se interessou pelas minas e nos mais longínquos municípios do Brasil houve ânsia de saber o que havia de aproveitável.

*

Dentre os produtos minerais que entraram no cômputo das riquezas naturais do Brasil, no último decênio, contam-se, os fosfatos de alumínio no Maranhão, a bauxita no planalto de Caldas e Espírito Santo, a magnesita na Baía e Ceará, o diatomito no litoral do Nordeste e na Amazônia, o níquel em Goiaz, o rutilo em Goiaz, Minas, Ceará, o sal gema em Alagoas e Sergipe e o petróleo na Baía.

Fosfatos Foram descobertos na ilha Trauíra, numa das muitas que ficam cosidas ao litoral maranhense entre os estuários do Turí e do Gurupí. O achado despertou interesses grandes e a *I. G. Farbenindustrie* enviou especialmente ao Maranhão uma comissão de técnicos para estudar o depósito. A ilha Trauíra representa um bloco de fosfato de alumínio emergindo da planície litorânea. Para o lado sul, estende-se uma extensa planura alagada, domínio dos mangues; ao Norte uma zona rasa, coberta pelo mar, depois um canal antes de atingir outras ilhas que formam o cordão exterior do litoral.

As sondagens efetuadas na ilha Trauíra mostraram que se tratava primitivamente dum maciço de diabásio que foi transformado superficialmente em lateritas e posteriormente fosfatizado. Aquí intervieram dois fatores importantes — primeiramente a laterização transformando a rocha, mercê das condições climáticas; em seguida tem-se o problema da fosfatização que atribuímos à absorção de dejetos de aves marinhas. Cumpre assinalar que são conhecidas ilhas de fosfatos de alumínio no mar das Antilhas (Redonda) e na costa da Guiana Francesa (Grand Connetable). Na costa peruana (Ilhas Chinchas) o fosfato de aves acumulou-se em tais quantidades que é explorado comercialmente. Mais para o oeste, ainda no Maranhão, a serra Pirocaua é também formada por bauxita e laterita fosforosa. Nunca ouvimos referências à constituição especial desta serra, ao que parece, verificada como sendo de fosfatos de alumínio, pela primeira vez, por nós, por ocasião duma expedição até lá em 1935. O volume de fósforo contido nas duas elevações citadas, Trauíra e Pirocaua, é da ordem de alguns milhões de toneladas e isso vem indicar a existência outrora de grandes bandos de aves marinhas na costa norte da América do Sul, fato que não se observa mais hoje, mas que ainda se verifica na costa pacífica.

Com o conhecimento dos depósitos do oeste maranhense ficou o Brasil com suas reservas de fosfatos grandemente ampliadas.

Alumínio A bauxita, minério donde se extrai o metal alumínio, era conhecida há muito nos arredores de Ouro Preto e Nova Lima e somente ligeiras e vagas referências havia à ocorrência desse minério no planalto de Poços de Caldas. Pesquisas devidas a OTON LEONARDOS, MÁRIO PINTO, PAIVA OLIVEIRA, EMÍLIO TEIXEIRA e OTÁVIO BARBOSA trouxeram ao conhecimento do País uma importante reserva ali, de minério de alumínio, da ordem de muitos milhões de toneladas, a ponto de representar um interesse que ultrapassou as fronteiras nacionais.

Atualmente cuida-se até da implantação da metalurgia do alumínio no País baseada no aproveitamento dos minérios da região de Poços de Caldas. Aquela zona que era conhecida apenas como produtora de minérios de zircônio, única no mundo que possui grandes jazidas de óxidos de zircônio, passou a ter importância pela existência dos minérios de alumínio.

Também no sul do Espírito Santo, (região de Muqui) foram descobertas jazidas de bauxita, em plena região cafeeira, e derivadas da alteração dos gneiss da Serra do Mar. O achado leva à convicção da possibilidade de muitas outras jazidas do mesmo tipo nos Estados do Rio e Espírito Santo. Conquanto estas últimas ocorrências não sejam do mesmo volume que no planalto de Caldas, a localização permite um aproveitamento mais fácil, sobretudo para fins de exportação.

A existência de grandes jazidas de minério de alumínio, localizadas em Poços de Caldas e na Serra do Mar, e as possibilidades hidro-elétricas do País, justamente nessa última província fisiográfica, abrem grande horizontes à instalação de usinas de alumínio, tão necessárias ao desenvolvimento da aviação.

Magnésio Há poucos anos não se conhecia no Brasil nenhuma jazida importante de minério de magnésio. Para a extração desse metal, afora as águas do mar, poderia contar-se somente com os calcários dolomíticos que tinham, quase sempre menos de 20 % de óxido de magnésio.

As primeiras amostras de magnesita no Brasil provinham da região de Jequié, no Estado da Baía, onde foi constatado que os depósitos não tinham grande importância econômica. Pouco tempo depois verificou-se que naquele Estado, na região de Brumado, a Serra das Éguas continha grandes reservas de rochas outrora consideradas como de calcáreo, mas que na realidade eram de magnesita (carbonato de magnésio) de excelente qualidade.

Os estudos já efetuados naquela região autorizam a considerar tais jazidas como uma das mais importantes descobertas no solo brasileiro nestes últimos anos. Mais recentemente foi também reconhecido como

magnesita grandes ocorrências que se enfileiravam à margem da Estrada de Ferro de Baturité, no Estado do Ceará, entre Iguatú e José de Alencar.

Considerando que o metal magnésio vem tomando cada vez mais importância, em vista de seu emprêgo na aviação, sob a forma de ligas muito leves e resistentes, é bastante auspicioso saber-se que já dispomos no território brasileiro da matéria prima para a elaboração de ligas que virão em grande parte substituir o ferro e mesmo o alumínio em vários setores da atividade humana.

Além dêsse uso, a magnesita é empregada largamente como refratário e matéria prima para os sais de magnésio.

Com a descoberta dessas jazidas de magnesita o Brasil se coloca ao lado dos grandes detentores dêsse minério que são a Áustria, a Grécia, os Estados Unidos, a Rússia, a Coréia e a Mandchúria.

Diatomito Outro contingente importante trazido recentemente aos recursos minerais do Brasil é representado pela descoberta de jazidas de diatomito na costa do Nordeste (delta do Parnaíba, arredores de Fortaleza, arredores de Natal e Recife). As pesquisas de FRÓIS ABREU e CÁPÉR DE SOUSA no Maranhão, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, trouxeram ao conhecimento do País as enormes reservas de diatomito à disposição das indústrias, podendo o Brasil tornar-se um grande exportador dêsse produto. A jazida de Dois Irmãos em Pernambuco já está em plena exploração dirigida pelo eng. ELPÍDIO LINS, associado ao Govêrno do Estado.

O diatomito é o resultado da acumulação de carapaças de algas diatomáceas que vivem atualmente nos lagos litorâneos; nalguns trechos do litoral deu-se um levantamento da costa e os depósitos se acham acima do nível das águas e no estado sêco. Também no vale do Rio Branco foi verificada há poucos anos a descoberta de importantes camadas de diatomito, o que já assegura ao País reservas de diatomito muito além das necessidades normais, com a grande possibilidade de ainda outras descobertas no litoral e no vale amazônico, onde há condições geográficas e biológicas muito propícias à formação dêsses depósitos.

Níquel A existência de minérios de níquel em Goiás era referida, vagamente, por alguns viajantes que atravessaram o centro daquele longínquo Estado. As pesquisas de LUCIANO JAQUES DE MORAIS, a serviço do Departamento Nacional de Produção Mineral, em 1934 e 35, revelaram à Nação uma importante reserva mineral de níquel em Goiás.

O assunto mereceu a atenção dos grandes produtores de níquel que logo mandaram emissários para examinar a região niquelífera da Serra da Mantiqueira, em Goiás.

cações do titânio foram tomando vulto; os ensaios de ligas de titânio não foram coroados de grande êxito, porém a aplicação em tintas e na arte bélica tomou grande vulto. O Brasil entrou na competição internacional com seus seixinhos de rutilo que passaram a ser catados sistematicamente nos leitos dos rios. Minas Gerais e Goiaz são os maiores produtores, mas, ultimamente, no Ceará, há grande atividade nesse comércio.

A mineração do rutilo se faz pelo processo da garimpagem e o preço do minério atualmente compensa tanto que se contam aos milhares os indivíduos ocupados nesse mister. O rutilo se encontra geralmente nos leitos dos rios ou em aluviões nas encostas de montanhas cuja rocha original o continha.

Não é uma atividade duradoura, os garimpeiros em pouco tempo esgotam os leitos dos riachos e abandonam a região. A mineração do rutilo não tem, por conseguinte, aquela capacidade de fixação do homem como as grandes indústrias minerais. Atualmente a principal zona de garimpagem de rutilo é a dos rios que cortam o sul de Goiaz.

Sal gema A mais recente descoberta no solo brasileiro foram as jazidas de sal gema, em Alagoas e Sergipe no princípio deste ano.

Foram o resultado das perfurações profundas em busca de petróleo levadas a feito pelo Conselho Nacional de Petróleo e pela Companhia Itatig. A verificação da existência de sal gema no subsolo da costa nordestina veio trazer elementos da mais alta significação quer sob o ponto de vista geológico e paleogeográfico, quer sob o aspecto econômico, quer sob o ponto de vista de encorajamento à continuação das pesquisas de petróleo.

Enquanto na Europa e na América do Norte os países se abasteciam com o sal de jazidas no subsolo (sal gema) aqui no Brasil a única fonte era a evaporação da água do oceano. Devido às condições peculiares ao meio (costa do Nordeste e Cabo Frio), com intensa evaporação e pluviosidade restrita e limitada a períodos determinados e curtos, foi possível fazer-se a exploração do sal a um preço satisfatório às necessidades correntes do consumo.

Para grandes indústrias, no entanto, o produto marinho deixa muito a desejar, quer quanto ao preço quer quanto à composição. O Brasil sentia-se tolhido no desenvolvimento de muitas indústrias — ressaltando logo à primeira vista a dos álcalis (soda cáustica e barilha) e as grandes firmas estrangeiras que nos vendiam êsses produtos alegavam que não podiam criar uma indústria no País, à míngua de matéria prima adequada. A importância dos álcalis para a economia dum país, pode ser aquilatada quando se imagina que é matéria essencial ao preparo da celulose, e conseqüente aos explosivos de base nitro-celulósica, à purificação do petróleo, ao fabrico de sabão, da sêda artificial e inúmeros processos industriais.

O sal gema brasileiro revelou-se de grande pureza tendo sido encontrado em camadas possantes no subsolo de Socorro (Sergipe) e Maceió (Alagoas) mostrando que aquela parte do território em anterior época geológica esteve coberta por mares sujeitos durante um longo período a uma forte evaporação.

Positivada a existência de sal gema nesses dois Estados, merecem maior incentivo as pesquisas em busca do petróleo cujos indícios já se revelaram nas sondagens.

Petróleo A região petrolífera do Recôncavo, na Baía, continua a ser pesquisada pela entidade oficial que superintende o problema e os conhecimentos que vão sendo adquiridos tendem cada vez mais a solucionar definitivamente a questão da produção comercial.

A descoberta de Lobato em 1939 fez concentrar maior atividade sobre êsse importante problema que tem sido atacado pelo Governo segundo as diretrizes mais recomendáveis. Infelizmente a natureza tem sido por demais caprichosa e ao lado dos dois poços produtivos em Lobato não tem sido descobertos outros mais abundantes, continuando entretanto de pé tôdas as esperanças de se localizar na bacia do Recôncavo uma zona de acumulação de petróleo que é lícito esperar pelos estudos geológicos e pelos indícios já verificados.

*

Dêsse ligeiro apanhado sobre as principais descobertas no campo do reino mineral, verifica-se que entramos numa fase de grande intensidade de trabalho. Duma apatia em que permanecemos durante longos anos, passamos a uma atividade apreciável.

Para bem avaliar como atualmente se estuda o subsolo do Brasil o melhor índice é o número das autorizações de pesquisa concedidas pelo Governo, de acôrdo com a legislação vigente. Em 1934 foram apenas duas, em 1935-41, 1936-21, 1937-43, 1938-175, 1939-294, 1940-217 e em 1941 até Outubro haviam sido despachadas 367 autorizações de pesquisa!

Essa atividade consequente também da situação mundial, de carência de produtos que nós temos possibilidade de fornecer, deve ser um motivo de justo entusiasmo para todos os que acompanham a evolução do nosso País. É um trabalho altamente patriótico e como bem pondera GLYCON DE PAIVA, Diretor do Serviço de Fomento da Produção Mineral, "Pesquisar, é, pois, colaborar estreitamente com o Governo, é exercer uma ação eminentemente nacional de dar um balanço no que temos..."

As descobertas no solo nestes últimos tempos mostram que o Brasil não deve ser considerado apenas o País de tradição do ouro e dos diamantes, do café e da borracha, das grandes florestas tropicais e das aves parlantes, mas uma Nação capaz também de se abastecer da maior parte dos produtos necessários a uma Nação civilizada.

RESUMÉ

Mr. S. FRÓIS DE ABREU, Consulteur Technique du Conseil National de Géographie, étudie, dans ce travail, le développement des réserves minérales du Brésil pendant la période de 1931 à 1941.

L'auteur commence par faire un historique des recherches minérales faites dans le pays en le divisant en plusieurs périodes. La *Période Coloniale* comprend l'époque où l'esprit aventurier des portugais et des premiers brésiliens investit le pays en partant de l'est vers l'ouest, ce qui a résulté dans la connaissance et l'exploration des zones aurifères et diamantifères, localisées principalement dans les états de Minas Gerais, Baía, Mato Grosso et Goiás. La *Période Impériale*, pendant laquelle l'appauvrissement des alluvions, qui a résulté de la grande activité exploratrice de la période antérieure, a provoqué une diminution de l'industrie minière. On voit apparaître des tentatives d'exploration de minerais par des grandes organisations et le développement naturel du pays facilite l'intérêt pour l'exploration des mines de charbon du Rio Grande do Sul et de Santa Catarina. La zone minière est encore le centre de Minas et de Baía. La *Période Républicaine* représente une phase de nouvelles initiatives et de grandes entreprises, coïncidant avec l'arrivée des agents de sociétés qui explorent la minération, qui donna au pays une phase intense de recherches du sous-sol. Les mines de fer et de manganèse furent avidement disputées, l'or fut de nouveau recherché et l'intérêt pour le charbon augmenta considérablement. Cependant, cette phase de recherches intenses a rencontré de grandes difficultés, à cause du régime légal des mines sujet au caprice des propriétaires du sol. C'était le gouvernement, lui-même qui d'habitude faisait les recherches de mines.

Cependant, avec la mise en vigueur, en 1934, du Code de Mines, élaboré pendant l'administration du Ministère de l'Agriculture par le colonel JUAREZ TÁVORA, qui a pour base la séparation des droits sur le sol et le sous-sol, a facilité à tout brésilien l'exploration de n'importe quel dépôt minéral et a apporté, par conséquent, une grande stimulation dans les nouvelles recherches. À côté de cet essor, l'apparition de cette loi coïncida avec une époque de travail et de développement dans tous les secteurs du pays, principalement dans le domaine des richesses minérales, dont le patrimoine augmenta plus pendant ces dix années que durant tout le siècle antérieur. Parmi les mines qui ont été trouvées pendant ces dix années, dont quelques unes ont été exploitées, l'auteur cite et décrit celles: des *phosphates*, situées à Trauíra et Pirocáua (Maranhão); de *bauxite*, dans le plateau de Poços de Caldas (Minas Gerais); de *Magnésie* dans les états de Baía et Ceará; de *diatomées* dans les états de Maranhão, Pernambuco, Ceará et Rio Grande do Norte, de *nickel*, dans l'état de Goiás; de *rutile*, dans les états de Minas, Goiás et Ceará; de *sel gemme*, dans les états d'Alagoas et Sergipe; de *pétrole* dans l'état de Baía.

L'auteur achève son étude en disant: — "Les découvertes faites dans le sol pendant ces dernières années montrent que le Brésil ne doit pas être considéré à peine comme un pays de tradition de l'or et des diamants, du café et du caoutchouc, des grandes forêts tropicales et des oiseaux parlants, mais aussi comme une Nation capable de s'approvisionner en grande partie de produits nécessaires à une Nation civilisée.

RESUMEN

El señor S. FRÓIS DE ABREU, Consultor Técnico del Consejo Nacional de Geografía, estudia, en este artículo, el "crecimiento del patrimonio mineral del Brasil" en el decenio 1931/1941.

De inicio hace un retrospecto de las pesquisas minerales realizadas, dividiéndolo por periodos. *Periodo colonial*, cuando el espíritu de aventura de los portugueses y primeros brasileiros investiga el País de Este hacia el Oeste, resultando en el conocimiento y explotación de las zonas auríferas y diamantíferas, principalmente localizadas en Minas Gerais, Baía, Mato Grosso y Goiás. *Periodo imperial*, en que el empobrecimiento de los aluviones, transcurriente de la gran actividad explotadora del período anterior, provocó una disminución en la industria mineral. Aparecen las tentativas de explotación minera por grandes organizaciones, y el desarrollo natural del País favorece el interés por los yacimientos carboníferos del Rio Grande do Sul y Santa Catarina. La zona de minerías es aún en el centro de Minas y de Baía. *Periodo republicano*, fase de nuevas iniciativas y empresas arrojadas, en que vinieron los agentes de los grandes consorcios de minería y el País sufrió intensa fase de pesquisa del subsuelo. Las minas de hierro y manganés eran ávidamente disputadas, y el oro fué de nuevo pesquisado, habiendo también aumentado el interés por el carbón nacional. Sin embargo, esta fase de intensa pesquisa era prejudicada por el régimen legal de minas sujeto al capricho de los propietarios del suelo. Era norma del Gobierno hacer él propio las pesquisas minerales.

Pero el advenio, en 1934, del Código de Minas, elaborado en la gestión del Coronel JUAREZ TÁVORA en el Ministerio de Agricultura — Código que tiene como fundamento la separación de los derechos sobre el suelo y sobre el subsuelo —, facilitó a todo ciudadano brasileiro la explotación de cualesquier yacimiento mineral y, en consecuencia, trajo gran incremento a las nuevas pesquisas. Además de aquel incremento, coincidió la Ley con una época de trabajo y construcción manifestada en todos los puntos del País, principalmente en el dominio de las riquezas minerales, cuyo patrimonio creció más en los diez años referidos que en el siglo anterior. Entre los principales yacimientos pesquisados, algunos explotados en este decenio, cita y describe: — *fosfatos*, en Trauíra y Pirocáua (Maranhão); *bauxita*, en el Ceará; *diatomita*, en el Maranhão, Pernambuco, Ceará y Rio Grande do Norte; *níquel*, en Goiás; *rutilo*, en Minas, Goiás, y Ceará; *sal*, en Alagoas y Sergipe, y *pétroleo*, en la Baía.

Concluye su minucioso estudio diciendo: — "las descubiertas en el suelo en estos últimos tiempos muestran como el Brasil no debe ser considerado solamente el País de tradición del oro y de los diamantes, del café y de la goma, de los grandes bosques tropicales y de las aves parlantes, pero también una Nación capaz de se abastecer de la mayor parte de los productos necesarios a una Nación civilizada".

RIASSUNTO

Il signor FRÓIS DE ABREU, Consulente Tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, studia in questo articolo "l'aumento del patrimonio minerale del Brasile" nel decennio 1931-40.

Comincia con uno studio retrospettivo della ricerca di minerali, diviso in periodi. Nel *periodo coloniale*, quando lo spirito avventuroso spinge i Portoghesi e i primi Brasiliani a esplorare il paese da oriente a occidente, si scoprono e si cominciano a sfruttare le regioni aurifere e diamantifere, specialmente quelle di Minas Gerais, Baía, Mato Grosso e Goiás. Nel *periodo imperiale* l'improvemento dei depositi alluvionali, sfruttati intensamente nel periodo precedente, cagiona una diminuzione della produzione mineraria. Cominciano i tentativi di sfruttamento delle miniere per mezzo di grandi organizzazioni; lo sviluppo naturale del Paese stimola l'interesse per i giacimenti carboniferi di Rio Grande do Sul e di Santa Catarina. Le principali regioni minerarie sono ancora quelle centrali di Minas e di Baía. Il *periodo repubblicano* è una fase di nuove iniziative e di audaci imprese, specialmente per opera dei grandi consorzi minerari; si effettuano vaste ricerche nel sottosuolo. Le miniere di ferro e di manganese sono avidamente disputate; si riprendono le ricerche d'oro; aumenta l'interesse per il carbone nazionale. In questa fase d'intense ricerche furono incontrati ostacoli nel regime legale delle miniere, che le lasciava dispendere dall'arbitrio dei proprietari del terreno. Di norma era lo stesso Governo che effettuava le ricerche.

L'entrata in vigore, nel 1934, del Codice delle Miniere elaborato durante l'amministrazione del Col. JUAREZ TÁVORA nel Ministero dell'Agricoltura, — codice fondato sul principio della separazione tra i diritti sul suolo e quelli sul sottosuolo — rese possibile a qualunque cittadino brasiliano lo sfruttamento di qualsiasi giacimento minerale, e diede incentivo a nuove ricerche. L'entrata in vigore di questa legislazione coincide con un periodo d'intensa opera costruttiva in tutto il Paese, specialmente nel campo dello sfruttamento delle risorse minerali, il cui patrimonio noto aumentò in maggior misura nel decennio in esame che in tutto il secolo precedente. Tra i principali giacimenti scoperti e in parte sfruttati in questo decennio, l'autore cita e descrive quelli di: *fosfati*, a Trauíra e Pirocáua (Maranhão); *bauxite*, nell'altopiano di Poços de Caldas (Minas Gerais); *magnetite*, in Baía e nel Ceará; *diatomite*, nel Maranhão, in Pernambuco, nel Ceará e nel Rio Grande del Nord; *nickel*, in Goiás; *rutile*, in Minas, in Goiás e nel Ceará; *sal gemma*, in Alagoas e in Sergipe; e *petrolio*, in Baía.

L'autore conclude la sua documentata analisi affermando che "le scoperte di questi ultimi tempi mostrano che il Brasile non deve essere considerato soltanto il paese tradizionale dell'oro e dei diamanti, del caffè e della gomma, delle grandi foreste tropicali e degli uccelli parlanti, ma anche una Nazione capace di produrre la maggior parte dei generi necessari a un popolo civile."

SUMMARY

In this article Professor FRÓIS ABREU, Technical Advisor to the National Geographic Council approaches the "growth of the mineral wealth of Brazil" during the decennium 1931/1941.

Initially he presents by periods a retrospective view of the mineral research work already carried out. The *Colonial period* when in their spirit of adventure the Portuguese and the first Brazilians surveyed the country from East to West, with resulting knowledge and exploitation of the gold and diamond bearing zones located mainly in Minas Gerais, Baía, Mato Grosso, em Goiás. The *Imperial period* when, as consequence of an over-active exploitation in the former period, the poorer yielding of the alluvials cooled down the mineral industry. Attempts to carry the mining under great organizations occur and the natural development of the country adds interest to the coal beds of Rio Grande do Sul and Santa Catarina. Yet, the mineral zone is still found in the central part of Minas Gerais and of Baía. *Republican period*, a stage during which agents of mining trusts engaged themselves in new initiatives and daring enterprises, and the country underwent an intensive period of underground investigations. Iron and manganese mines were eagerly disputed, and there was again prospecting for gold, the interest in Brazilian coal having increased also. However, this was a phase of intense research though impaired by legal mining regulations and subject to the caprice of land-lords. The Government policy was one to carry on its own research for minerals.

In 1934, however, the Code of Mines, drafted during the office of Colonel JUAREZ TÁVORA as Minister of Agriculture, come into effect and enforced the distinction of the rights over the soil and sub-soil. The exploitation of the mineral deposits was then made easier to every Brazilian citizen and as result a greater impulse was given to further prospecting work. In addition, the new law was coincident with a vigorous movement of work and construction in every part of the country, more particular in the field of mineral production, the value of which went up far more in the ten year period than in the previous whole century. Among the major deposits prospected, the exploitation of some of them having started in the ending decennium, he cites and describes — *phosphate*, in Trauíra and Pirocáua (Maranhão); *bauxite*, on the plateau of Poços de Caldas (Minas Gerais); *magnetite*, in Baía and Ceará; *diatomite*, in Maranhão, Pernambuco, Ceará and Rio Grande do Norte; *nickel*, in Goiás; *rutile*, in Minas, Goiás and Ceará; *rock salt*, in Alagoas and Sergipe, and *oil*, in Baía.

In ending is detailed studies he says: — "the discoveries relating to the soil lately show that Brazil must be considered not only as a traditional country of gold and diamond, of coffee and rubber, of immense tropical forests and singing birds, but also as a Nation capable of supplying herself with the majority of products needed by a civilized community".

ZUSAMMENFASSUNG

Der technische Beirat im Nationalen Rat für Geographie, Herr S. Fróis de Abreu, behandelt in seinem vorliegenden Artikel "das Anwachsen des mineralen Vermögens Brasiliens" während der 10 Jahre von 1931 bis 1941.

Er beginnt mit einem Rückblick auf die frühere Erzgewinnung und teilt sie nach Perioden ein. Die *Kolonialzeit*, während welcher der Abenteurergeist der Portugiesen und der ersten Brasilianer das Land von Oster nach Westen durchdringt. Ergebnis war die Kenntnis und die Auskundschaftung der gold- und diamantenreichen Zonen, die vor allem in Minas Gerais, Baía, Matto Grosso und Goiaz liegen. Die *Kaiserzeit* brachte ein Nachlassen in der Erzindustrie, da die Flussschwemmungen durch die ungeheure Ausbeute der vorherigen Zeit ihre Ausgiebigkeit eingebüsst hatten. Es tauchen Versuche auf, die Erzgewinnung durch grosse Organisationen zu betreiben, und die natürliche Entwicklung des Landes begünstigt das Interesse für die Kohlengruben von Rio Grande do Sul und Santa Katharina. Das eigentliche Minengebiet ist immer noch in Minas Gerais und Baía. Die *republikanische Zeit*, Epoche neuer Initiativen und frischer Unternehmungen, in der die Agenten grosser Erzgesellschaften auftauchten und in der das Land eine ausgiebige unterirdische Erzsuche erfuhr. Die Eisen- und Manganerz- und -Minen wurden gierig ausgebeutet, auch das Gold wurde neuerlich gesucht, ebenso wie sich das Interesse für die nationale Kohle verstärkt hatte. Dennoch war diese Zeit der intensiven Nachforschung geschädigt durch die die Minen betreffenden Gesteze, welche sich auf die Eigenmächtigkeit des Bodenbesitzers bezogen. Es war zur Norm geworden, dass die Behörde selbst die Nachforschung nach Minen unternahm.

Dagegen wurde im Jahre 1934 der neue Codigo von Minas eingeführt, der unter der Leitung von Cel. JUAREZ TÁVORA vom Ministerium für Ackerbau ausgearbeitet worden war und welcher als Grundlage die Teilung der Rechte auf den Boden und den Unter-Boden hat. Dieser erleichtert es jedem Brasilianischen Bürger, jedes beliebige Mineralerz zu suchen und es brachte begreiflicherweise grossen Anreiz auf neue Nachforschungen. Ausser diesem Ansporn brachte das Gesetz eine Zeit der Arbeit und geregelter Konstruktionem im ganzen Lande, vor allem im Gebiet der grossen Erzreichtümer, in dem die Gewinnung in diesen letzten 10 Jahren mehr Ertrag brachte als in dem ganzen vorhergehenden Jahrhundert. Unter den hauptsächlichsten Bodenschätzen führt er einige, die in diesen 10 Jahren gefunden worden sind, an und beschreibt sie: — *Phosphate*, in Trauíra und Pirocáua (Maranhão), — *Bauxiten*, auf der Hochebene von Poços de Caldas (Minas Gerais), — *Magnesium* in Baía und Ceará, — *Diatomiten* in Maranhão, Pernambuco, Ceará und Rio Grande do Norte, — *Nickel* in Goiaz, — *Golderze* in Minas, Goiaz und Ceará, — *Steinsalz* in Alagoas und Sergipe, — und *Petroleum* in Baía.

Seine sorgfältige Arbeit schliesst er mit den Worten: "Die Boden-Funde in diesen letzten Jahren beweisen, dass Brasilien nicht nur angesehen werden darf als das Land des Goldes und der Diamanten, des Caffeess und Gummis, der ungeheuren tropischen Urwälder und der sprechenden Vögel, sondern dass es auch eine Nation ist mit der Fähigkeit, sich selbst mit dem grössten Teil der Produkte zu versorgen, die für ein zivilisiertes Land notwendig sind."

RESUMO

Sinjoro S. Fróis de Abreu, Teknika Konsilanto de la Nacia Konsilantaro de Geografio, studas, en tiu ĉi artikolo, la "kreskadon de la minerala posedaĵo de Brazilo", dum la Jardeko 1931/1941.

Komence, li faras rerigardon de la mineralaj serĉesploradoj realigitaj, ilin dividante laŭ periodoj. *Kolonia periodo*, kiam la aventuremo de la portugaloj kaj unuaj braziloj esploris la Landon de Oriento al Okcidento, el kio rezultatis la kono kaj esplorado de la oraj kaj diamantaj zonoj, precipe lokitaj en ŝtatoj Minas Gerais, Baía, Mato Grosso kaj Goiaz. *Imperia periodo*, en kiu la malriĉigo de la aluvioj, rezultinta de granda esplorinta aktiveco dum la antaŭa periodo, kaŭzis malvarmiĝon de la minerala industrio. Aperas la provoj de minesploradoj farataj de grandaj organizaĵoj, kaj la natura disvolviĝo de la Lando favoras la intereson pri la karbaj vejnoj en Rio Grande do Sul kaj Santa Catarina. La minaja zono ankoraŭ kuŝas en la centro de Minas Gerais kaj en Baía. *Respublika periodo*, fazo de novaj iniciatemoj kaj kuraĝigaj entreprenoj, dum kiu alvenis la agentoj de la grandaj organizaĵoj de minesplorado kaj la Lando suferis intensan fazon de serĉadoj en la subtero. La oraj kaj manganaĵaj minoj estis avide akirpenataj kaj la oro estis denove serĉata, kaj kreskis la intereso pri la nacia karbo. Tamen tiu ĉi fazo de intensa serĉado estis malhelpata de la leĝa regimo de minoj dependa de la kaprico de la posedaĵoj de la grundo. Estis normo de la Registaro memfari la mineralajn serĉadojn.

Tamen la starigo, en 1934, de la Kodo pri Minoj, ellaborita dum la administrado de Kolonelo JUAREZ TÁVORA ĉe la Ministrejo por Terkulturo, — kodo, kiu havas kiel fundamenton la apartigon de la rajtoj pri la tero kaj pri la subtero, — faciligis al ĉiu brazila civitano la esploron de la ajn minerala vejno kaj, sekve, alportis grandan stimullon al la novaj serĉadoj. Krom tiu stimulo, koincidis la Leĝo kun epoko de laboro kaj konstruado manifestata en ĉiuj punktoj de Brazilo, precipe ĉe la kampoj de la mineralaj riĉaĵoj, kies posedaĵo plikreskis dum la jardeko menciita, ol dum la antaŭa jarcento. Inter la ĉefaj minvejnoj traserĉitaj, kelkaj esploritaj en tiu ĉi Jardeko, li citas kaj priskribas tiujn de: — *fosfatoj*, en Trauíra kaj Pirocáua (Maranhão); *baŭksito*, en la altebenaĵo de Poços de Caldas (Minas Gerais); *magnezito*, en Baía kaj Ceará; *distomito*, en Maranhão, Pernambuco, Ceará kaj Rio Grande do Norte; *nikelo*, en Goiaz; *rutilo*, en Minas Gerais, Goiaz kaj Ceará; *stonsalo*, en Alagoas kaj Sergipe, kaj *petrolo*, en Baía.

Li finas sian detalan studon dirante: — "la eltrovoj en la tero dum la lastaj tempoj montras, ke Brazilo ne devas esti konsiderata nur kiel la tradicia Lando de la oro kaj de la diamantoj, de la kafeo kaj de la kaŭĉuko, de la tropikaj arbaregoj kaj de la parolantaj birdoj, sed Nacio ankaŭ kapabla sin provizi je la plimulto de la produktoj necesaj al civilizita Nacio".

A MORFOGÊNESE DO LITORAL CATARINENSE

Pe. Geraldo Pauwels

Professor de Geografia

I

Para a compreensão da morfogênese do litoral catarinense é preciso remontar uns duzentos milhões de anos para trás, para os fins do carbonífero. O fundamento cristalino, que se estendia para leste muito além da costa atual (não existia ainda o Oceano Atlântico), estava peneplanizado, exibindo a própria Serra do Mar altitude e formas de montanha média, de uns 500 m sôbre o nível do mar.

Em princípios do permiano (último período do paleozóico) uma grande glaciação de tipo groenlandês depositou no Brasil meridional as camadas da série Itararé, como conglomerados, tilitos, folhelhos, etc., sedimentos estes que constituem a base de tôda a série das chamadas rochas permo-triássicas.

Terminando a glaciação com a melhoria do clima, surgiu nas terras baixas, lagunosas (pois o pêso da capa de gêlo as tinha deprimido para o nível dum mar situado a oeste), uma vegetação bastante pujante que iria dar origem às jazidas de carvão da série Tubarão.

Seguiu-se uma extensa transgressão marinha, atestada pelos folhelhos do grupo Irati (série Passa Dois). Alternativas de transgressões marinhas e assoreamentos deixaram os folhelhos e os arenitos do grupo Estrada Nova (da mesma série).

As mesmas condições gerais continuavam ainda no triássico (primeiro período do mesozóico), mas o clima se tornava sempre mais quente e sêco. São desta época os sedimentos vermelhos da série Rio do Rasto.

Em fins do triássico o clima já se tornara francamente desértico. Todo o Brasil meridional ficou sepultado sob espêsso manto de areias, transformadas agora nos chamados arenitos Botucatu que traem sua origem eólica pela frequente estratificação falsa, própria de dunas, e pela ausência absoluta de vestígios de vida, quer vegetal quer animal.

Mais ou menos em fins da formação dêste manto arenoso, o Brasil inteiro, mas sobretudo sua parte meridional, iniciou novo ciclo diastrófico. Ao invés, porém, do que ocorreu nos ciclos anteriores que tinham sido causados por fortes compressões, dobrando energicamente o escudo brasileiro, a nova atividade diastrófica foi provocada por imensos esforços de tensão. Assim explica-se a falta de movimentos orogênicos, comprovada pela ausência de grandes dobramentos das camadas permo-triássicas.

Mas houve outro efeito, não menos grandioso. Pois em consequência dos mencionados esforços de tensão abriram-se colossais fendas, verdadeiras geoclastes, pelas quais se realizou a efusão de lavas básicas mais gigantesca de quantas há notícia.



Salto no rio Caveiras (município de Lajes). No planalto meridional os saltos são em geral produzidos pela ocorrência de diques ou por degraus de rochas eruptivas básicas. Observe-se a horizontalidade do planalto.

(Fototeca do S.G.E.F.)

Em sucessivos derrames originou-se o maior lençol de rochas básicas do mundo inteiro, que sepultou sob uma capa de diabásios e basaltitos uma área de cerca de 1.200.000 km², desde a Argentina até o sul de Goiás; só no Brasil cobre uns 900.000 km². Além desta capa diabásica, formaram-se inúmeros diques, lençóis e lacolitos intrusivos. Quanto aos primeiros, só na ilha de Santa Catarina o douto general VIEIRA DA ROSA contou 57, desde 4 cm de espessura até 20 m. Lençol intrusivo, por exemplo, deve ser aquele que verificamos cobrir a região de Boiteuxburgo.

A causa desta inaudita atividade diastrófica parece residir no próprio *sima*, donde proveio o magma diabásico. A única manifestação, porém, do *sima* são as suas eventuais correntes, deslocamentos multimilenares que, provocados por causas hipotéticas, teriam estado preparando, desde fins do triássico, o que no cretáceo se realizaria: o desabamento da ponte atlântica entre a América meridional e a África, segundo uns, ou o desgarramento daquele continente para oeste, segundo WEGENER. Pois embora a 2.^a hipótese talvez seja mais aceitável, o certo é que na verificação de ambas deveria originar-se enorme esforço de tensão do *sial*, causando geoclases e efusão de lavas.

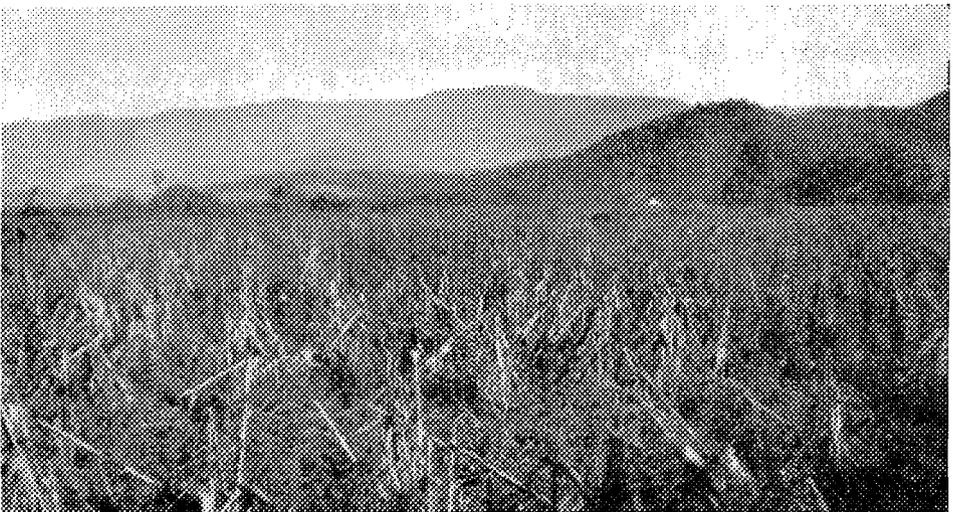
De passagem seja dito que na morfogênese do litoral brasileiro há indícios que parecem falar a favor da engenhosa hipótese de WEGENER. Pois, segundo este autor, a separação dos continentes africano e americano operou-se de sul para norte, com o que concorda o que se lê

na monumental *Geologia do Brasil* de AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA e OTON HENRY LEONARDOS: o "longo ciclo de atividade magmática... iniciado no fim do triássico ou durante a parte inferior do liássico (rético), prolongou-se em Minas Gerais e no sul do país, com certa intensidade, até o fim do jurássico. Na Baía e no nordeste, a atividade se prolongou até o cretáceo superior..." (págs. 314 e 315).

Se alguém estranhar que um processo como o diastrofismo em questão se possa estender pelos milhões de anos que medeiam entre seu início e seu fim, será bom lembrar que o desenrolar dos acontecimentos geológicos escapa completamente à nossa imaginação. Esta é habituada a aplicar como medidas máximas séculos e milênios que, no caso vertente, significam menos que os meses e anos na história humana. Falta ainda à geologia uma medida do tempo que correspondesse ao ano-luz com que os astrônomos medem as distâncias no mundo dos astros.

Mas, para voltarmos ao nosso assunto, convém mencionar ainda que o litoral catarinense sempre tinha sido muito sujeito a diastrofismos. Basta lembrar o fato de as elevações compreendidas agora sob o nome de Serra do Mar, em Santa Catarina, serem constituídas principalmente de granitos (de rochas magmáticas, portanto), e não de gnaisses (na maioria de origem sedimentária), como em outras partes da mesma serra. Também a colossal possança da capa diabásica — (400-600 m), observada aqui, depõe neste sentido.

Depois da formação da capa magmática, a situação era a seguinte: sôbre o fundamento cristalino descansava tôda a série de formações permo-triássicas que, na coluna clássica de WHITE, exhibe a possança de 803 m para as sedimentares, e mais 600 m para as eruptivas da capa. A própria Serra do Mar desaparecera aqui debaixo daquelas rochas, cujos restos ainda se observam em alguns dos pontos mais altos da re-



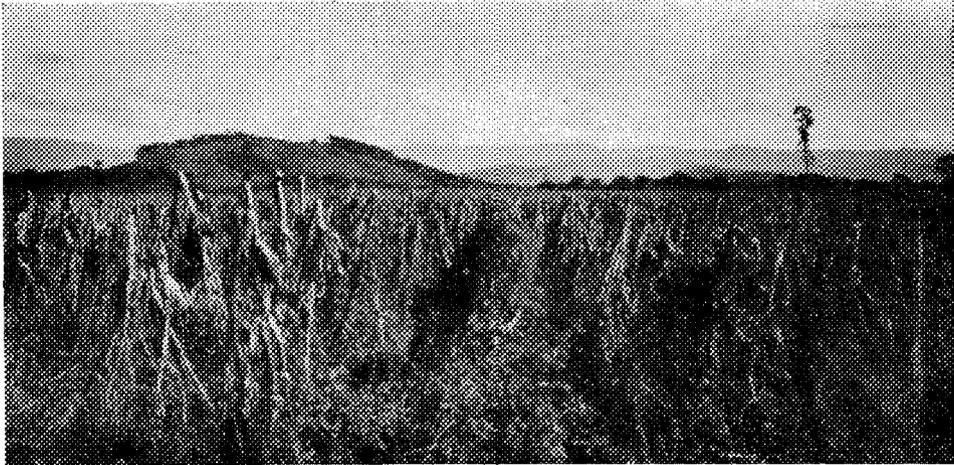
Aspecto da grande escarpa do planalto (Serra Geral) vista da planície litorânea meridional (Volta Grande, município de Araranguá).

(Fototeca do S.G.E.F.)

ferida serra, como no alto do Cubatão e, queremos crer, no Taboleiro (na vizinhança da costa).

Antes de passarmos adiante, é útil lembrar os seguintes fatos. Primeiro: as camadas sedimentares depositam-se sempre mais ou menos horizontalmente; segundo: salvo pequenas exceções, explicáveis pela ação destruidora da água e da atmosfera, não foram observadas discordâncias entre as formações das diferentes séries. Em vista destes dois fatos parece lógica a conclusão que, durante a formação da capa permotriássica, não houve alterações morfológicas no Brasil meridional, pelo menos na parte que nos interessa.

Pode-se, pois, aceitar como certo que, findos os derrames das lavas básicas, existia nesta parte uma chapada, constituída de camadas sensivelmente horizontais. Tinha ela provavelmente uns 800 m de altitude, correspondentes aos 600 m, de capa de eruptivas e mais 200 m da série Botucatú, cujos arenitos são de origem continental, sendo parcialmente marinhas as formações da série Rio do Rasto.



*Aspecto da planície litorânea meridional, no município de Araranguá.
Ao fundo a escarpa do planalto (Serra Geral).*

(Fototeca do S.G.E.F.)

Deve ter sido uma paisagem de uma monotonia desoladora, única na história do mundo: centenas e centenas de milhares de quilômetros quadrados de planuras constituídas da mesma rocha, escura até preta, sem vida, sem movimento. Foi esta monstruosidade morfológica que constituiu o ponto de partida para as formas atuais do litoral catarinense.

II

Resta agora saber como se processou esta transformação, ou a morfogênese do referido litoral.

Quando aceitamos o honroso convite de escrever um trabalho sobre este assunto, estávamos convencidos de que — embora pudéssemos

trazer algumas novidades — a referida morfogênese se reduzia a uma simples fragmentação do litoral em blocos grandes e pequenos por movimentos verticais, acompanhada do empinamento da parte não fragmentada do planalto ao longo da falha da Serra Geral.

Mas qual não foi nosso desapontamento quando, depois dum estafante coligir de dados pormenorizados, em que se deveria apoiar a exposição resumida daquele processo, percebemos que acabáramos parando diante duma dificuldade inesperada. Era que os sedimentos, por exemplo, da série Itararé, que em Lauro Müller estão a zero m sobre o mar, mais ao norte, na chapada da Boa Vista, teem a base em 738 m, e no planalto do rio Negro, entre Campo Alegre e Rio Vermelho, até na altitude de 1.100 m sobre o mar !

O mesmo desnivelamento naturalmente dá-se com tôdas as mais formações. Como explicar estes fatos ? Pois, abstraindo de perturbações locais, em tôda a parte apresentam-se as camadas do permo-triássico em perfeita horizontalidade. Como então explicar estes desnivelamentos tão consideráveis ? A explicação por levantamentos verticais de blocos — que para o caso da chapada da Boa Vista logo ocorre —, parece na realidade impossível; pois o mesmo fato verifica-se mais a oeste no próprio planalto, na Lomba Alta.

Lembramo-nos então de verificar a importância do mergulho que corresponderia a tais diferenças de altitude, e foi com verdadeiro alívio que percebemos não exceder o referido mergulho a magnitude de um grau; entre Lauro Müller e Boa Vista serão apenas uns bons 30' ! Ora, mergulhos desta ordem escapam facilmente não só à inspeção simples, mas até à medição com goniômetro.

Desta forma, o que à primeira vista parecia fenômeno indecifrável, reduziu-se a proporções de leves ondulações, para não dizer ondações, no sentido da morfologia moderna.

Resolvida, pois, esta dificuldade, foi possível subdividir a morfogênese do litoral catarinense em três fases, a saber: 1.º as ondulações de eixo leste-oeste (rumo geral); 2.º o mergulho geral da capa permo-triássica de leste para oeste; 3.º os movimentos verticais.

1. — As ondulações que levaram os sedimentos, depositados no mesmo nível, a altitude tão diferentes, possivelmente estão relacionadas com o dobramento das serras da Ventana e de Tandil (ao Sul de Buenos Aires), colocado em fins do triássico. Em nota à *Geologia do Petróleo do Estado de São Paulo* (págs. 16/75) de CHESTER WASHBURNE, admite JOVIANO PACHECO a mesma idade para os anticlinais menores daquele Estado. Aceitando, porém, esta hipótese, parece lógico aceitar como época da efusão das lavas básicas também o triássico e não o jurássico, já que o lençol das eruptivas foi afetado por aquele movimento.

Enumeraremos agora alguns casos característicos de desnivelamentos causados pelas ondulações em questão. Uns 30 km ao norte de Lauro Müller, ao pé da Serra Geral, encontramos na margem direita do arroio

Minador um afloramento de carvão, para cuja exploração tinham sido feitas duas pequenas galerias. A sua altitude fica em 460-500 m sobre o mar, donde resulta, para um desnivelamento de uns 300 m um mergulho de pouco mais de 30'. Os sedimentos do grupo Estrada Nova, que na coluna clássica de White tem a base em 350 m, começam na Lomba Alta (parte do planalto) na altitude de 786 m, mergulhando, pois, para o sul num ângulo de pouco mais de 20'. As formações da série Itararé mergulham, entre Boa Vista e o vale do Itajaí num ângulo de pouco menos de 20', entre esta região e Rio Vermelho, onde ocorre seu contacto com o cristalino em 860 m, num ângulo de pouco mais de 20'.

São naturalmente apenas aproximações rudimentares. A premência do tempo e a lamentável falta de indicações das altitudes absolutas nas publicações geológicas não permitiram maior exatidão. Mas ainda assim são suficientes para provar que todos os grandes desnivelamentos regionais, de eixos orientados a leste-oeste não excedem o valor de um grau de mergulho.

Examinando estes e outros dados, chegamos à conclusão de que existe a) um anticlinal — que podemos chamar central — no eixo das chapadas do Taboleiro e da Boa Vista, continuando, possivelmente, no planalto na chapada do Campo dos Padres. Por pertencerem a este anticlinal, é que as elevações que constituem a ilha de Santa Catarina não desapareceram completamente debaixo do oceano, quando em época posterior desabou todo o litoral catarinense; b) um sinclinal no eixo dos rios Itajaí Assú e Itajaí do Oeste; c) outro anticlinal que atravessa o norte do Estado e levantou as formações Itararé a 1.100 m sobre o mar.

Outro sinclinal talvez tenha existido na atual baixada do rio Tubarão.

Talvez seja bom lembrar que o desnivelamento nunca chegou a acusar o valor que corresponde à altitude exata da coluna geológica. A chapada da Boa Vista, por exemplo, nunca alteou-se a 992 m (tope atual do Itararé) mais 1.371 m (altitude do restante da coluna permotriássica), isto é, a 2.363 m; pois sendo o movimento do levantamento muito vagaroso, e crescendo o efeito do ataque da água e da atmosfera com o declive, já se vê que, enquanto o anticlinal se estava erguendo, boa parte do efeito do levantamento era anulada com a destruição das camadas superiores.

Resultado principal da formação dos referidos anticlinais foi o esboço de uma nova rede potamográfica. Supomos foi então que, como no Paraná o rio Iguassú, em Santa Catarina se originasse no sinclinal setentrional o Itajaí-Canoas, no meridional talvez o Tubarão-Pelotas, ambos correndo para oeste e nascendo possivelmente a leste da costa atual. Testemunho da passagem do primeiro podemos ver talvez na remoção das camadas Botucatú e da capa das eruptivas na região que o primitivo Canoas teria percorrido (municípios de Bom Retiro e Lajes).

Aos geólogos profissionais compete decidir se a existência destes anticlinais possa ter alguma importância prática.

2. — Quanto ao mergulho geral da capa permo-triássica para oeste, parece certo que, embora mais fraco, o mesmo tenha existido desde o permiano, já porque o oceano se estendia a oeste das formações da mencionada capa.

Foi, porém, mais tarde que se acentuou este fenômeno. As já mencionadas correntes do *sima* debaixo do bloco siálico sulamericano, tendentes a arrastá-lo para oeste, começaram em fins do jurássico a dobrar e levantar o geo-sinclinal andino (fase nevadiana). Foram provavelmente os dois fatores reunidos (as correntes do *sima* e o início do dobramento dos Andes) que tiveram por consequência, já no cretáceo, um abaixamento da parte ocidental da capa permo-triássica. Em várias zonas, por exemplo, do oeste de São Paulo, resultaram depressões ocupadas por lagoas, nas quais se depositaram os sedimentos calcáreos Baurú.

Quanto ao ângulo de mergulho, queremos crer que o verificado por PAULINO FRANCO DE CARVALHO na bacia do Itajaí do Oeste (*Reconhecimento Geológico no Estado de Santa Catarina*, pág. 22), a saber 130 m por 20 km, ou sejam uns 21', é devido a outra causa de que mais adiante falaremos.

O do planalto catarinense, como tal, é bastante menor. Pois, aceitando uns 1.200 m como altitude média da escarpa da Serra Geral, e uns 380 km para a distância entre a referida escarpa e a cota inferior de 100 m a oeste dela, obtemos um ângulo de uns 10' para o mergulho geral do planalto.

Supondo uma regular peneplanização do fundamento cristalino e aplicando o referido valor de mergulho geral, chegamos à conclusão que o extremo leste do anticlinal central, a saber, as elevações da ilha de Santa Catarina, deve ter alcançado pelo menos uns 930 km, já que uns 60 km mais a oeste, na chapada da Boa Vista, o cristalino se encontra na altitude de 783 m.

3. — Foi durante o cretáceo que, segundo a hipótese de WEGENER, as correntes do *sima* ultimaram a separação dos blocos siálicos africano e americano, principiando este a deslocar-se francamente para oeste. Devido à resistência frontal que o bloco flutuante teria encontrado no *sima* do Pacífico, recomeçaram, em princípios do terciário, os Andes a se altearem.

Ao mesmo tempo ocorreram aqueles movimentos verticais de blocos grandes e pequenos na parte oriental do Brasil, que OTTO MAULL tão magistralmente descreveu para o litoral desde Espírito Santo até São Paulo, e que tão radicalmente deveriam transformar a morfologia do litoral catarinense.

Geralmente falando, pode-se admitir que houve intervenção de movimentos verticais onde são encontradas notáveis diferenças de altitude das formações da mesma série geológica, não explicáveis nem

pelas ondulações acima descritas nem pelo mergulho geral do planalto. Este, mais uma vez lembramos, estendia-se até a costa atual.

Passamos agora a registrar, nas suas linhas gerais, as modificações provocadas pelos movimentos em questão.

a) Como em todo o nosso litoral, ou pelo menos desde Alagoas (onde as camadas do taboleiro continental mergulham para oeste), assim também no litoral catarinense desabou tôda uma faixa situada a leste da costa atual, de modo que só os píncaros mais altos continuam a emergir do oceano. É o caso da ilha de Santa Catarina.

Baseados no valor, naturalmente apenas aproximado, da altitude alcançada pelas elevações daquela ilha em consequência dos anteriores movimentos ascendentes, a saber uns 930 m, avaliamos para a zona do anticlinal central a importância do desabamento em pelo menos 300-400 m.

No Sul do Estado o desabamento do litoral exhibe proporções ainda maiores. Já WHITE, no magistral *Final Report*, menciona que as camadas vermelhas do grupo Rio do Rasto ocorrem a alguns pés acima do nível do mar, diretamente abaixo dum grande lençol de diabase.

Na mesma zona de Tôrres a sondagem n.º 30 verificou a uns 120 m abaixo do nível do mar o tope das camadas do Rio do Rasto, tendo elas aquí a possança de 145 m, contra os 100 m da coluna clássica da Estrada Nova, onde o seu tope fica em 600 m sôbre o mar. Infelizmente não temos à mão dados sôbre a sequênciã e a altitude das camadas



Trecho da Laguna, na região litorânea meridional. Ao fundo, elevações da Serra do Mar.
(Fototeca do S.G.E.F.)

do permo-triássico do planalto na latitude de Tôres, de modo que só indiretamente podemos avaliar a importância do desabamento naquela região.

O planalto fica, nas cabeceiras do Mampituba, em cêrca de 1.100 m sôbre o mar. Portanto, supondo para a capa das eruptivas a possança de 400 m, para o arenito Botucatú a de 200 m, o tope das camadas do Rio do Rasto ficaria em 500 m sôbre o mar. Ora, tendo a referida sondagem alcançado o mesmo tope a uns 120 m abaixo do nível do mar, resulta para o desabamento o valor de uns 640 m, contra os 300-400 m na zona do anticlinal central.

b) No interior do litoral o desabamento talvez se tenha, em seus traços gerais, processado da forma seguinte:

1.º — No rumo mais ou menos da atual escarpa do planalto, a Serra Geral, houve um desabamento de quase tôda a parte oriental do planalto, exatamente aquela que forma agora o litoral. O movimento descendente foi, porém, mais forte a leste do que a oeste desta região, de modo que em tôda ela se originasse um declive geral oposto ao primitivo, a saber, para leste. Ficaram em pé apenas a região da bacia do rio Negro e grande parte do anticlinal central.

Que houve falhamentos é certo, embora em relativamente poucos casos tenham sido verificados, o que, aliás, se explica perfeitamente pelo estado rudimentar dos nossos conhecimentos morfológicos e geológicos. A face primitiva das falhas no correr dos milênios naturalmente já há muito desapareceu.

Como exemplos de falhas observadas no litoral citamos as duas seguintes. Na margem esquerda do baixo Itajaí do Sul desabou, ao longo da falha do Perimbau (SSW-NNE), a parte oriental por 30 m (*Bol. do S. G. e M.* 92, pág. 25). No sul do litoral, a oeste de Treviso, parece existir uma falha de pelo menos 14 km de extensão e de 70 m de desnivelamento (*Bol. do S. G. e M.* 35, págs. 54,63).

2.º — O rumo dos rios e o das serras por êles erodidas, mostra que ao norte do anticlinal central houve fragmentação em dois grandes blocos, um, ao norte do Itajaí, com declive NNW-SSE, outro, ao sul daquele rio, inclinado de WSW para ENE.

Ao sul do referido anticlinal o terreno mergulhou para sul até sudoeste, como mostram os afluentes do Tubarão. Com isso concorda o mergulho predominante (as exceções parecem ser estritamente locais) das camadas permo-triássicas no sul do litoral (*Bol. do S. G. e M.* 35, *passim*). As de carvão, por exemplo, que demoram logo debaixo das dunas de Urussanga, ficam na barra do Araranguá, onde afloram, nos chamados "Conventos", os arenitos do grupo Palermo, em 260 m debaixo do mar. De passagem seja dito que as camadas carboníferas continuam no taboleiro continental, debaixo das águas do oceano, o que prova que também aqui a costa primitiva ficava mais a leste (*Zentralblatt f. Min., etc.* 1929, pág. 508).

3.º — Que além destes desabamentos ao longo de simples falhas houve também formação de fossas, afirmamos como certo apenas para a faixa oriental do atual planalto. Quanto ao litoral há quem atribua a origem do vale do Itajaí do Sul a uma fossa, ao longo da qual teria ocorrido o desabamento do litoral.

No sul do litoral catarinense, duas sondagens (ns. 4 e 7) dão respectivamente, para a base do grupo Iratí, as altitudes de 64 m acima do nível do mar e 8 m abaixo do mesmo. No entanto, num ponto mais para o norte, na Estrada Nova, situado a 25 e 29 km das duas sondagens acima referidas, a mesma base se encontra a 280 m de altitude, ao passo que pouco mais a leste, nas vizinhanças de Treviso, está situada a uns 370 m sobre o nível do mar. Este fato poderia pelo menos indicar a existência duma fossa.

4.º — Quanto ao grande falhamento, ao longo do qual desabou o litoral ao norte do anticlinal central, pode ser também que tenha ocorrido ao longo das encostas orientais das chapadas que limitam as bacias do Itajaí do Sul e do Hersílio (Itajaí do Norte), seguindo depois outra falha, ou série de falhas, no rumo da atual Serra Geral. Seria mais ou menos a repetição do processo que, no Estado do Rio, causou o vale do Paraíba e a baixada fluminense.

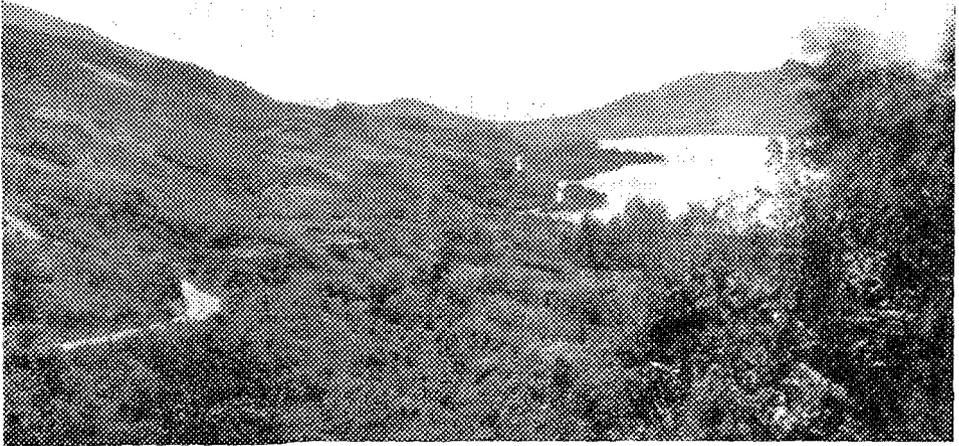
Mais provável, porém, nos parece uma terceira hipótese, segundo a qual a grande falha, causadora da inversão do declive no litoral, se teria estendido ao longo da escarpa oriental da chapada dos Fachi-nais (na margem direita do Itajaí do Sul), prolongando-se ela à direita do Rio Hersílio. Assim o vale do Itajaí do Sul seria anterior à remodelação morfológica do terciário e teria pertencido a um antigo afluente do Canoas.

A favor desta hipótese fala o fato de as camadas permianas ao lado do Itajaí do Oeste, desde a sua barra, conservarem ainda o antigo mergulho para oeste. (*Bol. do S. G. e M.* 92, pág. 22).

Já se vê, só pesquisas pormenorizadas em campo poderão resolver esta e muitas outras questões.

c) Parece que o desabamento que causou a majestosa escarpa do planalto, a Serra Geral, foi acompanhado do levantamento de algumas partes daquela serra, por exemplo, da faixa situada em ambos os lados da Estrada Nova de Lauro Müller; este bloco culmina no morro da Igreja que, com os seus 1.860-80 m, constitue provavelmente o ponto culminante do Brasil meridional. Deve ter sido consequência deste empinamento, o desabamento da faixa situada imediatamente a oeste, o qual ao sul da referida estrada se processou em terraços que descem para os vales do Pelotas e de seu afluente Contas. Ao norte, isto é, ao longo do alto Pelotas, há uma fossa escalonada, como verificámos em várias viagens.

Ao Norte do anticlinal central, parece, houve em vez do levantamento de blocos, apenas um empinamento da escarpa do planalto, como



Aspecto da costa norte catarinense, com seus recortes característicos.
Ponta de Ganchos, no município de Biguaçu.

(Fototeca do S.G.E.F.)

possivelmente indica o mergulho anormalmente grande que PAULINO FRANCO DE CARVALHO verificou nas margens do baixo Itajaí do Oeste.

Queremos crer que foi êste o processo da remodelação do litoral catarinense nos seus traços gerais.

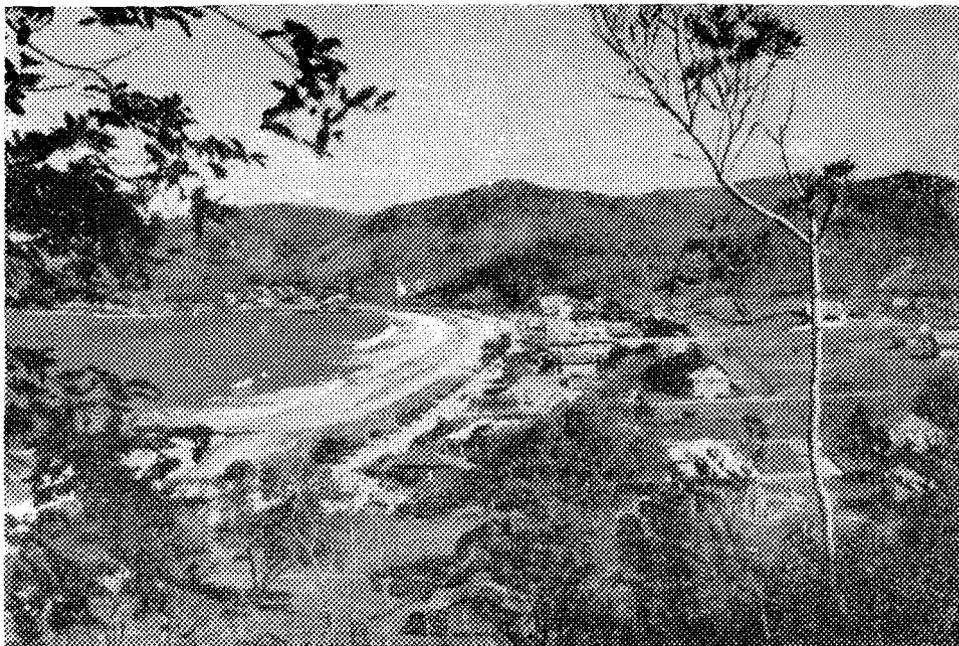
Naturalmente houve também levantamento e desabamento de blocos menores. É o que insinua o desnivelamento das mesmas camadas de carvão em pontos vizinhos, bem assim como certos mergulhos locais observados sobretudo na bacia carbonífera que contrariam o mergulho normal para S e SW. São fenômenos que nem sempre poderão ir por conta de intrusões lacolíticas.

Agora as consequências do cataclismo, ou melhor, da transformação morfológica descrita; pois, ao invés do que acontece na sismologia, a geologia não conta com processos violentos, explosivos, senão com movimentos milenares que, *verbi gratia*, deram ao rio Maranhão tempo de serrar a cadeia andina em pleno soerguimento.

A primeira consequência foi o aparecimento de uma *nova costa*. Desde o limite com o Paraná até mais ou menos o paralelo 28° (Garopaba) ela deve-se ter estendido aproximadamente na linha da costa atual. Foi uma seqüência alternada de trechos de típica costa afogada, de penínsulas altas, rochosas e recortadas, e de terras baixas, paludosas ou manguezais, formando as grandes reentrâncias. Na zona dos baixos rios Itajaí Assú e Itajaí Mirim, e talvez também do baixo Tijucas, baías do oceano, parece, entravam litoral a dentro. Quanto à atual ilha de Santa Catarina pode-se afirmar que em seu lugar existia um grupo de ilhas e ilhotas, sendo as duas principais separadas por um raso braço do mar.

Do paralelo 28° para o sul um mar pouco profundo penetrava litoral a dentro, de modo que no município de Araranguá as ondas do Atlântico banhavam os espigões da Serra Geral, e, mais ao norte, até Garopaba, as elevações da Serra do Mar. Atestam-no as camadas de conchas que a pouca profundidade (menos de um metro) aparecem em toda a parte, como, por exemplo, na estrada que do povoado Praia Grande vai a Araranguá.

Quanto à questão dum posterior levantamento do nosso litoral, queremos observar apenas que, enquanto não existir prova convincente dêste movimento, não se deve atribuir a êle parte na formação do litoral; pois os efeitos do assoreamento pelas aluviões dos rios, e da ação das correntes marinhas e dos ventos sôbre as areias movediças parecem su-

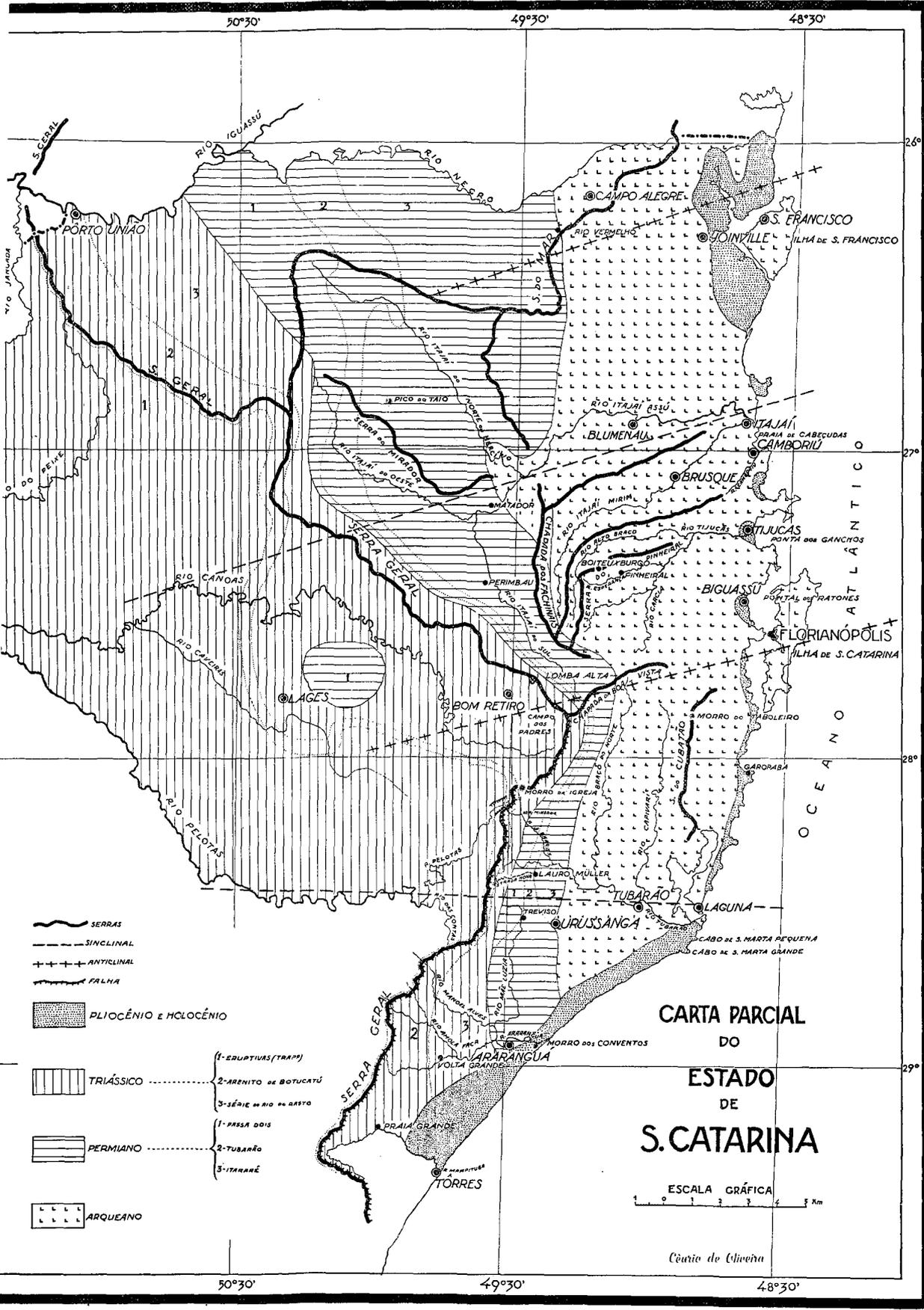


Praia de Cabeçadas, próximo à barra do Itajaí. Trecho do litoral norte.

(Fototeca do S.G.E.F.)

ficientes para explicar não só a consolidação dos terrenos pantanosos, mas também a reconquista das terras cobertas por um mar tão raso como o do litoral meridional. O resultado do trabalho destes fatores não pode deixar de ter sido formidável, já que vemos quase debaixo dos nossos olhos crescer pontais como o dos Ratores (baía ao norte da ilha de Santa Catarina).

O processo sempre é o mesmo. Num morro ou num simples rochedo, uma corrente pendurava uma restinga, alteada logo por dunas; em seguida formava-se uma lagoa que não tardava a ser aterrada pelas areias. Foi o que, por exemplo, aconteceu com a lagoa Preta na Laguna, e é o que está acontecendo com a lagoa do Estêvão e a Grande na ilha de Santa Catarina.



- SERRAS
- SINCLINAL
- ANTICLINAL
- FALHA

PLIOCÊNIO E HOLOCÊNIO

- TRIÁSSICO
 - 1- ECUPLIVAS (TRAPP)
 - 2- ARENITO DE BOTUCATU
 - 3- SÉRIE DE RIO DO RASTO
- PERMIANO
 - 1- PRESSA DOIS
 - 2- TUBARÃO
 - 3- ITARARÉ

ARQUEANO

**CARTA PARCIAL
DO
ESTADO
DE
S. CATARINA**

ESCALA GRÁFICA
0 1 2 3 4 Km

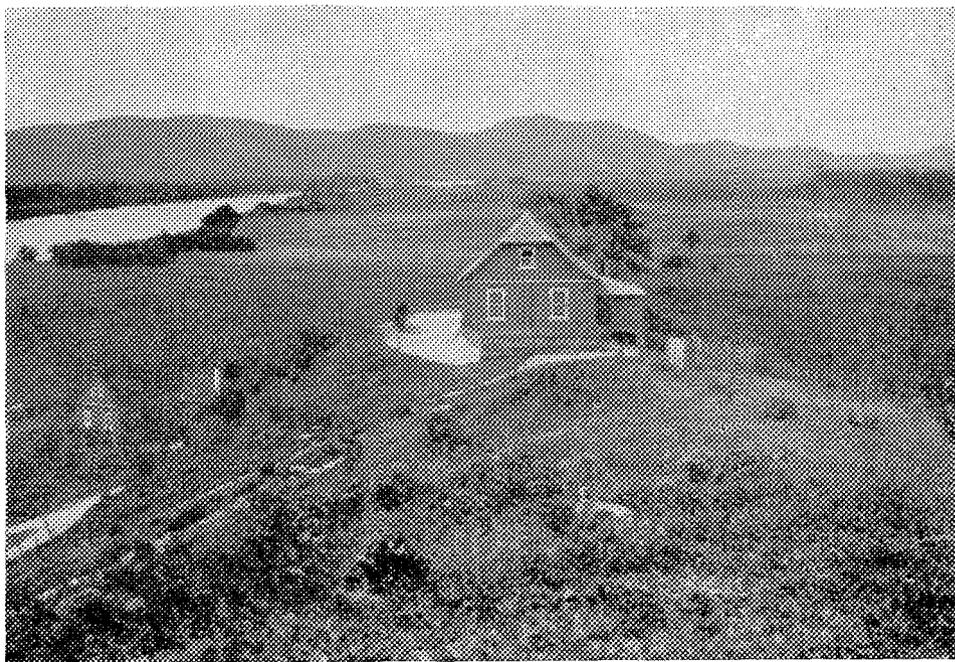
Célio de Oliveira

A atual praia meridional, pode-se dizer, foi determinada por uma série de ilhotas e pedras, como as de Tôrres, dos Conventos, das duas Santa Marta, da barra da Laguna, e outras. Instrutivo, para o rápido crescimento das praias, é o que conta VIEIRA DA ROSA sôbre o caso do vapor alemão *Sieglind*: tendo esta embarcação ficado no lugar em que naufragara em 1890, quatro anos depois podia-se passar entre ela e o preamar.

Foi também do modo descrito que coalesceu a ilha de Santa Catarina de várias ilhas grandes e pequenas. Está aí a baixada do Tavares para atestá-lo.

A *segunda* consequência das radicais modificações morfológicas ocorridas no terciário foi a origem de uma *nova rede potamográfica no litoral*.

Ao norte do anticlinal central, formou-se além de cursos menores, oriundos do planalto do Rio Negro e prolongando-se com o assoreamento progressivo das baixadas litorâneas, o Itajaí Assú, antiga calha do alto Canoas, segundo queremos crer. Conforme a 3.^a das hipóteses acima expostas sôbre a falha da Serra Geral, era seu curso superior o atual rio Hersílio, sendo capturada, por erosão regressiva, a bacia do Itajaí do Sul. Indício dêste processo talvez seja o caráter acidentado tanto do curso como da zona ribeirinha do Itajaí Assú entre a estação Matador e a barra do rio Hersílio. Com o aumento do declive, era na-



Trecho de planície na região litorânea norte, vendo-se, ao fundo, elevações da Serra do Mar.
(Fazenda Pedra de Amolar, no município de Itajaí).

(Fototeca do S.G.E.F.)

tural que a ação erosiva do baixo Itajaí do Sul e, sobretudo, do Itajaí do Oeste, avançasse para dentro do planalto, formando aquele arco virado para oeste, que agora vemos cercar sua bacia.

Ao sul do Itajaí Assú originaram-se, além de outros cursos menores, o Itajaí Mirim — que, com o avanço da praia, tornou-se afluente do Assú —, e o Tijucas, ambos êles erodindo vivamente o terreno percorrido, como era natural com o aumento do declive.

Dêste modo, pela erosão fluvial, formaram-se aquelas serras, situadas entre o Itajaí Assú e o anticlinal central, que, das demais elevações pertencentes ao fundamento cristalino, se destacam tão singularmente por seu rumo divergente.

Que elas realmente não passam de dorsos, poupados pela erosão nas entrevertentes de bacias vizinhas, disso temos prova interessante. Quem viaja de Boiteuxburgo a Pinheiral, atravessa a meio caminho uma das elevações da Serra do Pinheiral. Na subida, até o cume, (720 m), encontram-se folhelhos da série Itararé, na descida micaxistos, quartzitos (série de Brusque ?), e no fim granitos de grã muito grossa. A explicação dêste fenômeno curioso é simples. Trata-se do dorso poupado pela erosão na entrevertente dos rios Esperança e Alto Braço, que no trecho referido coincide com o talude dum vale prepermiano, atulhado pelas formações da série Itararé.

Quanto aos rios ao Sul do anticlinal central, é visível que todos êles se originaram caindo do alto, quer do planalto quer dum bloco elevado, em procura seja diretamente do oceano seja duma baixada paludosa. Com o progresso do assoreamento e o avanço da praia, a maior parte deles reuniu-se em poucos troncos principais.

Exemplo do 1.º caso são o Capivarí e o Braço do Norte, cujas águas vão ao oceano agora pelo Tubarão, de origem posterior àqueles.

Para o 2.º caso é característico o Araranguá. Todos os seus galhos, como o Mãe Luzia, o Manuel Alves, o Amola-Faca, etc., foram cursos independentes, desaguando imediatamente no oceano; mas com o avanço da praia, e por serem seus eixos convergentes, reuniram-se uns aos outros. Assim explica-se o fato um tanto estranho de nos 140 km de praia ao sul da Laguna apenas uns três rios fazerem barra no mar.

Eis o que possivelmente tenha sido a gênese da morfologia do litoral catarinense. Confessamos que aí vai muita conjectura, e pouca certeza. A explicação disso está parte na nossa pouca competência, parte na falta enorme de dados pormenorizados sôbre a história geológica desta região.

Deus nos livre de culpar disso a nossa Divisão de Geologia e Mineralogia e seus esforçados funcionários, cujas valiosas publicações sem-

pre teem constituído para nós uma das leituras não só mais interessantes, mas também das mais instrutivas. Mas é a eterna e inevitável dificuldade do Brasil: o tamanho descomunal do seu território e a cópia e complexidade dos seus problemas.

Imensamente gratos ficaríamos nós, e certamente todos os apaixonados por um conhecimento sempre mais perfeito do Brasil, se da discussão do que os nossos minguados recursos puderam apresentar, surgisse mais uma contribuição de valor para a geografia do Brasil.

RESUMÉ

L'auteur qui est un ancien professeur de Géographie et connaît très bien les différents aspects du sud du pays, qu'il a parcouru fréquemment, présente une étude de la morphogenèse du littoral de l'état de Santa Catarina.

L'auteur commence par remémorer la succession de périodes géologiques du Brésil méridional, depuis la fin du carbonifère, pendant laquelle la pénéplaine cristalline s'étendait vers l'est à une grande distance de la côte actuelle (l'océan atlantique n'existait pas encore), jusqu'à la fin du triasique. A cette époque eurent lieu les débordements de laves basiques qui ont recouvert non seulement l'ancienne pénéplaine cristalline comme aussi les couches sédimentaires déposées pendant le perméen et le triasique. L'auteur fait ressortir le fait que pendant la durée de ce phénomène il ne s'est pas produit des mouvements orogéniques, soit verticaux, soit de plissements.

Pendant le jurassique, tout le sud du pays, devait être formé par un grand plateau couvert d'épaisses couches de roches éruptives basiques, ayant une extension d'environ 900.000 Km².

Cet événement fut le point de départ pour la formation des formes actuelles du littoral de l'état de Santa Catarina, qui ont été produites par des mouvements orogéniques, divisés en trois phases successives: des ondulations ou des plissements peu accentués, l'axe étant situé dans la direction est-ouest, enfoncement d'une manière générale des couches permo-triasiques de l'est vers l'ouest et des mouvements verticaux avec formation de failles.

Les ondulations qui sont mises en évidence par les différences de niveau qui s'observent à la base des sédiments perméens (série d'Itararé) ont formé un synclinal au sud, où se trouve actuellement la dépression de la rivière Tubarão, un anticlinal au centre, formant l'axe des plateaux du Taboleiro et de Boa Vista, un synclinal au nord — le plateau du Rio Negro. La rivière Tubarão — Pelotas dans le sinclinal méridional, coulant tous les deux vers l'ouest. Ces ondulations ont probablement une relation avec le plissement qui s'est produit à la fin du triasique et qui a formé les chaînes de montagnes de Ventana et de Tandil, en Argentine.

Avec l'abaissement de la partie occidentale l'inclinaison des couches vers l'Ouest aurait augmenté, ayant ainsi provoqué la formation des dépôts sédimentaires de la série de Baurú.

Les mouvements verticaux qui eurent lieu dans toute la partie orientale du Brésil, doivent être considérés comme une répercussion de l'énorme plissement qui a formé la chaîne des Andes. Le pont continental qui liait l'Afrique à l'Amérique a dû s'effondrer à cette époque et, suivant Wegener, le résultat fut la séparation des deux continents. Ces mouvements ont modifié complètement la morphologie du littoral de l'état de Santa Catarina.

L'auteur admet l'existence de plusieurs effondrements par grands blocs. Avec l'abaissement de toute la région qui se trouvait à l'est de la côte, seulement les points les plus hauts ont continué à émerger, dont l'île de Santa Catarina, située dans l'anticlinal central, en offre un exemple.

Un autre effondrement important a eu lieu à l'ouest de la côte actuelle en provoquant la formation de failles, dont la plus importante aurait constitué la Serra Geral, magestueuse escarpe du plateau. Dans la partie orientale de celui-ci, l'auteur admet la formation de fosses "graben" et offre comme exemple celle du haut Pelotas.

Comme conséquence de cette transformation morphologique, l'auteur étudie la transformation de la nouvelle côte, très recoupée au nord du parallèle de 28°, tandis qu'au sud elle est rectiligne, avec des cordons littoraux (restingas et des lagunes). Quant à la formation des plaines qui se trouvent le long de la côte, l'auteur n'admet pas des mouvements négatifs, par manque de preuves de ce fait.

Une autre conséquence importante a été la formation d'un nouveau réseau de rivières dans la région du littoral, puisque l'effondrement a été plus fort à l'est qu'à l'ouest, ayant ainsi provoqué une inclinaison dans cette région contraire à celle qui existait anciennement.

RESUMEN

El autor, antiguo profesor de Geografía y gran conocedor de los aspectos del Sur del País, que recorrió en frecuentes viajes, presenta un estudio de la morfogénesis de la región litoral catarinense.

Inicialmente estudia la sucesión de los periodos geológicos en el Brasil meridional, desde fines del carbonífero, cuando la penillanura cristalina se extendía del este muy allá de la costa actual (no existía aun el Océano Atlántico), hasta fines del triásico. En esta época se formo los grandes mantos de lavas básicas que cubrieron no solo la antigua penillanura cristalina sino también las capas sedimentales depositadas durante este fenómeno, no hubo movimientos orogénicos, sean verticales, sean de doblamiento.

En el jurásico, todo el Sur del País, sería una gran mesa cubierta por espesa capa de rocas eruptivas básicas, en una extensión de 900.000 km² más o menos.

Fué ese el punto de partida para las formas actuales de la costa de Santa Catarina, las cuales fueron producidas por movimientos orogénicos, divididos en tres fases sucesivas: ondulaciones o doblamientos poco acentuados con el eje en la dirección este-oeste, hundimiento general de los estratos permotriásicos del este hacia el oeste y movimientos verticales con formación de fallas.

Las ondulaciones, evidenciadas por las diferencias de nivel que se observan en la base de los sedimentos permianos (serie de Itararé), formaron un sinclinal sur, en la actual llanura del río Tubaráo, un anticlinal central, en el eje de las mesetas de Taboleiro y Boa Vista, un sinclinal norte, en la actual cuenca del Itajaí y un anticlinal norte, en la meseta del río Negro. En el sinclinal septentrional se originó el río Itajaí-Canoas y en el meridional el Tubaráo-Pelotas, los dos corriendo hacia el oeste. Tales ondulaciones están posiblemente relacionadas con el plegamiento de las sierras Ventana y Tandil, en la Argentina, formado en el fin del Triásico.

El rebajamiento de los estratos hacia el oeste se tendría acentuado en el cretácico con un hundimiento de la parte occidental, que tuvo como resultado en São Paulo el depósito de los materiales de la serie de Baurú.

Los movimientos verticales, que se dieron en toda la parte oriental del Brasil, fueron una repercusión del gigantesco plegamiento andino. Se dió entonces el hundimiento del puente continental que ligaba la Africa a America del Sur o, según Wegener, la separación de los dos continentes. Tales movimientos vinieron modificar radicalmente la morfología de la actual región litoral catarinense.

Admite el autor varios hundimientos, según grandes bloques. El hundimiento de toda la faja al este de la costa hizo con que solo las cumbres más altas continuasen a emerger, como en el caso de la isla de Santa Catarina, situada en el anticlinal central.

Otro importante hundimiento tendría ocurrido en la faja al oeste de la actual costa, con la producción de fallas, en que la principal de ellas vendría a constituir la Sierra Geral, majestuosa cuesta. En la parte oriental de esta cuesta, admite el autor la formación de fosas ("graben"), dando como ejemplo una falla en gradería al largo del alto Pelotas.

Como consecuencias de esa transformación morfológica, estudia el autor la remodelación de la nueva costa, muy recortada al norte del paralelo 28°, mientras que al sur se presenta uniforme, con cordones litorales y lagunas. Para la formación de las llanuras costeras no admite un movimiento negativo, por no hallar pruebas convincentes de ese hecho.

Ora importante consecuencia fué la formación de una nueva red fluvial en la región litoral, pues el hundimiento tendría sido más fuerte a leste que al oeste, originándose de ese modo, en esa región, una pendiente general opuesta a la primitiva.

RIASSUNTO

L'autore, già professore di Geografia e grande conoscitore degli aspetti della parte meridionale del Paese, che ha attraversato in frequenti viaggi, presenta uno studio della morfogenesi della regione litoranea di Santa Catarina.

Comincia col passare in rassegna la successione dei periodi geologici nel Brasile meridionale, dalla fine del carbonifero, nel quale la quasi pianura cristallina si estendeva verso Est, molto oltre la costa attuale (non esisteva ancora l'Oceano Atlantico), fino alla fine del triassico. In quest' epoca ebbero luogo i grandi versamenti di lave basiche che coprono non solo l'antica quasi-pianura cristallina, ma anche gli strati sedimentari depositati durante il permiano e il triassico. L'autore fa notare che, durante questo fenomeno, non vi furono movimenti orogenici, né verticali né di piegamento.

Nel giurassico tutto il Sud del Paese doveva essere un grande altopiano coperto di uno spesso cappello di rocce eruttive basiche, per una estensione di circa 900.000 km².

Questo fu il punto di partenza per le forme attuali del litorale di Santa Catarina, che furono prodotte da movimenti orogenici, divisi in tre fasi successive: ondulazioni o piegamenti poco accentuati con asse in direzione Est-Ovest, sprofondamento generale degli strati permo-triassici da Est verso Ovest e movimenti verticali con formazione di fenditure.

Le ondulazioni messe in evidenza dalle differenze di livello che si osservano alla base dei sedimenti del permiano (serie di Itararé) formarono una sinclinale meridionale, nell'attuale valle del fiume Tubaráo; un'anticlinal centrale, nell'asse degli altipiani del Taboleiro e di Boa Vista; una sinclinale settentrionale, nell'attuale valle dell'Itajaí; e un'anticlinal settentrionale, nell'altipiano del Rio Negro. Nella sinclinale settentrionale si formò il fiume Itajaí-Canoas e

nella meridionale il fiume Tubarão-Pelotas: entrambi diretti verso Ovest. Queste ondulazioni stanno forse in relazione col piegamento delle catene del Ventana e di Tandil, in Argentina, avvenuto verso la fine del triassico.

Lo sprofondamento degli strati verso Ovest si sarebbe accentuato nel cretaceo con un abbassamento della parte occidentale, che ebbe come risultato in S. Paulo la deposizione dei sedimenti della serie di Baurú.

I movimenti verticali, che avvennero in tutta la parte orientale del Brasile, furono una ripercussione del gigantesco piegamento delle Ande. Crollò allora il ponte continentale che univa l'Africa all'America del Sud, o, secondo il Wegener, la separazione dei due continenti. Questi movimenti modificarono radicalmente la morfologia dell'attuale regione litoranea di Santa Catarina.

L'autore ammette vari crolli, per grandi blocchi. La caduta di tutta la fascia ad Est della costa fece sì che soltanto i picchi più alti continuassero a emergere, come nel caso dell'isola di Santa Catarina, situata nell'anticlinale centrale.

Un altro importante crollo sarebbe avvenuto nella fascia a Ovest della costa attuale, con produzione di fenditure, la principale delle quali costituirebbe la Serra Geral, maestosa scarpa dell'altipiano. Nella parte orientale di questo, l'autore ammette la formazione di fosse ("graben"), dando come esempio una fossa scaglionata lungo l'alto Pelotas.

Come conseguenza di questa trasformazione morfologica, l'autore studia il rimodellamento della nuova costa, che è molto frastagliata al Nord del 28° parallelo, mentre al Sud si presenta regolare, con cordoni litoranei ("restingas"), e lagune. Per la formazione delle pianure costiere non ammette un movimento eustatico negativo, non trovandone prove convincenti.

Un'altra importante conseguenza fu la formazione di una nuova rete fluviale nella regione litoranea, perché il crollo sarebbe stato maggiore a Est che a Ovest, di modo che in questa regione si formò una pendenza generale opposta alla primitiva.

SUMMARY

The author, formerly professor of geography and a thorough connoisseur of the aspects of the southern part of the country where he has travelled frequently, submits a study on the morphogenesis of the coastal region of Santa Catarina.

From the beginning he reviews the successive geological periods in southern Brazil from the late carboniferous, in which the crystalline peneplain extended eastward far beyond the present shores (there was not the Atlantic Ocean), to the late triassic. At this time there occurred the outpouring of great floods of basic lavas which covered not only the old crystalline peneplain but also the sedimentary layers deposited during the permian and the triassic. The author points out that during this phenomenon there were no orogenic movements either vertical or by folding.

During the jurassic the whole southern part of the country would be a great plateau covered by a thick cap of basic eruptives in the length of approximately 900,000 km.

This was the starting point for the present forms of the coast zone of Santa Catarina, which were produced by earth movements divided into three successive stages: curvatures or folds slightly marked with their axis in a east-westernly direction, a general dip of permo-triassic layers from east to west and vertical movements with formation of fissures.

The folds, as evinced by the differences of level which are found at the base of the permian sediments (Itararé series), have formed a southern syncline, in the present lowland of Tubarão river, a central anticline, on the axis of the Taboleiro and Boa Vista flat topped mountains, a northern syncline, in the present valley of Itajai, and a northern anticline in the rio Negro plateau. The river Itajai-Canoas originated in the northern syncline and the Tubarão-Pelotas did so in the southern syncline, both rivers running westward. Such folds are possibly associated with the folding of Ventana and Tandil hills in Argentina, formed at the end of the triassic.

The westward dip of the layers would have been marked in the cretaceous with a lowering of the western part which resulted in a deposition of the sediments of the Baurú series in São Paulo.

The vertical movements, which took place in the whole eastern part of Brazil, were a reflection of the gigantic folding of the Andes. Then occurred the dislocation of the continental bridge which connected Africa to South America or, according to Wegener, the separation of the two continents. Such movements have radically changed the morphology of the coastal region in Santa Catarina.

The author admits various displacements by great blocks. The fault in the whole band toward the eastern coast has only caused the highest summits to continue to emerge, as in the case of the Santa Catarina island located in the central anticline.

Another important dislocation would have occurred on the band west of the present coast with the production of faults the principal of which would be Serra Geral, a magestic escarpment of the plateau. On the eastern part of this plateau the author admits the formation of "grabens" and gives as an example a "graben" en echelon along the upper Pelotas river.

As a consequence of such a morphologic change the author studies the remodelling of the new coast largely jagged to the north of parallel 28°, whilst to the south it is found smooth with coastal sand banks or shelves ("restingas") and lagoons. He does not admit a negative eustatic movement for the formation of coastal plains because he finds no convincing proofs of the fact.

Another important consequence was the formation of a new potamographic system in the coastal region, for the displacement would have been stronger to the east than to the west, giving rise thus to a general declivity opposing to the previmitive slope.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser, langjähriger Geographielehrer und grosser Kenner der südlichen Landstriche, die er in häufigen Reisen durchquert hat, legt eine Arbeit über die Naturformationen des Küstengebiets von Sta. Katharina dar.

Zu Beginn gibt er einen Überblick über die Aufeinanderfolge der geologischen Perioden im südlichen Brasilien vom Ausgang der Kohlenzeit, in welcher sich ein kristallinisches Felsenhochland nach Osten hin weit ausserhalb der jetzigen Küste ausdehnte (der Atlantische Ozean existierte noch nicht), bis zum Ende der Trias-Zeit. Während jener Epoche geschahen die gewaltigen Ausbrüche basischer Lava, welche nicht nur das frühere kristallinische Felsenhochland, sondern auch die während der Permzeit und des Trias abgelagerten Schichten überdeckten. Der Verfasser stellt fest, dass es während dieser Naturerscheinung weder vertikale noch horizontale Gebirgsverschiebungen gegeben habe.

Während des Juras sei der ganze Süden des Landes eine gewaltige, mit einer dicken Schicht basischer Eruptionen bedeckte Hochebene gewesen von einer ungefähren Ausdehnung von 900.000 Qkm.

Dies war der Ausgangspunkt für die jetzigen Formen der katharinensischen Küste, die durch dreierlei aufeinanderfolgende Abschnitte von Gesteinsverlagerungen entstanden sind: wenig bemerkenswerte Wellenoder Faltenbildung mit einer Achse west-östlicher Richtung, allgemeines absacken der Perm-Trias-Ablagerungen von Osten nach Westen, und vertikale Bewegungen mit Spaltenbildungen. Die Wellenformen, hervorgerufen durch die Verschiedenheiten der unteren Grundflächen, die man in der Grundablage der Perm-Zeit beobachten kann (Serie von Itararé), bildeten einen Abfall nach Süden, — die jetzige Tiefebene des Rio Tubarão —, einen Anstieg im Zentral-Gebiet, — auf der Achse zwischen den Hochflächen von Taboleiro und Boa Vista —, einen Abfall im Norden, dem jetzigen Tal von Itajai, und schliesslich wieder einen Anstieg im Norden, die Hochfläche vom Rio Negro. Im nördlichen Abfall bildete sich das Flusssystem des Rio Itajai-Canoas, im südlichen der Tubarão-Pelotas, beide nach Westen fliessend. Diese Wellenformationen hängen möglicherweise mit dem Entstehen der Serras von Ventana und Tandil in Argentinien zusammen, die am Ende der Trias-Zeit gebildet worden sind.

Das Absacken der Ablagerungen nach Westen sei während der Kreidezeit stärker geworden mit dem Tiefergehen des westlichen Teils, was im Staat São Paulo die Absetzung der Ablagerungen aus der Serie Baurú zum Ergebnis hatte.

Die vertikalen Erdbewegungen, welche im ganzen östlichen Teil Brasiliens stattfanden, waren wohl eine Folgeerscheinung der gewaltigen Gebirgsbildung der Anden. Danach ergab sich die Öffnung der kontinentalen Brücke, welche Afrika mit Südamerika verband, oder, nach Wegener, die Teilung der beiden Kontinente. Diese Bewegungen haben nun radikal zur Änderung und Festlegung der Gesteins — und Naturformen der jetzigen katharinensischen Küstenlandschaft beigetragen.

Der Verfasser gibt verschiedenartig Öffnungen zu, auf Grund mannigfaltiger Forschungen. Durch das Absacken der ganzen östlichen Küstenzone, konnten nur noch die allerhöchsten Bergspitzen zum Vorschein kommen, wie im Falle der Insel Sta. Katharina, die im zentralen Anstieg gelegen war.

Eine andere wesentliche Abtrennung sei in der im Westen der jetzigen Küste gelegenen Zone eingetreten, die enorme Spalt-Bildungen hervorgerufen habe. So sei vor allem die Serra Geral zu jener Zeit entstanden, jene majestätische Böschung des Hochplateaus. Der Verfasser gibt an, dass in deren östlichen Teil die Formationen von Gräben festzustellen sei, indem er als Beispiel ein gegliedertes Graben System im Verlauf der Höhe des Pelotas anführt.

Als Folgeerscheinungen dieser Naturverlagerungen verfolgt der Verfasser die Formungen der neuen Küste, die im Norden des 28. Breitengrades reichlich vielgliedrig und zerschnitten, im Süden dagegen verhältnismässig glatt sei, mit Sandbänken und Seen entlang dem Küstengebiet. Für die Formungen der Küstenebenen gibt er negative eustatische Bewegungen nicht zu, da für diese Tatsache keine zwingenden Beweise gefunden wurden.

Eine andere wesentliche Folgeerscheinung war die Bildung eines neuen Flussnetzes im Küstengebiet. Der Landabriss sei nämlich nach Osten zu stärker gewesen als nach Westen und es habe sich so in diesem Gebiet entgegengesetzt zu der ursprünglichen Form nach dieser Richtung hin eine allgemeine Abschüssigkeit gebildet.

RESUMO

La aŭtoro, antikva profesoro de Geografio kaj granda konanto de la aspektoj de Sudbrasilio, kiun li traveturis dum oftaj vojaĝoj, prezentas studon pri la morfogenio de la marborda regiono de Stato Santa Catarina.

Komence li ekzamenas la serion de la geologiaj periodoj ĉe Sudbrasilio, ekde la fino de l' karbetaĝa, dum kiu la kristala elerozia ebenaĵo etendiĝis orienten tre fore de la nuna marbordo (tiam ankoraŭ ne ekzistis la Atlantika Oceano) ĝis la fino de l' triasa. En tiu ĉi epoko okazis grandaj efluadoj de bazaj lafoj, kiuj kovris ne nur la antikvan kristalan elerozian ebenaĵon,

kiel ankaŭ la sedimentaj tavoloj etenditaj dum la permetaĝa kaj la triasa periodoj. La aŭtoro reliefigas, ke, dum tiu ĉi fenomeno, ne okazis orogeniaj movoj, ĉu vertikalaj, ĉu de faldo.

Dum la jurasa periodo la tuta Sudbrazilo estus granda altebenaĵo kovrita per dika kovrilo de bazaj erupciitajoj longa je 900.000 kvadrataj kilometroj, proksimume.

Tiu estis la deira punkto por la aktualaj formoj de la marbordo de ŝtato Santa Catarina, kiuj estas produktitaj de orogeniaj movoj, dividitaj laŭ tri sinsekvaj fazoj: ondiĝoj aŭ faldoj malmulte reliefigitaj kun la akso laŭ la direkto oriento-okcidenta, ĝenerala mergo de la permetaĝa-triasaj tavoloj de oriento al okcidento kaj vertikalaj movoj kun formado de fendoj.

La malebenaĵoj, evidente montritaj de la nivel-diferencoj, kiujn oni observas ĉe la bazoj de la permetaĝaj sedimentoj (serio de Itararé), formis sudan sinklinalon, ĉe la nuna intermonta ebenaĵo de rivero Tubarão, centran sinklinalon, ĉe la akso de la ebenaĵoj de Taboleiro kaj Boa Vista, nordan sinklinalon, ĉe la nuna valo de Itajaí, kaj nordan antiklinalon, ĉe la ebenaĵo de rivero Negro. Ĉe la norda sinklinalo naskiĝis la rivero Itajaí-Cancas kaj ĉe la suda la rivero Tubarão-Pelotas, ambaŭ fluantaj okcidenten. Tiaj malebenaĵoj eble rilatiĝas kun la faldo de la montaroj Ventana kaj Tandil, en Argentino, formita ĉe la fino de la triaso.

La mergo de la tavoloj okcidenten estus reliefiginta ĉe la kretaceo kun malleviĝo de la okcidenta parto, el kiu rezultis en S. Paulo la etendiĝo de la sedimentoj de la serio de Baurú.

La vertikalaj movoj, kiuj okazis en la orienta parto de Brazilo, estis reago de la giganta anda faldo. Okazis tiam la falo de la kontinenta ponto, kiu ligis Afrikon al Sudameriko, aŭ, laŭ Wegener, la disiĝo de la du kontinentoj. Tiaj movoj radike modifis la morfologion de la nuna marborda regiono de ŝtato Santa Catarina.

La aŭtoro akceptas kiel certajn diversajn falojn, laŭ grandaj blokoj. La renversiĝo de la tuta zono oriente de la marbordo okazigis, ke nur la plej altaj suproj daŭrigis la emerĝon, kiel okazis ĉe la insulo Santa Catarina, lokita ĉe la centra antiklinalo.

Alia grava disfalo estus okazinta ĉe la zono okcidente de la nuna marbordo, kun la formado de fendoj, el kiuj la ĉefa konsistigus la Ĝeneralan Montaron, majestatan eskarpon al la ebenaĵo. Ĉe la ties orienta parto, la aŭtoro akceptas kiel certan la formadon de fosajoj "graben", prezentante kiel ekzemplon ŝtuparforman fosajon laŭlong de la alta rivero Pelotas.

Kiel sekvoj de tiu morfologia transformiĝo, la aŭtoro studas la reformadon de nova marbordo, tre reliefigita norde de la paralelo 26grada, dum sude ĝi estas ebena, kun marbordaj ŝnuregoj ("restinga") kaj lagetoj. Por la formado de la marbordaj ebenaĵoj li ne akceptas nean eŭstatikan movon, ĉar li ne trovis konvinkajn pruvojn de tiu fakto.

Alia grava sekvo estis la formado de nova potamografia reto ĉe la marborda regiono, ĉar la disfalo estus pli forta oriente ol okcidente, tiel naskinte, en tiu regiono, ĝeneralan deklivon kontraŭan al la primitiva.

de tropas — o meio de transporte característico da época. Consequentemente, houve considerável aumento de picadas e de trilhos pelo nosso interior e foram melhorados os que já existiam. Fornecedor de animais para a região central do país — o sul do Brasil viu aumentar a importância desse comércio. Foi o tempo das célebres e concorridas feiras de animais em Sorocaba. Então, tropas e mais tropas de gado *vacum e*, principalmente, cavalar e muar, vindas do Rio Grande e saídas dos nossos próprios campos, atravessavam o Estado de Santa Catarina de Sul a Norte, palmilhando o mais influente trilho do nosso interior, rumo àquela histórica cidade paulista. Subindo e descendo serras, vencendo os maiores obstáculos para atravessar inúmeros cursos de água, o incessante movimento de tropas e tropeiros nos trilhos e picadas do sul do Brasil marcava o apogeu do comércio de gado.

No Estado assinalam-se vários caminhos antigos com marcante influência no seu desbravamento, no seu povoamento e na sua economia. Foram as nossas rotas pioneiras. São êles: 1.º — o de São Francisco a Curitiba, cuja existência, como simples trilho, já havia sido assinalada no ano de 1600. Foi essa rota, provavelmente, na parte da subida da serra, a seguida por *CABEZA DE VACA* na sua brava viagem até Assunção. Primitivamente orientada para Curitiba, ao ser reconstruída a estrada que tomou a denominação de D. Francisca — nome da doadora do terreno para a fundação da colônia — hoje a importante cidade de Joinville, tomou a direção de Rio Negro. 2.º — o de São Francisco a Des-*têrro*. Desde 1736, que, seguido o litoral, havia essa ligação. Em 1820, por ocasião da viagem de *SAINT HILAIRE*, o seu estado era de completo abandono, só transitável à custa de muito sacrifício. Anteriormente deve ter sido êsse ou ainda pior o seu estado. 3.º — o de São José a Lajes. A primeira penetração, simples picada, foi feita pelo alferes *ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA*, em 1787. Iniciada a sua construção em 14 de Novembro de 1788, ficou concluída em 1790. Foram seus construtores o próprio alferes *ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA* e o capitão *ANTÔNIO MARQUES ARZÃO*. Primitivamente passava por São Pedro desviando-se do morro do Cedro. Os campos da Boa Vista devem seu nome àquele alferes. 4.º — O de Laguna a Viamão, no Rio Grande do Sul. Servia de escoadouro ao gado que se destinava ao Norte do Brasil. Seguiu a praia, atravessando quilômetros e quilômetros de areal que parecia não ter fim. Enquanto foi a única via de comunicação entre o Rio Grande e Santa Catarina teve muito movimento de tropas. Quando, porém, foram abertos os picadões estabelecendo a mesma ligação pelo interior, foi preterido, causando a decadência de Laguna, até então ponto de parada obrigatória das tropas. 5.º — A estrada dos Conventos — ligando o litoral no sul, a Lajes. Iniciava-se no morro dos Conventos, situado quase no extremo norte da praia de Araranguá. O nome da estrada, como é fácil de concluir, provém desse morro. 6.º — Chamava-se caminho das tropas ou estrada de Soro-

caba. Seus pontos extremos foram Viamão, no Sul, Sorocaba, em São Paulo. A secção dêsse caminho entre Curitiba e Campo do Tenente, no Paraná, também é conhecida pela denominação de Estrada da Mata, porque nessa região êle atravessava espessa mataria, que dificultava ainda mais a viagem para Sorocaba. Crê-se que êsse caminho, em toda a sua extensão, tenha sido um antigo trilho de índios e é quase certo que já o conhecessem os bandeirantes que, desde o princípio do século XVII, exploravam as regiões do Sul. O caminho das tropas tornou-se célebre pela função que exerceu durante o ciclo de pecuária nos Estados do Sul.

Foi o próprio comércio de gado que exigiu lá pelo ano de 1720, que se cogitasse de facilitar o seu transporte evitando "os penosos caminhos do litoral, os desaguadouros, desvios a transpor, a deficiência das pastagens a suprir, as longas extensões de praias desertas a vencer. OSVALDO R. CABRAL — *Laguna e Rio Grande*".

Procurou-se, então, ligar a via litorânea ao planalto, subindo os paredões da Serra do Mar.

Para isso houve entendimentos com o bandeirante BARTOLOMEU PAIS DE ABREU, mas êsses entendimentos fracassaram porque foram julgados absurdas as suas exigências. Em 1728, foi FRANCISCO DE SOUSA FARIA encarregado pelo governador de São Paulo — D. ANTÔNIO CALDEIRA DE SILVA PIMENTEL — de abrir caminho para o planalto. Em fins de 1730, FRANCISCO DE SOUSA FARIA chegava aos campos de Lajes. Dois anos mais tarde, em 1731, seguindo trilhos do sertão — CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU levava para São Paulo 800 cabeças de gado, gastando no trajeto mais de um ano. Estava estabelecida, na zona sul, a primeira ligação entre o litoral e o planalto. Até 1738, as tropas do Rio Grande viajavam pela praia até o morro dos Conventos e, daí, subiam pela estrada dos Conventos para Lajes, de onde seguiam para São Paulo. O comércio por Laguna, que era ponto obrigatório de parada, cessou quase que por completo. Até então não havia ligação, pelo interior, entre Lajes e Viamão. Essa ligação só foi feita em 1738, por CRISTÓVÃO PEREIRA, treze anos antes de haver sido criada a vila do Rio Grande. Em 1771 foi estabelecida nova ligação entre o litoral e o planalto, passando por Tubarão. Em 1733, o comércio do gado vindo do Rio Grande do Sul dava vida e movimento à Estrada dos Conventos, já então bastante melhorada. Nesse mesmo ano, ainda com o fim de incrementar êsse comércio, foram concedidos favores especiais aos comerciantes de tropas. E deve ter havido, de fato, muito movimento, pois surgiu a necessidade de estabelecer medidas regulando a maneira por que as tropas deveriam subir a serra. Na época, por aquelas inhóspitas paragens, credores impertinentes se acercavam dos comerciantes de gado, provavelmente devedores renitentes, reclamando o pagamento das dívidas. E é de supor que os credores incomodavam mesmo, pois que dentre os favores de que gozavam êsses comerciantes, havia um que proibia aos seus credores os

incomodassem durante a viagem. A partir de 1738, o tráfego de animais começou, como já assinalamos, a ser feito pelo interior, através a ligação direta feita por iniciativa de CRISTÓVÃO PEREIRA entre os campos do Rio Grande e Lajes. Com o tempo, o trilho do litoral foi ficando abandonado, pois o caminho de CRISTÓVÃO PEREIRA, por ser mais curto e talvez menos monótono que os dos imensos areais das praias do litoral, obteve a preferência dos tropeiros. Consequentemente, caiu no abandono a Estrada dos Conventos. No ano de 1787 era tão mau o seu estado — afirmava o alferes ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA — o que partira de São Joaquim e chegara a Correia Pinto — que os habitantes dos campos de Lajes queixavam-se da falta de sal e de não poderem obter pela referida estrada, onde o trânsito só era feito à custa de penosíssimos sacrifícios. E assim, mais uma das nossas rotas pioneiras perdeu a importância, encerrando o ciclo de sua função social e econômica.

A fundação de Lajes, em Maio de 1751, ocorreu em uma época em que o comércio de gado estava em franco desenvolvimento. CORREIA PINTO, que viajara pela estrada dos Conventos, dentro de pouco se tornou também comerciante de gado e outros moradores se foram “afazendendo”. De Lajes seguiam as tropas para Curitiba, Rio Negro, Lapa, Curitiba e Sorocaba. Em 1816, os tropeiros que transitavam entre São Pedro do Sul e São Pedro pediram a D. João VI fôsse melhorado o trecho de estrada entre Campo Alto, em Curitiba, e o Campo do Tenente, no Paraná, oferecendo o pagamento de 100 réis por cabeça de gado que transportassem, depois do caminho feito. Entre essas duas povoações existia espessa mata, com cerca de 40 léguas de extensão, que o caminho atravessava e de onde lhe adveio o nome de Estrada da Mata, que nada mais foi que uma secção do caminho das tropas. Todavia, a estrada não foi melhorada. Sucessos políticos como a revolução de Portugal que obrigou o regresso de D. João e, em seguida, a proclamação da nossa Independência levaram ao esquecimento a solicitação dos tropeiros. Mas em 1824, o assunto passou novamente para a “ordem do dia”. E o brigadeiro RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR propunha ao conselho do governo que se fundasse uma povoação no meio do trajeto do caminho das Tropas, indicando o lugar Rodeio Grande, nas cabeceiras do rio Tajaí (Itajaí) para a sua sede. Finalmente, dois anos mais tarde, precisamente no dia 26 de Março de 1826, o sargento-mor JOÃO DA SILVA MACHADO iniciou os trabalhos de reconstrução da estrada da Mata. Do abarracamento de São Lourenço, construído pelo sargento-mor, surgiu a atual povoação de São Lourenço no município de Mafra.

A influência do caminho das tropas no povoamento do nosso interior, bem como do interior do Paraná, São Paulo e Rio Grande, é muito expressivo. Ele deixou em território do nosso Estado uma sequência de

povoados que se estende de Mafra a São Joaquim: São Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, Papanduva, Rodeio Grande, Rancho Grande, Passo Canoinhas, Encruzilhada, Xaxim, Campo Alto, Passa Dois, Santa Cecília (antigamente Corisco) Ponte Alta, Curitibanos, Ponte Alta do Sul, Correia Pinto, Lajes, Painel e São Joaquim. De Curitibanos a Mafra as distâncias que separam os povoados correspondem à então jornada de marcha das tropas: 15 a 20 quilômetros. Cada um daqueles povoados deve ter sido, inicialmente, ponto de pouso ou de descanso ou pastagem. Alguns nomes deixam mesmo antever a sua origem ligada ao movimento das tropas: Rodeio Grande, Passa Dois, Campo Alto e Rancho Grande. No passado, foi por certo êsse nosso caminho o de maior importância social e econômica para o sul. Ele consolidou a posse das terras do interior do sul do país. Estrada pioneira pela sua orientação no sentido geral dos meridianos foi, por muitos anos, um fator de unificação nacional. Pelo seu leito pedregoso, esburacado e muitas vêzes mal definido, a seiva primária da nossa economia circulou incessantemente. Aos núcleos espalhados às suas margens, a estrada foi sempre uma esperança, representou sempre melhores possibilidades. Quando começou a perder a importância tôdas as povoações à sua margem entraram em decadência. A função da estrada dos Conventos não foi tão duradoura quanto a precedente. Encontrado outro caminho mais curto — (a ligação direta Viamão - Vacaria - Lajes) ficou esquecida, abandonada. Tôda a sua importância é mais histórica que propriamente econômica: foi, em Santa Catarina, a primeira ligação efetiva entre o litoral e o planalto. Desviando para o interior as tropas que, anteriormente faziam parada obrigatória em Laguna, de onde, geralmente embarcavam via marítima, para o norte do país, foi como já acentuamos, a causa da decadência dêsse povoado. No seu trajeto, já sôbre o planalto, depois de Lajes, onde terminava a estrada dos Conventos, São Joaquim se constituiu no núcleo mais importante. A ligação Lajes - São José e São Joaquim - Tubarão acabou por desviar completamente o pouco movimento que ainda se fazia com o transporte de sal para os campos de Lajes e São Joaquim.

Das nossas trilhas pioneiras, a de São José - Lajes foi a única que teve a sua função valorizada com o correr dos anos e com o desenvolvimento dos meios de transporte. O trem, o automóvel e o navio relegaram para plano secundário o transporte por meio de cargueiros. Houve, por essa razão, menor interêsse na compra e desvalorização dos muares a ponto de se tornarem sem atração as feiras de Sorocaba. A estrada São José - Lages, hoje Florianópolis - Lages, foi o principal fator de recuperação para o Estado de Santa Catarina, de uma vasta região, que tinha a vida econômica, política e social orientada para o Rio Grande. Seu tra-

jeto é marcado por um rosário de povoações. Hoje, é das mais importantes rodovias do Estado, principalmente pelo volume sempre crescente do seu movimento. O seu traçado primitivo se conservou por muito tempo. Das ligações rodoviárias entre o litoral e o planalto, atualmente, é a mais importante, embora servindo a região menos desenvolvida.

A estrada D. Francisca, primitivamente uma ligação entre Curitiba e Joinvile, mais tarde foi dirigida para Rio Negro, seguindo ao longo da margem esquerda do Iguassú. Foi, antes de tudo, consequência da atração exercida, sobre toda a fértil região do vale dos rios Iguassú e Negro, pelo pôrto de São Francisco. É a nossa ligação mais setentrional entre litoral e planalto. São Bento foi o primeiro núcleo cuja fundação está diretamente ligada à abertura da estrada. Duplicando a via fluvial, no rio Iguassú, frequentemente usada então, tornou-a secundária até que ficou completamente abandonada. Mais tarde, a construção do ramal ferroviário São Francisco - Pôrto União, por sua vez, preferida para os transportes por inúmeras razões, entre as quais se destacam a maior rapidez e segurança e menor custo dos transportes, acabou por desviar a maior parte do movimento que havia na estrada D. Francisca. Uma coisa lhe é peculiar: foi a única estrada de ligação entre o litoral e o planalto que serviu de penetração aos elementos alienígenas de colonização. Ao contrário do que aconteceu com a navegação fluvial do rio Iguassú, entre Joinvile e São Francisco, a via fluvial do Cachoeira, sempre teve preferência, registrando a ligação terrestre, por muito tempo, menor movimento.

A estrada do litoral entre São Francisco e Florianópolis foi a menos importante das nossas rotas pioneiras. É que o mar, ao longo da costa, era preferido para as comunicações e transportes.

A Serra do Mar divide as estradas de rodagem do Estado em dois sistemas: o do litoral e o do planalto. Comportando-se como um sério obstáculo a transpor, tem dificultado as ligações com o interior. Ainda hoje, apesar de todos os recursos da técnica, são pouco seguras essas comunicações. O mau tempo, frequentemente, as interrompe. Contamos apenas com quatro vias de ligação com a do interior: a estrada D. Francisca; a Itajaí-Índios, em Lajes; a Florianópolis a Lajes, e, no Sul, seguindo aproximadamente a antiga estrada dos Conventos, uma ligação só para cargueiros. A nossa primeira ligação, em 1730, pela estrada dos Conventos, se fez justamente no ponto em que, em Santa Catarina, mais

fortes são os declives das encostas da Serra do Mar. Verdadeiros paredões, com raras aberturas — êsse o aspecto da serra onde subiu a estrada dos Conventos. Regra geral, onde houve um trilho pioneiro, que permitiu, primitivamente, o comércio e a circulação das nossas riquezas, há, hoje, uma rodovia, seguindo-lhe quase que a mesma direção, as mesmas curvas e as mesmas passagens. Assim aconteceu com o antigo caminho São José-Lajes, com o de São Francisco a Curitiba (Rio Negro) e o de São Francisco a Florianópolis. O mesmo acontecerá, dentro de pouco tempo, com a velha estrada da Mata, uma vez que, paralelamente à ferrovia que ligará Rio Negro a Caxias, correrá uma estrada de rodagem. O atraso dessa ligação se justifica: cessada a influência predominante do ciclo da pecuária, nenhum outro fator atraiu o centro do Estado na direção da antiga estrada das tropas. Essa ligação deixou de imperar como necessidade. Entrementes, o desenvolvimento da região do vale do Itajaí tornou-se um grande centro consumidor de produtos agrícolas e de animais, e, ao mesmo tempo, provedor, passando assim a atrair para a sua órbita quase todo o comércio de Curitiba e grande parte do de Lajes. Com estradas de ferro e de rodagem, orientadas para o interior, o vale do Itajaí, semi-circundando o município de Curitiba e parte dos de Canoinhas e Lajes, exerce além daquela atração comercial, essa outra, puramente geográfica. Restará, então, somente à estrada dos Conventos ter substituição. Todavia, uma ligação entre os campos de Lajes e São Joaquim, pelo menos frente às circunstâncias atuais, não seguirá o antigo traçado da estrada dos Conventos, pois, fatalmente, terá que orientar-se para o Pôrto da Laguna, via Orleans, se for preferido o caminho mais curto. E é preciso considerar que essa ligação terá de vencer as abruptas encostas da Serra do Mar. Finalmente, não é demais assinalar que, excetuadas as zonas fluviais tôdas as outras zonas pioneiras de Santa Catarina - Joinville, São Francisco, São José e Laguna, — no litoral, e Mafra, Canoinhas, Curitiba, Lajes, São Joaquim, Bom Retiro e São Bento — no planalto, correspondem justamente aos pontos de partida, intermediário ou terminal dos nossos caminhos históricos.

São José, Setembro de 1941.

LIVROS CONSULTADOS

- Laguna e Rio Grande — OSVALDO R. CABRAL.
- Notas sobre a fundação de Lajes — VIDAL RAMOS.
- Evolução do Povo Brasileiro — OLIVEIRA VIANA.
- Centenário da Colonização Alemã (Rio Negro - Mafra) — DJALMA FORJAZ.
- História do Paraná — ROMÁRIO MARTINS.
- História Econômica do Brasil — ROBERTO SIMONSEN.
- Memória Histórica de Santa Catarina — ALMEIDA COELHO.
- Viagem à Província de Santa Catarina (1820) — AUGUST DE SAINT-HILAIRE.

RESUMÉ

Mr. OSMAR R. DA SILVA, en faisant l'étude de l'influence que les anciens chemins ont eû sur le développement de l'état de Santa Catarina, ainsi que sur le peuplement et, plus tard, sur l'économie, mentionne les principaux chemins en donnant les caractéristiques de chacun.

1.º) celui de S. Francisco à Curitiba, par où Cabeça de Vaca a probablement passé — dans la partie qui comprend la montée de la Serra-pour aller au Paraguay. Il représente dans l'état la liaison la plus septentrionale entre le litoral et le plateau, par où ont passé les colons étrangers.

2.º) celui de S. Francisco à Desterro, aujourd'hui Florianópolis, et qui a été supplanté par la navigation de cabotage.

3.º) de S. José à Lages, dont la fonction principale est de coordonner les communications; la valeur de cette fonction se maintient jusqu'aujourd'hui. Il a été au contraire, le principal facteur de récupération, pour l'état de Santa Catarina, qui ayant une région très vaste avait la vie économique, politique et sociale orientée vers le Rio Grande. Voilà pourquoi, des agglomérations humaines ont surgit le long du tracé de cette route, témoignant ainsi son influence sur le peuplement. Aujourd'hui, elle constitue une des plus importantes voies de communications de l'état de Santa Catarina.

4.º) de Laguna à Viamão, par la plage, qui a été utilisé aussi longtemps que ne fût connu le chemin qui suit.

5.º) Chemin des Couvents, qui liait le litoral du sud au plateau, où les contreforts de la Serra do Mar sont justement les plus fortement inclinés, des vrais escarpes avec de rares vallées étroites et profondes (bocainas), par où la route construite par Souza Faria, s'est insinuée, reconstruite plus tard par Cristovam Pereira de Abreu et qui l'a inaugurée en 1731, en transportant 800 têtes de bétail du Rio Grande jusqu'à S. Paulo.

6.º) Chemin des troupes, qui allait de Viamão à Sorocaba. Entre Curitiba et Campo do Tenente, dans l'état de Paraná, il a reçu aussi le nom de chemin da Mata (de la Forêt), parcequ'il traversait en cet endroit une forêt très dense. Ce chemin a été probablement suivi par les Bandeirantes dans les pénétrations faites vers le sud.

L'importance de cette route sur le développement de l'interland de l'état de Santa Catarina est mise en évidence par le nombre d'agglomérations humaines que l'on trouve jusqu'à S. Joaquim, c'est-à-dire: S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, en outre de celles qui denoncent leurs origine par les activités pastorales comme: Rodeio Grande, Campo Alto, Passo Canoinhas, Rancho Grande, Passa Dois, et d'autres encore.

De Curitiba jusqu'à Mafra les distances qui séparent les agglomérations humaines correspondent à la marche journalière des troupes, et c'est ainsi que chacune de ces agglomérations ont dû correspondre au commencement à des points de repos, pour paître ou bien pour passer la nuit.

Route pionnière à cause de son orientation dans le sens des méridiens ce chemin a été pendant de longues années un facteur d'unification nationale, mais actuellement, il est le troisième de S. José à Lages qui juit de la suprématie comme conclue l'auteur, en rémemorant qu' "en exceptant les régions fluviales, toutes les autres régions pionnières correspondent exactement aux points de départ, intermédiaires ou terminaux de nos chemins historiques".

RESUMEN

El señor OSMAR R. DA SILVA, al estudiar la influencia de los caminos antiguos en el desenvolvimiento de Santa Catarina, así como en su poblamiento y ulterior economía, apuntó los principales, con sus respectivas características.

1.º) de S. Francisco a Curitiba, con un trecho en la subida de la sierra por donde tendría probablemente transitado Cabeza de Vaca, en su viaje al Paraguay.

Es, en el Estado, la ligación más septentrional entre la costa y la meseta, por la cual se realizó la penetración de elementos extranjeros de colonización.

2.º) de S. Francisco a Desterro, actual Florianópolis, suplantado por la navegación costera.

3.º) de S. José a Lages, cuya función coordinadora no se desvalorizó con el correr de los años. Al contrario, fué el principal factor de recuperación, para el Estado de Santa Catarina, de vasta región, que tenía la vida económica, política y social orientada para el Rio Grande.

Y por eso, al largo de su trazado, surgieron núcleos sociales, que le señalan la influencia pobladora. Y hoy constituye una de las más importantes líneas de la red carretera catarinense.

4.º) de Laguna a Viamão, por la playa, utilizado mientras no fué conocido el siguiente.

5.º) camino de los Conventos, que ligó la costa del sur a la meseta, donde son más inclinadas las pendientes de la Sierra del Mar, verdaderos paredones con raros desfiladeros, por los cuales se insinuó el camino, abierto por Souza Faria, y mejorado por Cristovam Pereira de Abreu, que lo inauguró, en 1731, con 800 cabezas de ganado conducidas de Rio Grande hasta S. Paulo.

6.º) camino de las tropas, que iba de Viamão a Sorocaba.

Entre Curitiba y Campo do Tenente, en el Paraná, recibió también el nombre de camino de la Mata, por atravesar espeso bosque en ese trecho. Sería probablemente el camino que seguían los "bandeirantes", en sus avanzadas hacia el Sur.

La importancia de esa vía en el desarrollo del "interland" catarinense se pone en evidencia por el rosario de pueblos que se extienden hasta S. Joaquim; son ellos S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, y otros que registran nombres denunciadores de su origen de actividades pastorales, tales como Rodeio Grande, Campo Alto, Passo Canoinhas, Rancho Grande, Passa Dois, y otros más.

De Curitiba hasta Mafra las distancias que separan los pueblos corresponden a la marcha diaria de las tropas, y así cada una de aquellas poblaciones debe haber sido, inicialmente, punto de descanso o pasturajes.

Camino pionero por su orientación en el sentido general de los meridionales, este fué, por muchos años, un factor de unificación nacional, pero actualmente, es el tercero, de S. José a Lages, lo que disfruta la supremacía, como concluye el autor, al recordar que "con excepción de las zonas fluviales todas las otras zonas pionieras corresponden justamente a los puntos de partida, intermediario o terminal, de nuestros caminos históricos".

RIASSUNTO

Il signor OSMAR R. DA SILVA, studiando l'influenza delle antiche strade sulla messa in coltura, sul popolamento e sullo sviluppo economico di Santa Catarina, indica le caratteristiche delle principali strade :

1.^a) Da S. Francisco a Curitiba. In un tratto di questa strada, che sale per i monti, probabilmente passò Cabeça de Vaca nel suo viaggio al Paraguai. Questa strada costituisce la comunicazione più settentrionale tra la costa e l'altopiano; per essa penetrarono gli elementi colonizzatori forestieri.

2.^o) Da S. Francisco a Desterro (attuale Florianópolis). E' stata sostituita dalla navigazione costiera.

3.^o) Da S. José a Lajes. La funzione coordinatrice di questa strada non diminuì d'importanza col tempo; essa, anzi, servì allo Stato di Santa Catarina per ricuperare il dominio di una vasta regione, la cui vita economica, politica e sociale si era orientata verso il Rio Grande. Perciò, lungo questa strada si formarono nuclei sociali, che contrassegnano la sua influenza sul popolamento. Costituisce oggi una delle linee più importanti della rete stradale di Santa Catarina.

4.^o) Da Laguna a Viamão. Si stende lungo la spiaggia. Venne utilizzata fino a che cedette la sua funzione alla strada seguente.

5.^o) Strada dei Conventos. Unisce il litorale meridionale all'alto-piano, nel punto in cui i contrafforti della Serra do Mar s'innalzano più scoscesi, formando vere muraglie, con poche gole, entro le quali si insinua la strada. Questa fu aperta da Souza Faria, e migliorata da Cristovam Pereira de Abreu, che l'inaugurò nel 1731, guidando 800 capi di bestiame da Rio Grande a São Paulo.

6.^o) Strada delle mandre. Univa Viamão con Sorocaba. Tra Curitiba e Campo do Tenente, nel Paraná, fu anche denominata "Strada della foresta", perchè in quel tratto attraversava densi boschi. Probabilmente fu la via che seguirono i pionieri "Bandeirantes", quando si spinsero verso il Sud. L'importanza di essa per lo sviluppo dell'interno dello Stato di Santa Catarina è dimostrato dai numerosi villaggi che s'incontrano fino a S. Joaquim: come S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva; ed altri, i cui nomi rivelano l'origine da attività pastorali, come Rodeio Grande, Campo Alto, Passo Canoinhas, Rancho Grande, Passa Dois, e altri. Da Curitiba a Mafra le distanze che separano i villaggi corrispondono al cammino giornaliero delle mandre, perchè ognuno di essi deve aver corrisposto, da principio, a un posto di riposo e di fermata o di pascolo. Questa strada, che aprì nuovi orizzonti per il suo orientamento verso Sud, fu per molti anni un fattore di unificazione nazionale; oggi però è più importante a questo fine la strada da S. José a Lajes.

Conclude l'autore che, "eccettuate le zone fluviali, tutte le altre regioni pioniere corrispondono ai punti di partenza, alle parti intermedie o ai punti di arrivo delle nostre strade storiche."

SUMMARY

Mr. OSMAR R. DA SILVA, during his studies on the influence of roads in the opening up of the State of Santa Catarina and in its settlement and ultimate economy, pointed out the principal ones, with their respective characteristics.

1.^o) The road from São Francisco to Curitiba, along part of which, for climbing the mountain chain, Cabeça de Vaca probably passed on his journey to Paraguay.

It is the southernmost road in the State joining the coast to the tableland, by which the foreign colonizing elements penetrated.

2.^o) São Francisco to Desterro, now Florianópolis, which has been superseded by coastwise navigation.

3.^o) S. José to Lajes, which has not lost its co-ordinating function with the passing of the years.

On the contrary, it was the main factor in the recovery by the State of Santa Catarina of the vast region, whose economic, political and social life used to be inclined towards Rio Grande. For that reason, along its course arose social settlements with marked populating influences. To-day it has become one of the most important in the State's chain of highways.

4.^o) Laguna to Viamão, along the beach. This was used before the road next mentioned became known.

5.^o) Caminho dos Conventos, or Convent Road, which joined the southern coast to the tableland, where the ramparts of the Serra do Mar were steepest, like massive stonewalls with, here and there, a gorge, through which wound the road opened by Souza Faria, later improved by Cristovam Pereira de Abreu, who inaugurated it in 1731 with 800 head of cattle brought from Rio Grande to S. Paulo.

6.^o) Caminho das Tropas, from Viamão to Sorocaba.

Between Curitiba and Campo do Tenente, in Paraná, it also received the name of Estrada da Mata, or Jungle Road, as it passed through dense forests in this section. It was probably the road followed by the pioneers, or "bandeirantes", in their drives to the South.

The importance of this highway in the development of the hinterland of S. Catarina becomes evident by the string of settlements which extend as far as S. Joaquim, such as S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, besides those whose names betray their cattle origin, like Rodeio Grande, Campo Alto, Passo Canoinhas, Rancho Grande, Passa Dois and others.

From Curitiba to Mafra the distances between the settlements represent a day's march of the settlers, so that each must have been originally a stopping place for rest or grazing.

Owing to its plan in the same direction as the other southern roads, this pioneer highway was, during many years, a factor of national unity. Now, however, it competes with two others, from S. José to Lajes, for supremacy, in accordance with the concluding remarks of the author, who reminds us that "with the exception of regions served by rivers, all the other pioneer zones correspond exactly to the starting, intermediate or terminal points of our historical highways".

ZUSAMMENFASSUNG

Herr OSMAR R. DA SILVA, behandelt im Vorliegenden den Einfluss der alten, natürlichen Strassen auf die Urbarmachung Sta. Katharinas, ebenso auf seine Besiedelung und Wirtschaft: Die hauptsächlichsten dieser Wege stellt er fest, mit charakteristischen Rückblicken:

1.º) Der Weg von S. Francisco nach Curitiba, über einen Teil dessen beim Anstieg auf die Serra höchstwahrscheinlich Cabeça de Vaca auf seiner Reise nach Paragual gewandert ist.

Es ist die nördlichste Verbindung im Staate zwischen Küste und Hochebene, über die sich auch das Vordringen ausländischer Elemente zur Kolonisation vollzog.

2.º) Von S. Francisco nach Desterro, dem jetzigen Florianopolis, später von der Küstenschiffahrt übernommen.

3.º) Von S. José nach Lajes, dessen beigeordnete Funktion im Laufe der Jahre ihren Wert nicht verloren hat.

Im Gegenteil, diese Strasse war sogar der hauptsächlichste Faktor für den Staat Sta. Katharina zur Wiedergewinnung eines weit ausgedehnten Gebietes, welches sein wirtschaftliches, politisches und soziales Leben nach Rio Grande gerichtet hatte.

Und aus diesem Grunde entstanden entlang seines Verlaufes menschliche Ansiedlungen, die an ihm die Zeichen der Kolonisation zurückliessen. Heute ist er eine der wichtigsten Linien im katharinensischen Strassennetz.

4.º) Der Weg von Laguna nach Viamão über den Strand, der benutzt wurde als der folgende noch nicht bekannt war.

5.º) Der Caminho dos Conventos, der das südliche Küstengebiet mit der Hochebene, verband, dort, wo die Abhänge der Serra do Mar am steilsten sind, riesenhafte Felsmassen mit nur wenigen Einschnitten. Durch diese drängte sich die Strasse, die durch Souza Faria geöffnet wurde und durch Christovam Pereira de Abreu verbessert im Jahre 1731 eingeweiht wurde, indem er 800 Stück Vieh von Rio Grande bis São Paulo führte.

6.º) Die Truppenstrasse, die von Viamão nach Sorocaba führte.

Zwischen Curitiba und Campo Tenente in Paraná erhielt sie auch den Namen Estrada da Mata, wegen der wilden Urwaldwucherungen in diesem Teil. Dies wird wahrscheinlich der Weg sein, dem die Bandeirantes bei ihrem Vordringen in den Süden gefolgt sind.

Die Wichtigkeit dieser Strasse für die Entwicklung des katharinensischen Hinterlandes zeigt sich in dem Kranz von Ansiedlungen, die sich bis S. Joaquim ausdehnen, wie zum Beispiel S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, ausser denen, deren Namen schon ihre Herkunft verraten, siedlerischer Tätigkeit, wie "Grosse Krümmung", "Hohes Feld", "Kleiner Grabenweg", "Grosse Farm", Passa Dois und viele mehr.

Die Entfernungen, die zwischen Curitiba und Mafra die Ansiedlungen voneinander trennen, entsprechen einem Tagesmarsch der Truppe, und so dürfte wohl jede dieser Siedlungen anfänglich ein Ausrub — Lager — oder Weideplatz gewesen sein.

Diese Pionierstrasse war durch ihre allgemeinerichtung nach Süden ein Faktor für die nationale Einigung, aber, wie der Autor schliesst, ist es in Wirklichkeit doch die 3. Strasse, die von S. José nach Lajes, die hierin die Überlegenheit besitzt. Er stellt fest, dass "ausgenommen der Flussgebiete alle anderen Kolonisationsgebiete genau den mittelbaren oder endgültigen Ausgangspunkten unserer historischen Strassen entsprechen."

RESUMO

Sinjoro OSMAR R. DA SILVA, estudante da influon de la antikvaj vojoj sur la traesplorado de stato Santa Catarina, kiel ankaŭ sur ĝia loĝatigo kaj posta ekonomio, montris la ĉefajn, kun iliaj respektivaj distingiloj.

1.ª) de Sankta Francisko al Curitiba, tra kies iu peco, ĉe la suprenirejo al la Montaro, probable, traveturis Cabeça de Negro (Nigrula Kapo), dum sia vojaĝo al Paragvaĵo.

Ĝi estas, en la Stato, la plej norda ligilo inter la marbordo kaj la altebenaĵo, tra kiu efektiviĝis la penetrado de ailandaj koloniaj elementoj.

2.ª) de Sankta Francisko al Desterro, nuna Florianópolis, superita de la apudmara navigacio.

3.ª) de Sankta Jozefo al Lages, kies kunordiga funkcio ne senvalorigiĝis post pasado de la jaroj.

Kontraŭe, ĝi estis la ĉefa faktoro de reakiro, por Stato Santa Catarina, de vasta regiono, kiu havis la ekonomian, politikan kaj socian vivon orientita laŭ Stato Rio Grande do Sul. Kaj, tial, laŭlonge de tiu vojo, aperis sociaj centroj, kiuj signis al ĝi la loĝatigan influon. Kaj nodiaŭ ĝi estas unu el la plej gravaj linioj de la ŝosea reto de Stato Santa Catarina.

4.ª) de Laguna al Viamão, tra la marbordo, utiligita dum la tempo, kiam ankorau ne estis konata la sekvanta vojo.

5.ª) Vojo de la Coventos, kiu ligis la sudan marbordon al la altebenaĵo, kie pli krutaj estas la deklivoj de la Mara Montaro, veraj muregoj kun malmultaj aperturoj, tra kiujn sin enŝovis la vojo, malfermita de Souza Faria, kaj plibonigita de Cristovam Pereira de Abreu, kiu ĝin inaŭguris, en la jaro 1731a, kun 800 brutoj kondukita de Rio Grande ĝis S. Paulo.

6.ª) Vojo de la bruttrupoj, kiuj iradis de Viamão al Sorocaba.

Inter Curitiba kaj Campo de l' Leutenanto, en Stato Paraná, ĝi ricevis ankaŭ la nomon Vojo tra la Arbaro, ĉar ĝi trairas en tiu peco densan arbaron. Probable ĝi estis la vojo sekvita de la "bandeirantes" (esplorintoj), dum iliaj impetoj suden.

La reliefo de tiu vojo ĉe la disvolvigo de la internlando en Stato Santa Catarina evidentiĝas pro la aro da domaroj starigitaj ĝis Sankta Joakimo, nome: S. Lourenço, Butiá, Saltinho, Estiva, krom tiuj, kiuj registas nomojn elmontrantajn sian devenon de paŝtistaj aktivecoj, kiel Rodeio Grande, Campo Alto, Passo Canoinhas, Rancho Grande, Passa Dois, krom aliaj.

De Curitiba al Mafra la distancoj, kiuj disigas la vilaĝetojn, respondas al la unutaga irado de la trupoj, kaj tial ĉiu el tiuj vilaĝetoj certe estis, komence, haltejo, ripozejo aŭ paŝtejo.

Pionira vojo pro sia orientiĝo ĉe la ĝenerala sento de la sudaj, tiu ĉi estis, dum multaj jaroj, faktoro de nacia unuiĝo, sed nun estas la tria vojo, de Sankta Jozefo al Lajes, kiu ĝuas la superecon, kiel konkludas la aŭtoro, memorigante, ke, ekseptinte la riverajn zonojn, ĉiuj aliaj pioniraj zonoj respondaj ĝuste al la deiraj punktoj, meza aŭ fina, de niaj historiaj vojoj".

GARIMPOS NA REGIÃO DE JACOBINA — ESTADO DA BAÍA

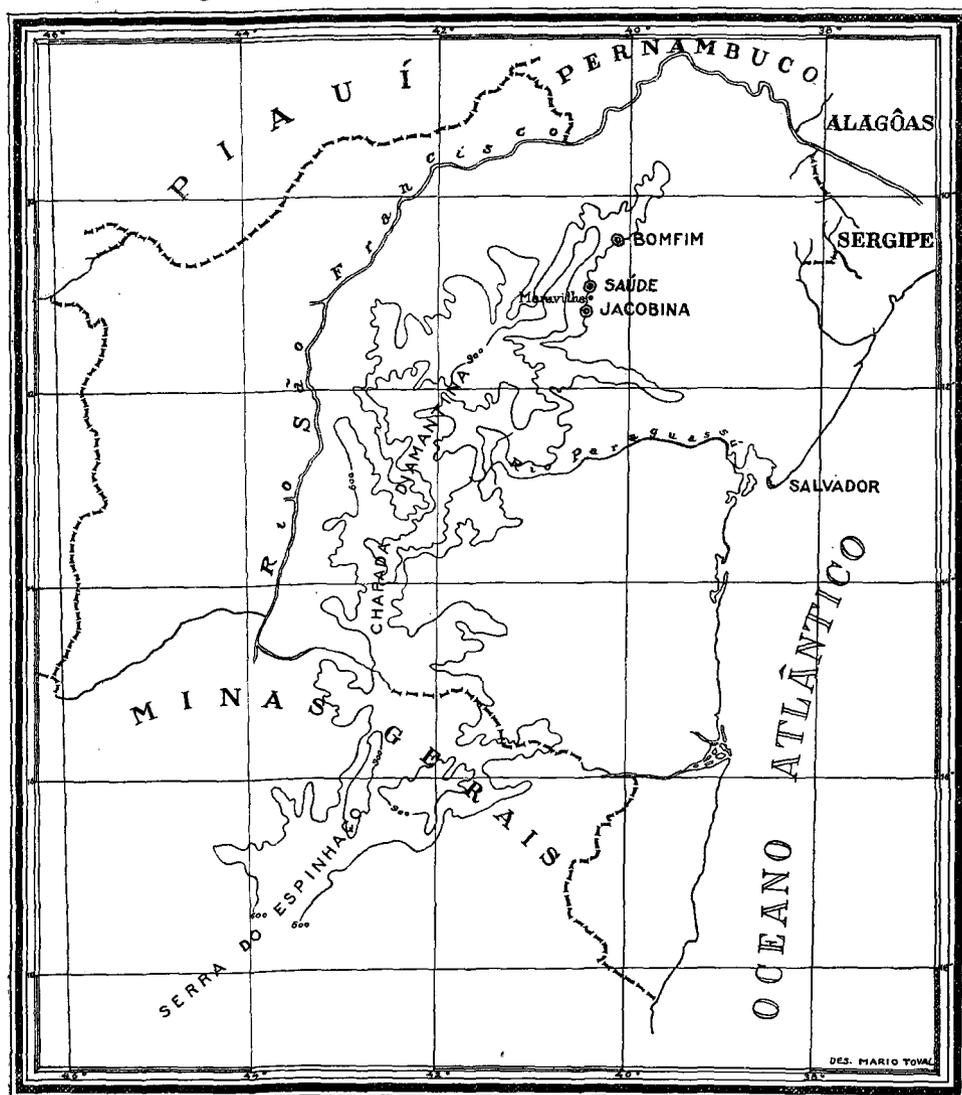
Pelo Eng.^o Henrique Cáper Alves de Sousa
Do Dep. Nac. da Produção Mineral¹

Entre duas serras de escarpas talhadas a pique, numa ampla praça de terra batida, alinham-se em quadra as fachadas das casas de pau a pique.

De um lado, sôbre a alvura de três frentes caídas, as únicas de todo o povoado, lêem-se dísticos como estes: “Ponto Ideal de Paulino Fernandes”, “Casa de Pichulino”.

Estamos em plena Maravilha, arraial de garimpeiros no município de Saúde, a 530 km da cidade do Salvador.

Este povoado perdido na serra de Jacobina, é o centro de uma rica zona aurífera, garimpo refugiado nas hospitaleiras dobras de uma imen-



¹ Publicado com autorização do Diretor da Divisão de Fomento Mineral.

sa serra, talhada em rocha viva, desafiando com os reflexos brancos das suas escarpas, a planura da caatinga que o circunda.

A serra do Espinhaço, centro estrutural de uma extensa área do nosso território, que do interior de Minas Gerais se prolonga pela Baía com o nome de Chapada Diamantina, indo terminar antes da grande curva do São Francisco, vem aqui lançar uma ramificação do sul de Jacobina ao norte de Bonfim, quebrando a monotonia da paisagem baiana.

Nas suas faldas vem morrer a caatinga; aí também se dá a passagem brusca das rochas arqueanas para os xistos e quartzitos da série de Minas.

O povoado O povoado de Maravilha é dividido em dois, como frequentemente acontece nesta região baiana.

O primeiro nasceu com os primeiros trabalhos, cosido à própria escarpa da serra, acompanhando as sinuosidades dos pequenos filões de ouro, pendurado sôbre o vale. É Maravilha de Cima.

Maravilha de Baixo espraia-se no vale, duzentos metros abaixo, no sopé do morro. Surgiu com o desenvolvimento da mineração e o afluxo dos garimpeiros. As suas construções, guiadas por um maior sentido de estética e de alinhamento, são de um só estilo: casas de uma porta e janela, os outões sem abertura, telhados de palha de duas águas.

Na parte alta do povoado, fervilha uma vida intensa de trabalho, a semana inteira. À noite, a irrequieta alegria dos tocadores de violão, que se ajuntam em barracas sórdidas e que transudam cheiro de cachça. Aos domingos, o povo vem à feira, na praça principal.

Aglomeram-se homens e mulheres que discutem muito e compram pouco; jumentos carregando mantimentos em caixas retangulares de couro cru, amarradas às cangalhas; vendedores de doces e bugigangas em mesas expostas ao sol; carne de vento pendurada em varas apoiadas em altas forquilhas fincadas no chão de terra.

Chega o Bio, do garimpo de "Figuras", para discutir projetos de novos serviços noutra garimpo distante. Chega outro que prefere a

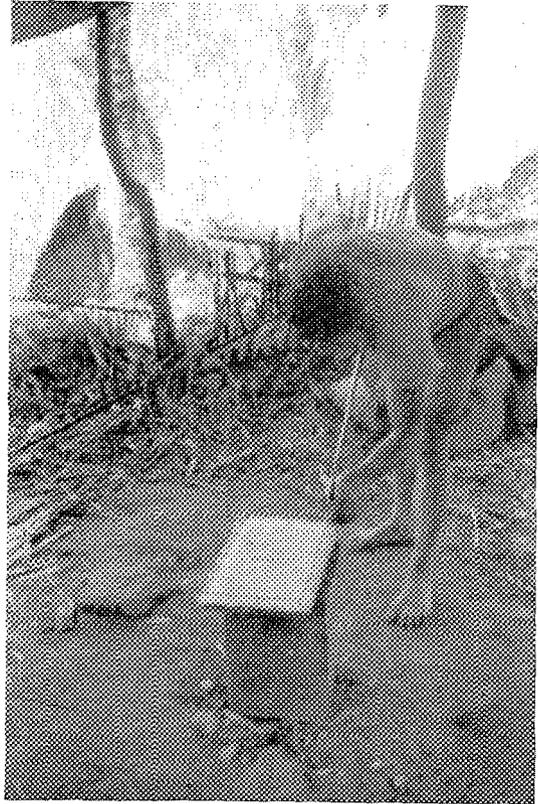


*Encostados ao garimpo, reúnem-se os trabalhadores na praça de Maravilha.
(Foto Cáper de Sousa)*



*Fazendeiros, comerciantes e garimpeiros, compram, em Maravilha, doces trazidos para a feira de domingo.
(Foto Cáper de Sousa)*

“Guela da Ema” que dá melhor ouro e propõe sociedade “a meias com o compadre e mais o comprador de ouro, que é rico e pode correr com a despesa”. Veem garotos escañados em minúsculos jumentos, com latas de leite para vender, dos “criatórios” de baixo da serra. Surge a novidade de terem aparecido diamantes próximo das cabeceiras do Paiajá, e logo se forma um ajuntamento para apreciar o pequeno octaedro de dois quilates e a “cabeça de frade” que passam de um cartucho de pó para a palma da mão. Por tôdas estas razões conversa-se, discute-se e finalmente tudo se acaba no barracão do JOSÉ DIAS ou no do vizinho da frente, que tem melhor cachaça, num gole de cana.



Assim como o ping-pong, miniatura do tennis, um novo jôgo, miniatura do bilhar.
(Foto Cáper de Sousa)

Existem ainda alguns bilhares no centro de barracas mal iluminadas onde os peritos disputam a partida de *snooker* ou bilhar francês, empunhando desajeitadamente os tacos, enquanto os espectadores se comprimem e assistem religiosa e silenciosamente às carambolas, sentados em bancos compridos que vergam ao pêso dos torcedores. Mas há também um minúsculo bilhar de dois palmos de comprimento, armado sôbre um caixote e com bolas de gude para o treino dos futuros campeões.

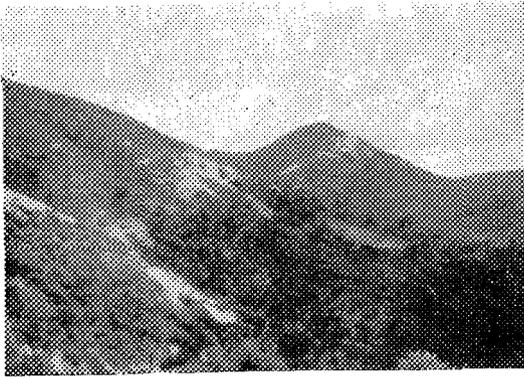
A serra A serra de Jacobina, na maior parte de sua extensão ao norte desta cidade, compõe-se do ponto de vista geológico de quatro unidades distintas, orientadas, no centro da serra, cêrca de 10° NE (magnético). Duas dessas unidades, as mais importantes porque desenham a sua forma, são quartzitos brancos, de mergulho quase vertical; as outras duas são complexos xistosos moles, concordantes em direção e mergulho.

Essas formações são muito espêssas. A primeira, de oeste para leste, é um grupo exclusivamente constituído de quartzitos brancos e de leitos de conglomeratos, com mais de 2,5 km de possança, formando um cordão largo e extenso de serras paralelas e acidentadas, de altitudes excedendo 900 metros. A terceira é ainda uma formação quartzítica de espessura não excedendo 500 a 700 metros, com o mesmo caráter aci-

dentado. Entre ambos os grupos que formam a espinha dorsal da serra e seu núcleo de resistência, temos xistos moles que constituem depressão, numa faixa de perto de 2 km de largura e se desdobram em morros de suaves ondulações. Também, orlando a serra pelo lado leste, repetem-se os xistos que formam a sua aba e vão morrer em suave depressão na planície arqueana.

Passando dos quartzitos para os filitos, a erosão, escavando a rocha mole, deixou a descoberto o paredão resistente.

Maravilha fica na aba dêste paredão, como também Lajedo, Jaqueira e outros garimpos. E assim, quem de Maravilha olhar para norte ou para sul, acompanha o perfil a prumo desta aresta viva e branca que parece cortada a faca.



Na falda oeste da serra, a norte e ao sul de Jacobina, estendem-se, a perder de vista, as manchas brancas dos desmontes dos garimpeiros.

(Foto Cáper de Sousa)

jando em “grunas” onde se passa de cabeça baixa ou deitado sob um teto mal firmado por “damas” irregulares e “fogueiras” que ameaçam ruir. Nelas poreja água que se acumula no fundo, onde filõezinhos de um ou dois palmos são abandonados a menos de vinte metros de profundidade vertical.

As figuras Próximo de Maravilha, cêrca de légua e meia para sul, em plenos quartzitos da faixa oeste da serra, alinham-se norte-sul três serras paralelas, talhadas na mesma rocha, de um perfeito paralelismo. Cruzeiros de madeira assinalam os vértices pontudos dos morros.

A natureza friável da rocha arenosa permitiu que a

Na sua base, deitados e penetrando no morro, cortando os quartzitos verticais, dois filões estreitos estão sendo trabalhados. As escavações acompanhando o traço horizontal dêstes filões ao longo do paredão, assinalam a sua posição com a orla de entulho lançada morro abaixo, que vem franjeá-lo de areia branca.

Acompanham-no os trabalhos dos garimpeiros, até pequena profundidade, raste-



Maravilha — Ao longo da encosta, garimpa-se o ouro. A areia branca franjeia a escarpa. À direita, Maravilha de Cima.

(Foto Cáper de Sousa)

erosão desenhasse formas indefiníveis que parecem figuras humanas ou criações de fantasia. Nesta paisagem árida e de estranha beleza, ergue-se, no pico mais elevado, uma modesta igreja em ruínas, testemunho de um passado secular.

Na sua vizinhança imediata vivem e trabalham algumas centenas de garimpeiros, espalhados pela serra à cata do ouro, mas a atividade humana não consegue desfazer a impressão de isolamento dêste horizonte sem fim, povoado pelas formas áridas de dezenas de morros que vão perder-se além de Jacobina, enfileirados por seis léguas até às cabeceiras do Itapicurú-Mirim, salpicados de manchas e traços alvejantes que assinalam ao longe entulhos de garimpos a meia encosta.



Figuras. Efeitos da erosão sôbre as rochas da serra da Jacobina.

(Foto Cáper de Sousa)

O t r a b a l h o Temos, no Brasil, inúmeras zonas de garimpos onde, graças à alta do ouro e à atual política de liberdade dada ao garimpo, milhares de homens se dedicam à extração do ouro por métodos rotineiros e simples, frequentemente os únicos capazes de pagar uma lavra que não comportaria maiores inversões de capital.

Assim em Minas, onde uma boa parte da população pobre se dedica, há alguns séculos, à faiscação dos aluviões dos leitos dos rios, recolhendo as faiscas de ouro sôbre panos ou couros crus. Mas é principalmente onde escasseiam recursos ou densidade de população que o trabalho assume o caráter de atividade quase exclusiva de uma população sempre flutuante e aventureira. É o caso do Maranhão, do Pará onde pululam, perdidos na mata virgem, milhares de faiscadores. Alí, recolhem o metal nas ranhuras das suas "escalas" sacudidas em "máquinas" de madeira.

É o caso também da serra de Jacobina, onde milhares de faiscadores, uns semi-profissionais do garimpo, outros lavradores tocados para os píncaros da serra pela sêde que acossa o sertão, veem arrancar do seio da terra a comida que ela lhes nega.

A forma de trabalho adapta-se às condições do ambiente e do meio. Em Canavieiras e Itapicurú, ao sul de Jacobina, arranca-se o ouro dos pequenos filões que subiram, nos quartzitos, acompanhando níveis de conglomeratos. Trabalha-se também nos córregos, lavando a terra aurí-



Itapicurú. Níveis de conglomeratos, mergulhando fortemente para leste, são arrancados a explosivo, mistura de clorato e açúcar, reduzidos a pó e bateados.

(Foto Cáper de Sousa)

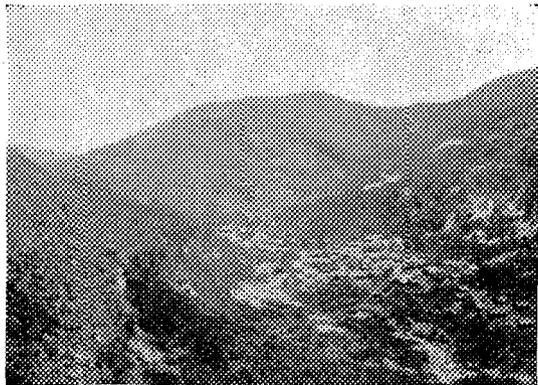
que o fôlego dos trabalhadores sustente a fuligem dos lampeões de querosene.

Aquí, como em muitos outros garimpos, o que mais admira é a relativa ordem no meio da confusão. Existe um sistema de trabalho, sem dúvida cheio de imperfeições e frequentemente prejudicial à boa exploração mas que, em todo o caso, permite que se juntem e trabalhem lado a lado milhares de homens sem recursos, analfabetos e para os quais leis e regulamentos seriam de todo inacessíveis.

As questões resolvem-se com relativa facilidade, quando não se imiscuem interesses de pequenos influentes locais. Quando se trata dum filão

fera que desce das encostas da serra. O riacho transforma-se numa série de sucessivos lava-douros em que homens e mulheres lavam a terra arenosa em enormes bateias de sucupira ou de cedro.

Trabalha-se também em minúsculos veiros que, em tôdas as direções, cortam os quartzitos friáveis; em Figuras, em "grunas" de forma caprichosa, onde o homem desce, deitado, arrastando-se sobre os joelhos, sob a ameaça de um teto que se desfaz em areia. Alguns, mais caprichosos no seu trabalho, organizam tanques de lavagem e pequenas oficinas de britagem manual, tal como nos velhos tempos dos senhores coloniais. Nas encostas dos morros, bôcas de serviço escancaram-se perigosamente descendo enquanto o ouro "pinta" e até



Canavieiras, povoação de garimpeiros, próxima de Jacobina, estende-se no fundo de um vale muito trabalhado.

(Foto Cáper de Sousa)



As mulheres auxiliam os garimpeiros no delicado trabalho da lavagem e apuração.

(Foto Cáper de Sousa)

bem definido, como em Maravilha, em Lajedo ou na Guela da Ema — nome que deriva dum antigo costume de guardar o ouro em pó numa guela de ema —, quem dispõe dum pequeno capital, marca o seu serviço em palmos de comprimento. Depois convida alguns homens a trabalhar, fornecendo-lhes ferramenta e algum adiantamento. Os “meeiros” recebem em paga metade do

ouro que extraem.

Refúgio dos miseráveis e dos que vão tentar pequenas fortunas e acabam afeitos ao novo gênero de vida, Maravilha vive esquecida do mundo, perdida na serra a dois passos de uma estrada de ferro, frequentada apenas por uma classe de gente que confia mais no próprio esforço e no destino do que nos compromissos de um trabalho organizado e normal.

Esta sêde de ouro e de trabalho livre tem sido o fator preponderante do surto dos nossos garimpos e da nossa produção de ouro. Seria excessivo otimismo confiar na iniciativa do capital brasileiro, e muito menos do capital baiano, para criar qualquer coisa de organizado nestas regiões. Resta-nos a mão de obra anônima, entregue aos seus hábitos seculares, sem capital e sem recursos para arrancar da terra o fruto do labor insano e persistente dos seus pesquisadores. Esta mão de obra recebe, em compensação, a doçura de um clima sem par e o espetáculo sempre variado das escarpas ondulantes de uma serra imensa, que esconde, em múltiplos veios de quartzo aurífero, promessas falazes como a miragem de um imenso deserto.

RESUMÉ

L'ingénieur CÁPÉR DE SOUSA, du Département National de Production Minérale, étudie, dans ce travail, l'exploration de l'or dans la région de Jacobina, état de Baía.

Cette région riche en or, analysée par l'auteur, est située sur une ramification du plateau de Diamantina. Au centre de cette région est située l'agglomération des chercheurs d'or dénommée Maravilha. Cette localité a surgit avec le développement de l'exploration de l'or et l'afflux des chercheurs d'or, elle est formée de maisons très modestes et sa population est plus ou moins instable, exerçant une grande activité pendant le jour et s'amusant d'une manière bruyante pendant la nuit.

Les deux filons en exploitation — couchés et pénétrant dans la montagne, en coupant les roches verticales quartzieuses — sont situés à la base d'une grande escarpe très résistante, que l'érosion a mis à découvert, dans la chaîne de montagnes de Jacobina. L'auteur fait une description géologique de cette chaîne, en faisant ressortir les roches quartzieuses blanches qui plongent presque verticalement dans le sol et les xistes moux.

Le travail de la recherche de l'or, dans la plupart des contrées du Brésil, principalement dans l'état de Minas Gerais, se fait encore d'une manière empirique et pour faire l'extraction de l'or sont encore employées des méthodes primitives. Ce travail est presque toujours réalisé par une population pauvre, qui est attirée actuellement par la hausse du prix de l'or et par la liberté que le Code de Mines a donné aux recherches minéralogiques et se limite au lavage des alluvions des rivières. A Jacobina, où le travail a été adapté aux conditions du milieu ambiant — décrites par l'auteur —, partout, l'exploration des filons se fait de la même manière et ainsi "des milliers de chercheurs d'or, dont quelques uns sont des demi-professionnels, d'autres des laboureurs poussés vers les sommets de la chaîne de montagnes par la soif de l'or que provoque l'intérieur", hommes et femmes sont, malgré leurs humilité, des facteurs importants dans l'essor des placers brésiliens et dans la production de l'or national.

RESUMEN

El ingeniero CÁPÉR DE SOUSA, del Departamento Nacional de la Producción Mineral, estudia, en este artículo, la explotación del oro en la región de Jacobina, Estado de Baía.

La rica zona aurífera analizada por el autor se localiza en una ramificación de la Chapada (meseta) Diamantina. En su centro está situada la aldea de buscadores de oro llamada Maravilla, — pueblo surgido con el desarrollo de la mineración y el aflujo de mineros, de modestas edificaciones y de población más o menos instable, que tiene su vida señalada por intensa actividad durante el día e inquieta alegría a la noche.

Los dos filones que están siendo trabajados — horizontales y penetrando en el monte cortando los quartzitos verticales —, se sitúan en la base de la gran pared resistente, dejada a descubierto por la erosión, en la sierra de Jacobina. El autor hace la descripción geológica de esta sierra, en la cual salienta los quartzitos blancos, que buzan casi verticalmente, y los esquistos blandos.

El trabajo de cosecha del oro, en muchas partes del Brasil, sobre todo en Minas Gerais, es aún empírico y la extracción es hecha por procesos primitivos. Trabajo realizado, casi siempre por la población pobre, que es atraída, actualmente, por la alta del oro y por la libertad dada a las pesquisas mineralógicas por el Código de Minas, se restringe a la busca en los aluviones de los cauces de los ríos. En Jacobina, adaptándose el trabajo a las condiciones del ambiente y del medio — descritas por el autor —, es idéntica la explotación de los filones, y "millares de mineros, los unos semiprofesionales de la busca del oro, los otros labradores llevados para las cumbres de la sierra por la sed que varre el interior", hombres y mujeres, son a pesar de humildes, factores preponderantes en los ciclos de minería brasileños y en la producción nacional de oro.

RIASSUNTO

L'ingegnere CÁPÉR DE SOUSA, del Dipartimento Nazionale della Produzione Minerale, studia in questo articolo le ricerche dell'oro nella regione di Jacobina, Stato di Baía.

La ricca zona aurifera studiata dall'autore è situata in una ramificazione della Terrazza Diamantina. Nel suo centro si trova il villaggio di cercatori d'oro chiamato Maravilha, — paese sorto con lo sviluppo dell'attività mineraria e con l'afflusso dei cercatori, con costruzioni modeste e popolazione abbastanza instabile, la cui vita è caratterizzata da un'intensa attività di giorno e da un'irrequieta allegria di notte.

I due filoni che sono in corso di sfruttamento, poco inclinati e penetranti nella collina, così che tagliano le quartziti verticali —, si trovano alla base di una grande parete resistente, lasciata scoperta dall'erosione, nella catena di Jacobina. L'autore fa la descrizione geologica di questa catena di montagne, accennando alle quartziti bianche, di sprofondamento quasi verticale, e agli schisti molli.

Il lavoro di ricerca dell'oro, in molte parti del Brasile, specialmente in Minas Gerais, è ancora empirico, e l'estrazione dei metalli è eseguita con metodi primitivi. Il lavoro, compiuto quasi sempre dalla popolazione povera, ora attratta dal rialzo del prezzo dell'oro e dalla libertà

concessa alle ricerche mineraril dal Codice delle Miniere, si limita al lavaggio delle alluvioni dei letti dei fiumi.

A Jacobina, adattandosi l'attività alle condizioni dell'ambiente fisico e sociale — descritto dall'autore —, è analogo a quello di Minas lo sfruttamento dei filoni, e "migliaia di ricercatori, alcuni semi-professionisti, altri contadini spinti su per le montagna dalla sete che tormenta le bassure", uomini e donne, rappresentano un umile, una preponderante fattore dell'espansione che si manifesta nelle ricerche minerarie brasiliane, e nella produzione nazionale dell'oro.

SUMMARY

In this article engineer CÁPÉR DE SOUSA, of the National Department of Mineral Production, studies gold mining in the Jacobina region of the State of Baía.

The rich gold-bearing zone surveyed by the author is located in a ramification of Chapada Diamantina. In its centre there is a settlement of gold seekers called Maravilha, a village developed through the expansion of mining and the influx of miners. The place is of modest constructions having a more or less unstable population, a busy life during day-time and is restlessly gay at night.

The two lodes which are being worked, — both lying along and entering the hill while sectioning the vertical quartzites —, are located on the foot of a large and strong thick wall uncovered by erosion on the Jacobina hill. The author makes the geological description of this hill and points out the white quartzites, these merging almost vertically, and the soft schists.

Placer mining, in many parts of Brazil, mainly in Minas Gerais, is still an empirical process and gold is extracted by primitive methods. The work, which is for the most done by the poorer population now being attracted by the rise of gold and by the liberty given to mineral prospecting under the Code of Mines, is nothing more than a washing in the alluvials of the river beds. In Jacobina, while the work conforms to prevailing environmental conditions which the author describes, the exploitation of the lodes is carried in the same way, and "thousands of miners, some of them semi-professionals of the placers, others farmers driven to the top of the mountains by the thirst hitting the inland regions, men and women, are, in spite of being humble people, predominant factors in the development of Brazilian placers and the national output of gold".

ZUSAMMENFASSUNG

Der Ingenieur CÁPÉR DE SOUSA vom Nationalen Departament für Mineral-Produktion behandelt in seinem Aufsatz die Goldsuche in der Gegend von Jakobina im Staate Baía.

Diese vom Verfasser dargestellte reiche goldhaltige Zone liegt in einer Verzweigung der Chapada Diamantina (Diamantenebene). In ihrem Zentrum befindet sich das Lager der Diamanten — und Goldsucher: Maravilha, schnell aus dem Boden gewachsen seit der Entwicklung der Minenarbeiten und dem Zustrom der Goldsucher. Die Häuser sind bescheiden und ihre Bewohner mehr oder weniger wechselnd. Ihr Leben ist gezeichnet durch anstrengende Arbeit am Tage und zweifelhafte Vergnügungen während der Nacht.

Die beiden Adern, die bearbeitet werden — sie liegen und dringen in den Berg ein, indem sie die vertikalen Quartoziten schneiden, befinden sich auf der Grundlage des gewaltigen, widerstehenden Grundfelsens der Serra Jakobina, der durch die Arbeit freigelegt ist. Der Verfasser gibt eine geologische Beschreibung dieser Serra, wobei er die beinahe vertikal abfallenden weissen Quartiziten und die weichen Xisten hervorhebt.

Die Goldsucherarbeit wird in vielen Teilen Brasiliens, vor allem in Minas Gerais, immer noch unwissenschaftlich betrieben und das Auswaschen des Goldes geschieht mit recht primitiven Mitteln. Fast immer wird die Arbeit ausgeführt durch die arme Bevölkerung, welche durch den Wert des Goldes und die Freiheiten der Mineraliensuche, welche der Código den Minen zugibt, angezogen werden. Die Arbeit beschränkt sich auf die Suche im Flussschlamm. Auch in Jakobina, wo sich die Arbeit den Bedingungen der Umgebung und der Mittel anpasst — welche vom Verfasser beschrieben werden — ist die Ausbeutung der Adern ebenso. "Tausende von Goldsuchern,

die einen halb-berufliche Diamentensucher, andere Goldwäscher, die durch den quälenden Durst in der Wüste von den Bergspitzen der Serra angezogen wurden" — alle diese Männer und Frauen, sind ungeachtet ihrer Niedrigkeit die voviegenden Faktoren in der brasilianischen Diamentengewinnung und der Nationalen Goldproduktion.

RESUMO

Ing. CÁPÉR DE SOUSA, el la Nacia Departamento de Minerala Produktato, studas, en tiu ĉi artikolo, la serĉadon de orbrilfolioj en la regiono Jacobina, ŝtato Baía.

La riĉa orhava regiono analizita de la aŭtoro estas lokita ĉe branĉo de la Diamanta Altebenaĵo. En ĝia centro estas lokita la domareto de oresploristoj, nomata Mirindaĵo, — vilaĝeto aperinta kun la disvolvigo de la minekspluatado kaj la fluo de l' minekspluatistoj, kun modestaj konstruaĵoj kaj loĝantaro pli malpli nestarema, kies vivo estas signita per intensa aktiveco dum la tago kaj malkvieta gajeco dum la nokto.

La du vejnoj nun ekspluatataj, — kuŝantaj kaj trapenetrantaj la monteton, tranĉantaj la vertikalajn kvarcitojn —, estas lokitaj sur la bazo de granda rezista murego, aperinta okaze de erozio, ĉe la montaro Jacobina. La aŭtoro faras la geologiajn priskribojn pri tiu ĉi montaro, el kiu li reliefigas la blankajn kvarcitojn, kiuj mergiĝas preskaŭ vertikale, kaj la molajn skistojn.

La orserĉada laborado, en multaj partoj de Brazilo, precipe en ŝtato Minas Gerais, estas ankoraŭ empiriaj kaj la or-elfosaĵo estas farata laŭ primitivaj metodoj. Ĝia laboro, realigita, preskaŭ ĉiam, de la malriĉa loĝantaro, kiu estas allogita, aktuale, de la orkariĝo kaj de la libereco donita de la Kodo pri Minoj al la mineralogiaj serĉesploradoj limiĝas al la serĉado ĉe la riveraj fluejoj. En Jacobina, ĉar la laboro adaptiĝas al la kondiĉoj de l' medio, — priskribitaj de la aŭtoro, — estas identaj al la ekspluatado de la vejnoj, kaj "miloj da orserĉistoj, unuj duonprofesiuloj de la orserĉado, aliaj plugistoj puŝitaj al la montaraĵoj suproj de la soifo, kiu persekutas la internlandon", viroj kaj virinoj, estas, malgraŭ humilaj, decidigaj faktoroj ĉe la apero de la brazilaj orserĉejoj kaj ĉe la nacia orproduktado.

GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Moacir M. F. Silva

Consultor Técnico da Secção 36.^a —
Geografia dos Transportes.

XI — ÚLTIMO CAPÍTULO

Densidade dos transportes.

Densidade dos transportes — Definições. Unidades. Quadros estatísticos. — Densidade cinemática — Densidades inversas — Densidade rodoviária veicular — Intensidade nos transportes — Conclusão.

A estatística é como irmã gêmea da geografia. E se “o caráter geográfico de um fenômeno é a sua distribuição pela superfície terrestre”, a geografia dos transportes deve ter como *fêcho-de-abóboda* a densidade dos transportes, tanto vale dizer a distribuição estatística dos transportes referida à área territorial e à população.

Em nossa maneira de entender, a densidade dos transportes, relativamente ao trinário *terra — homem — tempo*, pode subdividir-se em:

<i>Densidade</i>	{	no espaço, ou <i>densidade propriamente dita</i>	{	estática
			{	dinâmica
				cinemática
		no tempo, ou <i>intensidade</i>	{	no tempo atual, ou
				<i>intensidade propriamente dita</i>
				do passado ao presente, ou <i>progressão dos transportes.</i>

A densidade é denominada:

- *estática*, — se referida à área territorial;
- *dinâmica*, — se se refere à população global;
- *cinemática* (ou isotópica) se procura exprimir a distribuição isotópica das vias de transportes, ou seja a distância (média) dos núcleos de povoamento às vias de transportes.

Tanto a densidade estática como a dinâmica admitem uma *distribuição* dos transportes, *equitativamente*, pelas unidades de área e de população, que não traduz a realidade, pois há sempre, grandes regiões, — algumas com relativo povoamento, — que não dispõem de meios de transportes regulares.

A *intensidade* dos transportes no tempo atual, ou intensidade propriamente dita, exprime a *frequência*, ou *pulsção* dos transportes, nos dois sentidos (exportação e importação), ou seja o número de viagens,

a tonelagem de mercadorias movimentadas, o número de passageiros, os percursos feitos, etc..

Evidentemente, para bem aquilatar a importância econômica de uma região não basta dizer que é atravessada por *tantos km* de ferrovia ou de rodovia, ou que é servida por tais linhas de navegação marítima, fluvial ou aérea; em outras palavras, não basta saber a *densidade* dos transportes, mas sim a *intensidade* dos transportes, que é o que melhor exprime a atividade comercial da região.

A *progressão dos transportes*, ou intensidade dos transportes do passado ao presente, caracterizada pela regressão das distâncias devido à aceleração das velocidades (tempos de viagens), é um índice bastante expressivo da *evolução* dos meios de transportes em determinada região e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico ou da importância social desta.

Assim, para citar apenas um exemplo, de que tratamos também em nosso livro *Roda e Asa* (Rio, 1941):

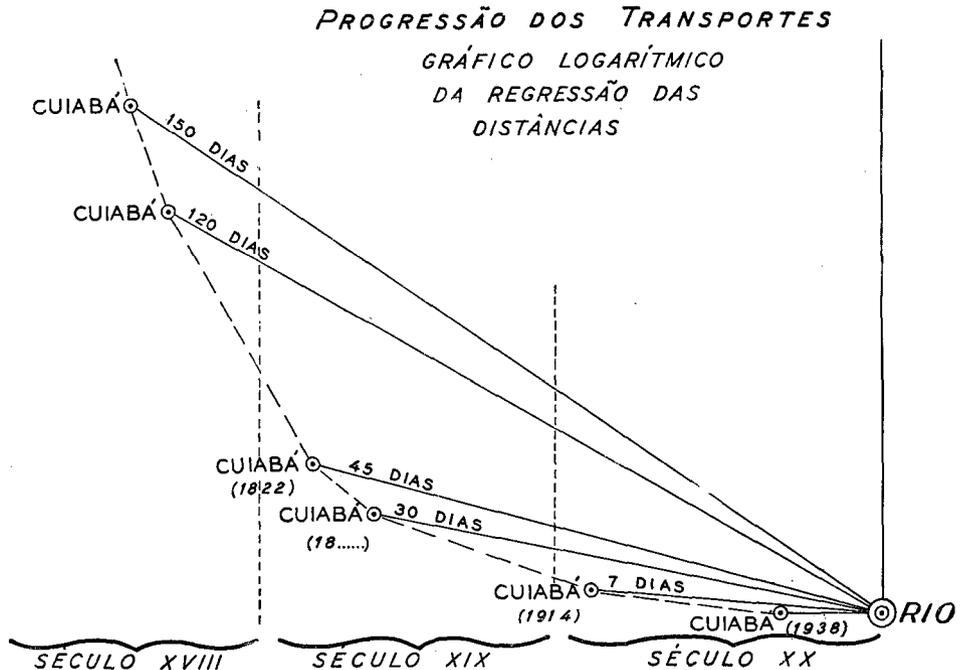
Duração das viagens do Rio de Janeiro a Cuiabá:

Século XVIII:

A princípio — (via fluvial)	150 dias
Mais tarde — (por via terrestre)	120 "

Século XIX:

1882	45 "
Nos meados do século	30 "



Século XX:

1914 (via férrea-fluvial)	7 dias
1938 (via aérea)	1 dia e 7 horas

(Em avião da Condor, dormindo em Campo Grande, 31 horas.)

Mas, evidentemente, a *progressão dos transportes* apresenta mais interesse e curiosidade do ponto de vista histórico do que do geográfico.

Maior importância tem, para nós, o que se refere às *unidades* de superfície e de população a adotarmos para exprimir a densidade dos transportes.

A *Estatística das Estradas de Ferro do Brasil*, organizada pela extinta Inspetoria Federal das Estradas (ver o último tomo publicado, relativo a 1939, pág. 47), adotava:

- a) para a densidade estática: — número de metros de linha férrea por km^2 de superfície;
- b) para a densidade dinâmica: — número de metros de linha férrea por 1.000 habitantes.

Tal critério conduz a valores decimais muito pequenos, conforme assinalamos em nosso ensaio *Pneu versus Trilho* (Rio, 1937).

Por isso, resolvemos adotar unidades de área e de população que, por maiores, sejam mais expressivas.

Essas unidades são:

- a) 100 km^2 para superfície;
- b) 10.000 habitantes para unidade de população.

São adotadas por W. EUTING (*Trazado y construccion de Carreteras*, td. esp. Barcelona, 1928) para as rodovias; A. Albitreccia (*Grands Moyens de Transport*, Paris, 1931) e mesmo entre nós, pelo *Anuário Estatístico do Brasil — Ano IV — 1938*, nos quadros internacionais (XXIV), pág. 922.

De resto, se, de acôrdo com FISCHER, 100 é o número de habitantes que podem viver em 1 quilômetro quadrado tirando do solo, pelos *métodos atuais* de exploração econômica, sua própria subsistência (*Calend. Atlante Agostini*, 1937, pág. 47), ficam perfeitamente justificadas as duas unidades: 100 km^2 e 100×100 ou 10.000 *habs.*

Mas, como a geografia é, essencialmente, “uma ciência de síntese”, exemplificaremos alguns aspectos da densidade dos transportes, referindo-os não apenas aos Estados, mas às *regiões* em que estes podem ser grupados.



Sem embargo da divisão adotada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças (5 regiões), que o prof. FÁBIO M. S. GUIMARÃES (*Revista Brasileira de Geografia*, Ano III, n.º 2) “tendo em vista a atual situação econômica do país”, julga a melhor, com pequena modificação, relativa ao Nordeste, — preferiremos, no que toca aos transportes, a nossa divisão (Cap. I) em 8 regiões, porque se nos afigura mais próxima daquele conceito geral de *regiões geo-humanas*, de que trata AMORIM GIRÃO (*Geografia Humana*, Coimbra, 1936), segundo o qual “o que fundamentalmente distingue as diversas populações, no ponto de vista geográfico, é a sua especial contribuição para a obra realizada pelo esforço humano à superfície do globo. Esforço colossal, êste, se atendermos à maneira como por meio dele o homem vai modificando sem cessar os aspectos geográficos da terra que pisa, do subsolo que explora, dos rios e dos mares em que navega, do ar que já aproveita como ideal meio de comunicação...”

“O papel geográfico e o alcance do *fator humano*, tão variável nas suas aptidões e nos seus meios de ação, impõem-se em tais condições, de forma bem sensível, no aspecto fisionômico da superfície terrestre”...

Ora, do ponto de vista da influência que possam ter tido, nos transportes regionais, ou da influência que dêstes estejam ainda recebendo, julgamos que há a distinguir, pelo menos em *nuances*, os vários *fatores humanos* brasileiros: o homem da Amazônia, o maranhense, o nordestino, o baiano, o mineiro, o paulista, o mato-grossense, o gaúcho, etc..

Daí a preferência pela nossa divisão, que parece melhor atender a essas diferenciações. Além de que, já agora, essas regiões correspondem a outras tantas zonas de circulação, que se de início não foram geograficamente naturais, hoje o são por força dos próprios sistemas de transportes nelas desenvolvidos.

QUADRO I — EXTENSÕES FERROVIÁRIAS E RODOVIÁRIAS POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL

ESTADOS E REGIÕES	Superfície (Km ²)	População (Habs.)	Ferrovias (Km)	Rodovias (Km)
I — AMAZÔNIA				
Acre.....	148.027	120.412	—	—
Amazonas.....	1.825.997	454.433	5	400,7
Pará.....	1.362.966	1.630.273	376	1.011,3
Amazônia.....	3.336.990	2.205.118	381	1.412,0
II — MEIO-NORTE				
Maranhão.....	346.217	1.235.157	449	3.768,0
Piauí.....	245.582	883.478	247	7.324,0
Meio-Norte.....	591.799	2.118.635	696	11.092,0
III — NORDESTE				
Ceará.....	148.591	1.722.405	1.235	5.780,0
Rio Grande do Norte.....	52.411	818.612	520	4.200,0
Paraíba.....	55.920	1.464.783	489	3.404,6
Pernambuco.....	99.254	3.134.620	1.082	5.377,6
Alagoas.....	28.571	1.253.240	346	2.922,0
Nordeste.....	384.747	8.393.660	3.672	21.684,2

QUADRO I — EXTENSÕES FERROVIÁRIAS E RODOVIÁRIAS POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL

ESTADOS E REGIÕES	Superfície (Km ²)	População (Habs.)	Ferrovias (Km)	Rodovias (Km)
IV — MEIO SUDESTE				
Sergipe.....	21.552	566.861	303	703,0
Baía.....	529.379	4.391.204	2.156	11.739,9
Meio Sudeste.....	550.931	4.958.065	2.459	12.442,9
V — ESTE				
Espírito Santo.....	44.684	750.190	731	5.365,6
Rio de Janeiro.....	42.404	2.146.257	2.705	4.233,7
Distrito Federal.....	1.167	1.848.758	141	514,7
Minas Gerais.....	593.810	7.958.090	8.158	36.829,0
Este.....	682.065	12.703.295	11.735	46.943,0
VI — MEIO SUL				
São Paulo.....	247.329	7.131.486	7.464	48.059,0
Meio Sul.....	247.239	7.131.486	7.464	48.059,0
VII — SUL				
Paraná.....	199.897	1.095.664	1.566	15.461,4
Santa Catarina.....	94.998	1.065.632	1.193	15.581,2
Rio Grande do Sul.....	285.289	3.257.977	3.485	11.944,6
Sul.....	580.184	5.419.273	6.244	42.987,2
VIII — CENTRO				
Goiaz.....	660.193	793.125	385	8.623,0
Mato Grosso.....	1.477.041	393.168	1.168	7.093,0
Centro.....	2.137.234	1.186.293	1.553	15.716,0
BRASIL.....	8.511.189	44.115.825	34.204	200.336,3

Obs. — Neste Quadro I os números relativos às superfícies (Col. 1) e às extensões quilométricas das rodovias (Col. 4) foram tirados do *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano IV — 1938 e referem-se à data de 31-XII-1937.

As populações (Col. 2) são as constantes da estimativa para 31-XII-1938, feita pela Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (Ano I, n.º 2, Abril, 1939).

Finalmente, as extensões ferroviárias (col. 3) foram extraídas da *Estatística das Estradas de Ferro do Brasil*, publicação da I.F.E. — Tomo XLII — 1939 e referem-se a 31-XII-1939.

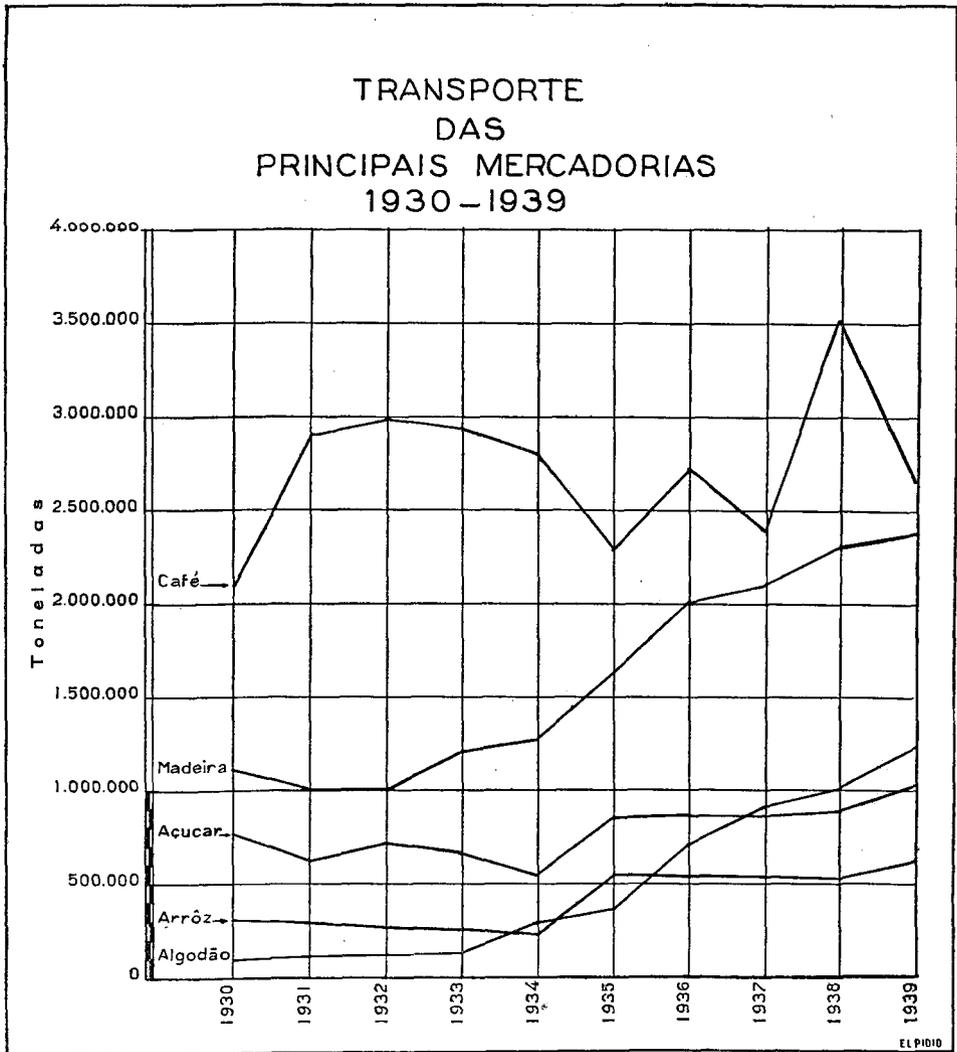
Sendo assim os elementos do quadro correspondentes a diversos anos (1937, 1938 e 1939), as densidades dinâmicas sobre êles calculadas serão meramente aproximativas, não tendo aquele rigorismo técnico que preconizámos em nossa tese *Densidade Rodoviária*, ao V Congresso Nacional de Estradas de Rodagem (Rio, 1933), aprovada e publicada nos Anais:

— “a densidade dinâmica só deverá ser calculada quando o dado estatístico confrontado com a população se refira ao mesmo ano a que esta se refere”. —

Infelizmente, não podemos obter outros dados fidedignos, que fôsem todos homogêneos no tempo.

QUADRO II — DENSIDADE DOS TRANSPORTES TERRESTRES

ESTADOS E REGIÕES	DENSIDADE ESTÁTICA (Kms 100 Km ²)		DENSIDADE DINÂMICA (Kms 10.000 habs.)	
	Ferrovária (Km)	Rodoviária (Km)	Ferrovária (Km)	Rodoviária (Km)
I — AMAZÔNIA				
Acre.....	—	—	—	—
Amazonas.....	0,000.2	0,021	0,111	8,904
Pará.....	0,027	0,074	2,306	6,204
Amazônia.....	0,011	0,042	1,731	6,418
II — MEIO-NORTE				
Maranhão.....	0,129	1,088	3,650	30,634
Piauí.....	0,101	2,983	2,806	83,227
Meio-Norte.....	0,117	1,874	3,298	52,568
III — NORDESTE				
Ceará.....	0,831	3,892	7,180	33,604
Rio Grande do Norte.....	0,973	8,015	6,419	51,851
Paraíba.....	0,874	6,090	3,349	23,319
Pernambuco.....	1,090	5,420	3,456	17,180
Alagoas.....	1,214	10,252	2,768	23,375
Nordeste.....	0,954	5,634	4,376	25,845
IV — MEIO SUDESTE				
Sergipe.....	1,409	3,269	5,410	12,553
Baía.....	0,407	2,218	4,911	26,750
Meio Sudeste.....	0,446	2,258	4,967	25,137
V — ESTE				
Espírito Santo.....	1,639	12,030	9,746	71,533
Rio de Janeiro.....	6,379	8,985	12,640	19,783
Distrito Federal.....	12,818	46,790	0,766	2,796
Minas Gerais.....	1,373	6,202	10,261	46,325
Este.....	1,720	6,883	9,240	36,962
VI — MEIO SUL				
São Paulo.....	3,019	19,441	10,468	68,806
Meio Sul.....	3,019	19,441	10,468	68,806
VII — SUL				
Paraná.....	0,783	7,738	14,366	141,844
Santa Catarina.....	1,257	16,418	11,254	146,992
Rio Grande do Sul.....	1,221	4,188	10,723	36,753
Sul.....	1,076	7,410	11,541	79,458
VIII — CENTRO				
Goiaz.....	0,058	1,306	4,873	109,151
Mato Grosso.....	0,078	0,480	29,948	181,871
Centro.....	0,072	0,735	13,161	133,186
BRASIL.....	0,402	2,353	7,754	45,417



Observemos que é fácil, mediante poucos cálculos adaptativos, aproveitar êsses quadros para passar da nossa divisão regional à do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Assim:

(M. S.)		(C. T. E. F.)
I — Amazônia	}	I — Norte
II — Meio Norte		
III — Nordeste	}	II — Nordeste
IV — Meio-Sudeste		
V — Este		III — Sudeste
VI — Meio Sul		
VII — Sul		IV — Sul
VIII — Centro		V — Centro

Densidade cinemática — Teoricamente se nos afigura que a saturação em matéria de distribuição isotópica de vias de transportes seria uma densidade de 1 km de via de transporte por 1 km quadrado de território.

Fôrça é esclarecer que a quase totalidade da superfície do Globo Terrestre está ainda longe desse teórico *maximum* de saturação.

Pode-se, entretanto, considerar um *optimum* o que já tem sido alcançado em algumas regiões da Terra. Assim, VIDAL DE LA BLACHE (*Geog. Hum.*) afirmava que “na Inglaterra, na Bélgica, na planície sub-herciniana alemã, na França do Norte, na Lombardia, como em Massachussets, há *poucos pontos em que os homens tenham de fazer 2 km de marcha para atingir uma via férrea.*”

Bem diferente é, ainda, entre nós, êsse aspecto da distribuição das vias de transportes.

Embora a nossa legislação ferroviária tenha estabelecido o *privilegio de zona*, a princípio, de 5 léguas de 18 ao grau, ou sejam 33 km para cada lado da linha (lei 641, de 1852, decreto 1.759, de 1856); depois reduzida para 30 km. (decreto n.º 5.561, de 1874); mais tarde diminuídos ainda para 20 km e menos (decreto 6.995, de 1878 e 7.959, de 1880) e a lei paulista n.º 30, de 13 de Junho de 1892 (art. 9.º) estabeleça apenas 100 metros de cada lado do eixo da linha; embora se tenham construído muitas vias férreas, muitas estradas de rodagem e haja muitas linhas de navegação fluvial, ainda assim, não é possível estabelecer-se, praticamente, a distância média a que ficam dos sistemas de transporte regular os núcleos de povoamento dispersos pela nossa interlândia.

Diante dessa impossibilidade prática, façamos algumas considerações teóricas.

1.º Da área total do país devem deduzir-se as áreas parciais correspondentes aos campos inundáveis, aos pântanos e outras áreas, normalmente não aproveitadas pelas vias de transporte (excetuados trechos fluviais navegáveis que atravessem aqueles campos).

Segundo os dados constantes do *Anuário Estatístico do Brasil — 1938*, teremos:

Área total do Brasil		8.511.189 km ²
— Campos inundáveis	133.709	
— Pântanos	126.201	
— Outras áreas	36.331	296.241 ”
		<hr/>
Área útil aos transportes interiores		8.214.948 ”

2.º As vias de circulação interna, de superfície (excluídas as *vias urbanas* das grandes, médias e pequenas cidades), são:

<i>Ferrovias</i> (Estatística de 31-XII-1939)	34.204 km
<i>Rodovias</i> (seg. inf. da Exposição do Decênio) ...	292.318 "
<i>Aquavias</i> (<i>An.º Est. do Brasil</i> — 1938)	43.955 "
Total	307.477 "

3.º Se admitirmos que a cada km de via de transporte corresponde 1 km² de área — (o que não é real, porque dentro dessa mesma unidade elementar de área podem passar, cruzando-se ou não, mais de uma via), — teremos 8.214.948 — 307.477, ou sejam 7.907.471 km² desprovidos de meios de transporte regulares.

4.º Mas, se considerarmos que a densidade isotópica é uma espécie de *densidade* estática inversa, isto é, que se procure a *área correspondente a 1 km de via de transporte*, teremos (agora considerada a área total do país):

$$\frac{8.511.189}{307.477} = 27,680 \text{ km, ou, arredondando, } 28 \text{ km.}$$

Assim, se a distribuição das vias de transportes fôsse isotópica, cada uma delas se inscreveria em uma faixa territorial de 28 km de largura e, conseqüentemente, a distância *média* de qualquer núcleo de povoamento a uma via de transporte seria de 14 km.

Mas isso, como acentuamos, é meramente teórico, porque, na realidade, *essa distribuição é muito irregular* e há grandes áreas do território totalmente *invias* e muito *afastadas* das vias existentes alhures.

Densidades inversas:

Curioso observar, nas estatísticas norte americanas que:

- a) para as ferrovias preferiam a densidade estática *direta* — “milhas de linha por 100 milhas quadradas” (*Miles of line per 100 sq. miles*) *Railways Statistics of the United States of America* — 1932, págs. 37 e segs.);
- b) para as rodovias preferiam a densidade estática *inversa* — “Área para uma milha de rodovia” (*Area to 1 Mile of road*) — *Highways Handbook*, 1929, págs. 67 e segs.).
- c) a densidade dinâmica para as ferrovias, seja também a inversa — “habitantes por milha de linha” (*Inhabitants per Mile of Line*); — sem dúvida mais racional que a direta, anteriormente vista (km por tantos habitantes).

Já no *Pneu versus Trilho* adotámos o critério de calcular também a densidade dinâmica rodoviária inversa, ou seja o “*número de habitantes por km de rodovia*”, muito mais expressiva que a direta.

Densidade veicular:

Relativamente às rodovias há ainda a considerar-se, além da *densidade rodoviária* propriamente dita de que já falamos, a *densidade automobilística* ou melhor, *veicular*:

Densidade rodoviária veicular

— n.º de veículos
automotores em relação a: { extensão das rodovias
população.

Observemos que:

1) a densidade automobilística é essencialmente dinâmica, pois se refere a divisores (extensão das rodovias e população) *variáveis* com a vida econômica da região considerada;

2) deve calcular-se “número de veículos por km de rodovia”, a exemplo dos norte-americanos (“*automobiles to 1 mile of road*”);

3) e, inversamente, “número de habitantes por veículo automotor” (como fizemos em *Pneu versus Trilho*, pág. 60).

QUADRO III — DENSIDADES RODOVIARIAS VEICULARES

(Os Estados em ordem decrescente dos números de veículos)

ESTADOS	População	Veículos a motor	Rodovias (Kms)	Habitantes por veículo	Veículos por km. rodovia
São Paulo.....	7.131.486	78.867	48.059,0	90,4	1,6
Distrito Federal.....	1.848.758	47.096	514,7	39,2	91,5
Rio Grande do Sul.....	3.257.977	24.644	11.944,6	132,2	2,1
Minas Gerais.....	7.958.090	22.760	36.829,0	349,6	0,6
Rio de Janeiro.....	2.146.257	10.661	4.233,7	201,3	2,5
Pernambuco.....	3.134.620	7.171	5.377,6	437,1	1,3
Paraná.....	1.095.664	5.944	15.461,4	184,3	0,3
Baía.....	4.391.204	4.528	11.739,9	969,7	0,3
Santa Catarina.....	1.065.632	4.089	15.581,2	260,5	0,2
Ceará.....	1.722.405	3.399	5.780,0	506,7	0,6
Paraíba.....	1.464.783	2.411	3.404,6	607,5	0,7
Espírito Santo.....	750.190	2.041	5.365,6	367,5	0,3
Alagoas.....	1.253.240	1.944	2.922,0	644,7	0,6
Rio Grande do Norte.....	818.612	1.626	4.200,0	503,4	0,3
Pará.....	1.630.273	1.607	1.011,3	1.014,4	1,5
Mato Grosso.....	393.168	1.596	7.093,0	246,4	0,2
Sergipe.....	566.861	1.107	703,0	512,0	1,5
Maranhão.....	1.235.157	1.018	3.768,0	1.213,0	0,2
Goiaz.....	793.125	1.007	8.623,0	787,6	0,1
Amazonas.....	454.433	743	400,7	611,6	1,8
Piauí.....	883.478	723	7.324,0	1.221,9	0,09
Acre.....	120.412	49	—	2.457,3	—
BRASIL.....	44.115.825	225.031	200.336,3	196,0	1,0

Obs. — (1) — As populações são as da estimativa da Diretoria de Estatística do Ministério da Justiça, para 31-Dezembro-1938.

(2) — Os números relativos a veículos foram tirados do vol. *Brasil 1940-41* do Ministério das Relações Exteriores, quadro de fls. 468 e exprimem os totais em 31-Dezembro-1940. Incluem-se nesses veículos a motor: automóveis (de passageiros), caminhões, ônibus e motocicletas.

(3) — As extensões das rodovias são as constantes do *Anuário Estatístico do Brasil — 1938* — para 31-Dezembro-1937.



Densidade da navegação fluvial.

A. ALBITRECCIA (op. cit.) calcula para a navegação fluvial, em diversos países, apenas a densidade estática, ou seja a *extensão navegável*, em *km*, para 100 *km*² de superfície territorial.

Parece-nos necessário, aqui, atendermos a uma imposição geográfica: a área considerada deve ser a da *bacia hidrográfica* dentro da qual se contém a bacia navegável a considerar-se.

Não dispondo, no momento, de dados precisos sobre a extensão navegável dentro de cada Estado, calculámos a densidade, em conjunto, por bacias hidrográficas.

QUADRO IV — DENSIDADE ESTATÍSTICA DAS AQUAVIAS

BACIAS HIDROGRÁFICAS	Área da bacia (Km ²)	Extensão navegável (Km)	Densidade direta (Kms. em 100 km ²)	Densidade inversa (Área corrida a 1 km de aquavia) Km ²
I — do Amazonas.....	4.819.819	25.446	0,527	189,41
II — » Nordeste.....	886.581	4.498	0,507	197,12
III — » São Francisco.....	580.757	4.135	0,712	140,44
IV — » Leste.....	607.505	2.253	0,370	269,64
V — » Paraguai.....	352.300	2.345	0,665	150,23
VI — » Paraná.....	859.476	3.367	0,390	255,26
VII — » Uruguai.....	202.168	625	0,309	323,46
VIII — » Suleste.....	202.583	1.286	0,635	157,52
BRASIL.....	8.511.189	43.955	0,516	193,63

Obs. — A extensão navegável é a constante do *Anuário Estatístico do Brasil — 1938*, que adotou o critério de navegabilidade por embarcações a vapor, à profundidade mínima de 0,80 m.

Seria interessante calcular-se a densidade dinâmica das aquavias referindo-a, do mesmo modo, às populações ribeirinhas de cada uma das bacias hidrográficas que circundam as bacias navegáveis.

Essa gente é a diretamente servida pela navegação fluvial.

Não dispomos, porém, de dados estatísticos referentes às populações distribuídas pelas bacias hidrográficas e seria pouco expressivo referir-se a densidade dinâmica das aquavias à população total de cada um dos Estados, porque, na maioria destes, há regiões diretamente servidas pela navegação atlântica, ou por ferrovias e rodovias, sem nenhuma dependência de navegação fluvial.

Navegação marítima.

No caso de navegação de cabotagem a densidade estática seria expressa pelo número de embarcações e tonelagem de registo em referência à extensão da costa; e a densidade dinâmica em relação à população global, pois o Atlântico é a linha-tronco-mestra de toda a viação brasileira.

Parece mais expressivo, entretanto, apreciar a movimentação dos portos, nos dois sentidos, — aspectos êsses que são já de *intensidade* dos transportes.

Transcreveremos adiante alguns elementos estatísticos dessa circulação de massas econômicas.

Navegação aérea.

A densidade estática da navegação aérea, segundo o ensinamento de ALBITRECCIA, deve apreciar-se pela zona de influência de cada aeroporto, tanto vale dizer pela área média que se lhe atribue.

Mas, como acentuámos no Cap. X, há um limite de saturação, rapidamente atingível, porque os aeroportos não devem ser muito numerosos, mas apenas (como as aerovias) o quanto corresponda a necessidades nitidamente definidas dos pontos de vista econômico e técnico (segurança de vôo, etc.).

Quanto à densidade dinâmica, a exemplo do que se passa com a navegação marítima, também nos parece ser-lhe preferível conhecer-se a *intensidade* dos transportes aéreos, ou seja a movimentação dos aeroportos.

QUADRO V — DENSIDADE ESTÁTICA DA AVIAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL
(Zona de influência dos aeroportos e campos de pouso)

ESTADOS	Área do Estado	Número de aeroportos	Área de influência do aeroporto (Km ²)	Raio de ação do aeroporto (Km)
Acre.....	148.027	5	29.605	97
Amazonas.....	1.825.997	—	—	—
Pará.....	1.362.966	14	97.354	176
Maranhão.....	346.217	14	26.158	91
Piauí.....	245.582	9	27.286	93
Ceará.....	148.591	13	11.430	60
Rio Grande do Norte.....	52.411	3	17.470	75
Paraíba.....	55.920	1	55.920	133
Pernambuco.....	99.254	5	19.850	79
Alagoas.....	28.571	—	—	—
Sergipe.....	21.552	1	21.552	83
Baía.....	529.379	19	27.862	94
Espírito Santo.....	44.684	2	22.342	84
Rio de Janeiro.....	42.404	10	4.240	36
Distrito Federal.....	1.167	3	339	11
São Paulo.....	247.239	41	6.030	43
Paraná.....	199.897	14	14.278	67
Santa Catarina.....	94.998	6	15.833	70
Rio Grande do Sul.....	285.289	33	8.645	52
Mato Grosso.....	1.477.041	22	67.138	146
Goiaz.....	660.193	17	38.834	111
Minas Gerais.....	593.810	27	21.992	83
BRASIL.....	8.511.189	259	32.861	102

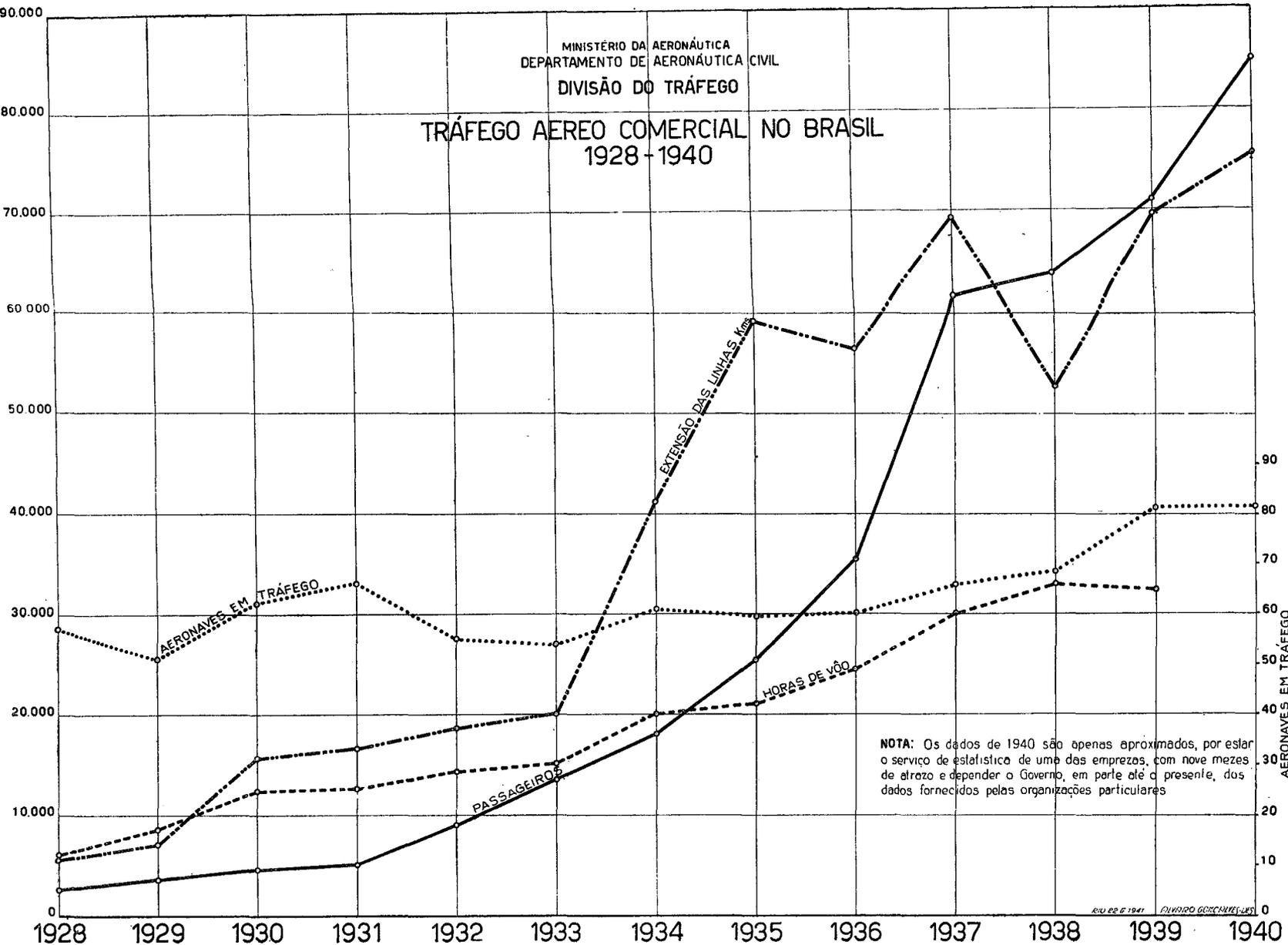
Obs. — Os aeroportos e campos de pouso aqui indicados são os constantes do quadro da pág. 15 do folheto *Departamento de Aeronáutica Civil*, editado pela Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal — 1940, excluído apenas o aeroporto da Ilha de Fernando de Noronha, por estar muito afastado da massa continental brasileira.

— O raio de ação de nossos aeroportos seria, em média, o indicado aqui, se a sua distribuição fôsse isotópica. Como não é, essa *influência* é muito variável, sendo seu raio, geralmente, muito maior.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA CIVIL
 DIVISÃO DO TRÁFEGO

TRÁFEGO AEREO COMERCIAL NO BRASIL
 1928-1940

Pág. 71 — Outubro-Dezembro de 1941



NOTA: Os dados de 1940 são apenas aproximados, por estar o serviço de estatística de uma das empresas, com nove meses de atraso e depender o Governo, em parte até o presente, dos dados fornecidos pelas organizações particulares

RIO DE JANEIRO, 1941 DIVISÃO DE AERONÁUTICA CIVIL

Intensidade nos transportes.

A densidade no tempo, ou intensidade dos transportes, ressalta necessária como índice expressivo da vida econômica de uma região ou de uma localidade qualquer.

A só *extensão das vias* de transportes, — “muitos km de ferrovia, rodovia ou aquavia”, — não exprime que haja vitalidade nesses transportes, porque podem ser “linhas mortas”, isto é, sem tráfego comercial importante, seja na repetição (frequência ou pulsação) das viagens realizadas nos dois sentidos (importação e exportação), seja na quantidade de pessoas movimentadas, seja na tonelagem de mercadorias transportadas.

As *vias* de transportes, elementos estáticos, — vinculados à terra, mau grado a mobilidade da água e do ar, — são de si mesmas inertes; os *meios* de transportes, elementos essencialmente dinâmicos, como aspectos do fator humano, é que manifesta a vitalidade dos transportes, — em quantidade, frequência, rapidez, comodidade, segurança, etc..

Por isso, no exprimir-se as densidades dos transportes, dever-se-ia usar de preferência a *densidade estática* para as vias de transportes, — *tantos km de ferrovia, rodovia, aquavia, aerovia, por 100 km² de território*; — e a *densidade dinâmica* para os *meios* de transportes, — *tantos veículos automotores; tantos navios com tais tonelagens de registo; tantos aviões com tal capacidade de passageiros e carga, etc. para 10.000 habitantes.*

Intensidade nos transportes ferroviários. — Dos transportes terrestres existentes o que apresenta organização mais completa, sob todos os pontos de vista, é, por motivos óbvios, o ferroviário. Por isso mesmo as minuciosas estatísticas realizadas nas estradas de ferro, com finalidades econômicas, administrativas e técnicas, permitem conhecer bem a *intensidade* dos transportes ferroviários e, conseqüentemente, estabelecer cotejo entre ferrovias diversas e entre as regiões de que sejam *condutoras econômicas* (e também entre zonas diferentes servidas pela mesma estrada).

Dispõem, para isso, as vias-férreas de muitas unidades estatísticas. Mencionaremos apenas algumas como simples indicação.

QUADRO VI — INTENSIDADE DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS EM 1939
(Resultados gerais de toda a Viação Férrea do Brasil, expresso em milhares)

FERROVIAS	Passageiros km	Animais (Cabeças-km)	Bagagens e encomendas (Ton.-km)	Mercadorias (Ton.-km)
Administradas pela União.....	4.377.244	351.424	70.173	2.147.070
Arrendadas (da União).....	614.413	252.554	16.605	1.024.176
Concedidas pela União.....	814.492	56.499	12.042	589.589
Administradas pelos Estados.....	548.133	152.089	14.282	1.170.901
Concedidas pelos Estados.....	763.123	238.397	38.595	1.194.435
TOTAL.....	7.117.405	1.050.963	151.697	6.126.171

Obs. — Este quadro foi organizado com valores tirados aos quadros de fls. 21 da *Estat. das Estradas de Ferro de 1939*, da extinta I.F.E. (hoje D.N.E.F.).

Intensidade nos transportes rodoviários. — Os transportes rodoviários, por serem muito mais modernos, *ainda não atingiram* o aspecto de organização perfeita dos transportes ferroviários. Por isso, não existem publicados, informes estatísticos suficientes e fidedignos que permitam, *mutatis mutandis*, o estabelecimento de unidades estatísticas rodoviárias (físicas, de tráfego, financeiras, etc.) e, conseqüentemente, a apreciação numérica da *intensidade dos transportes rodoviários*.

Mesmo a classificação das próprias *rodovias* (pelas condições técnicas, pelo tipo de revestimento, etc.) é matéria ainda não resolvida em definitivo. (*Anuário Estatístico do Brasil — 1938*, pág. 249, adotou a “natureza do leito”, de 6 tipos diversos).

Intensidade dos transportes por aquavias — Essa intensidade, além do que se refira à navegação propriamente dita, pode ser também apreciada pelo movimento dos portos (marítimos e interiores).

Intensidade nos transportes aéreos — Pode ser bem apreciada pelas boas estatísticas já existentes, organizadas pelo D.A.C..

Para não alongarmos este capítulo, remetemos o leitor ao *Anuário Estatístico do Brasil — 1938*, págs. 266-72, onde se encontram elementos informativos de tôdas as condições e movimento do tráfego aéreo no Brasil (passageiros e bagagens, correio e cargas).

QUADRO VII — INTENSIDADE DA NAVEGAÇÃO
(em 1936)

EMPRESAS	Número de embarcações	Tonelagem de carga	Viagens redondas	Milhas navegadas	Dias de viagem	TRANSPORTE EFETUADO		
						Passageiros	Animais	Mercadorias (Tons.)
1 Nav. do Amazonas...	22	10.116	180	364.372	4.905	22.498	3.445	65.155
2 Nav. do Autazes...	1	15	29	20.866	165	1.036	673	425
3 Nav. do Alto Tapajoz	1	13	12	7.691	300	—	—	265
4 Nav. Mamoré-Guaporé.....	1	18	13	22.120	453	448	—	363
5 Nav. Maranhão.....	7	112	132	41.510	954	2.672	—	7.230
6 Nav. Baixo São Francisco.....	2	283	52	10.712	208	9.369	—	136
7 Emp. V. S. Francisco	7	494	73	71.474	1.664	7.977	84	7.233
8 Nav. Mineira S. Francisco.....	8	542	101	82.654	1.840	11.581	—	10.748
9 Loide Brasileiro.....	55	205.919	424	1.715.275	15.567	93.219	—	1.160.069
10 Cia. Nac. Costeira...	17	37.860	244	594.309	4.063	77.318	112	389.579
11 Cia Com. e Naveg. ...	16	61.705	127	406.506	4.199	—	789	418.401
12 S. A. Loide Nacional	21	39.880	218	534.747	6.003	11.367	—	411.526
13 C. V. S. Paulo - M. Grosso.....	4	75	98	28.381	587	1.009	—	2.084
14 Emp. Nav. Hoepcke	3	1.730	111	55.398	747	9.172	—	53.802
15 Nav. E. F. Santa Catarina.....	1	30	171	12.259	348	4.885	3	10.615

Obs. — Este quadro foi organizado com elementos do *Anuário Estatístico do Brasil — 1938*, págs. 263-4. Esses elementos que dão bem idéia da maior ou menor importância das diversas navegações realizadas, permitiriam calcular outros tantos valores médios expressivos da *intensidade, frequência ou pulsação* dos transportes por aquavias (costeiros e interiores). Tais seriam: *passageiro-milha, animal-milha, tonelada-milha, número viagens importação, número viagens exportação, taxa de utilização das embarcações*, etc.

Concluindo:

Se é verdadeira, como parece, a afirmativa de MUSSOLINI de que “a geografia marca o destino dos povos”, — grande e esplêndido é o futuro que se antolha ao Brasil — “gigante pela própria natureza” . . .

Mas, para isso, precisa ainda de *mais transportes* e de uma *nova distribuição dos transportes*, já que, segundo as palavras de NICOLAS MIKHAILOV (*Nouvelle Géographie de l'URSS*, Paris, 1936):

“*Les transports sont la victoire de la géographie. Ils rapprochent ce qui est éloigné, associent à la vie générale les régions qui en étaient exclues par les distances. L'activité des transports reflète les déplacements géographiques de l'industrie et de l'agriculture, mais les transports eux-mêmes, en remaniant leur repartition, créent une nouvelle géographie économique du pays.*”

Rio de Janeiro, 1941.

RESUMÉ

En terminant son travail sur la Géographie des Transports au Brésil, l'ingénieur MOACIR SILVA, Consulteur Technique du Conseil National de Géographie, présente le chapitre intitulé: — Densité des transports.

Après avoir parlé des relations intimes entre la géographie et la statistique, l'auteur définit ce que l'on entend par densité en matière de transports et en fait la classification suivante: densité dans *l'espace*, ou densité proprement dite (statique, dynamique et cinématique), et dans le *temps*, ou intensité (dans le *temps actuel* — intensité proprement dite et du *passé au présent*, ou *progression des transports*). La densité est *statique* lorsqu'elle se rapporte à l'extension du territoire; *dynamique* lorsqu'elle se rapporte à la population globale et *cinématique* ou *isotopique* lorsqu'elle représente la distance (moyenne) des concentrations humaines aux voies de communication.

En prenant en considération quelques cas de régions relativement peu peuplées et qui ont des moyens de transport insuffisants, l'auteur croit qu'il ne suffit pas de connaître la *densité* des transports, mais il faut encore son *intensité* ou fréquence. L'auteur établit comme unité basique pour la densité statique 100 km² et pour la dynamique 10.000 habitants.

L'auteur présente ensuite quelques cadres accompagnés de minutieuses explications et d'opinions bien fondées: — I Extension des chemins de fer et des routes par états et régions du Brésil; — II: Densité des transports terrestres; — III: Densité des routes pour véhicules; — IV: Densité statique des communications par eau; — V: Densité statique de l'aviation commerciale au Brésil (zone d'influence des aéroports et des champs d'atterrissage); — VI: Intensité des transports par chemins de fer en 1939 et — VII: Intensité de la navigation en 1936.

Des données intéressantes sur la progression des transports au Brésil, accompagnées de graphiques illustrés sont publiés par l'auteur ainsi que des considérations sur la densité cinématique, principalement quant au cas brésilien.

En terminant son excellent travail, l'auteur dit que le Brésil a un grand avenir, mais que pour cela il lui faut *plus de moyens de transport* et une meilleure distribution de ceux-là.

RESUMEN

Terminando su trabajo acerca de Geografía de los Transportes en el Brasil, el Ingeniero MOACIR SILVA, Consultor Técnico del Consejo Nacional de Geografía, presenta el capítulo titulado: -- Densidad de los Transportes.

Después de hablar de las relaciones íntimas entre la geografía y la estadística, define lo que sea densidad en materia de transportes y hace su clasificación en: — densidad en el *espacio*, o

densidad propiamente dicha (estática, dinámica y cinemática), y en el tiempo, o intensidad (en el tiempo actual — intensidad propiamente dicha, y del pasado hacia el presente, o progresión de los transportes). La densidad es estática si se refiere a la área territorial; dinámica si es referida a la población global, y cinemática, o isotópica, cuando busca expresar la distancia (media) de los núcleos de poblamiento a las vías de transportes.

Llevando en consideración algunos casos de regiones con relativo poblamiento y reducidos medios de transportes, juzga que no basta saber la densidad de los transportes, pero su intensidad o frecuencia. Establece como unidad fundamental para la densidad estática 100 km², y, para la dinámica, 10.000 habitantes.

Acompañados de judiciosos conceptos y minuciosas explicaciones, presenta los siguientes cuadros numéricos: — I: Extensiones de ferrocarriles y carreteras por Estados y regiones del Brasil; II: Densidad de los transportes terrestres; III: Densidades de carreteras vehiculares; IV: Densidad estática de las vías líquidas; V: Densidad estática de la aviación comercial en el Brasil (zona de influencia de los aeropuertos y campos de vuelo); VI: Intensidad de los transportes por ferrocarriles en 1939, y VII: Intensidad de la navegación en 1936.

Interesantes elementos acerca de la progresión de los transportes en el Brasil, acompañados de gráficos ilustrativos son publicados por el autor, así como consideraciones acerca de densidad cinemática, principalmente en lo que atañe al caso brasileño.

Concluyendo el capítulo y su excelente trabajo, dice que gran y espléndido es el porvenir que se antoja al Brasil, pero, para eso hay necesidad de más transportes y de maior distribución de ellos.

RIASSUNTO

Terminando il suo lavoro sulla Geografia dei Trasporti nel Brasile, l'ingegnere MOACIR SILVA, Consulente Tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, pubblica l'ultimo capitolo, intitolato: "Densità dei Trasporti".

Dopo aver ricordato le intime relazioni esistenti tra la geografia e la statistica, definisce la densità dei trasporti e la classifica in: — densità nello spazio o densità propriamente detta (statica, dinamica e cinemática), e densità nel tempo o intensità (nel presente: intensità propriamente detta; e dal passato al presente: progresso dei trasporti). La densità è riferita all'area territoriale; dinamica se è riferita alla popolazione totale, e cinemática o isotópica se vuol esprimere la distanza media dei nuclei abitati dalle vie di trasporto.

Studiando alcuni casi di regioni con modesto popolamento e scarsi mezzi di trasporto, giudica che non basta sapere la densità dei trasporti, ma è necessario sapere anche la loro intensità o frequenza. Stabilisce come riferimento per le misure di densità statica l'area di 100 km², e per la densità dinamica la popolazione 10.000 abitanti.

Pubblica sette quadri numerici accompagnati da un interessante commento: — 1) Percorsi ferroviari e rotabili classificati per Stati e regioni del Brasile; 2) Densità dei trasporti terrestri; 3) Densità dei trasporti per via ordinaria; 4) Densità statica delle vie acquatiche; 5) Densità statica dell'aviatione commerciale in Brasile (zona di influenza degli aeroporti e dei campi di atterraggio); 6) Intensità dei trasporti ferroviari nel 1939; 7) Intensità della navigazione nel 1936.

L'autore espone inoltre interessanti dati sul progresso dei trasporti in Brasile, illustrati da grafici e accompagnati da considerazioni sulla densità cinemática, specialmente nel caso del Brasile.

Conclude il suo lavoro affermando che il Brasile ha un futuro grande e splendido, ma ha bisogno di trasporti in maggior copia e con miglior distribuzione.

SUMMARY

In ending his writing on Geography of Transportation in Brazil Engineer MOACIR SILVA, Technical consultant, National Council of Geograhny, submits the chapter Density of Transports.

After dealing with the close relations hips between geography and statistics he defines what density is in transportation and classifies it as: — density in space, or density properly speaking (static, dynamic and kinematic), and in time, or intensity (the present time — intensity properly speaking, and from the pas to the present, or development of transportation). A density is static if it relates to the area; it is dynamic if dealing with the total population, and kinematic, or isotopic if it expresses the (average) distance from the centres of population to the transportation routes.

Taking into consideration a few of those regions with relative peopling and scarcity of means of transport, he thinks that it is not enough to know the density of transportation, but its intensity or frequency. He establishes 100 km² as a basic unit for static density and 10,000 inhabitants for dynamic density.

Illustrated by judicious conceptions and detailed explanations he presents the following tables: I: Rail and road lengths by States and by regions of Brazil; II: Density of land transport; III: Densities of vehicular roads; IV: Static density of waterways; V: Static density of commercial aviation in Brazil (zone of influence of the airports and landing fields); VI: Intensity of railway transportation in 1939, and — VII: Intensity of navigation in 1936.

Interesting data illustrated with graphs on the development of transportation in Brazil are published by the author together with some considerations on the kinematic density, mainly from the Brazilian standpoint.

In concluding the chapter which closes his excelent work he says that Brazil has a great and esplendid future ahead, but need is felt for more transporte and better distribution of their means.

ZUSAMMENFASSUNG

Zum Schluss seines Werkes über die Geographie der Beförderungsmittel in Brasilien, legt der technische Beirat des Nationalen Rates für Geographie, Herr Ing. MOACIR SILVA ein Kapitel vor mit dem Titel: Die Dichtigkeit der Beförderungsmittel.

Nachdem er über die näheren Beziehungen zwischen Geographie und Statistik gesprochen hat, erklärt er, was die Dichtigkeit auf dem Gebiet der Beförderungsmittel bedeuten solle und er macht seine Unterscheidungen in: — Dichtigkeit im *Raum*, oder in ihrer eigentlichen Bedeutung (statisch, dynamisch oder mechanisch), in der *Zeit*, oder die Wirksamkeit (in der *jetzigen Zeit* — Wirksamkeit in der eigentlichen Bedeutung, und in der Beziehung von *Vergangenheit* zur *Gegenwart*, oder der *Fortschritt der Transportmittel*). Die Dichtigkeit ist *statisch*, wenn sie sich auf das territoriale Landgebiet bezieht, *dynamisch*, wenn sie auf die Bevölkerung bezieht und *mechanisch* oder isotopisch, wenn sie die Entfernung (das Mass) zwischen den Ansiedlungen und den Transportwegen auszudrücken sucht.

Indem er einige Fälle in Erwägung zieht, in denen in einem Gebiet die Beförderungsmittel in Verhältnis zur Bevölkerungsdichte zu gering sind, schliesst er, dass es nicht genüge, nur die *Dichtigkeit* der Beförderungsmittel zu wissen, sondern auch ihre *Wirksamkeit* und *Häufigkeit*. Als einheitliche Grundlage setzt er für die statische Dichtigkeit 100 km², und für die dynamische 10.000 Einwohner fest.

Mit vernünftigen Begriffen und genauesten Erklärungen stellt er die folgenden numerierten Tafeln auf: I. Die Eisenbahn — und Strassennetze durch die Staaten und Regionen Brasiliens. — II. Die Dichtigkeit der Landbeförderungsmittel. — III. Dichtigkeit der befahrbaren Strassen. — IV. Statische Dichtigkeit der Wasserstrassen. — V. Statische Dichtigkeit der Handelsluftfahrt Brasiliens (Einflusszone der Flughäfen und Landungsplätze). — VI. Ausmass der Eisenbahntransportmittel im Jahre 1939, und VII. Ausmass der Schifffahrt im Jahre 1936.

Der Autor legt interessante Daten über den Fortschritt der Verkehrsmittel in Brasilien dar, die von graphischen Illustrationen begleitet sind, ebenso auch Erwägungen über die mechanische Dichtigkeit, vor allem aus dem brasilianischen Gesichtspunkt heraus gesehen.

Er schliesst dieses Kapitel und somit seine hervorragende Arbeit mit der Feststellung, wie gross und glänzend die Zukunft Brasiliens erstehen würde, aber hierzu sei von absoluter Notwendigkeit eine *Vermehrung* und *bessere Verteilung* der Transportmittel.

RESUMO

Finante sian verkon pri Geografio de la Transportoj en Brazilo, s-ro Ing. MOACIR SILVA, Teknika Konsilanto de la Nacia Konsilantaro de Geografio, prezentas la ĉapitron titolitan: — Denseco de la transportoj.

Parolinte pri la intimaj rilatoj inter la geografio kaj la statistiko, li difinas tion, kio estas denseco rilate al transportoj, kaj faras ĝian klasigon laŭ: — denseco ĉe la *spaco*, aŭ ĝuste nomita denseco (statika, dinamika aŭ kinematika), kaj la *tempo*, aŭ intenseco (ĉe la *aktuala tempo* — ĝuste nomita intenseco, kaj de la *estinteco al la estanteco*, aŭ *progresado de la transportoj*). La denseco estas *statika*, se ĝi rilatas al la teritoria supraĵo; *dinamika*, se ĝia rilatas al la globa loĝantaro kaj *kinematika* aŭ *izotopika*, se ĝi serĉas esprimi la distancon (mezan) de la loĝatigaj centroj al la transportaj vojoj.

Atentante pri kelkaj kazoj de regionoj kun relativa loĝatigo kaj malmultaj transport-remedoj, li juĝas, ke ne sufiĉas scii la densecon de la transportoj, sed estas necese scii ankaŭ ĝian *intensecon* aŭ *frekvencon*. Li starigas kiel bazan unuon por la statika denseco 100 km², kaj por la dinamika, 10.000 loĝantojn.

Akompanataj de saĝaj opinioj kaj detalaj klarigoj, li prezentas la jenajn nombrajn tabelojn: — I: Fervojoj kaj ŝoseaj longoj, laŭ brazilaj ŝtatoj kaj regionoj; — II: Denseco de la surteraj transportoj; — III: Veturilaj ŝoseaj densecoj; — IV: Statika denseco de la perakvaj vojoj; — V: Statika denseco de la komerca aviado en Brazilo (zono de influo de la aerhavenoj kaj kampoj de alteriĝo); — VI: Intenseco de la fervojaj transportoj en 1939, kaj — VII: Intenseco de la navigacio en 1936.

Interesaj elementoj pri la progresado de la transportoj en Brazilo, akompanataj de klarigaj grafikaĵoj, estas publikigataj de la aŭtoro, kiel ankaŭ konsideroj pri kinematika denseco, precipe pri la brazila kazo.

Finante la ĉapitron kaj sian bonegan verkon, li diras, ke granda kaj belega estas la estonteco, kiun oni antaŭvidas por Bazilo, sed por tio estas necese *pli da transportoj* kaj *pli bona ties disdivido*.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL



Rui Hans de Moraes Barros

MORAIS RÊGO

1896 — 1940

Luiz Flores Morais Rêgo foi um dos elementos mais representativos da moderna geração de geólogos e geógrafos do Brasil. Espírito irrequieto, iluminado por um cérebro perspicaz, passou a curta existência preocupado intensamente com assuntos do campo da geologia e da geografia econômica do Brasil.

Diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto, ingressou no Serviço Geológico ao tempo em que era diretor deste o eminente Gonzaga de Campos. Com grande capacidade de assimilação e baseado no sólido preparo de matemática, física, química, mineralogia e mecânica que possuía, entregou-se a experimentações sobre os melhores métodos de combustão do carvão nacional. Logo depois passou a viajar pelo Brasil, estudando a geologia no campo e completando as observações com trabalhos de laboratório, revelando nessas experiências, grande perícia e profundos conhecimentos. Foi um dos mais brilhantes técnicos do Serviço Geológico e percorreu todas as regiões importantes do Brasil na ânsia inconstante de estudar e de conhecer.

O convívio com os terrenos sedimentares desenvolveu nele o pendor pela paleontologia assunto que, com proficiência, abordou em fase efêmera da vida. A observação da natureza fez dele um perfeito geógrafo, que só agora iria se revelar se a morte não o viesse surpreender tão depressa. Morais Rêgo, pode-se dizer, conheceu profundamente o Brasil com exceção apenas do vale amazônico. O planalto meridional lhe foi grandemente familiar; São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram regiões de sua predileção. Sobre São Paulo escreveu muito e se tornou o maior especialista sobre a geografia e a geologia do grande Estado bandeirante. Minas foi devassada em todos os sentidos; viajou muito pela Baía e produziu um excelente trabalho sobre a zona do oeste do São Francisco. No Nordeste, examinou todas as formações geológicas de interesse especial. No meio Norte, fez reconhecimentos geológicos, sobretudo no Maranhão e na parte ocidental do Piauí. O Rio Grande do Sul, sua terra natal, foi também percorrido meticulosamente no intuito de conhecer sua jazidas metalíferas e formações de carvão.

Com os conhecimentos adquiridos na Escola de Minas onde fez curso brilhante, com a prática de análise química alcançada com assídua frequência nos laboratórios do Serviço Geológico, sob os conselhos do grande químico Theophilus Lee e com a convivência de Gonzaga de Campos e Eusébio de Oliveira, Morais Rêgo reuniu o vultoso cabedal que lhe permitiu tornar-se o técnico de formação científica mais completa do Brasil.

Depois de conhecer bem o Brasil, ingressou no magistério superior e preencheu com grande brilho a cátedra de geologia econômica da Universidade de São Paulo (Escola Politécnica).

Conhecedor perfeito do vale do São Francisco, desde as cabeceiras até a foz, escreveu um trabalho notável sob o ponto de vista geográfico, que mereceu honroso prêmio conferido pela Sociedade Capistrano de Abreu.

Morais Rêgo não teve uma formação intelectual dirigida por nenhum dos grandes espíritos com quem conviveu porque, pela grande capacidade de apreensão dos assuntos e constante desejo de manifestar pontos de vista próprios, não se acorrentava a rumos estranhos. Foi um líder nas questões da indústria mineral, do petróleo gondwânico, colaborou muito na solução do problema siderúrgico e foi um grande conhecedor das questões relacionadas com a produção de cimento Portland.

Ajudado por uma memória notável, era capaz de escrever relatórios imensos, descrevendo minuciosamente as zonas por onde passava sem tomar uma nota sequer. Era um inimigo das máquinas fotográficas, instrumento que evitava tanto quanto possível; daí a falta de documentação fotográfica original que se nota em todos os seus trabalhos de campo. Era pouco amigo dos esquemas e representações gráficas; empregando muito a descrição, às vezes em tom um tanto vago e impreciso, mas contendo quase sempre idéias profundas. Essas características emanam do temperamento nervoso de Morais Rêgo.

Em São Paulo colaborou na Associação dos Geógrafos Brasileiros e sua contribuição era sempre recebida com acatamento e apreço, mercê da grande autoridade e do grande conhecimento que tinha sobre todas as questões fundamentais da geologia e da geografia física do Brasil.

Os assuntos que mais caros lhe foram mostram a sua grande visão e abrangem os problemas econômicos essenciais ao país. — Escreveu sobre ouro, siderurgia, carvão, petróleo e cimento. Deixou inúmeras monografias sobre geologia pura, geologia econômica, paleontologia e geografia física.

Seus trabalhos de maior caráter geográfico foram: Reconhecimento geológico da parte ocidental do Estado da Baía (1926) Os recursos minerais do Estado da Baía (1930). A geologia do petróleo no Estado de São Paulo (1930). Glaciação copaleozóica no centro do Brasil (1930). Notas sobre a geologia do Território do Acre e da bacia do Javari (1930). As estruturas antigas do Brasil (1931). Ensaio sobre as montanhas do Brasil e sua gênese (1931). Notas sobre a geomorfologia de São Paulo e sua gênese (1932). As formações cenozóicas de São Paulo (1933). As jazidas de ferro do centro de Minas Gerais (1933). Contribuição ao estudo das formações pre-devonianas de São Paulo, (1933). Notas geográficas e geológicas sobre o rio Tocantins (1933). Notas sobre a geologia, a geomorfologia e os recursos minerais de Sergipe, (1933). Camadas cretáceas do sul do Brasil (1935). Comparação entre o sistema de Santa Catarina e formações do Maranhão e Piauí (1935). Considerações preliminares sobre a gênese e a distribuição dos solos do Estado de São Paulo (1935). Introdução ao trabalho "Contribuição para a geologia do Estado de Goiás" com mapa geológico (1935). Considerações gerais sobre a gênese e a taxinomia dos solos do Brasil (1935). O vale do Tocantins — Araguaia, via de acesso natural ao centro do Planalto Brasileiro, (1936). O vale do São Francisco (1936) — Notas sobre a geologia do Estado do Maranhão (1937). A geologia do Estado de São Paulo (1940).

A. LEVERGER

1802 — 1880

ANTES de conhecer Cuiabá e sentir-lhe o influxo modificador de sua existência, Augusto João Manuel Leverger era apenas conceituado como oficial da armada imperial, em cujo quadro ingressou, ao tempo em que o Brasil aceitava o concurso de lutadores europeus do porte de Norton, Tomaz Craig e outros.

Decorreu-lhe a infância no ambiente praiano de Saint Maló, acariciado pela dedicação materna de Reine Corbes, que supriu a ausência do pai, Marthurin Leverger, lóbo do mar aprisionado pelos ingleses, que só recuperaria a liberdade depois da derrota de Napoleão.

Jovem, ansiou por seguir a mesma profissão de sua gente, que o mar atraía, desde os tempos heróicos de Cartier, Duquay-Trouin, Surcouf, cujos feitos se incumbiam as narrativas conterrâneas de propagar.

Não completara ainda 29 anos de idade quando, primeiro tenente, incumbido de organizar a flotilha defensiva de Mato Grosso, saltou em terra cuiabana, após fadigante peregrinação ao longo das vias fluviais, que os bandeirantes devassaram e frequentaram, do rio Tietê ao Cuiabá.

Abrasado na volúpia do trabalho, não podia ficar inativo, e como a penúria financeira lhe tolhia as atividades no improvisado arsenal de marinha, abriu aula gratuita de matemática e francês para a mocidade cuiabana, ao mesmo tempo em que iniciava as suas pesquisas históricas e geográficas.

Sempre que se lhe deparasse oportunidade, cuidaria de distender os levantamentos e roteiros, com os quais grangeou fama de abalizado hidrógrafo, a quem o Instituto Histórico franqueou as suas portas, para lhe editar, na Revista, os ensaios:

Diário do reconhecimento do rio Paraguai, desde a cidade de Assunção até o rio Paraná — Roteiro da navegação do rio Paraguai, desde a foz do S. Lourenço até o Paraná — Roteiro da navegação do rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até a do S. Lourenço.

Além dessas contribuições, elaborou, mais:

Memória sobre o rio Paraguai, desde Nova Coimbra — Carta do rio Paraguai — Planta hidrográfica da lagoa Uberaba — Diário e roteiro de viagem feita desde Assunção, no rio Paraguai, até a Baía Negra — Esboço do rio Cuiabá, desde a confluência do São Lourenço até a cidade daquele nome.

Mais tarde, apresentaria a Carta de um reconhecimento do distrito de Miranda — Mapa da fronteira do Sul na Província de Mato Grosso — Vias de comunicação — Dicionário geográfico da Província de Mato Grosso — Observações sobre a carta geral do Império, relativas à Província de Mato Grosso.

Se o geógrafo, que até a idade de 63 anos realizou explorações pelo planalto de Maracajú, para esclarecer dúvidas, bem mereceu do Brasil, que o aceitou por filho adotivo, Mato Grosso, em particular, ainda lhe reconheceu maiores credenciais à gratidão da Posteridade.

Tanto se recomendara à estima geral pela sua integridade, que o distinguiu a escolha do governo imperial com a missão de governar a Província a que se afeiçoara, apesar de lhe faltar a qualidade de brasileiro nato.

Por ocasião da invasão paraguaia que, transposto o forte de Coimbra, alcançou facilmente Corumbá inerte, espalhou-se o pânico até Melgaço, cujos defensores decidiram, em apressado conselho, deixar essa última linha de resistência e recolheram-se à capital, onde se entrincheirariam.

Leverger, reformado embora, sem parcela alguma de responsabilidade na direção dos negócios oficiais, assim que teve ciência do ocorrido, alta noite compareceu, decidido, ao Palácio, onde o General Albino de Carvalho, ameaçado de deposição, excitava meios de impedir a aterrorizante investida inimiga.

A confiança coletiva no sexagenário espantou receios sinistros e as mesmas unidades, que debandaram à voz de chefes inseguros de sua bravura, prontificaram-se a retornar a Melgaço, de que o inimigo não ousou aproximar-se, depois que soube quem as comandava.

Mercê da intervenção de Leverger, premiado, por isso, com o título de Barão de Melgaço, Cuiabá não foi alcançada pela avassalante onda invasora.

E quando, aos 78 anos, cerrou os olhos que não reveriam a Bretanha natal, Mato Grosso lhe proclamou a benemerência de estadista e militar, que se radicou em Cuiabá para lhe servir de nume tutelar, na paz, como igualmente na guerra, e o saber, comprovado por obras, ainda inéditas algumas, de historiador e geógrafo insigne.



Augusto Loureiro

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

OCEANOGRAFIA

1.º QUESITO

Qual o conceito moderno, o estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa referentes à oceanografia ?

Assim como o conceito moderno de geografia, graças aos trabalhos geniais de FREDERICO RATZEL, deu à geografia um caráter científico, que até então não possuía, o mesmo poderemos dizer da oceanografia. Por isso, a geologia é a oceanografia do passado e para conhecê-la é mister adotar o método do mais certo ao menos certo, do presente ao passado, do oceano de hoje ao oceano de milhares de anos. Ignora-se, por exemplo, o que se passa no Mediterrâneo, apesar da obra incansável e notável do PRÍNCIPE DE MÔNACO e outros. Tôda opinião ou asserção que não for apoiada por uma cifra, por uma medida ou pela experiência, tudo o que, na história antiga do Globo, não for demonstrável ser um fenômeno senão idêntico, pelo menos comparável aos que hoje se verificam, é pura fantasia.

A evolução se fez com implacável rigor no conjunto dos conhecimentos humanos.

As ciências físicas e químicas passam às ciências matemáticas, as naturais às físicas e químicas. A mineralogia dos velhos naturalistas ultrapassou os limites, e agora gira em tórno da geologia por intermédio da oceanografia.

A oceanografia assemelha-se à geografia. Ela exige conhecimentos extensos e variados. É uma arte antes que uma ciência, mas como tôdas as grandes artes demanda o concurso de tôdas as ciências. Por isso eu prefiro dizer que a oceanografia é arte e ciência ao mesmo tempo. A ciência tem aspirações infinitas. Na realidade, porém, ela é cruelmente limitada pela infinita fraqueza da inteligência humana e pela infinita transcendência dos fenômenos naturais.

A oceanografia não é a zoologia.

O ser vivo é um instrumento de extrema delicadeza e ao mesmo tempo difícil de ser manuseado. A primeira dificuldade está em que, em vez de indicar uma única variável como o termômetro a temperatura ou o barômetro a pressão, ela mede um conjunto: tôdas as condições do meio ambiente, sem exceção de uma só.

Em segundo lugar, sua graduação é restrita; não comporta senão três graus: a presença abundante, se tôdas as condições são favoráveis; a presença rara ou o estado precário dos indivíduos, quando entre as condições há uma ou várias mediocrementemente favoráveis ou ainda a ausência, quando se encontra uma ou algumas francamente desfavoráveis.

2.º QUESITO

Que opinião tem sôbre a situação atual, no Brasil, das pesquisas efetuadas e do emprêgo dos métodos modernos quanto à oceanografia ?

Desde logo é preciso declarar que no Brasil, é sem dúvida, a oceanografia a ciência que mais na infância caminha. — A não ser as sondagens e a temperatura da água do mar que, a bordo de alguns navios de guerra, costuma-se fazer sistematicamente, nada mais há de positivo, nem de sintomático que revele

um estudo metódico de oceanografia. — Não há em primeiro lugar, um navio especial e perfeitamente aparelhado para campanhas oceanográficas; não há, também, instrumentos modernos, como os ecobatímetros, e outros para o estudo de relêvo submarino.

A respeito da química aplicada à oceanografia, não há quase em absoluto nada feito no Brasil, de modo que o segundo quesito pode ser respondido com formal negativa.

3.º QUESITO

Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a intensificação, no país, das pesquisas sobre oceanografia?

É de duas faces a resposta: uma que diz respeito a obtenção material e outra pessoal.

A primeira só importa em poder gastar alguns milhares de contos de réis, na compra de um bom navio, apropriado para o serviço oceanográfico; a instalação e compra de todos os instrumentos indispensáveis e os laboratórios, quer os de física, quer os de química, aplicados na oceanografia.

— Depois de organizados esses serviços e em prática todos aqueles meios, ainda ficará faltando o elemento primordial, isto é, o homem competente: — o marinheiro e o oceanógrafo.

Depois de tudo isso metodizado, será possível e provável a existência da oceanografia no Brasil.

Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1940.

Almirante Raul Tavares.

CONCEITO DE POVOADO

(Contribuição ao seu estudo)

Comunicação de *Lupércio Gonçalves Ferreira*
e *Laércio Coutinho de Barros*

Do Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco

Sentida, há muito, a necessidade de fixar, de um ponto de vista ântropo-geográfico, a definição de povoado, por várias vezes, o Dr. PAULO PIMENTEL sugeriu, a diversos, o estudo do problema porquanto a ausência de uma legislação sobre o assunto ocasionava, aos nossos serviços estatísticos, verdadeiros embaraços.



Itamaracá — Barra da Ilha (ao sul), vendo-se um armazém de côcos. (Foto tirada de Vila Velha).

Como, porém, apesar de tratar-se de um caso tão interessante não aparecera quem se oferecesse para estudá-lo, julgamos oportuno aproveitar a sugestão e no dia 27 do mês próximo passado apresentámos, ao Dr. PAULO PIMENTEL, um memorial com o seguinte título: "*Memorial propondo normas para um trabalho que permita fixar a definição dos diversos tipos de núcleos de população*".¹

Tendo obtido permissão para realizar uma série de observações em alguns municípios mais próximos, viajámos no dia 29 de Maio para a Ilha de Itamaracá, no Município de Igarassú, onde visitámos oito núcleos de população (incluindo o Presídio Agrícola e a Vila de Itamaracá) e fizemos observações nos seis seguin-

tes: Rio do Âmbar, Baixa Verde, Jaguaribe, Forno da Cal, São Paulo e Vila Velha.

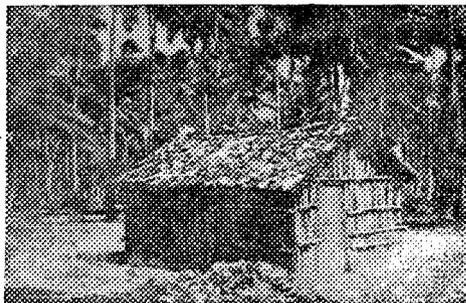
Refere-se, portanto, a estas localidades a análise, em traços gerais, que faremos a seguir:

Todos os núcleos de população da Ilha ficam localizados na praia o que facilita à população o acesso ao coqueiral, ao mar e à orla da praia que funciona como uma estrada natural ligando as povoações entre si.

A água é abundante. A população se abastece em cacimbas, fontes e rios. Os rios além da água dão o marisco pedra, a ostra, o camarão, que os pescadores apanham para o próprio consumo e para vender na Ilha e no continente.

O rio Jaguaribe, perto da povoação deste nome conduz, no verão, água do mar até às salinas (existem 63 na Ilha), e em qualquer tempo é uma estrada para o transporte da madeira que se corta no interior para lenha ou para obras. O rio Cumarú, por sua vez, dá acesso a uma caieira.

As estradas não são boas, sendo que os trechos de estradas da praia, são simples trilhas sinuosas por entre coqueiros, abertas pelos próprios veículos no terreno arenoso.



Itamaracá — Armazém de côcos.

¹ O tempo e a extensão das observações só nos permitirão, por enquanto, estabelecer a definição de povoado.

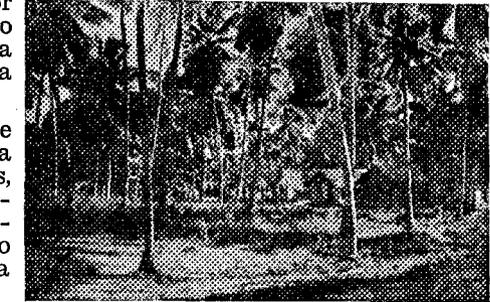
Sem mencionar a Ponte Getúlio Vargas e as obras do Presídio, não existem obras de arte nesta Ilha salvo um pontilhão de cimento armado em Rio do Ambar e uma ponte de madeira, em ruínas, sobre o rio Casado, perto de Vila Velha.

A população é, aproximadamente, de umas seis mil almas. Algumas povoações como Vila Velha, São Paulo e Forno da Cal teem uma população notavelmente invariável. Outras, como Rio do Ambar, Baixa Verde e Jaguaribe, servidas por uma estrada mais transitada vêem, todo ano, durante os meses de verão, sua população aumentar para, logo passada esta época, voltar ao normal.

Em tôdas as povoações a propriedade do solo pertence a vários donos. Há uma infinidade de sitiozinhos de coqueiros, estreitas faixas de terra de poucos metros de largura que se estendem, conforme o caso ou o local, "da praia até o mangue", "da praia até o rio" e "da praia até o mato".

Para se construir uma casa basta pedir permissão ao dono da terra a quem não se terá de pagar fôro. Obtém-se, dêsse modo, a posse do solo por consentimento. Em algumas povoações como Jaguaribe e Baixa Verde paga-se ao município quando a casa é coberta de telha.

A principal agricultura dêsses lugarejos é o côco que, quando cai naturalmente do pé, pertence a quem o apanha. Devemos citar, ainda, as mangas e uma nova e bem fundada plantação de maracujá, em Jaguaribe. Pode-se dizer que Vila Velha é a única povoação onde se planta cereais os quais são consumidos pelos próprios habitantes salvo algumas cuias, que se vendem para outras povoações quando, tendo notícia de colheitas maiores, alguém aparece ali para comprar o excesso da produção. Planta-se também um pouco em Jaguaribe.



Itamaracá — Jaguaribe

A criação se limita a alguns porcos (Rio do Ambar), cabras e carneiros (São Paulo), a uma ou outra vaca de leite (Jaguaribe) e a galinhas.

O núcleo de população onde se cria mais, especialmente cabras e carneiros, é o de São Paulo. (São Paulo possui umas vinte a trinta casas de palha com uma população duns sessenta a setenta habitantes). Cria-se mais porque as pastagens são melhores e porque não existem certas restrições, como em Jaguaribe, onde não se pode deixar animais soltos pelo arruado.



Itamaracá — Baixa Verde.

O comércio interno é representado pelas bodegas e pela venda de ovos, galinhas, mariscos, peixes, couros de animais silvestres (Rio do Ambar), frutas (Jaguaribe), cereais (Vila Velha) e instrumentos de pesca.

O comércio externo consiste na exportação de peixes, mariscos, frutas, côco, palha de coqueiro (para Olinda e Recife), colheres de pau (de Jaguaribe), sal e tijolos, e na importação de vários gêneros de primeira necessidade.

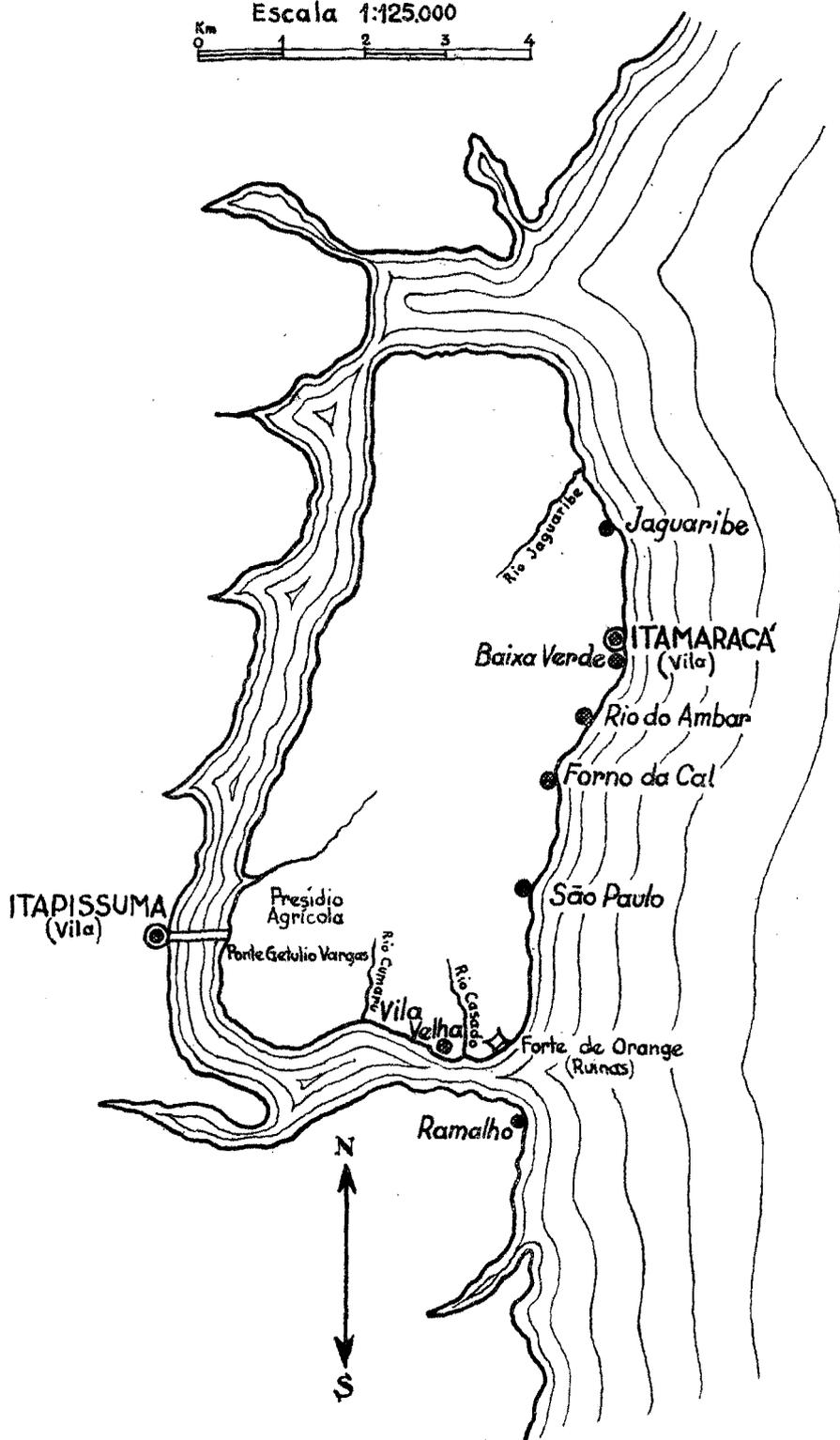
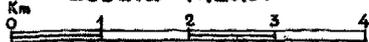
Quase todos os homens teem mais de uma profissão por que até mesmo a pesca não é um meio de vida seguro em qualquer tempo. De maneira que, há indivíduos que pescam e que tiram côco, que trabalham com canoas e que extraem madeira nas matas, que descascam côco e que trabalham no campo, que fazem covos e que juntam fôlhas de coqueiro, que trabalham nas salinas e nos fornos de cal, que negociam e que costumam velas de barçaça.

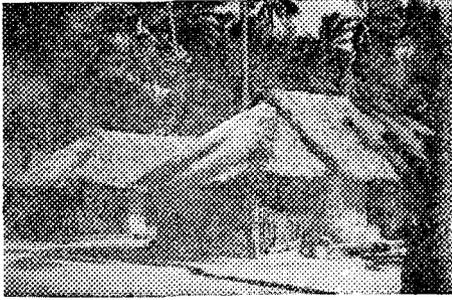
Em vão procurámos descobrir, na Ilha, uma agremiação, um "Maracatú", um "Pastoril". Só encontrámos um clube carnavalesco em Rio do Ambar. E isso é tanto mais para admirar porquanto, ao visitarmos a povoação de Ramalho, do outro lado da Barra, soubemos que ali, às vêzes, havia "Pastoril" de moças que vinham da Ilha.

ILHA DE ITAMARACÁ

PERNAMBUCO

Escala 1:125.000





Itamaracá — Tipo comum de moradia.

pertencer a diversos, pertence a um Sr. CHACON e à Companhia Paulista.

Já de volta a Recife estivemos no Engenho Monjope onde fizemos observações que possivelmente servirão para outra etapa dos nossos trabalhos.

Chegando a Recife no dia 2 de Junho viajámos, no dia 4 do mesmo mês, para o município de São Lourenço onde visitámos Pau Ferro (propriedade agrícola), Tiúma (usina) e Lajes (povoado).

O que apurámos em Tiúma e Pau Ferro, juntamente com o que apurámos em Monjope, guardaremos para estudos posteriores e daremos aqui o relatório do que observámos em Lajes.

Lajes fica situado no extremo ocidental do município de São Lourenço, quase nos limites com Glória do Goitá.

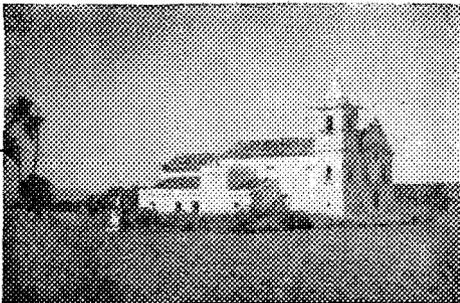
A povoação se abastece d'água num riacho não perene que passa próximo e numa cacimba no Engenho Conceição.

Uma estrada de rodagem, bastante transitada, atravessa o lugarejo onde há, apenas, trinta e três casas de telha e uma população de cento e trinta e três habitantes.

Está localizado em terras do Engenho Refresco, pertencente ao Sr. SANTOS TUTÚ o qual é proprietário, também, de três casas no aglomerado.

Os habitantes moram, quase todos, em casas próprias e apenas uns quatro ou cinco em casas alugadas. (O aluguel de cada uma dessas casas não vai além de dez mil réis mensais).

Os proprietários de casas pagam dez mil réis de fôro, todo ano, ao "senhor de engenho", e nove mil e trezentos réis ao município.



Itamaracá — Igreja de Vila Velha.

Não havendo igreja na localidade os seus habitantes assistem missa em Chã de Alegria e em Glória de Goitá.

A povoação tem uma escola municipal.

Em algumas povoações, como Vila Velha e São Paulo, não existem escolas, e como essas povoações estão afastadas das outras, muitos meninos ficam sem instrução escolar.

O povo é muito católico. Quase todo o ano há festa de igreja nos povoados, "bandeira de São João", novenas, etc.. Encontra-se uma ou outra família protestante, um ou outro espírita.

Pouco acima de Vila Velha tomámos uma canoa e fomos a Ramalho, no continente. Essa povoação é muito semelhante às que acabámos de descrever, apenas a propriedade do solo em vez de



Itamaracá — Rio do Ambar — Feitor de côvo.

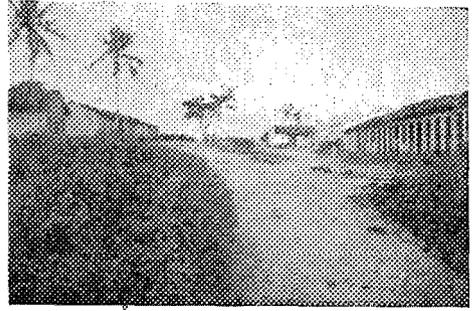
O comércio interno consta de três bodegas e da venda de algumas galinhas e de alguns ovos. Mora um mascate no lugar mas esse vende suas mercadorias pelos engenhos e não mesmo na povoação.

O comércio externo é quase todo de importação porquanto não existe agricultura, indústria ou artesanatos nesse lugar, salvo uma costureira.

Os homens que não vivem do comércio vivem do trabalho alugado nos engenhos ou de fretes. (Existem, na povoação, treze cavalos e éguas para carregar lenha das matas dos engenhos para as usinas).

Terminamos, assim, nossas observações a 6 de Junho voltando, então, para Recife.

Embora fôsse muito pequeno o número de núcleos de população visitados poderemos, agora, partindo do princípio de que Lajes, Ramalho e os seis núcleos da Ilha são povoados (porquanto há muito assim são considerados), separar os elementos mais gerais que apurámos nos mesmos e fixar a definição de povoado nos seguintes termos:



Município de São Lourenço — Lajes.

Povoado é todo núcleo de população que não sendo sede municipal ou distrital se caracteriza por uma população permanente, pelo fato de pertencerem a diversos tanto a posse do solo como a propriedade das moradas; pela locação das moradas; pela liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão; e pela existência de comércio interno ou externo, livres.

Façamos uma exegese sucinta dos seis elementos da definição:

1) — *população permanente* —

Este é o único elemento da definição que estabelece distinção entre povoado, e acampamento ou arraial, que teem vida efêmera ou que não possuem população permanente.

2) — *posse do solo pertencendo a diversos* —

No povoado a posse do solo pertence a diversos ao passo que, na propriedade rural, por exemplo, pertence a um só.

3) — *propriedade das moradas pertencendo a diversos* —

Como acontece com a posse do solo, no povoado a propriedade das moradas pertence a vários donos enquanto nos engenhos, usinas, etc. pertence a um único.

4) — *locação das moradas* —

No povoado é comum obter-se o domínio útil de uma casa mediante contrato de locação da mesma ao passo que, na propriedade rural, digamos, o que geralmente se observa é o contrato de locação de serviço dando permissão à moradia.

5) — *liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão* —

Os habitantes do povoado teem perfeita autonomia econômica: trabalham onde querem, alugam os seus serviços a quem querem e teem a profissão que livremente escolhem o que não sucede no engenho, na fazenda, etc.

6) — *existência de comércio interno ou externo, livres* —

Em todo núcleo de população existe comércio. Mas na usina, no engenho, na fazenda, encontramos, geralmente, o "barração". O comércio é, portanto, privilégio de um, o que não acontece nos povoados onde pode ser explorado livremente.

Concluimos assim esta primeira parte de um trabalho que esperamos documentar melhor e ampliar porquanto o tempo de que dispusemos não nos permitiu fazer um serviço mais documentado e mais completo no sentido de incluir a definição dos demais núcleos de população, de caráter permanente ou transitório.

“PRINCIPLES OF HUMAN GEOGRAPHY”

Obra de *Ellsworth Huntington* *

Pesa sôbre HUNTINGTON uma injustificável prevenção, mais profissional que profana, promanada, em maior parte, de sua tenaz e viva campanha em prol do fator climatológico, como vigoroso agente direto e indireto, na vida do homem, e, portanto, da civilização. Esta decidida campanha tem sido enpenhada em várias obras e estudos, dedicados exclusivamente ao seu ponto de vista predileto, mas, tem resvalado também, como seria de esperar, para os seus compêndios escolares de geografia — comercial, econômica e humana.

Se não podemos nem devemos ainda concordar por inteiro com a ênfase meteorológica huntingtoniana, no exame do complexo físico-psíquico intrincado a que está jungido o homem em sua existência terrestre, por outro lado, seria erro imperdoável desdenhar as vantagens colhidas das análises mais profundas de tão importante influência mesológica, análises como as tem realizado com agudeza incomum o notável professor americano.

A geografia, ciência sobretudo sintética em seus delineamentos primordiais, sempre aproveitam as visões unilaterais, porque, efetuado nelas o desbaste das conclusões demais generalizadas ou evidentemente forçadas, resta ainda muita observação de valor que escapa a outros estudiosos mais conservadores ou menos entusiastas. Os detratores mais severos de HUNTINGTON lamentam o simplismo de seus manuais escolares, especialmente dos que versam inteira ou acidentalmente a geografia humana. Aqui, a injustiça do conceito ainda é maior, e deflue, antes, de soberbo academicismo. A geografia humana é uma disciplina para cuja estrutura complicada tem que entrar várias ciências altamente especializadas, algumas ainda jovens e portanto em constante remanipulação. O tratado superior para uma disciplina assim completa, será obra ingente e delicada, ainda por muito tempo... e, ainda está por aparecer... Com mais razão pois, o seu compêndio meramente escolar, há que cingir-se forçosamente ao aproximado, ao resumo geral vulnerável, coisa elementar e acessível aos neófitos, inexperientes e desavisados. Não devemos submeter essas primeiras letras da geografia humana a crítica calçadas em critérios demais rigorosos ou mesmo rebuscados, mais teóricos que práticos, craveira que mais se enquadra na apreciação de monografias minuciosas e teses.

Entretanto, não nos aproximamos da quinta edição do conhecido livro de HUNTINGTON, cujo título encima êsse comentário, nem com intransigência negativista, nem com complacência otimista. Examinaremos o manual mais como instrumento didático, e encarando as exigências práticas de estudantes que, a princípio, precisam ganhar noções gerais do condicionamento do homem e de suas atividades às indiscutíveis solicitações do meio geográfico, em o sentido mais amplo dêste.

Antes de mais nada, devemos ressaltar o equívoco em que muitos incidem, atribuindo a HUNTINGTON, nos seus livros de geografia, uma *exclusiva* preocupação de ater-se a, e exaltar, o monismo explicativo de ordem climática. Em numerosos pontos de *Principles of human geography*, HUNTINGTON desfaz peremptoriamente êsse engano. Logo no segundo capítulo, onde o autor oferece um exemplo elementar, concreto e detalhado de geografia humana, em o qual descreve a vida nômade dos *Khirghizes*, do planalto Tien-Chan, na Ásia central, pondera cautelosamente: — “apesar de sua grande importância, como o demonstra a vida dos *Khirghizes*, precisamos pensar na geografia como um dos fatores que influem no caráter humano. Algumas pessoas nascem com muitas habilidades e outras sem nenhuma. Um homem de muita energia e grande inteligência, mesmo em um clima debilitante, longe das vantagens da educação e de outras oportunidades, vale mais do que um homem fraco e estúpido que viva no lugar mais favorecido do mundo... Assim, embora seja muito desejável um bom ambiente geográfico, devemos-nos lembrar constantemente de que êle é somente um dos principais fatores determinantes do progresso de uma nação”.

O capítulo XVI, intitulado “Clima e Vida” — um dos mais expressivos da tese favorita do autor, julgada excessivamente unilateral, conclue, ao contrário, com louvável senso de equilíbrio: — “O clima é apenas um dos fatores que favorecem a civilização. Não se deve esquecer que um clima benfazejo é somente uma das condições que concorrem para o progresso da civilização. O mundo pode ser comparado a uma tela sôbre a qual muitos artistas pintam o quadro da civilização.

* Quinta edição — Editores: John Wiley & Sons, Inc. N. York. 1940. Preço: \$ 3.50.

Um artista, chamado clima, pinta em côres que podem ser harmoniosas em um lugar e desagradavelmente tristonhas ou desbotadas em outros. A raça adiciona outras tintas, às vezes boas, às vezes más; as moléstias e a alimentação ainda outras; a religião adiciona suas próprias tintas especiais, e assim o fazem outras manifestações da cultura humana, incluindo as indústrias, as instituições, o governo, a educação, e outras invenções puramente humanas. Se em uma parte do mundo tôdas as côres forem boas, essa região terá uma grande civilização”.

O último parágrafo de todo o livro coloca o fator clima no lugar que o autor pensa estar melhor no complexo da geografia humana: — “o elemento predominante da geografia humana — o fato de que a qualidade do povo de um país é ainda mais importante do que os recursos naturais. Embora a qualidade do povo sofra a influência de sua herança biológica e de sua instrução, ela é também grandemente moldada pela influência do relêvo, do solo, da água, dos minerais e do clima sôbre as ocupações dos homens, seu modo de vida, alimentação, doenças, saúde e eficiência em geral”.

Agora, dentro da capacidade influenciadora do fator meteorológico, por si, HUNTINGTON distingue, por exemplo, os climas tônicos dos climas depauperantes. São muito conhecidas as suas idéias sôbre as vantagens das variações térmicas de curto tempo, altamente estimulantes — das quais deduz a supremacia civilizadora das chamadas “regiões ciclônicas”, onde o tempo é mais áspero e instável. Aquí, realmente, surge o exagêro huntingtoniano típico. Nem todos concordarão inteiramente, por exemplo, com a argumentação seguinte, ainda que se admita a grande importância dos fatores realçados: — “a perfeição a que um país conduz seu governo, sua educação, sua ciência, sua religião e sua arte, depende grandemente da vitalidade do povo e do grau de civilização. A energia, como acabámos de ver, é influenciada especialmente pelo clima e pela ação do clima sôbre o regime alimentar e o modo de vida. Por isso, clubes de boa orientação, sociedades educativas, associações científicas, organizações filantrópicas e centros musicais são muito mais numerosos num país como a Dinamarca, de clima favorável, do que num país tropical, como o Sião”.

No máximo, poder-se-ia increpar o autor de conferir, por vezes, preeminência ao agente físico clima, por si, e nas suas manifestações indiretas, através de longa e talvez injustificada filiação, como acontece, para citar ilustração eloquente, com a explicação huntingtoniana, de natureza climática, da guerra civil americana.

Principles of human geography, nesta sua quinta edição, muito mais modificada que as anteriores, está dividida em nove amplas partes, e estas, por sua vez, subdivididas em dois, três e mais capítulos.

A primeira parte é introdutória, compondo-se da definição clássica da geografia humana, mais sob o ângulo dos agentes físicos, e de um exemplo ilustrativo, dos menos complexos, das relações apontadas entre o homem e o ambiente, restringido êste aos aspectos essencialmente geográficos, no sentido mais amplo.

A segunda e a terceira partes versam as noções elementares indispensáveis de cosmografia e climatologia. A quarta parte, em edições anteriores constituída por pequeno resumo, consiste agora em três longos capítulos, nos quais: — “todos os países de cada continente são apreciados ligeiramente, de modo que o estudioso relembre os fatos básicos de localização e estrutura geográficas. Ao mesmo tempo, êle é levado a observar que os fatos geográficos não ocorrem acidentalmente, mas seguem leis definidas, o que lhe facilita o acesso ao resto do livro com um conceito muito melhor”.

A quinta parte intitula-se “Fisiografia e Progresso Humano”, da qual, o autor tão mal compreendido, diz, entretanto: — “Esta é da geografia a parte mais interessante, a mais prática, e a mais apta a despertar no estudioso idéias sãs e um esforço mais concentrado. É também o conteúdo mais ou menos incidental ou secundário na maioria dos livros, conquanto seja neste o assunto principal”. Abrange esta parte três capítulos, com larga discussão da influência das montanhas, planícies, oceanos, lagos e rios, sôbre as atividades do homem. Bastaria refletir um pouco sôbre a realidade inelutável de tais influências, aliás das mais elementares embora poderosas, para acabar de uma vez com as prevenções de falso orgulho e puro academicismo contra o justo e inexorável determinismo físico — dêsses preconceitos intelectuais que geram as fórmulas extremas como a de que “o homem é agente ativo e não passivo, mesmo quando recebe as imposições do meio”. Por ora, mais perdoável se nos deparará o excesso huntingtoniano... Talvez dia chegará em que se atingirá o apôtoma equidistante, e, então, lidimamente orgulhoso — “o homem é, a um tempo, agente passivo e ativo dentro da natureza, escravo e criador de ambientes”. Fugir ao reconhecimento da ação

do meio por artes e imposições de um falso espiritualismo, adianta mais à nossa vaidade que à nossa ciência.

Discorre a sexta parte sobre o condicionamento da vida humana ao solo e aos minerais, e como ela se subordina às questões vitais em torno das fontes de energia. Ainda aqui se sente o império da ação do meio, na sua forma mais cruel e amoral — qual insufladora das grandes guerras econômicas de nossos tempos. Repete aqui HUNTINGTON o que todo mundo sabe, mas raramente sobre-eleva como fundamental: — “Em virtude de sua escassez e irregular distribuição, os metais constituem uma das grandes causas das contendas internacionais. Se não houvesse essa coisa que é guerra, e se tôdas as nações tivessem, em todo mundo, a mesma liberdade de comércio, não haveria conflitos. Cada uma poderia então comprar metais onde lhe aproovessem pelo mesmo preço e com facilidades idênticas às de outras nações. No regime atual, há toda a espécie de restrições e limitações”.

Na sétima parte, consagrada às relações entre o homem e o clima, o autor se encontra em suas “sete quintas”, mas, no entanto, é a secção menos desenvolvida, mesmo no tocante à vegetação por influência indireta.

Na oitava parte são consideradas as relações regionais, de conjunto, entre o homem e o meio físico. É a mais longa de tôdas. Nela se descrevem as condições de vida nas florestas equatoriais, cerrados e savanas tropicais, nas zonas mais amenas dos trópicos, onde abundam as possibilidades agrícolas, nos desertos e nos recessos polares, nas regiões mediterrâneas, contrastando-se as costas orientais e ocidentais das faixas subtropicais e temperadas. Nela se discutem a irrigação como agente civilizador, e o trabalho do homem nas faixas das perturbações ciclônicas. Em dois capítulos finais dessa importante parte do livro, e dos mais curiosos de toda a obra, HUNTINGTON trata das mutações do ambiente físico, quer as espontâneas, quer as originadas da intervenção do homem — boas e más. Distingue as constantes das variáveis geográficas, dando alguns exemplos das últimas, como: — migrações de insetos e pragas, de plantas e moléstias; a precariedade piscatória em longos prazos, com altas e baixas por vêzes cíclicas; intempéries meteorológicas e desastres climáticos.

Entre estes últimos está o caso interessante do êxodo dos irlandeses, em grande parte promovido pelo excesso de chuvas em meados do século passado. Merece transcrição aqui o que diz o autor a respeito desse fato singular, e onde mais uma vez encontramos em HUNTINGTON (o parágrafo grifado) aquilo que tantos lh'o negam: — “A Irlanda foi a região européia mais atingida pela emigração rumo a América, em virtude do que a população desse país ficou reduzida à metade. No censo de 1841 havia 8.200.000 habitantes e em 1911 somente 4.400.000. Como em muitos outros casos, a emigração da Irlanda é devida a uma causa constante, ao alcance do controle do homem, e a uma causa geográfica variável, que escapa a êsse controle. As condições sociais desfavoráveis representam a causa constante. Por exemplo, as terras ainda há pouco tempo pertenciam, na maior parte, a alguns donos ausentes, que não visitavam com frequência as suas propriedades e que pouco se importavam com os pobres rendeiros, uma vez pago o aluguel. A causa variável é a pluviosidade irregular que resulta na irregular colheita de batatas, durante muito tempo o principal recurso agrícola da Irlanda, antes de atingirem os laticínios a sua importância atual. Até cerca de 1845 a Irlanda se beneficiou de um período relativamente seco, caracterizado por magníficas colheitas. A população aumentou a ponto de atingir naquele ano a um máximo de 8.300.000. Veio então uma série de anos úmidos trazendo à cultura da batata uma espécie de praga tão maligna, que por pouco não arrasou a colheita. Em consequência, morreram de fome e de febre 200.000 a 300.000 pessoas. Só de uma vez o Governo Inglês deu trabalho a mais de 700.000 indivíduos, mas isso não foi suficiente. Distribuíram-se então alimentos em quantidades enormes, e mais de 3 milhões de pessoas receberam rações. Entretanto, surgiu tão grande descontentamento que provocou uma tentativa de rebelião em 1848. Uma intensa emigração para a América, iniciada em 1846, foi talvez a consequência mais importante do excesso de chuva. Em cinco anos a população diminuiu para 6.000.000 — uma perda de 20 por cento. Durante o período seguinte, de secas favoráveis, a média da emigração decresceu rapidamente. Todavia, entre 1880 e 1890 outro período úmido prolongado com colheitas pobres, piorou ainda mais as condições sociais já precárias, dirigindo-se o povo outra vez em levadas para a

América. Se o clima da Irlanda tivesse sido menos variável, o importante elemento irlandês nos Estados Unidos ainda se encontraria aqui, em virtude da constante emigração provocada pelas condições sociais e econômicas, mas seria presumivelmente, em número muito menor do que atualmente é”.

As variações climáticas de periodicidade aparente mais marcada, mereceram capítulo especial, porém, ao nosso ver, demasiado breve para tal autor e em face da documentação muito mais ampla, disponível.

A última parte da Geografia Humana de HUNTINGTON se ocupa dos elementos de geopolítica em seus aspectos mais simples. Compõe-se esta parte de três capítulos. No primeiro, se alinham as vantagens e as desvantagens dos países de pequena e grande extensão. Sobre o Brasil, o autor, visivelmente, teve ao seu dispor escassas e antiquadas informações. Notamos em outros pontos do seu livro a mesma pobreza de dados sobre o nosso País. Neste capítulo, por este motivo, há evidente hipérbole e flagrante desacerto apreciativo nos seguintes parágrafos referentes ao Brasil: — “É um problema político extremamente difícil utilizar estes vastos espaços inexplorados em proveito do tipo de civilização completamente diferente, encontrada ao longo da costa e no planalto oriental, do Cabo de São Roque para o sul. Surgiriam complicações para reconciliar a predominante colonização portuguesa do país, que se estende do Rio de Janeiro para o norte, com as zonas predominantes italiana, espanhola e alemã, que se estendem de São Paulo para o sul. Por vezes os paulistas, como são chamados os do sul, estiveram dispostos à revolta, queixando-se de que o grupo do Rio de Janeiro não os tratava de modo razoável”. Não há senão sorrir...

O segundo capítulo trata das relações políticas da topografia, do poder naval, decorrente da distribuição dos mares, e das fronteiras. O terceiro e último capítulo desta parte final do livro versa as relações internacionais, e como sempre, de maneira elementar — despida dos requintes interpretativos da geopolítica moderna de várias escolas. Nesse assunto mais delicado o autor revela proibida imparcialidade, e transmite pontos de vista de uma generalidade superior, por assim dizer extra-terrestre, hoje raros entre observadores os mais insuspeitos, a maior parte infetada de partidarismo universal, intransigente e apaixonado. Vale a pena estendermos aqui o comentário, dada a enorme relevância do assunto, e a inquestionável competência da geografia humana para o explicar devidamente.

Vejamos primeiro como HUNTINGTON destaca os fatores de controle das relações internacionais: — “As relações internacionais dependem, em grande parte, da maneira como procura cada país atingir os seguintes objetivos: (1) encontrar mercados para os seus produtos; (2) comprar mercadorias que não produz; (3) dispor de áreas para o seu excesso de população; (4) proporcionar aos seus súditos oportunidades para empregar capitais ou então para viver fora do país sem perda da própria cidadania; (5) proteger ou ajudar, em outros países, pessoas da mesma raça, língua, religião e cultura; (6) defender-se contra agressão; (7) estabelecer relações culturais por meio de viagens e intercâmbio. Com vista nesses objetivos, os países fortes tendem a expandir as suas esferas de influência. Às vezes, essa expansão é comercial; outras consiste em mandar colonos para regiões sob diferente regime de dependência política; e ainda outras vezes se traduz na ocupação de novos territórios. Frequentemente os três processos andam juntos... O atrito que esses processos de expansão podem determinar, em relação a outros países, depende muito das condições geográficas. Se uma nação possui amplos territórios inaproveitados, procurará intervir menos em outros países, como no caso dos Estados Unidos, Canadá e Argentina. Se pode tomar posse de novos territórios de além-mar, tão depressa tenha necessidade, contentar-se-á em deixar em paz seu vizinho. Esta era a situação da Grã-Bretanha durante o século dezanove. Se um país não pode expandir-se, por estar enclausurado pelos limites fronteiriços, não havendo além mar territórios atrasados para ocupar, como no caso da Alemanha, provavelmente provocará conflitos”. Isto é exatamente o que diria um observador postado em Sírius.

Descrevendo as etapas do desenvolvimento nacional de algumas potências, afirma, sem *ambages*: — “Quando um país adolescente foi bem sucedido em seus propósitos, ou pelo menos chegou a atingir os seus objetivos da maneira mais razoável possível, acomoda-se na maturidade. Na adolescência dos Estados Unidos, compramos a Louisiana e o Alaska, brigamos com a Inglaterra por causa do

Oregon e de Washington, tomámos ao México imensos pedaços de terra, anexámos o Havai e acabamos por tomar várias ilhas da Espanha” — (o caso do Panamá vem citado adiante, neste mesmo comentário). — “Agora, no entanto, estamos bem satisfeitos com os nossos limites. Estamos até dispostos a desistir de algumas possessões, como as Filipinas. A Grã-Bretanha do mesmo modo completou o seu desenvolvimento. Seu vasto império contém os mais variados recursos, que lhe são úteis enquanto for senhora dos mares. A França, a Bélgica e os Países Baixos atingiram igualmente a maturidade, satisfeitos e desejosos de conservar as coisas como estão... Suas atitudes são totalmente diferentes das de países como a Alemanha, a Itália, o Japão e a Rússia, todos na fase de adolescência ao estourar a segunda Guerra Mundial em 1939”.

Traçada a etiologia do imenso Império Britânico sob o ângulo geopolítico, ousa o autor a seguinte conclusão: — “Contudo muitas pessoas criteriosas duvidam de que a posse de tôdas essas colônias tenha realmente aumentado a prosperidade e a felicidade da Grã-Bretanha. Eles apontam a Escandinávia e a Suíça como países nos quais as possessões de além mar pouca ou nada influíram, mas que rivalizam com a Grã-Bretanha em conforto geral, sem terem sofrido o flagelo das guerras”.

Voltando à expansão dos Estados Unidos, dentro da mesma ordem de idéias confessa desassombradamente: — “Tomámos o Panamá da Colômbia, porque queríamos empregar a nossa força para levar avante o grande empreendimento internacional do canal”.

Como o autor reconhece, honradamente, morar em casa de vidro, prefere não atirar pedras no caso do Japão, explicando que: — “É difícil para os ocidentais julgar razoavelmente o Japão, e é fácil criticá-lo por quebrar tratados e oprimir os chineses. Todavia sem concordar com êsses atos, pode-se acentuar que o procedimento do Japão está em harmonia com o ambiente geográfico. A expansão do Japão é curiosamente idêntica à da Inglaterra e à dos Estados Unidos, exceção de que ela já veio tarde, quando já se haviam elevado os padrões de conduta internacional”.

A respeito da expansão germânica o pensamento do autor é mais confuso, porque em parte adota a opinião generalizada, hostil à Alemanha política, opinião essa que mal se enquadra nos fundamentos de sua própria doutrina físico-determinista. Por exemplo, diz HUNTINGTON logo ao início de sua exposição da matéria: — “A posição da Alemanha em relação aos seus vizinhos mais fracos é diferente de qualquer outro país. Em primeiro lugar, ela andava tão preocupada com a unificação dos seus próprios Estados, que só depois de 1870 é que pôde voltar suas vistas para o exterior. Depois, pouco a pouco tendeu a construir um império fora do seu próprio território. Assim como o ideal da Inglaterra foi a formação de um grande império de domínios autônomos e o dos Estados Unidos a dilatação das suas fronteiras, assim também o ideal da Alemanha era que o seu tipo especial de cultura dominasse o mundo em terra e no mar. Outra diferença entre a Alemanha e as demais grandes potências decorre do fato de ser ela o único país que não teve uma verdadeira oportunidade de expandir-se para territórios adjacentes ou situados além dos mares vizinhos”.

Ora, o autor não pode acreditar na formação de impérios e na expansão de grandes potências, *pela força de ideais*. Isto é diametralmente oposto à sua doutrina geopolítica. Os móveis imperialistas são de natureza puramente material, e assim é para tôdas as nações. As preocupações culturais são posteriores, e mesmo estas, visam a *conservação* do adquirido ou conquistado, dentro da sabeloria política de cada nação imperialista. A única potência que faz exceção a essa regra é a Rússia, aliás operando com os *dois* processos.

O autor confunde, como tantos outros, as ocupações estratégicas, no decurso de longas guerras, com as conquistas esporádicas, *definitivas, manu militari* ou não, das grandes potências, em tempos normais. E, quando em virtude de semelhante equívoco, somente tolerado por propaganda, em plena pugna, quando permitidos são todos os golpes proibidos, assevera HUNTINGTON: — “Se a Alemanha tivesse conseguido êsse resultado por meio da pacífica penetração comercial, o mundo não teria levantado maiores objeções do que as levantadas contra a expansão de todos os países fortes”, — o autor vai de encontro às suas próprias ponderações anteriores, pelas quais, cingindo-se à verdade histórica, se

evidencia em tão grande monta a apropriação de terras e povos pela força bruta, quer dos atuais gregos e troianos, e não a ocasional "penetração comercial pacífica", aqui invocada. E, pelo mesmo equívoco, o autor escamoteia a importante contingência, por êle mesmo assinalada, que amargura os imperialistas retardatários, pela qual, a expansão, já fora da moda, encontra resistência duplicada — a das vítimas, e a dos servidos. Contudo, mercê dessas verdades, embora desagradáveis, HUNTINGTON se vê obrigado a conceder neste mesmo capítulo — "as injustiças do tratado de Versailles e a liderança de HITLER despertaram na Alemanha o espírito de revolta contra as condições existentes e o desejo de expansão nacional. Desta vez, mais definitivamente do que antes, o esforço foi dirigido segundo linhas estritamente geográficas".

.....

O compêndio de HUNTINGTON está fartamente ilustrado, incluindo alguns dos famosos diagramas sugestivos que, certos autores hostis ao grande geógrafo, dizem constituir a melhor parte de toda a sua obra... No fim do alentado volume de 564 páginas se encontram sete mapas de todos os continentes, onde figuram as linhas férreas existentes. O do Brasil, na folha da América do Sul, está incompleto. Segue-se a esta série, um mapa mundial com a distribuição geral dos principais tipos de solo. Em um outro mapa do mundo, são representadas o que o autor denomina "regiões naturais", baseadas no clima, solo e serventia das terras. Estes dois mapas interessantes, embora de caráter muito geral, são acompanhados de texto explicativo.

A bibliografia é opulenta, porém, em a maior parte, americana. Figuram nela apenas um ou outro clássico estrangeiro, como obras de VIDAL DE LA BLACHE, BRUNHES e DE MARTONNE. Os volumes estatísticos compreendidos são dos mais acatados, com os quais, estamos certos, o Brasil poderia ter recebido tratamento mais atualizado.

Como livro escolar, sem nenhuma pretensão acadêmica ou erudita, *Principles of Human Geography*, em sua quinta edição, com mais de metade de seu texto completamente refundido, é um trabalho de alto valor. Servirá muito bem, igualmente, para o intelectual até aqui desatento às questões basilares de geografia humana.

Um bom livro, especialmente, porém, para as partes do mundo mais em evidência internacional, e aquelas regiões visitadas pelo autor e seus antigos colaboradores. Para o Brasil, devemos continuar com a excelente geografia humana de DELGADO DE CARVALHO, ainda um ótimo livrinho, aliás, não só para o que é nosso.

S. F.

A EXCURSÃO GEOGRÁFICA

O sentido geográfico Encontrei, em matéria de conclusão de um alentado volume de cerca de 500 páginas, escrito o ano atrasado por um geógrafo americano, RICHARD HARTSHORNE, sob o título sugestivo *A Natureza da Geografia*, encontrei, digo, a seguinte frase que acho indispensável comunicar a meus colegas: "Não existe conjunto algum de regras capazes de determinar quais os fenômenos, em geral, que são de significação geográfica". E para não nos alarmar com semelhante conclusão de tão exaustivo inquérito entre autores americanos, alemães, franceses, escandinavos e japoneses, o autor acrescenta: "Isto é uma questão que só pode ser determinada, em casos particulares, levando em conta a *importância direta* dos fenômenos em relação à *diferenciação topográfica* ou a sua *importância indireta* por meio da *relação de causalidade* com outros fenômenos".

Esta explicação, concisa talvez, exige que, para um fenômeno merecer o qualificativo de geográfico, é necessário que o fator *posição* ou *situação* o venha diferenciar.

O critério me parece eminentemente aceitável; é de utilidade prática para o professor de geografia: não se trata aí de metafísica, mas de aplicação, de realização concreta das três características da geografia moderna: a *nomenclatura*, a *descrição* e a *explicação*. Podemos designar, descrever e explicar muitos fenômenos, nem por isso serão geográficos; só virão a sê-lo se o *fator posição* os venha diferenciar.

Mas êste ponto de vista geográfico tem mais uma vantagem, a meu ver, capital: estabelece as estreitas relações que, com as demais ciências sociais, tem a geografia e a interdependência dos fenômenos a estudar.

Ora, nomenclatura, descrição e explicação não veem a ser exatamente também os objetivos característicos da História, porém, em vez de ser em relação à posição no espaço é em relação ao período no tempo ?

Como nos achamos, por conseguinte, intimamente relacionados no campo das ciências sociais, com os nossos colegas da História !

Já em 1883, nas suas *Aufgaben und Methoden der Heutigen Geographie*, o mestre RICHTHOFEN já constatava que muitos teem a ilusão de colhêr no campo geográfico o que lá não semearam, nem plantaram. O mesmo se dá com a História: todo mundo julga que é disciplina fácil. Em geografia como em história, todos se acham em casa, à vontade. A matéria é tão simples ! É simples para os que nem suspeitam a sua complexidade.

De fato, a estes espíritos simplistas devemos uma tumultuária acumulação de fatos mal dirigidos e servidos sob o nome de geografia moderna. O perigo maior que oferece êste tipo de estudo geográfico foi descrito em 1934 por ISAAH BOWMAN do seguinte modo: "São os horríveis exemplos do pensamento confuso em geografia que afetam principalmente o lado humano do assunto, por meio das tentativas precipitadas de formular e aplicar novas filosofias sociais e que levaram muitos professores de ciências sociais a citar uns tantos fatos geográficos fazendo generalizações apressadas e fáceis, com escandalosa inexatidão e superficialidade".

Durante muito tempo, ainda hoje mesmo, estamos entre dois grupos irredutíveis: os tradicionalistas da mnemotécnica que só acreditam na geografia "fatal", nos nomes próprios decorados e tratam tudo mais de conversa fiada... e são numerosos entre nós! e, de outro lado, a ala chamada adiantada, que reduz tudo a princípios, a leis geográficas inventadas, desdenhando por demais a nomenclatura, e que em todo fenômeno social só enxergam uma resposta ao meio, num determinismo absoluto. São os dois extremos.

Em realidade, o que precisamos, em geografia, é constatar os extremos. Devemos fazer o seguinte raciocínio, em substância: A Geografia é um ramo de conhecimentos, digamos mesmo uma ciência, que tem um valor educativo na formação do indivíduo. Ela nos interessa sobretudo sob o ponto de vista humano. É pois *uma ciência social* e, por isso, não é totalmente independente das demais ciências sociais; mais ainda, deve colaborar com as ciências sociais, deve contribuir para elas. Ora, qual é esta contribuição ?

Há cerca de três meses, um geógrafo norte americano PRESTON JAMES, grande amigo do Brasil e dele profundo conhecedor, publicou um interessante artigo que, a meu ver, coloca sobriamente as cousas ao ponto. Êle descreve o que deve ser, na sua opinião, a contribuição da Geografia nos Estudos Sociais. Passo, pois,

a fazer uma rápida análise do que disse num número da revista *Social Education* (vol. V n.º 5).

Temos, até aqui, demasiadamente desprezado o valor da *posição* como fator nas cousas humanas. Em compensação, os alemães teem prestado a êste mesmo fator posição geográfica, uma atenção muito especial, fazendo-a base de sua estratégia.

A geografia na educação tem por fim, dar o sentido de posição, a “consciência de posição” diz o autor, para fatores isolados, mas em relação às cousas físicas e sociais que diferenciam as regiões da Terra. O mesmo faz a história, como já vimos, em relação ao tempo.

Mas êste *sentido geográfico de posição* é dado de dois modos principalmente: O primeiro, mais largo, mais geral, consiste em colocar o estudante em condições de localizar o fato ou o fenômeno no quadro natural completo. É ao mesmo tempo situação, topografia do ambiente, feições climáticas, posição em relação à ocupação humana, divisão política, linhas de circulação e comunicações. Em suma, é um complexo, e o fato só tem valor geográfico quando nele integrado.

O segundo modo, consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido da direção, do quadro geográfico imediato visível e próximo invisível, além do horizonte. É o dom de se orientar e de pensar geograficamente. Tornar a viagem e a excursão cheias de significação e de ensinamentos, é uma das mais preciosas funções da educação.

Com semelhantes propósitos, tão precisos e claros, como estamos longe da geografia-ilustração do espirito, da geografia ornamento de cultura e de outros propósitos metafísicos na educação do individuo!

Outra função do ensino geográfico, segundo PRESTON JAMES, é de familiarizar o estudante com o manuseio dos mapas.

É extraordinário o número de adultos que julgam estar lendo um mapa, carta topográfica ou atlas e que, entretanto, não estão percebendo o significado real de grande parte de seu conteúdo. É o que o autor chama de “analfabetismo do mapa”, inadmissível numa democracia culta. O mapa, sendo uma forma de simbolismo, precisa ser interpretado e ao mestre de geografia cabe a função de educar o estudante, capacitando-o a tirar do mapa tudo quanto nele se acha contido.

Cita JAMES o exemplo de um adulto que dissera que os norte-americanos deveriam aprender espanhol, pois, geograficamente o México estava em relação aos Estados-Unidos na mesma posição que o Canadá. Evidentemente, o mapa estava mal interpretado, mal integrado em seus aspectos diversos, o adulto adulterava a realidade.

Uma outra feição característica do ensino geográfico é o estudo da relação do Homem e da Natureza. É um perigo transferirmos os ensinamentos das ciências naturais para o campo das ciências sociais: leva a multiplicar as falsas analogias. Em ciências sociais, não existem princípios gerais de causa a efeito, (conhecidos pela menos). A realidade é de tal complexidade e variabilidade que os casos são em reduzziíssimo número e não permitem leis ou generalizações de princípios com exemplos específicos. A regra é a exceção: quando generalizando, desacreditamos o método e a própria ciência. “Reações ao meio físico” foi outrora uma fórmula interessante, mas revelou um determinismo inadmissível.

A contribuição da geografia, neste setor, pensa JAMES, será apenas de permitir uma apreciação do fator posição em relação a fatos ou fenômenos sociais. A geografia se presta a estabelecer contactos, correlações; coordena e colabora mas não obedece a princípios oriundos de outras ciências sociais.

“Uma região, diz o autor, não pode ser descrita como favorável ou desfavorável ao estabelecimento humano enquanto não se tiver tornado tal pela ocupação de um grupo específico”. É resultado do momento histórico e do estágio cultural. A falta de meios de aquecimento apropriados teria sido a razão da não ocupação da Europa Central pelos gregos e romanos. Tal seja o aparelhamento cultural de um grupo, amanhã talvez seja ocupado e povoado o Spitzbergen ou o centro do Saara! Quantas cousas não foram tornadas possíveis, em geografia humana, pela revolução industrial! A cada estágio novo de civilização podemos esperar uma modificação profunda na especificação do fator situação, isto é. no fator posição geográfica.

Em páginas de admirável sentido geográfico, já traçou EVERARDO BACKHEUSER as diretrizes geo-políticas da evolução do nosso continente.

Prova isso tudo, quanto o estudo da posição relativa deve constituir um incentivo para aprofundar os estudos dos meios físicos que condicionam a distribuição dos seres sobre a superfície da Terra.

O norte-americano conclue mostrando quanto devem estar alertas o espírito do geógrafo-estudante e sua capacidade de observar, de apreciar paisagens, de notar os significados das cousas no horizonte. Em suma, precisa tornar-se um *viajante-inteligente*.

As excursões geográficas

O jovem professor de geografia, treinado nas nossas universidades, se acha compenetrado das idéias modernas aplicadas ao ensino de sua matéria. Ele sabe, por exemplo, que o professor nunca deve "dominar a situação", mas esperar o "despertar do interesse" no aluno, ele foi ensinado a levar os seus educandos habilmente ao desejo de conhecer, a sentir a necessidade de pesquisar. Ele está conciente de poder realizar este objetivo da pedagogia moderna, considerado hoje como capital.

Entretanto, a este mestre cheio de entusiasmo sadio, é entregue um programa, do qual a primeira linha apresenta a expressão: "Sistema solar". A meninos e meninas de onze anos, em primeira série, ele vai ter de ensinar, sem "dominar a situação", bem entendido, o sistema solar. Duas noites sem sono vai ele, pelo menos passar, meditando o modo de despertar o interesse dos alunos sobre o *plano da eclíptica* e fazê-los sentir a necessidade de conhecer as *órbitas dos planetas inferiores*.

Talvez, na sua insônia, seja levado a se aproximar da janela e a contemplar a noite. Se for estrelada, ele pensará consigo mesmo: "Ah... se minha aula fôsse à noite, eu poderia facilmente alcançar meu objetivo... Teria apenas de *esperar* as perguntas dos alunos que, com certeza, não falhariam; eu então entraria no assunto".

O jovem professor teria razão: a sua intuição confirmara os ensinamentos que lhe foram ministrados. O *contacto com a realidade* determinaria, por si só, o início de todo um processo de aprendizagem.

"A Natureza, não é um mecanismo morto", já dizia CARL RITTER. Ora, nós somos seres vivos e nada do que é vivo e evolue nos pode ser estranho. Não há, para os vivos, maior fonte de interesse do que a vida, e os nossos alunos não escapam ao impulso de conhecer os fenômenos que a condicionam.

Assim sendo, o segredo do interesse geográfico está apenas no estabelecimento de contactos com a Natureza, escolhidos com acerto os fenômenos que se processam sobre a superfície do globo ou sobre ele atuam.

Quantas vezes não somos nós, professores de geografia, solicitados pelos nossos alunos a realizar com eles pequenas excursões! Não há pretensão mais justificada de sua parte. Uma boa excursão, bem executada, equivale, a meu ver, a muitas aulas.

Se cada unidade de trabalho, em geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, adequada à matéria em vista, e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso. A questão se reduz, em muitos casos, a um arranjo de horário, a uma distribuição de tempo e de recursos, em suma, a um caso de organização escolar em que o professor de geografia não é o único a ser consultado e ouvido.

Meu colega e amigo o Prof. LUIZ ALVES DE MATOS, em seu *Curso de didática*, na Universidade do Brasil, estabeleceu alguns pontos, a respeito das excursões, que julgou fundamentais e que eu tomarei a liberdade de comentar, pois coincidem, mais ou menos, com o que tenho procurado fazer, neste setor educacional.

1. — O primeiro ponto que deve ser frisado nesta discussão é o chamado *preparo preliminar*. Não creio que seja possível, a não ser por acaso, improvisar uma excursão geográfica, com inteiro proveito, bem entendido. Entre as possibilidades, isto é, entre condições exequíveis em vista dos recursos, o professor precisa fazer uma escolha que venha satisfazer os propósitos que tem em vista.

A maior parte das vezes, um plano de excursão corresponde a um certo propósito, mas as oportunidades que ela oferece correspondem a vários outros propósitos. Nestas condições, há interesse em aproveitar o mais possível as oportunidades que podem surgir: daí a necessidade do professor preparar a excursão de antemão.

Depois de determinados os *objetivos essenciais* da excursão e de escolhido os pontos a visitar e a ocasião, o professor deve, a meu ver, tratar de ir pessoalmente percorrer os pontos em que pretende passar com os seus discípulos.

O passeio preliminar do mestre tem três vantagens consideráveis. Em primeiro lugar, o que vai ser objeto de estudos não será para êle, à última hora, uma fonte de surpresas e de encontros inesperados. O prestígio do professor, principalmente quando é moço ou inexperiente, se acha consolidado pela segurança de suas reações, pela sua atitude prevenida, pelo seu conhecimento prévio. Em segundo lugar, as oportunidades de informações sôbre o assunto visado, assim como sôbre observações laterais se acham enriquecidas pela visão que o mestre teve dos fenômenos vários do meio visitado. Em terceiro lugar, os contactos sociais que, porventura, tenham de ser estabelecidos, são decididamente mais valiosos quando prevenidos e esperados. Eu mesmo devo dizer que, na Faculdade de Filosofia, quando preparo uma visita a um departamento público, onde meus estudantes vão ter contacto com as realidades do que estudamos teoricamente, acho preferível prevenir os meus amigos da repartição visitada, que sempre se tem mostrado acolhedores e úteis, tornando a visita agradável e proveitosa à turma de geografia.

2. — O segundo ponto é o que o Prof. MATOS chama o *preparo psicológico*: Uma excursão é um passeio, mas não é unicamente um passeio. O excursionista é um turista com responsabilidades. O turismo hoje em dia cobre as ocupações as mais diversas, mas o excursionismo é diferente nos seus propósitos. Na excursão, o observador sai do curso normal, da trajetória diária de sua vida *ex-cursus* para ter uma vista complementar de fenômenos que o interessam.

Assim sendo, não é essencialmente uma *atividade recreativa*, pois não tem finalidade em si mesma: o seu objetivo está além da atividade despendida. Ora, êste objetivo precisa ser fixado de ante-mão.

Supõe isso, em consequência, uma preparação por parte dos interessados.

Nas aulas que precedem a excursão, é essencial que sejam debatidos os tópicos destinados a serem observados no contacto das realidades.

Se o mestre já está familiarizado com a paisagem física e social dos pontos a visitar, êle estará em condições de insistir, em aula, sôbre os assuntos que a oportunidade apresentará em exemplos vivos.

Suponhamos que um riacho da vizinhança ofereça grande número de meandros e deva ser ponto de passagem. No decorrer de suas lições em aula, o professor poderá insistir, com o auxílio gráfico no quadro negro, sôbre tôdas as circunstâncias das formações de meandros. A observação do riacho passará a ser um dos pontos acessórios da excursão, mas não deixará de constituir um ensinamento proveitoso.

Já tive ocasião, em excursões, de encontrar oportunidades que surgiram de vistas laterais, secundárias ou accessórias, em relação ao objetivo principal, e que enriqueceram muito mais os conhecimentos do que o próprio objetivo prefixado ou finalidade do passeio.

Lembro-me de uma excursão histórica feita, no meu tempo de colégio, a um campo de batalha da guerra dos Cem Anos, (que por sinal nada tinha de muito característico topograficamente) e que ficou totalmente eclipsado, no seu propósito educativo, pelo encontro, num café de aldeia, de um velho, quase centenário, que tinha sido soldado de NAPOLEÃO I. O entusiasmo dos colegiais, as nossas perguntas inesperadas e o ar desconfiado do velho nunca me saíram da lembrança.

3. — O terceiro ponto é relativo à *organização da excursão*. Em regra, envolve um certo número de questões materiais, mesmo depois dos assentimentos obtidos das autoridades.

É frequente existir, no *corpo discente*, grêmios, sociedades, centros ou grupos sociais formados de alunos que tomam a si a organização de passeios, excursões e outras atividades.

Quando faltam semelhantes órgãos permanentes de *atividades ditas extra-classe*, é sempre possível ser constituído, na própria turma, um pequeno grupo da boa vontade que se presta a tomar a *lista dos nomes* dos excursionistas, estudar os *horários*, informar sôbre *transportes* e *despesas prováveis*, sôbre *itinerário* e outras particularidades da viagem.

Quando a excursão toma o aspecto de convescote, os problemas tem uma feição de especial interesse. É bom, todavia, sem abater o entusiasmo dos viajantes, não deixar esta particularidade acidental tomar demasiada importância.

Os professores que tem alguma prática sabem ser um dos pontos nevrálgicos da excursão, isto é, da saída do curso normal da vida, como disse, o problema da disciplina. O assunto nos levaria um tanto longe, de mais a mais que varia muito

com as condições das turmas excursionistas e também com o gênio, a idade e os hábitos do professor que toma a responsabilidade do passeio. Por isso, é bom os alunos serem cedo treinados nos bons princípios da auto-disciplina, da ordem e da conformidade às decisões tomadas, da obediência aos sinais e chamados.

4. — O quarto ponto pode ser intitulado: a *Observação dirigida*. É esta a parte capital do trabalho. Já discuti longamente o *sentido geográfico de posição e situação*, a necessidade de constituir, no educando, uma *consciência do espaço*, de dotá-lo de uma *faculdade de ver e observar*, de se ambientar topograficamente, isto é, de interpretar paisagens geográficas.

Ora, o aluno médio, se não encontra no seu caminho alguma cousa que solicite a sua atenção ou sua imaginação, não observa nada de especial. O que o impressiona é o anormal. Cabe ao professor ensinar-lhe a observar o *normal*.

As faculdades de observação do educando precisam ser treinadas, neste sentido que, faz parte do ensino prepará-lo a fazer a si mesmo *perguntas* inteligentes e procurar *respostas* adequadas. Para o mundo físico, para o mundo biológico, para o mundo social, há questões fundamentais que devem ser respondidas se queremos ter uma noção das realidades geográficas do ambiente.

É verdade que o espetáculo que se oferece à nossa visão é um conjunto, é um complexo, uma integração de realidades de ordens diferentes. Por isso mesmo, deve o educando estar treinado a analisar os fatos, de acôrdo com os elementos que lhe foram fornecidos pela disciplina estudada.

Mas êste assunto ultrapassa em significação um simples item da excursão geográfica — é todo um método em si e, como tal, deverá ser encarado à parte. A observação dirigida não é outra cousa, no que nos diz respeito, do que um processo de utilização visual do meio geográfico para a educação.

5. — Em quinto ponto, todos os educadores que tratam de excursão, geográfica ou outra, são unânimes em afirmar que os *relatórios de alunos*, depois da excursão, constituem uma condição de aproveitamento de grande valor e significação.

Para que a atenção dos excursionistas seja mantida durante o passeio, para que fiquem estimulados no seu trabalho de ver, observar, notar e contar, é essencial que fique claramente estabelecida a obrigatoriedade de apresentar uma relação do que foi feito e registado, sob as vistas do professor ou suas sugestões.

A execução do relatório pode variar de um aluno para outro, de um grupo para outro; pode ser uma descrição cronológica, uma narração, uma série de respostas a um plano preliminar. Muito depende aí do professor, da parte que tomou pessoalmente nos pontos observados. Em regra, me parece preferível o relatório individual, lido em classe e discutido, versando apenas sôbre certos tópicos de importância geográfica, deixando de lado a parte descritiva, quando não é essencial à compreensão ou à interpretação do assunto.

Na minha opinião, a excursão geográfica, que deve ser integral, isto é, abranger o meio físico, o meio biológico, social, histórico e econômico, a excursão geográfica é uma grande síntese de vida, é um ensinamento de incalculável alcance quando os educandos são postos esclarecidamente em contacto com as realidades.

No nosso ensino do século XX, em que as necessidades do estudo teem isolado as realidades em campos especializados, em que, aos pedaços, por assim dizer, é ministrada a cultura, como se a Ciência não fôsse una, como se todos os seus ramos não fôssem interdependentes, acho que a excursão geográfica vem aproximar a Escola da vida real, restabelecer as conexões necessárias e, apesar da complexidade dos fenômenos, torná-los mais vivos, mais significativos, mais cheios de ensinamentos ao mesmo tempo que mais acessíveis aos jovens, inculcando-lhes amor à nossa disciplina.

"Mas, dirá o professor que passou duas noites em claro, e... o plano da Eclíptica e a inclinação do eixo da Terra?" Vá tranquilamente dar sua aula, meu bom amigo, não tenha receio. Leve a turma para o pátio ou para o jardim; faça-lhe observar as posições do Sol; se algum deles perguntar porque é tão quente o verão, diga-lhe que, na pedra da sala de aula poderá explicar melhor, volte à sombra, e discuta o plano da eclíptica que é isso mesmo que êle ficou com vontade de saber.

O estudo da paisagem Enquanto a geografia aparecer ao aluno secundário como uma disciplina que nada tem com a sua vida de todos os dias, enquanto for, para êle, um assunto divorciado da experiência prática, não podemos esperar que desperte o seu interesse, que venha a representar uma realidade de todos os momentos.

De tudo quanto é submetido à nossa inteligência, procura a ciência fornecer aplicações palpáveis, exemplos típicos que justifiquem o conhecimento. Para a geografia, o exemplo por excelência, a situação concreta é a excursão geográfica.

Procurei esboçar a preparação e a organização da excursão, na qual toma parte uma turma de geografia. Vem ao caso lembrar as feições principais do que se poderia chamar, em excursão geográfica, o *estudo da paisagem*.

O indivíduo que percorre uma região, à procura de alguma coisa que chame a sua atenção, o indivíduo que espregueira o pôr do sol para observar efeitos de luz, o indivíduo que só cuida de vistas pitorescas ou de panoramas grandiosos talvez seja um artista, talvez seja um filósofo, mas não é um geógrafo. O verdadeiro geógrafo vê e aprecia vistas e panoramas, presta atenção às cousas extraordinárias, mas, antes de tudo, êle vê e observa o *normal*, o que se repete, o que ninguém nota, a paisagem, mas a paisagem integral de uma região.

Quando, no linguajar familiar, se diz de uma pessoa que olhou para alguma coisa como "um boi para o palácio", a idéia é que, espiritualmente, a coisa não determinou nela reações superiores às que provocaria num boi. Bem sei que o gado vacum tem frequentemente uma atitude meditativa, feita de calma e de resignação: nada de mais sugestivo do que uma vaca que vê passar um trem e, em seguida, recomeça a pastar. Esta equanimidade não é recomendável, pelo menos em excursões geográficas.

Entretanto, é forçoso confessar, que não é muito fácil, uma pessoa interessar-se de um modo inteligente e proveitoso por tudo quanto lhe cai sob os olhos. Ver, ouvir e contar são três processos que nem todos estão em condições de empregar. É necessário *saber* observar.

Não escapou aos maiores geógrafos, navegantes e exploradores, a necessidade de ensinar a *arte de ver* e compreender os fenômenos geográficos. Em 1874, o Dr. NEUMAYER, diretor da "Seewart" alemã, escreveu dois volumes sobre as observações científicas em viagem (*Wissenschaftlichen Beobachtungen auf Reisen*). Doze anos depois, o grande explorador RICHTHOFEN dava um alentado volume de 700 págs.: o guia do viajante-explorador (*Führer für Forschungsreisende*). A Sociedade Real de Geografia de Londres publicou também dois volumes — *Conselhos aos viajantes (Hints to Travellers)*. Muitas outras publicações poderia eu aqui citar, destinadas a formar, entre os geógrafos de um país, os observadores destinados a tomar contacto direto com as realidades e, por meio de novas informações, contribuir ao progresso da Geografia.

Se tal coisa é necessária para determinar, entre adultos, vocações geográficas, não é de admirar que os professores, desejosos de formar pequenos geógrafos, também procurem sistematizar os conhecimentos indispensáveis à observação geográfica.

Dêste segundo e mais modesto tipo de trabalho temos já alguns exemplos. Citarei dois apenas: o *Regional Survey* da MABEL BARKER, professora inglesa, e o *Pequeno guia do viajante ativo* do Professor DEFFONTAINES.

Falei dos cinco pontos fixados em aulas de didática pelo Professor LUIZ ALVES DE MAROS — isto é, 1.º o *preparo preliminar*; 2.º o *preparo psicológico*; 3.º a *organização da excursão*; 4.º a *observação dirigida*; 5.º os *relatórios*.

A sistematização à qual estou aludindo agora é pois relativa ao 4.º ponto — a observação dirigida, destinada a dar o sentido geográfico da posição e do espaço ao jovem observador.

Para vencer um obstáculo, todos nós sabemos que o velho princípio consiste em subdividir as dificuldades. Equivale isso a dizer que, para adquirir conhecimentos, é indispensável organizar um questionário do que se quer saber.

A primeira subdivisão, que, a meu ver, se impõe é distinguir uma parte de *geografia física* e uma parte de *geografia humana*; em outros termos, uma *parte condicionante* e uma *parte condicionada*. Bem sei que a realidade sendo complexa, há ação e reação dos dois elementos; esta reciprocidade de influências será em tempo observada e examinada.

I. — A primeira noção a adquirir deve ser de *conjunto*. É a *topografia da região* que precisa ser analisada e definida. Limitada pelo horizonte visual, qual a vista que temos, qual o qualificativo geográfico que lhe cabe? É planície

ou é relêvo? Se fôssemos exploradores, teríamos que fazer considerações geológicas; sendo somente observadores, vejamos apenas se o solo é rochoso, se é granito, gneiss, ou simplesmente argila; também pode ser arenoso ou calcáreo. Algumas rochas típicas, apanhadas a distâncias várias, talvez venham esclarecer sobre a *natureza do solo*.

Se houver cortes no caminho ou na estrada, uma pausa no local permitirá aquilatar a *profundidade média da camada superficial*, ou solo arável. Indica até que ponto processou-se a decomposição ao ar livre, onde começa a rocha. A *côr* também dá indicações; por fim, convém averiguar se é permeável ou não. Se *nomes locais* são dados a certos tipos de terrenos, é bom notar para ulterior inquérito.

II. — Estas notas preliminares servirão à segunda série de observações: qual a *posição das camadas rochosas*? Os cortes da estrada, muitas vêzes, esclarecem também este ponto: as camadas podem ser *horizontais* ou estar *inclinadas*. Ao professor cabe chamar atenção para alguma falha ou camadas *discordantes*. O fenômeno é mais comum do que parece: a questão é procurar. O relêvo que se apresenta deve ser explicado em suas prováveis origens: é *dobramento*, *fratura* ou simples *erosão*? É na vizinhança das águas correntes que o fato pode ser apurado.

Qual o aspecto do relêvo da região, as *partes baixas*, as *altas* — meias laranjas ou taboleiros, picos acantilados, paredões ou simples ondulações?

Se o *mapa* dos excursionistas for de grande escala, $\frac{1}{100.000}$ ou $\frac{1}{200.000}$, será fácil situar a região numa família topográfica que abrange certa área.

Aí convém que os jovens geógrafos utilizem livremente o lapis para *cortes*, *perfis* e sumários, mas que gravem e fixem a topografia. Não se vise unicamente a perfeição do desenho.

Se a região é *montanhosa*, o emaranhado do relêvo precisa ser observado para marcar diretrizes principais das *lombadas*. Para isso, convém procurar alcançar posições acessíveis mais elevadas, afim de traçar os *vales*, os *espigões*, as *depressões*.

III. — Chegando assim à terceira ordem de fatores, resultantes dos primeiros, observam-se as *águas correntes*.

No exame dos rios que o grupo excursionista encontra, a origem das águas e sua *direção definitiva* devem ser procurados no mapa municipal ou no mapa de grande escala. Só um trecho do rio, pode evidentemente vir a ser observado. Nota-se a corrente, lenta ou veloz; a largura, os meandros, etc..

Tomadas estas notas de modo aproximativo, examinam-se as *margens*, baixas ou elevadas. Sempre, nas curvas, convém verificar a aplicação das regras fundamentais de fisiografia: onde estão *acumuladas as areias*? quais os desgastos das margens côncavas? Os ribeirões e riachos devem chamar a atenção, e uma pausa na *confluência* é sempre um espetáculo instrutivo. Uma *cachoeira*, um *rápido* são também pontos obrigatórios de pausa, onde perguntas e respostas devem ser provocadas.

Nas notas tomadas pelo grupo, uma cousa importante deve ser feita: refiro-me às perguntas que sobre o regime e *distribuição* das *chuvas* e dos *períodos secos*, deverão ser feitas a pessoas do lugar. Também deverão ser feitas indagações sobre as *enchentes*, sua frequência, sua altura *normal* e *anormal*. Se há vestígios de *aluviões recentes*, examinar a sua natureza: seixos, areias, terra, vegetação decaída.

IV. — A quarta ordem de fatores refere-se à *vida vegetativa e animal* da zona. A vista de conjunto revelou se se tratava de *mata*, de *campo nativo*, de *bosques*, de *cerrado* ou de *caatinga*. Os botânicos do grupo serão chamados a dar os nomes das espécies mais numerosas. A localização das matas deverá ser cuidadosamente observada, indicando se cobrem os *morros*, os *declives*, as *baixadas* ou se seguem os rios, como *matas ciliares* ou "pestanas de rios".

Se, na região, há propriedades demarcadas, a vegetação é, por vêzes, empregada para *cêrcas*.

As *áreas marginais* das matas indicam limites de vegetação; ao seguí-las, o grupo talvez venha apurar porque apresenta a vegetação contrastes nesta zona.

Os amadores de *passarinhos* e outros *animais* deverão ser encarregados de explorações sobre a fauna silvestre da região.

Ao pessoal do lugar, serão reservadas questões sobre todos estes assuntos que não tiverem sido respondidos pela simples observação dos fatos.

Muita vezes, perguntas feitas a pessoas que moram na localidade, não são sempre bem interpretadas.

Em matéria de chuva, por exemplo, é bom não se fiar demasiadamente nas declarações que façam, em regra, pelo exagêro, ora contra, ora a favor, segundo o estado de saúde e o humor do informante. No preparo preliminar da excursão, convém pois que o professor esteja munido dos dados climatológicos, chuvas e temperaturas, da zona, ou dos postos meteorológicos mais próximos.

Ficará pois, assim, mais ou menos completa a visão fisiográfica superficial de região estudada e poderá a turma empreender então a interpretação antropo-geográfica.

O estudo das comunidades

Estudado o conjunto, seu *aspecto topográfico*; a *natureza e estrutura das formas do terreno*, o *trabalho das águas correntes* e, por fim, a *vida vegetal e animal* nas áreas consideradas, acha-se o observador de posse de uma relação sobre *fisiografia* que muito auxiliará a segunda parte de sua tarefa: o estudo das comunidades, isto é, a *geografia humana* da região escolhida.

Não conheço assunto algum em que seja de maior importância do que neste, a preparação de um *questionário* preciso, circunstanciado e completo. Trata-se, em realidade, de sociologia aplicada à geografia. O *método do inquérito* é, pois, o que aqui se impõe, insistindo porém, sobre o valor e significação dos fatores geográficos locais.

A meu ver, a primeira ordem de perguntas a formular, para prender imediatamente o nosso interesse à localidade estudada é relativa à *história de seu povoamento*.

Qual o município que visitamos? Quando foi criado? Quais foram os seus primeiros ocupantes? onde estabeleceram-se? Que faziam? De onde vinham e porque vieram? Frequentemente muitas perguntas deste gênero só podem ser provisoriamente respondidas, necessitando de ulteriores esclarecimentos e confirmação.

O segundo grupo de perguntas que devem figurar no questionário refere-se à *ocupação do solo* e aos espaços livres.

Observemos as paisagens que revelam interferência humana por meio de alterações e vestígios: estradas, culturas, postes, cercas, habitações e notemos os espaços em que não há evidência de imediato aproveitamento. Isso nos leva à observações preliminares de capital importância: Onde se acham, na paisagem geográfica, os pontos habitados? Como estão agrupados? Porque estão agrupados do seguinte modo: na orla do mato, na várzea ou no espigão? á beira da estrada, no alto ou no baixo, perto do córrego? A que distância da vegetação mais densa?

O que neste grupo de perguntas procuramos saber preliminarmente, não é propriamente qual o tipo de povoamento urbano ou rural, mas apenas a *resposta humana aos imperativos do meio físico*.

Satisfeitas estas preliminares entramos no inquérito sistemático que podemos, para sua metodização dividir em quatro pontos principais:

1. Os problemas da casa.
2. Os tipos de povoamento.
3. O horizonte de trabalho.
4. A questão da circulação.

1) Entre os *problemas da casa* destaca-se logo em primeiro lugar o do *suprimento de água*. Onde fica situada a habitação rural típica da zona em relação aos mananciais d'água? De onde proveem as águas? São pluviais, de nascentes, de poços, de córregos ou rios? Qual o aparelhamento geralmente em uso para a sua obtenção? Em conexão com as águas, convém observar quanto antes se é utilizada para irrigação ou se é canalizada para força motriz de trabalho industrial. Neste último caso, não convém esquecer as perguntas relativas à situação criada, na comunidade, pelo período de seca.

Enquanto a turma está se informando sobre a questão do suprimento de água, seria interessante que os mais hábeis desenhistas estivessem esboçando croquis de casas típicas, distinguindo as casas de morada das oficinas, das tulhas, das cocheiras, pocilgas, granjas ou outras construções.

Entrariamos assim no primeiro questionário relativo à estrutura da casa: o problema do *muro*. Qual o material para arcabouço e para paredes: pau a pique, barrote, taipa, adobe ou madeira, tijolos, pedra, etc.? Uma estreita ligação deve ser aí observada com o material, fornecido pelo ambiente imediato, ou com o material importado de outra zona. Se puder ser notada alguma diferença entre uma casa velha e uma casa nova nos seus respectivos materiais e tipos de construção, a observação será preciosa. Qual a côr do rebôco?

O segundo ponto de estrutura é o *problema da cobertura* da casa. Qual é o clima que o telhado, nesta zona, precisa enfrentar? Qual o material? Sapé, fôlha de palmeiras, zinco, ardósias, telhas ou madeira lascada? Qual a sua inclinação? Quantas águas e que forma apresenta? É forrado ou de telha vã? Comporta um depósito ou cômodos?

A forma do teto é talvez, sob o ponto de vista artístico, a feição mais característica na paisagem humana de uma região. Não devem ser omitidas, nos esboços, nem a casa típica, nem as casas de importância social, como a igreja ou as sedes oficiais.

O terceiro problema da casa propriamente dito é o *problema das portas e janelas*. Como é a disposição dos pontos de acesso e de iluminação, seu tamanho e forma, sua proteção e sistemas de veneziana. Cada localidade possui experiência própria e constrói de acôrdo. Varandas, terraços, alpendres: tudo deve ser notado quando se repete com certa frequência, pois revela aspectos da vida social.

O quarto problema é o *problema dos anexos*. Existe evidente relação entre as construções rurais e o horizonte de trabalho; mas é essencial observar quais os anexos sistematicamente repetidos na zona, abrigos de animais, colmeias, galinheiros, tanques para patos, etc.. Os depósitos para colheitas, as áreas destinadas a conservar adubos ou estêrco, são indícios de processos culturais.

Em relação à casa e a seus anexos, é quase inútil lembrar a importância considerável do esboço de *plantas das construções*. Os dispositivos de peças habitadas, de peças comuns, passagens, distâncias e áreas ocupadas constituem a revelação de um tipo de vida social.

O elemento feminino da turma deverá apresentar suas valiosas observações sôbre o *problema da cozinha* — fogão de lenha ou outro, suprimento de combustível, e natureza da *dieta*: só êste ponto é por si só todo um inquérito social.

2) Chegamos assim ao que qualifiquei de segundo ponto do estudo da geografia humana: os *tipos de povoamento*.

Aí novamente devem ser levados em consideração os imperativos do meio físico. Ao exame sumário feito preliminarmente, deve suceder agora um inquérito mais minucioso sôbre:

a) o *agrupamento de casas*: a forma da aglomeração rural — nas estradas, com a distância média em que se acham as casas — umas das outras nas ruas da aldeia com a ordem, orientação e posição respectiva das casas.

b) os *logradouros públicos* — os edificios publicos — localizando também o comércio, as vendas, botequins e cafés — Um esboço topográfico da zona principal será de grande auxílio para o relatório final.

c) os pontos de passagem, pontes, vaus, estradas principais — revelam as *funções da coletividade social*, a razão de ser da aglomeração ou aldeia. A esta última série de perguntas, é que satisfaz a descrição dos tipos sociais predominantes: pescador, pequeno fazendeiro, horticultor, lenhador, minerador, garimpeiro, morador, colono, agricultor ou criador, industrial, etc.. "Em geral diz DEFFONTAINES, no seu pequeno guia do viajante ativo, uma região não é caracterizada por um único personagem típico, mas por uma associação de alguns personagens que dão uma feição especial à população." Isso nos leva, pois ao terceiro ponto do estudo.

3) Trata-se do *horizonte do trabalho*, que pode ser considerado como a resultante econômica das possibilidades oferecidas pelo meio físico. Aí também podemos distinguir várias categorias de ocupação:

a) O *trabalho agrícola*, em primeiro lugar. Convém, para isso, observar a cultura principal da localidade e as culturas que se acham com ela associadas. Como são distribuídos os campos de cultura? Quais as suas formas características? Quais as suas cercas? Em todos os distritos, mais ou menos auto-suficientes, existe um certo grau de policultura. É de interesse relacionar as principais culturas com as condições econômicas do meio. Só os moradores poderão responder adequadamente sôbre as épocas de semear, plantar e colhêr, com particularidades locais. A criação do gado precisa ser registada do mesmo modo,

acrescentando noções a respeito da origem dos reprodutores e os seus tipos predominantes. Quais os animais usados no trabalho agrícola? É o momento de formular perguntas sobre os processos de trabalho: a lavoura é de enxada, de arados ou já dispõe de aparelhos mecânicos?

b) Os *ofícios diversos* devem ser estudados por uma das secções da turma de excursionistas. Se há pedreiras ou matas, com mineiros, carvoeiros, lenhadores ou outros trabalhadores, alguns detalhes técnicos de significação geográfica devem ser registados.

A este respeito não posso esquecer um trabalho notável feito neste setor pelo artista que é MAGALHÃES CORREIA. No seu *Sertão Carioca*, este mestre da monografia social, traçou com ilustrações suas de paisagens geográficas, a vida dos pescadores, dos machadeiros e carvoeiros, dos sesteiros e das esteiras, dos oleiros, bananeiros, caçadores e ambulantes do Distrito Federal. São modelos de observação para a geografia humana, que precisam servir ao Brasil inteiro, para um melhor conhecimento de sua vida social.

c) A *vida industrial*, terceira categoria a estudar, deve ser observada se a região escolhida inclui fábricas, manufaturas e oficinas de construção, estaleiros ou qualquer indústria de importância. Este estudo envolve muitos elementos novos, entre outros, a questão da casa operária, a questão da mão de obra e sua proveniência, as questões das técnicas, das matérias primas empregadas, dos abastecimento, da produção.

d) A *vida recreativa* também pode ser examinada em conexão com o horizonte de trabalho, porque, os jardins, parques, passeios e mesmo o excursionismo local podem revelar usos e costumes domingueiros, um certo turismo local de importância geográfico-social. Os pontos pitorescos em que a vista descortina um largo horizonte não podem ser desprezados numa paisagem geográfica.

4) Chegamos, por fim, ao último ponto — o quarto — relativo à *circulação*. Os meios usuais de comunicação devem agora ser passados em revista, desde o carro de boi até o avião, para poder aquilatar dos recursos em transportes que oferece a zona. Circulação dos homens e dos animais, existência de mercados periódicos ou fixos, hábitos de migrações sazonárias, tudo serve a revelar o fenómeno geo-económico.

Se existe estrada de ferro, convém conhecer algo a respeito de sua abertura na região: dos resultados que produziu, das modificações decorrentes nas rodovias ou nas artérias fluviais. Os serviços de ônibus devem ser notados com sua frequência, suas vantagens e suas distâncias.

O próprio veículo local mais usado deve ser estudado e, se for o caso, reproduzido em desenho sugestivo.

Um dos elementos da circulação que deve servir de critério é a exportação e a importação de produtos com seus respectivos destinos e suas origens. Isso leva a um pequeno inquérito complementar sobre o abastecimento da região. Nas lojas, botequins e vendas do povoado, os objetos de uso corrente dirão muita coisa, pela sua simples presença. Até que ponto será auto-suficiente a coletividade social estudada? Não será este o problema máximo da geografia económica do Brasil?

DELGADO DE CARVALHO.

ALGUNS ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DAS TERMAS DE LINDÓIA

Situadas no coração da Estância Hidro-Mineral de Lindóia que confina ao Norte com o Estado de Minas Gerais; a Oeste com o Município de Itapira; a Leste com o de Socorro e ao Sul com o de Serra Negra, de que foi desmembrada — as Termas de Lindóia foram prendadas por uma das mais pitorescas e encantadoras molduras de vales, cumes e serras, que participam das ramificações avançadas da Serra da Mantiqueira.

Esplêndida luminosidade, sob um céu azul puríssimo, anima e alegre a coroa de morros, as quebradas e os recôncavos dos vales, dando à natureza um quê de primavera perene.

O bucolismo de Lindóia é uma antítese do dinamismo bandeirante — parece um pedaço do Sul de Minas, engastado na fronteira paulista.

Região tipicamente serrana, tanto que na escolha das linhas naturais, para as divisas da estância, se impuseram as linhas de cumiada, o único acidente potamográfico digno de nota, é o trecho do rio do Peixe, que atravessa de Suleste para Noroeste, a borda meridional da estância banhando, à margem esquerda, a sua sede administrativa — a pequenina e quieta cidade de Lindóia.



Vista geral da estância hidro-mineral de Lindóia, tomada do Morro Pelado, de NE para S O. No centro vê-se a Serra do São, que contém as Termas. No horizonte as elevações de Serra Negra.

O maciço da Mantiqueira imprime ao Sul de Minas, uma feição fisiográfica que, sem fronteiras ou rompendo o exclusivismo político administrativo, prossegue em larga faixa do oriente paulista.

Essa identidade fisiográfica da faixa lindeira aos dois grandes Estados foi, sem dúvida, a causa primária das controvérsias e pretensões, que se agitaram por muitos anos, na célebre questão de limites entre ambos.

Realmente, quem pisa a região montanhosa de Socorro, Serra Negra, Lindóia e Itapira, tem a impressão de estar no Sul de Minas, tal a configuração do terreno, tal a natureza do solo, dum lado e doutro.

Também o clima primaveril e as estâncias hidro-minerais, que tanto enriquecem aquela zona mineira, transpõem as fronteiras políticas e vão beneficiar um belo recanto paulista.

Os terrenos montanhosos que atravessam Lindóia, constituem trecho da vertente meridional do divisor de águas das bacias do Peixe e do Eleutério, importantes tributários do Mogi-Guassú.

O rio do Peixe, largo em média de uns 25 metros, desenvolve-se, ora por vales de vertentes amplas e suaves, ora estrangulado por encostas abruptas.

Todo o terreno percorrido pelos seus afluentes, de Lindóia, é retalhado por numerosos pequenos vales, a maioria de erosão pluvial, alguns bem profundos.

Nota-se que, nos vales de água corrente, a área que ocupam, não condiz com o volume das águas que os sulcam.

Assim, o ribeirão Água-Quente — drenado para o rio do Peixe cuja bacia subordina toda a rede potamográfica regional — ocupa um vale enorme, aonde desliza com um pequeno volume d'água que não corresponde, mesmo palidamente, à grandeza do vale que o flanqueia.

O solo do maciço montanhoso circunvizinho às Termas, abrangendo os municípios adjacentes, está recoberto por um manto de laterita, proveniente da decomposição de rochas arqueanas (gnaisses).



O grau de laterização dessas rochas primitivas permitiu, nas encostas íngremes e até em certos cumes, o desenvolvimento de mata alta e frondosa.

Não o solo, mas a intervenção do homem a ferro e fogo nas derrubadas avassaladoras, impediu a perpetuação de uma grande zona florestal, em toda a sua plenitude, nessa região montanhosa.

Os trechos poupados, dessas matas higrófilas (possivelmente megatermais, pois os pontos mais altos da Mantiqueira é que oferecem formações higrófilas — mesotermiais), confirmam plenamente essa asserção — são mais eloquentes testemunhos, que a tradição oral ou o relato dos velhos desbravadores, sobre as soberbas matas, que ali houve outrora.



Trecho superior do vale do ribeiro Agua Quente. A esquerda a serra do Sião, com o morro do Cruzeiro. Esta foto indica ser o vale das Termas, o único que atravessa a aludida serra.

As rochas vivas, gnaises ou veios de quartzito laminado, raro se descobrem ainda nas vertentes escarpadas, e o solo arável é de bastante espessura.

Os cortes realizados nas encostas das elevações para a construção de rodovias, atestam fartamente o grau de desintegração e decomposição da massa gnaissica.

O que caracteriza a laterita dessa região é a pobreza em sílica (o que aliás sobeja na rocha em que brotam as fontes) e óxidos de ferro.

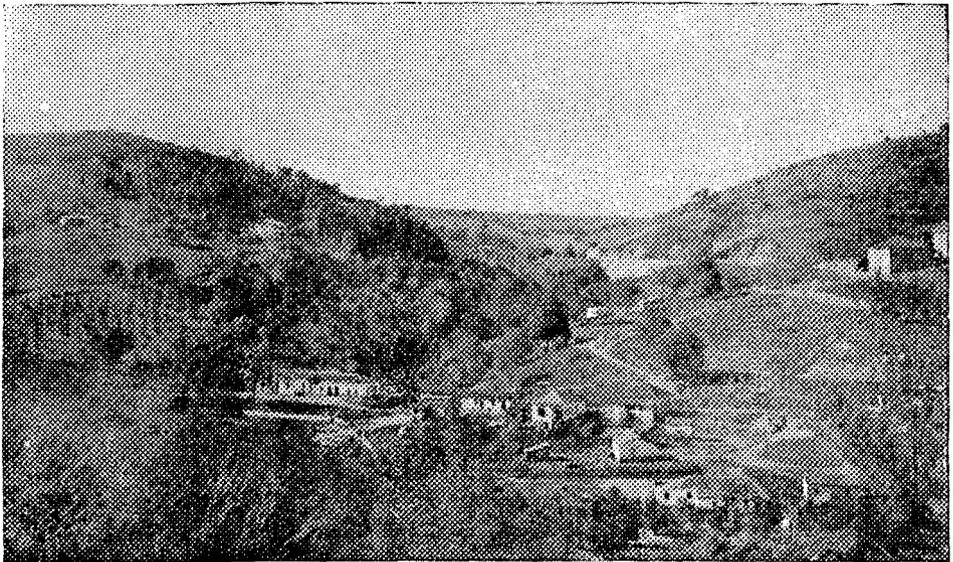
Em compensação, os feldspatos, predominando o ortoclásico, são abundantes.

Êsses se encontram francamente caolinizados, dando um barro normalmente claro ou amarelo-avermelhado.

Daí a formação de poeira, fina e penetrante, que nas estiagens prolongadas, toma proporções incômodas.

Umidecidas por infiltração, na época das chuvas, as barrancas já gretadas pela erosão, desmoronam com relativa facilidade. Essas ocorrências se tem verificado em algumas rodovias da região, principalmente nos cortes quase a prumo.

Topograficamente o local das fontes se assinala, pela garganta formada no vale, que descamba de S. E. para N. O., em semi-lua, de concavidade voltada para S. O. e que vai desembocar no vale do ribeirão Água-Quente.



Vale em que se encontram as Termas. No plano inferior, o vale do ribeirão Água Quente. A direita, trecho da encosta do morro do Cruzeiro, onde se acham os principais hotéis e a fonte de São Roque.

Afigura-se-nos que essa garganta teve origem tectônica. Encontra-se no lugar em que, de modo curioso, o referido vale rompe perpendicularmente a Serra de São, isto é, o cordão das altas elevações: morro Pelado-Cruzeiro.

Tivemos a impressão de que, antes da fenda, que teria originado a garganta onde estão as Termas, a linha N E — S O., que une o morro Pelado ao Cruzeiro, coincidiria aproximadamente com a linha de separação de águas que corriam para Leste (bacia do córrego do Barreiro) e Oeste (bacia do ribeirão Água-Quente).

Julgamos ser o vale em que estão as águas termais, o único que atravessa aquela direção de referência.

A falta de uma carta topográfica em grande escala, com a representação do relêvo da região morro Pelado — Termas, impossibilita-nos de tirar uma conclusão definitiva a êsse respeito.

A única documentação cartográfica que encontramos com a representação do relevo em aprêço, é a folha de Ouro-Fino, levantada pelo Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo, em sua edição preliminar de 1908, escala de 1:100000.

A supressão de certos detalhes, em razão da escala, não nos permitiu localizar com rigores a posição das Termas, e daí deduzir a sua altitude. Fizemo-lo aproximadamente e a altitude encontrada está próxima de 900 m, talvez 875 m.

Quanto às demais altitudes, persistem também algumas incertezas.

Basta dizer que, na carta do município de Monte Sião, levantada pelo Estado de Minas Gerais, figura o morro Pelado com 1.320 m de altitude, ao passo que na referida folha de Ouro-Fino, o mesmo morro aparece com 1.250 m.

O morro do Cruzeiro, segundo essa carta, tem cêrca de 975 m de altitude.

Fato também notável é que à direção geral N E — S O, da serra de Sião, se subordinam também as camadas laminadas de quartzito, que afloram não só nas estradas e ruas dos terrenos das Termas, como no morro Pelado.

Ressaltemos de, passagem, que essa direção passa próximo a Poços de Caldas, conhecido centro de atividade vulcânica extinta, como também por Serra Negra, Valinhos, Prata, Caldas e Pocinhos do Rio Verde.

Observações por nós feitas em morro Pelado e elevações das Termas, positivaram a posição de veios de pegmatito, quartzito laminado, rochas xistosas e leptinolito (local das fontes), orientando-se na direção geral N E — S O, com inclinações que vão de 45° à posição vertical e mergulho para Oeste.

Enquadram-se, pois, as nossas observações, com o que diz o Dr. FERREIRA ANDRADE, a respeito das fontes correlacionadas com a erupção do magma nefelínico, isto é, que tôdas se encontram *em relação com uma fratura geológica profunda que corta o país de Norte a Sul em direção N E — S O.*

A comprovação dêsse fenômeno tivemos pois, no terreno, com o exame da direção das camadas de caráter xistoso, metamórficas, algumas bem alteradas e encaixadas na massa feldspática caolinizada.

A formação das fontes hipogenéticas de Lindóia, liga-se possivelmente a um abaixamento da crosta (vale do ribeirão Água-Quente), inclinando-se a fratura da serra do Sião para Oeste, como o demonstra a posição dos aludidos veios, submetidos a forte ação dinamometamórfica.

As frinchas de emergência das águas hipotermiais de Lindóia ocorrem em leptinólitos, que macroscopicamente se apresentam como xistos metamorfizados.

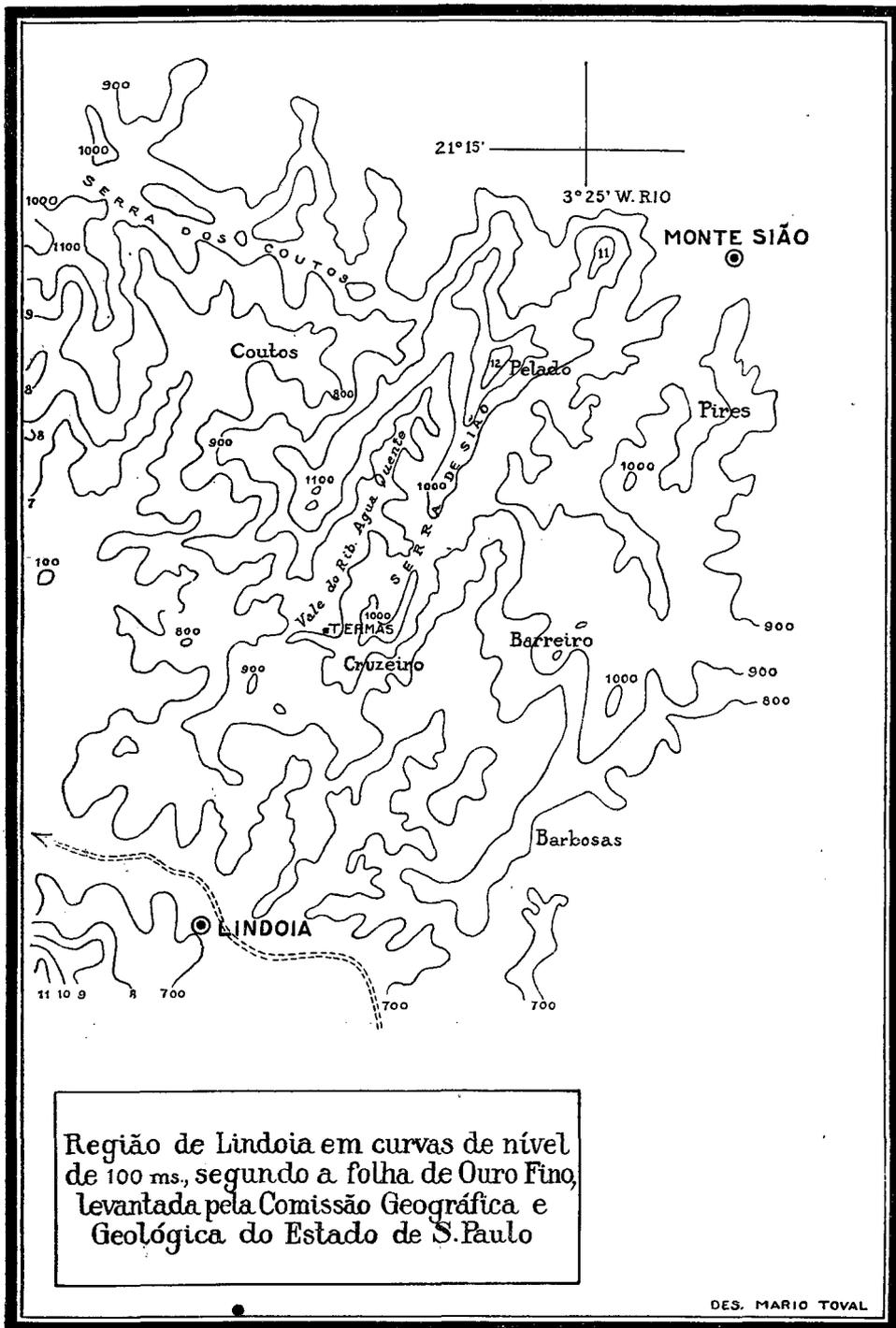
Junto à fonte de S. Roque desponta, francamente, o leptinolito, acidentalmente respeitado como testemunho, ao passo que na fonte Filomena, está essa rocha recoberta pelas primitivas construções.

A orientação daquela camada de leptinolito também é N E. — S O., porém um dos afloramentos, excepcionalmente, tem a direção L — O. e um outro se acha contorcido, mas com tendência a obedecer à direção geral de N E. — S O.

Essa circunstância atesta a existência de fendas, por onde ascendem as águas profundas, oligometálicas, e os gases rádio-ativos.

A observação do terreno, quer próximo às fontes, quer nas elevações vizinhas da serra de Monte Sião, mostra que não só os veios sofreram efeitos de dinamo-metamorfismo (como por exemplo a transformação de veio de quartzo em quartzito laminado, de feldspato alcalino em moscovita), como sofreu a região movimentos diastróficos, que modificaram a topografia local, posteriormente à era arqueozóica.

Encontrámos embutidos, na massa feldspática caolinizada, em ambas as vertentes do vale das Termas, em cortes abertos recentemente, dois fragmentos lenhosos, de um vegetal completamente carbonizado, sem consistência, tanto que se pulverizavam, à medida que tentavamos retirá-los.



A rocha cristalina que se encontra na subida e alto dos morros Pelado e do Cruzeiro, é um quartzito com mica moscovita, quase sempre laminado.

Quase no cume do morro Pelado, aparece também um quartzito aparentando cimentação ferruginosa.

Admite o Dr. MENESCAL CAMPOS, (cujas análises de duas rochas de Lindoia muito nos orientaram nas observações de campo), que o quartzito laminado da fonte de S. Roque constituiu, primitivamente, um veio de quartzo que, por esforços dinâmicos, (dínamo-metamorfismo) passou a quartzito laminado.

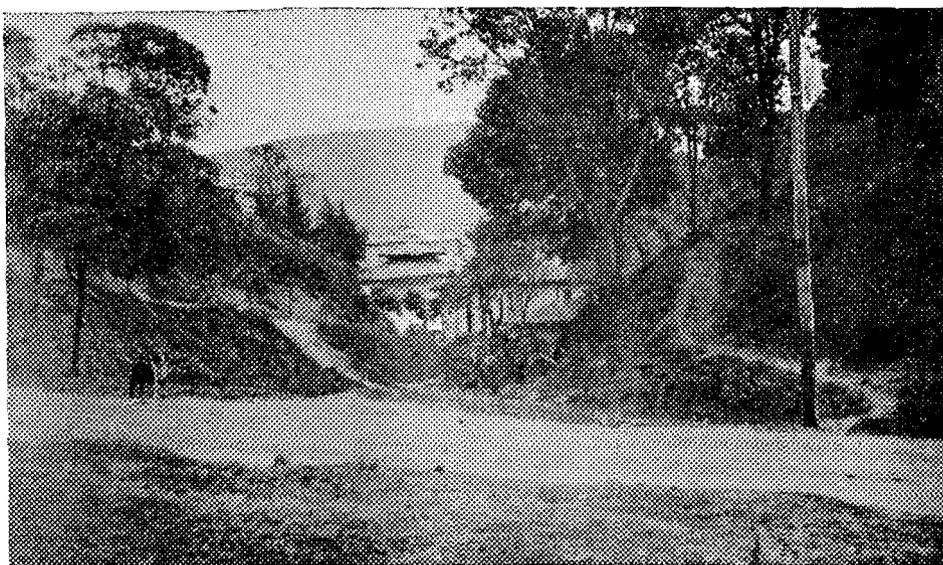
Na subida do morro do Cruzeiro, topam-se raros afloramentos de uma rocha de estrutura xistosa, de côr arroxeada, aparentando ser um micaxisto em franca decomposição. Constituem ótimos veiculos das águas de infiltração, mas pela sua posição topo-estratigráfica, pouco concorrem para isso.

Verificámos nos quartzitos laminados das imediações da fonte de S. Roque, uma evidente riqueza de moscovita, que empresta às mesmas rochas, na superfície exposta, uma cerosidade pronunciada.

E' possível que seja essa mica, também existente nos leptinólitos, a responsável pela untuosidade ao tato, das águas de Lindóia.

Para conhecimento completo da geologia da região das Termas de Lindóia, impõem-se principalmente a execução de uma planta topográfica, algumas sondagens e petrografia das rochas, que permitam a elaboração do corte geológico, interessando às fontes captadas.

Necessário ao conhecimento minucioso das condições meteorológicas reinantes nas Termas, impõe-se também, não só o restabelecimento das observações na respectiva estação, como a ampliação de suas pesquisas, hoje totalmente abandonadas.



Vale das Termas. Garganta que assinala o local de emergência das fontes Filomena e São Roque. Ao fundo a serra que separa o município de Itapira, da estância hidro-mineral de Lindóia e divide as águas das bacias do ribeirão dos Coutos e Agua Quente.

O microclima do local das Termas carece ser conhecido em todos os seus pormenores, nos moldes semelhantes ou aproximados, dos que BELFORT DE MATOS pôs em prática em Campos do Jordão.

A radiação solar (raios ultra-violetas), o campo ou conductibilidade elétrica, a luminosidade e os regimes dos ventos e das chuvas, para citar os principais fenômenos, são ainda desconhecidos.

Sabe-se que o clima das Termas, situadas em média altitude (da ordem de 900 m), se caracteriza pelo baixo grau higrométrico do ar (sêco), oscilações lentas e pequenas amplitudes da pressão barométrica.

Quanto ao ar sêco, a permeabilidade do solo, a ausência de grandes massas líquidas e de florestas, concorrem para tal, ao lado da fácil drenagem que a configuração topográfica faculta.

Em dias seguidos de manhãs de inverno, Julho e Agôsto, observamos um notável ritmo na temperatura.

O termômetro sêco, às 7 horas, marcava sempre 17° e às 13 horas, 26°.

Quanto aos ventos, se faziam sentir apenas pelas primeiras horas da manhã, em rajadas frescas, soprando com certa intensidade de Noroeste, canalizados, portanto, para as Termas, pois é essa a direção do trecho do vale, em que estão os hotéis e as fontes.

O vento de Noroeste, tem o inconveniente de levantar a poeira da estrada principal, que requer, pois, a sua pavimentação.

Quanto às outras direções, estão as Termas protegidas por uma muralha de cumes e cristas de serras altas.

Esse anteparo natural aos ventos é um dos fatores do ambiente tranquilo de que goza Lindóia.

Por isso, ainda que não fôsse Lindóia uma estação de cura, pelas virtudes de suas águas, de certo seduziria como recanto de repouso.

Sendo o clima, na definição de HERMAN WEBER: "o conjunto das influências exercidas pelo ar, o solo e a água de uma região sôbre a vida dos seres organizados" — com melhor tríade, não poderia ser privilegiada Lindóia.

Rio, 31-8-940.

João de Melo Morais
Cap. Eng. Geógrafo.

“CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA FLORA FLORESTAL PAULISTA (VOCABULÁRIO DE NOMES VULGARES)”

O Sr. EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE¹ de quem a nossa bibliografia fitogeográfica já recebeu cerca de meia centena de valiosas contribuições, afora traduções de vários trabalhos de autores estrangeiros e grande cópia de artigos dispersos em jornais e revistas, vem de aumentar a sua já avultada soma de bons serviços prestados às letras botânicas com o recente lançamento de mais uma excelente divulgação, cujo título — “Contribuição para o estudo da flora florestal paulista (vocabulário dos nomes vulgares)”, indica o novo gênero de pesquisas a que, em boa hora, se entregou êsse técnico paulista.

Só temos a lamentar é que o novo livro do Sr. NAVARRO DE ANDRADE encerre somente as denominações populares das espécies botânico-florestais de São Paulo, pois, de um documentário dessa natureza, mas que abranja de modo geral, os nomes vulgares das espécies botânicas das regiões de todo país, é de que também precisamos.

Sabemos que para execução de semelhante tarefa seriam necessárias longas pesquisas e estudos locais, bastando, para isso compreender, atentar no que o autor dessa interessante contribuição escreve no pórtico da sua oportuna monografia que, segundo suas próprias expressões, resultou “de longos esforços e observações”. Essas palavras ditas por um técnico experimentado, senhor do seu ofício e que possui, ao lado de reconhecido valor sobre o assunto, um estilo correto e fácil, espelham bem as dificuldades que advirão no decorrer da elaboração de um vocabulário geral e mostram por outro lado a oportunidade do pequeno, mas muito útil e valioso trabalho que realizou.

Útil e valioso — repetimos — porque o curioso material pacientemente pesquisado e arrolado pelo autor do opúsculo a que nos referimos, não desperta o interesse, somente, dos especializados na matéria versada, mas ainda de quantos estudiosos; notadamente daqueles que investigam o modo próprio de se exprimir o nosso povo ao denominar tudo que nos cerca.

Alinhámos aqui alguns desses verbetes, muitos deles até bem pitorescos, os quais ilustrarão o que vimos de afirmar: BOM JANTAR — Leguminosa, *Zollernia* sp; FARINHA SECA — Leguminosa, *Pithecolobium edwaldii*; MACHOCO — Leguminosa, *Erythrina falcata*; ÓLHO DE CABRA GRANDE; ÓLHO DE CABRA MIÚDO; OMBÚ — Fitolacácea, *Phytolacca dioica*; OSSO DE BURRO — Flacourtiácea, *Casearia* sp; PAGÃO — Humiriácea, *Vantanea* sp; PAPO DE ANJO — Flacourtiácea, *Carpotroche brasiliensis*; PARATUDO — Magnoliácea, *Drimys winteri*; PATA DE BOI — Leguminosa, *Bauhinia forficata*; PAU BRASIL DO AMARELO — Leguminosa, *Caesalpinia peltophoroides*; PAU DE VINHO — Voquiácea, *Vochysia bifalcata*; PAU JACARÉ — Leguminosa, *Piptadenia communis*; PAU DE CIGARRA — Leguminosa, *Cássia multijuga*; PINCHIRICOTÓ — Boraginácea, *Cordia* sp; PINDAÍBA — Anonácea, *Duguetia lanceolata*.

Como contribuição ao estudo toponímico o livrinho do abalizado silvicultor serve ainda como útil auxiliar de pesquisa, considerando que avultam na nomenclatura geográfica brasileira muitos topônimos evidentemente de origem botânica. Aracajú, por exemplo, que designa pôrto, morro e município brasileiros está nesse número.

Na linguagem indígena, segundo o professor João VAMPRE, êle provem de *ara*, o dia, o tempo, a terra e também o mundo e *acajú* cajú, traduzindo-se pela terra dos cajueiros. Servia a floração dessa espécie xerófila de calendário para os nossos aborígenes, indicando, ainda, a floração dos cajueiros a época festiva do calendário indígena.

Mostrando a importância de tal estudo o Sr. EDUARDO ARDISSONE publicou recentemente um substancioso trabalho (*Influência del Ombú en la toponimia*

¹ Já estava redigido o comentário acima quando fomos surpreendidos pela notícia do falecimento do Sr. NAVARRO DE ANDRADE. A respeito do infausto passamento desse grande técnico brasileiro inserimos notícia noutra local desta REVISTA.

americana, Montevidéu, 1941) — sendo bem possível que *ombú* corresponda ao mesmo verbete constante do vocabulário do Sr. NAVARRO DE ANDRADE, ou ao *Umbú* do Nordeste que deu origem ao topônimo do município de Umbuzeiro, no Estado da Paraíba.

Sôbre êsse trabalho, produto de tanto labor nos ocorre lembrar uma particularidade que queremos frisar. É que a maioria dos vocábulos trazidos à publicidade não são comuns às mesmas espécies existentes em outros Estados, sendo quando muito de vulgarização idêntica dentro do âmbito da zona sul do país.

Daí a necessidade, antes posta em relêvo, da elaboração de uma contribuição geral, embora tenhamos de reiterar aquilo que inicialmente acentuámos — o vulto do trabalho e a dificuldade de serem feitas as pesquisas locais.

Andou, pois, acertado o A. ao pôr o título de “contribuição” no seu excelente trabalho, o qual além de seu destino próprio, como guia de especialistas, constitue indispensável achega para o projetado *Dicionário de Brasileirismos* pela impressionante soma de vocábulos 100 % brasílicos que êle nos trouxe à publicidade.

Não há, pois, quem, no país, interessando-se, por êsses problemas não se veja obrigado a recorrer à valiosa lista de vocábulos entesourados no pequeno livro do Sr. NAVARRO DE ANDRADE. — C. P..

NEGRAS BAIANAS

A negra baiana ou simplesmente a "baiana", como é vulgarmente mais conhecida, é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do Estado da Baía — a cidade do Salvador, dentre os diversos tipos humanos lá ocorrentes, desde o elemento branco até o negro puro, através dos vários graus de mestiçagem.

Sua origem é africana, como africanos eram todos os negros que vieram povoar a nossa terra. E' difícil determinar com precisão quais as "nações" do Continente Negro, introduzidas no Brasil pelo tráfico negroiro. O critério cultural permite-nos, porém, saber, d'este ponto de vista, qual elemento afro predominante na Baía. Aí aportaram indivíduos pertencentes predominantemente ao grande grupo cultural sudanês, com grande influência maometana, a qual é refletida na religião e no vestuário. D'este grupo sudanês faz parte a preta baiana, cujo traço mais característico é sem dúvida a indumentária — composta principalmente do turbante muçulmano, compridas e largas saias, vistosos chales e mantas listadas lembrando o traje marroquino — de indiscutível origem islâmica. "Na indumentária da escrava baiana", escreve Pedro Calmon, "ficou, característico, o traço bérbere. O turbante e o chale da baiana recordam-lhe as populações muçulmanas do Sudão". Confirmando-lhe a procedência sudanesa Gilberto Freire, acrescenta: "São em geral pretalhonas de elevada estatura — essas negras que é costume chamar de baianas. Heráldicas. Aristocráticas. A elevada estatura é aliás um característico sudanês, que convém salientar".

E' pelo vestuário que a baiana se tem celebrizado, sugerindo belas fantasias para os folguedos carnavalescos; seu turbante, pelo arranjo original já entrou na moda feminina.

A graciosidade e faceirice brejeira que possuem quando moças, exteriorizadas pelos requebros da sua coreografia bárbara nos batuques dos "candombés", bem como o gosto pela música e canto, tem servido de motivo para inúmeras composições musicais populares. Dá a sua influência enorme no folclore nacional.

Nas grandes festas do catolicismo (que adotaram, apesar de originariamente fetichistas, por meio de curioso sincretismo religioso), principalmente nas tradicionais procissões e romarias do Senhor do Bonfim, ostentam uma indumentária riquíssima e extremamente complicada pela variedade enorme de peças e multiplicidade de adereços. Nesses dias exibem saias de beca plissadas a mão; batas rendadas; "camisas de tecido finíssimo, primorosamente bordadas"; compridos chales multicores de pano da Costa. "Por cima das muitas saias de baixo, de linho alvo" (gastam cerca de dezesseis metros de fazenda na confecção das mesmas), "a saia nobre, adamscada, de cores vivas". Na cabeça, "torsos de seda" (a rodilha ou turbante muçulmano) "de górgão preto", tecido branco ou de cores gritantes; "chinelinhas de veludo, lavoradas a canutilho de ouro" na ponta do pé. Quanto aos adereços e pingentes trazem atravessados nas orelhas argóifes de ouro; no pescoço, colares de contas brilhantes, de misangas, de búbios, com a indispensável e mística figa de Guiné, amuleto contra o "mau olhado"; nos dedos, nos pulsos, nos braços, "até quase nos cotovelos... uma profusão incrível de jóias custosas. Além do molho volumoso de barangandans — berloques, tetéias, bugingangas de ouro, de prata, de azeviche... — pendurado à cintura", como descreve Silva Campos.

E' realmente uma figura bizarra e pictórica. Na gravura vemo-la, no desempenho da sua atividade principal: o comércio de quitutes. Sentada diante do seu taboleiro transportável, é encontrada vendendo os seus preparados saborosos, feitos segundo a receita africana que trouxe da terra natal ou lhe foi transmitida pelas gerações: guloseimas, nas quais a pimenta e o azeite de dendê são os condimentos mais frequentes. O acaragê e o abará figuram, no taboleiro, como pratos principais, seguidos do vatapá, do carurú, da cangica, do tutú, do cuscús, etc. etc. Doceiras eximias, aí também são encontrados a cocada, o pé de molque, o doce de gengibre, etc., etc. sem esquecer o bolinho de tapioca assado na grelha, ao lado do taboleiro.

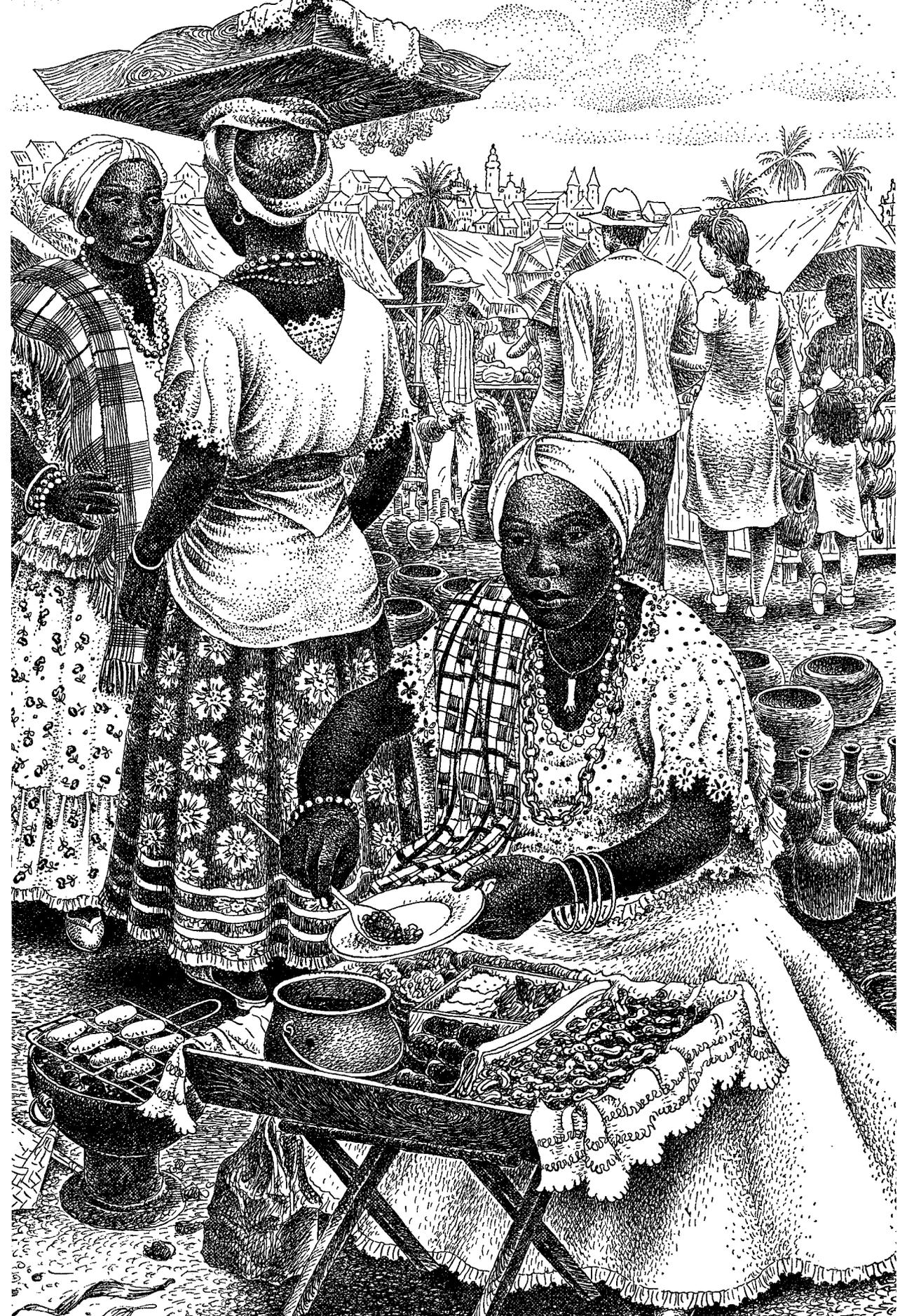
A baiana nem sempre foi assim livre, independente, alegre e jovial, tal como a apresentamos. Ela tem uma longa e triste história; a adversidade somente há meio século deixou de a acompanhar com o seu cortejo de amarguras. Sua raça, seus hábitos e costumes, sua indumentária e atividades nos evocam o sombrio e doloroso episódio da colonização — a escravidão negra.

Com a Abolição passou de vez da senzala para a casa-grande, onde então continuou a exercer tão somente os misteres maternais de ama de leite, de segunda mãe dos filhos do senhor de engenho.

Com a gradativa transformação dos nossos costumes familiares, a velha mucama "veio para a rua", onde, gozando a liberdade "embora tardia" que lhe fôra dada, passou a viver por conta própria, ganhando a vida, independente, a meçar deante do clássico taboleiro os saborosos quitutes e guloseimas. Antes mesmo da libertação, conseguida a carta de alforria, já se dedicava a esse gênero de vida autônoma, quando não preferia, mesmo fôrta, trabalhar para o antigo senhor, o que acontecia na maioria das vezes.

Quando na casa-grande, influiu bastante nos costumes da família baiana, ora introduzindo na sua culinária pratos africanos, ora assistindo, desde o berço à formação dos novos membros da grande família patriarcal e ora atendendo a mil reclamos diversos como serva solícita.

Hoje em dia, a popular negra baiana, é uma sobrevivência da carinhosa mãe preta, da prestimosa e utilíssima ama de leite, dos nossos pais e avós.



CACAUAL

QUANDO Linneu tratou de classificar a árvore do cacau — denominando-a *Theobroma cacao* — não achou, provavelmente, nada mais sugestivo do que recordar, de acordo com a lenda azteca, a origem divina do cacauero. Daí, *Theobroma*, que significa manjar ou alimento dos deuses.

É muito provável que o cacauero seja nativo da Amazônia brasileira, tal a espontaneidade e exuberância com que aí se apresenta, encontrando-se ainda, em estado selvagem, na bacia do Orenoco, estendendo-se o seu habitat até o México, através a América Central.

A árvore do cacau só teve a sua existência conhecida pelo europeu na fase inicial da conquista da América, quando em 1519, Montezuma ofereceu a Cortez um pouco da bebida à qual chamavam chocolate. Esta bebida, preparada à base de cacau, era a princípio uma infusão em água, de uma mistura de cacau, milho e pimenta. Ao tempo de Montezuma, os indivíduos ricos consumiam o cacau puro, adoçado com mel. Por sua vez os europeus aperfeiçoaram o chocolate, reunindo ao cacau o açúcar de cana, e canela ou baunilha como aromáticos. Os indígenas brasileiros também preparavam, à base de cacau, uma bebida vinosa, fazendo fermentar a polpa do fruto.

A difusão do cacau se fez através a bebida. Sob a forma de chocolate ele foi introduzido em França, em 1659. De França, espalhou-se pela Europa.

O cultivo do cacau, no Brasil, teve início no último quartel do século XVII, no Pará. O cacau baiano, segundo consta, veio do Pará em 1746, quando um colono francês trouxe as primeiras sementes, que foram plantadas em terras do atual município de Canavieiras. Há, no entanto, afirmativas de que a cultura do cacauero na Baía foi iniciada no município de Ilhéus.

A partir de 1816, colonos alemães fizeram plantações de *Theobroma cacao* nos municípios de Ilhéus e Canavieiras, espalhando-se a cultura pelos largos vales dos rios e ao longo do litoral. O fato é que o tropical cacauero deu-se às maravilhas no sul baiano e Von Martius, quando por aí passou em 1819, salientou a pronta adaptação dessa árvore às condições locais. Nessas tentativas está a origem da atual cultura e indústria baianas do cacau.

As condições ecológicas para a vida útil de um cacau são: umidade e temperatura elevadas, mas não excessivas, e sombra; terrenos de solo profundo, possuindo 1 a 2 % de cal e 0,25 % de ácido fosfórico e bastante humus. No Brasil, a temperatura exigida pelo cacauero, oscila de 24° a 28°C para a média anual, sendo de 18° a 20°C a média das mínimas. A umidade decorrente da proximidade dos rios não basta; ela deve ser assegurada por uma altura pluviométrica anual situada acima de 1600mm. e inferior a 1800mm com uma distribuição anual regular, o que torna a condição umidade um tanto rígida e permite concluir-se que o cacauero se desenvolve bem em regiões onde não haja a diferenciação sazonal. Como a temperatura e a umidade são influenciadas pela altitude, temos a considerar ainda esse terceiro fator, e realmente essa árvore prefere as terras baixas das várzeas.

A exigência de uma temperatura média anual não inferior a 24°C nem superior a 28°C; o requisito de uma pluviosidade entre 1600mm e 1800mm; a necessidade de sombreamento (céu encoberto ou anteparo florestal); a pequena altitude; a condição de solo humoso e profundo, fazem com que a cultura do cacau se localize, de preferência, no Brasil de clima tropical super-úmido (Amazônia) e úmido (litoral baiano e espiritosantense, do recôncavo ao baixo Rio Doce). O solo profundo e humoso e a necessidade de sombra situam esta cultura nas terras de várzea e nas regiões florestais; e a altitude limita, sem rigidez, a existência produtiva de um cacau às cotas de 100 ou 200 m.

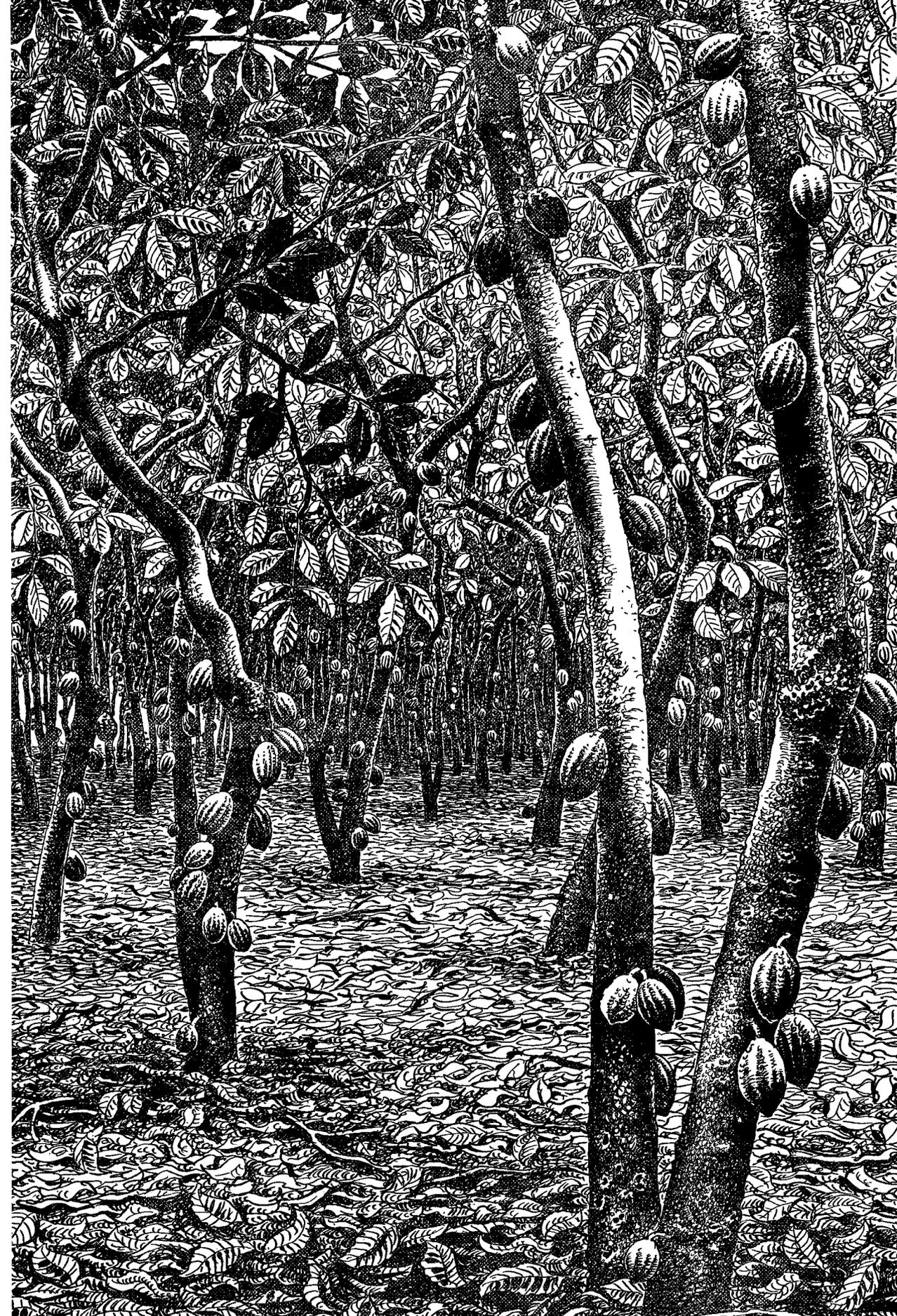
Na Baía — o maior centro cacauero nas Américas — é comum ver-se os cacaueros subirem os vales dos rios, tanto em função da umidade das terras marginais como pela sombra necessária que a floresta próxima fornece, e como pela maior fertilidade do solo florestal. Porisso o desenvolvimento da cultura do cacau é de certo modo preservativa da integridade das matas, salvo quando o processo de plantação consiste preliminarmente na derrubada.

A importância econômica do cacau data de mais de quatro séculos, pois antes da descoberta das Índias Ocidentais por Colombo, já os caroços do fruto eram usados como moeda. Modernamente, o valor do cacau advém da sua qualidade de ótimo alimento dinâmogênico e dos produtos que dele se obtêm na indústria, como sejam o chocolate comercial (à base de cacau), a manteiga de cacau, o óleo, o sabão de cacau, um alcalóide — a teobromina —, e o vinho de cacau, do qual se obtêm álcool e vinagre.

A gravura reproduz o aspecto de um cacau baiano. Vê-se que a paisagem é de árvores não muito altas, de troncos robustos, ásperos e enverrugados pelos frutos que se lhes prendem por pequenos pedúnculos. Nota-se ainda que o solo está acolchoado pelas folhas caídas, pois o cacauero perde os seus órgãos clorofilados duas vezes ao ano: abril-maio e setembro-outubro. Esta paisagem pode perdurar por muito tempo: é que o ciclo de vida e produção do cacauero atinge um século e mais. Na Amazônia e na Baía encontram-se cacaueros centenários com uma produção razoável.

O cacau, dado o seu caráter de alimento energético, é grandemente consumido nas regiões de clima frio, e daí ser um produto de grande exportação para a Europa e América do Norte. O Brasil ocupa o 2.º lugar na produção e exportação mundial do cacau, apenas superado pela Costa do Ouro.

A história do cacau lembra um pouco a do café e da borracha. Como o café, a cultura do cacau foi fundamental atingida pela Abolição que marca o declínio dessa cultura na Amazônia, Maranhão e Baía. Entretanto houve um reerguimento em favor do cacauero e hoje à Baía corresponde 98 % da produção nacional e a produção paraense se distingue pela qualidade. Os Estados principais produtores são: Baía, Pará, Amazonas e Espírito Santo. Analogamente à borracha, o cacau também foi grande riqueza econômica da Amazônia. A *Hevea brasiliensis*, a *Bertholletia excelsa* e a *Theobroma cacao* constituem as três grandes esperanças para o reerguimento econômico do vale amazônico no plano vegetal.



COMPARAÇÃO DE BASÍMETRO "INVAR"

O engenheiro **BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS**, diretor do Departamento Geográfico de Minas Gerais, tendo conhecimento de que o Instituto Geográfico e Geólogo de São Paulo precisava fazer aferição dos seus basímetros de fio "invar", suspeitos de terem sofrido deformações permanentes prejudiciais às medidas, pôs à disposição do engenheiro **VALDEMAR LEFÈVRE**, diretor daquele Instituto, um basímetro da mesma classe pertencente ao Departamento Geográfico de Minas Gerais para efeito de comparação.

Aceitando o oferecimento o engenheiro **VALDEMAR LEFÈVRE** providenciou a ida a Belo Horizonte do engenheiro **GASTÃO CÉSAR BIERREMBACK DE LIMA**, chefe do serviço de Geodésia do I. G. G. de São Paulo e seu assistente engenheiro **JOSÉ DE OLIVEIRA QUINTÃO**.

A comparação foi levada a efeito em Novembro último por êsses dois técnicos paulistas. O instrumento existente em Minas Gerais que se prestou a operação comparatória possui certificados de aferição do *Bureau International de Poids et Mesures* de Paris, sendo por isso, conservado ali como padrão, em face da impossibilidade de se efetuarem atualmente aferições naquele *Bureau*, dada a situação anormal em que se encontra a Europa.

Após o estudo e a escolha do material e dos elementos disponíveis deliberou-se fazer a comparação pela medida direta de comprimentos constantes, sucessivamente com o fio padrão e com os fios a serem aferidos. Em local abrigado de correntes de ar e de temperatura pouco variável, constituiu-se uma "base" pela distância entre os traços de referência dos topos de duas estacas, solidamente fixadas no solo, em terreno plano, junto ao edifício da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Os fios foram então distendidos entre duas estacas tensores, sempre as mesmas, com os mesmos pesos tensores de 10 kg e outros acessórios pertencentes ao equipamento mineiro, afim de manter, tanto quanto possível, constantes as condições das medidas para todos os fios a comparar.

Organizaram-se dois grupos de observadores, fazendo cada grupo diversas séries de leituras no fio a ser aferido, intercaladas entre outras tantas séries do fio-padrão. Essas leituras foram feitas com auxílio da lupa, com aproximação de um décimo de milímetro, apreciando-se também o meio dé-

cimo nos casos em que havia indecisão sobre o algarismo a ser registado.

Os dois grupos de operadores foram os seguintes:

Grupo A: observadores: **J. BIERREMBACK** e **J. QUINTÃO**; secretários: **E. SCHMIDT** e **E. COTA**.

Grupo B: observadores: **J. DUARTE** e **E. SCHMIDT**; secretários: **J. QUINTÃO** e **E. COTA**.

Embora fôsse suficiente somente um secretário, empregaram-se dois com o objetivo de se obterem duas cadernetas originais de registro.

Para cada fio a aferir constituiu-se uma base especial.

Eram os seguintes os fios paulistas a serem aferidos:

- N.º 183 de 24 metros
- N.º 184 de 24 metros
- N.º 190 de 8 metros
- N.º 24 de 4 metros (Trena invar)

Os fios mineiros, que serviram de padrão foram os seguintes:

- N.º 1.121 de 24 metros
- N.º 1.134 de 8 metros
- N.º 1.109 - T 6 de 4 m (Trena invar)

Como exemplo das operações realizadas damos, a seguir, um quadro onde estão registados os resultados finais da comparação de um dos fios:

GRUPO DE OBSERVADORES	SÉRIES		Correções para o fio n.º 183 (mm)	v	v ²
	Ordem	N.º			
A Bierremback Quintão....	1.ª	1	+0.803	+0.067	0.004
	2.ª	2	+0.750	+0.014	0.000
B Duarte..... Schmidt.....	1.ª	3	+0.664	-0.072	0.005
	2.ª	4	+0.728	-0.008	0.000
Soma.....			2.945		0.009
Média.....			+0.736mm		
Erro médio de uma série = +			$\frac{0.009}{3}$	= + 0.055mm	
Erro médio da média de todas as observações = +			$\frac{0.055}{4}$	= + 0.027mm	

Valor final da correção para o fio n.º 183:

$$c = + 0.74 \text{ mm} \pm 0.03 \text{ mm}$$

Ao analisar este quadro o engenheiro José O. DUARTE, assistente técnico do Departamento Geográfico de Minas Gerais prestou os seguintes esclarecimentos:

“Podemos observar pelo exame do cálculo, que os resíduos das médias são muito menores na 2.^a série e nas leituras posteriores. Isto é devido ao fato de deliberarmos estimar também os meios décimos de milímetro, depois de feita a 1.^a série.

Para compensar melhor o efeito do atrito das cordas tensoras nas roldanas, no fim de cada grupo de 10 leituras invertíamos o sentido do deslocamento do fio para as leituras sucessivas.

No cálculo da média e dos erros, consideramos também a terceira casa decimal, com o único objetivo de conhecermos melhor o algarismo dos centésimos.

Tendo em vista o material e os recursos disponíveis, o resultado das comparações foram satisfatórios, encontrando-se uma diferença notável de 0.74 mm, entre os dois fios ns. 183 e 1.121, com uma precisão de cerca de 0.03 mm.

Este alongamento sofrido pelo fio n.º 183 corresponde a um erro relativo da ordem de 1:30.000, que, pelo seu ca-

ráter sistemático, afetaria de um modo prejudicial o resultado da medição de uma base geodésica, caso não fôsse levado em consideração.

Este fato vem justificar plenamente as iniciativas dos Diretores dos dois institutos congêneres, mandando efetuar essas comparações, que eram desde muito tempo pleiteadas pelo engenheiro GASTÃO BIERREMBACK.

Com operações semelhantes foram feitas as aferições de outros fios do Instituto paulista, cujos resultados foram os seguintes:

Fio	n.º 183	— correção	+ 0.74 mm	± 0.03 mm
Fio	n.º 184	— correção	+ 0.49 mm	± 0.02 mm
Fio	n.º 190	— correção	+ 0.28 mm	
Trena	n.º 24	— correção	+ 0.45 mm	

Foram feitos os cálculos dos erros médios das comparações somente para os fios ns. 183 e 184 de 24 metros.

As correções para o fio n.º 190 de 8 metros e para a trena de 4 metros correspondem a um erro comparativo exagerado, porém, sem importância relativa porque esses fios são acidentalmente usados na medição de uma base.

Fato que também é digno de ser apreciado é o de serem as correções todas positivas, demonstrando que todos esses fios sofreram alongamentos”.

DOCUMENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONSELHO

Ao raiar o terceiro trimestre do corrente ano, memorável sucesso concentraria as atividades do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica e, portanto, da sua Primeira Seção, que teve, como as outras, de colaborar nos trabalhos da 4.^a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizados em 22 reuniões, que se tornaram notáveis, pelas resoluções ultimadas.

Nessa época, foram os seus diversos serviços examinados pelos Delegados Estaduais, que desejavam conhecer-lhes minuciosamente a organização e funcionamento.

As visitas de tão conspícuos representantes, que sobremaneira contribuem, em suas várias circunscrições, para o metódico andamento das operações relacionadas com a geografia, repetiram-se, ora isoladamente, ora por grupos, aos quais se deparava ensêjo de analisarem atentamente os processos de trabalho adotados pelo S.G.E.F., que muitos desejaram aplicar às repartições confiadas à sua zelosa direção.

E apenas tinham cessado, ao findar o mês de Julho, os ecos da conferência anual de que participaram os orienta-

dores, nos respectivos Estados, das atividades geográficas regionais, quando se realizou a visita coletiva dos estagiários do Curso de Estatística, dirigidos pelo professor ARIOSTO PACHECO DE ASSIZ.

Divididos em duas turmas, percorreram a Biblioteca e o Arquivo, como igualmente a Fototeca, acompanhados de quem pudesse prestar-lhes informações esclarecedoras.

Contemporaneamente, honrou também a Primeira Seção o Interventor de Alagoas, Major ISNAR GÓIS MONTEIRO, a quem foram proporcionadas as explicações indicativas da marcha das operações, por meio das quais se manifestam as atividades do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

Fototeca

O movimento constou de:

Fotografias preparadas	127
Fotografias arquivadas	100
Número de consultas	35

Biblio-Hemeroteca

As consultas distribuíram-se pelos seguintes assuntos:

	Julho	Agosto	Setembro	Total
Geografia Geral.....	103	80	75	258
» Física.....	12	22	22	56
» Humana.....	10	9	12	31
» Matemática.....	5	7	5	17
» Histórica.....	11	10	16	37
» Política.....	3	4	10	17
» Económica.....	9	14	8	31
» Diversos.....	34	27	38	99
» Municípios.....	6	2	0	8
	193	175	186	554

Em relação à espécie, verificou-se a seguinte distribuição das consultas:

	Julho	Agosto	Setembro	Total
Livros.....	102	106	119	327
Periódicos.....	84	68	66	218
Folhetos.....	7	1	1	9
	193	175	186	554

Quanto às entradas de livros, foram registados:

	Livros	Periódicos	Folhetos	Total
Julho.....	59	267	26	352
Agosto.....	26	295	48	369
Setembro.....	111	214	173	498
	196	776	247	1.219

Mapoteca

Durante o terceiro trimestre, foram atendidos consulentes, cuja preferência, em mapas municipais, se discriminou da maneira seguinte:

Mapas municipais

Acre	21
Amazonas	12
Pará	22
Maranhão	34
Piauí	19
Ceará	5

Rio Grande do Norte	1
Paraíba	49
Pernambuco	3
Alagoas	1
Sergipe	8
Baía	167
Espirito Santo	17
Rio de Janeiro	154
Distrito Federal	4
São Paulo	329
Paraná	50
Santa Catarina	118
Rio Grande do Sul	120
Mato Grosso	47
Goiaz	63
Minas Gerais	397

1.641

Cartogramas divisão municipal ..	127
Outros Mapas	62

Total 1.830

Arquivo Corográfico

No trimestre anterior, apenas durante o mês de Abril o Arquivo recebeu documentos devidamente classificados, no total de 868, em consequência da concentração de esforços em outras tarefas no decurso de Maio e Junho.

A partir de Julho, porém, entraram,

nesse mês	1.805	documentos
em Agosto	3.224	
Setembro	400	

5.429

As consultas anotadas, cuja totalidade avultaria sobremaneira, se fôsem computadas as indagações de funcionários de outras secções do S.G.E.F., evidenciam cifras inferiores à realidade de acôrdo com o resultado seguinte:

Abril	75	Julho	12
Maio	27	Agosto	7
Junho	129	Setembro ..	15
	231		34

CONCURSO DE MONOGRAFIAS DESCRITIVAS MUNICIPAIS

A 4.^a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia reunida em Julho último, nesta capital, na sua reunião do dia 21 do mesmo mês adotou a Resolução n.º 88 "instituinte o concurso anual de monografias referentes a aspectos da Geografia Municipal, como contribuição do Conselho Nacional de Geografia aos Congressos Brasileiros de Geografia".

Essa nova campanha encetada pelo órgão geográfico do I.B.G.E., segundo os termos daquela Resolução, visa principalmente promover a colaboração de geógrafos e estudiosos estrangeiros aos quadros do C.N.G. na pesquisa geográfica de todas as comunidades brasileiras e ainda contribuir para maior êxito dos Congressos Brasileiros de Geografia sendo oportuno que se acentue

o elevado cunho educativo e cultural de que se revestirá o empreendimento.

O concurso realizar-se-á com a colaboração conjunta de todos os órgãos do C.N.G. que são: Diretório Central no Rio de Janeiro, Diretórios Regionais nas capitais dos Estados e Território do Acre e Diretórios Municipais nas sedes de todos os municípios brasileiros. Esses órgãos promoverão a obtenção do maior número possível de monografias e ainda se encarregarão da seleção dos trabalhos apresentados, sendo entretanto a atuação mais importante e valiosa a dos Diretórios Municipais, porque, versando as monografias ou estudos sobre Geografia do Município, esses órgãos, melhor do que qualquer outro, poderão criticar com segurança os dados, as informações e as conclusões constantes dos trabalhos que venham a ser apresentados.

O concurso relativo ao próximo ano de 1942 vem despertando vivo interesse por parte do grande número de especialistas disseminados em todo território, estando o Conselho Nacional de Geografia, através de sua secretaria geral, em contacto com todos os seus órgãos, para que o primeiro concurso colime os fins visados. Nesse sentido já foram expedidas instruções e o material necessário para o perfeito andamento da campanha. Os presidentes dos Diretórios Regionais e Municipais de todas as regiões, através da imprensa, por editais, baixaram instruções a respeito.

As bases do concurso organizado pela secretaria geral do C.N.G. e vigentes em todo país, são as seguintes:

1.^a) A monografia ou estudo poderá tratar de qualquer assunto da Geografia Municipal. Poderá ser um assunto geral, compreendendo o território do Município, no seu todo, como, por exemplo, os limites do município, o relevo do município, a vegetação do município, os rios do município, as lagoas do município, as estradas do município, as culturas agrícolas do município, as fábricas do município, etc., etc., etc.. Poderá também ser estudo que abranja apenas determinada região do município, como, por exemplo, uma questão de limites com município fronteiro, a zona montanhosa ou a planície do município, a ocorrência de florestas ou de campos no município, o estudo de um distrito, a cultura de determinado produto (café, algodão, arroz, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar ou qualquer outro), o estudo dum vale, o desenvolvimento e características de uma estrada do município, etc., etc., etc.. Poderá, ainda, tratar de determinado acidente geográfico como, por exemplo, o estudo de um pico, de uma cachoeira, da cidade, de uma vila ou de um povoado, de uma lagoa, de um rio, de um

estabelecimento rural importante, etc., etc., etc..

2.^a) A monografia ou estudo deverá ter cunho geográfico, ocupando-se exclusivamente da documentação, da descrição ou das considerações de ordem geográfica o assunto territorial focalizado.

Não deverão ser incluídas considerações históricas, filosóficas pessoais ou de outra ordem, que não dêem sentido geográfico à explanação do assunto da monografia, a qual deverá tratar, diretamente, sem rodeios, do tema escolhido.

3.^a) A monografia, sempre que possível, será acompanhada de ilustrações, fotografias, mapas ou desenhos.

4.^a) O autor apresentará três exemplares da monografia, que se destinam: um para ficar no Diretório Municipal de Geografia, outro para o Diretório Regional de Geografia da capital do Estado, o terceiro para ficar na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia do Rio de Janeiro.

5.^a) A monografia deverá, de preferência, ser dactilografada.

6.^a) O autor deverá mencionar os cursos e títulos que possui, os trabalhos que elaborou, publicados ou não, os cargos e comissões que desempenhou, e prestar demais informações referentes à sua personalidade.

O concurso das monografias obedecerá às seguintes normas:

1.^o) Os Diretórios Municipais de Geografia, em todo o país, receberão monografias até o dia 31 de Março de 1942, e cada um deles as encaminhará ao Diretório Regional respectivo, na capital do Estado, até o dia 30 de Abril de 1942, com um julgamento sobre as mesmas monografias, que constituirá o 1.^o escrutínio do concurso, no qual será examinado com rigoroso cuidado se os dados apresentados são verdadeiros.

2.^o) Os Diretórios Regionais de Geografia, por sua vez, estão obrigados a enviar as monografias recebidas dos municípios para o Diretório do Conselho, no Rio de Janeiro, até o dia 30 de Julho de 1942, acompanhadas de um julgamento de conjunto, que constituirá o 2.^o escrutínio do concurso.

3.^o) O Diretório Central do Conselho, no Rio de Janeiro, fará até o dia 30 de Outubro de 1942, o julgamento final e definitivo de todas as monografias apresentadas em todo o país, dando, em 3.^o e último escrutínio, o resultado geral do concurso, do qual, logo a seguir, serão feitas as devidas comunicações e distribuídos os prêmios respectivos.

4.º) As monografias referentes ao Distrito Federal, onde não há Diretório Municipal, excepcionalmente, serão entregues até o dia 30 de Julho de 1942, diretamente ao Diretório Central, que as julgará no escrutínio final. Analogamente, as monografias referentes ao município da capital do Estado serão entregues até o dia 31 de Março de 1942 ao Diretório Regional, para julgamento conjunto com as demais monografias apresentadas no Estado.

5.º) Serão conferidos, em 1942, 381 prêmios aos autores das monografias classificadas nos primeiros lugares, de acôrdo com a seguinte tabela: um primeiro prêmio de 1:000\$000, dez segundos prêmios de 500\$000, vinte terceiros prêmios de 200\$000, cinquenta quartos prêmios de 100\$000, cem quintos prêmios de recebimento de tôdas as publicações editadas pelo Conselho durante 1942, duzentos sextos prêmios de recebimento dos números da REVISTA

BRASILEIRA DE GEOGRAFIA referentes a 1942.

6.º) Ao Conselho é reservado o direito não só de publicar, mas também de apresentar as melhores monografias recebidas, a juízo do Diretório Central, ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se de 7 a 16 de Setembro de 1943, em Belém, capital do Estado do Pará.

O Diretório Municipal de Geografia prestará aos interessados, na Prefeitura desta cidade, os esclarecimentos que forem necessários.

O Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística do Estado de São Paulo, tendo em conta a importância de oportunidade do concurso acaba de apoiar a campanha, tomando a seu cargo a elaboração de várias monografias locais.

Essa iniciativa do C.E.S.B.E. de São Paulo, pela sua alta significação, foi acolhida com os aplausos merecidos.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Para tomar conhecimento do relatório da presidência relativo ao biênio 1939-41, esteve reunido, em assembléa geral, no dia 10 de Novembro findo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Após a leitura desse documento, por proposta da diretoria que terminou o mandato, a casa em sua unanimidade elegeu sócios beneméritos pelos relevantes serviços prestados ao Instituto na sua difícilíssima fase inicial os Srs. Ministro GUSTAVO CAPANEMA, Ministro ATAULFO DE PAIVA e Generais PARGA RODRIGUES e MEIRA DE VASCONCELOS, antigo e atual presidente do Clube Militar e JOÃO MARCELINO FERREIRA E SILVA, atual presidente do Circulo dos Officiais Reformados do Exército e da Armada.

Pelo voto da assembléa geral, também ficou resolvido que os atuais Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, General EURICO GASPARDUTRA, Almirante ARISTIDES GUILHEM e Dr. SALGADO FILHO fiquem considerados presidentes honorários natos, mesmo quando deixarem os cargos que atualmente exercem.

O Instituto, em homenagem excepcional ao Sr. General CÂNDIDO RONDON, seu sócio efetivo, elevou-o à categoria de sócio benemérito pelos notáveis serviços prestados no setor das atividades culturais a que se dedica o mesmo Instituto.

Sendo aquela data marcada pelos Estatutos para renovação dos cargos dirigentes, procedeu-se em seguida à eleição, sendo vencedora por quase unanimidade, a seguinte chapa: Presidente, General BENÍCIO DA SILVA; vice-presidente, General EMÍLIO FERNANDES DE SOUSA DOCA; 1.º secretário, Coronel LUIZ LÔBO; 2.º secretário, Cap. SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE; 1.º tesoureiro, 1.º Tenente HUMBERTO PEREGRINO; 2.º tesoureiro, Cap. ADALTON PIRASSUNUNGA; Bibliotecário, Major JÔNATAS DE MORAIS CORREIA.

Comissão de Geografia e Cartografia — General TASSO FRAGOSO, Almirante HENRIQUE BOITEAUX e Coronel F. PAULA CIDADE.

Comissão de História Militar — Coronel GENSERICO DE VASCONCELOS, Comandante DIDIO I. COSTA e Tenente-Coronel LEÔNCIO FERRAZ.

Comissão de Heráldica e Medalhística — Tenente-Coronel JONAS DE MORAIS CORREIA, Comandante LUCAS BOITEAUX e Tenente EGON PRATES.

Comissão de Iconografia e Armas Antigas — Tenente-Coronel GARRASTAZÚ TEIXEIRA, Comandante CÉSAR XAVIER e Coronel JAGUARIBE DE MATOS.

Comissão Fiscal — General LIMA MINDELO, Almirante NOGUEIRA DA GAMA e Coronel DAMASCENO VIEIRA.

Comissão de Admissão de Sócios — Coronel ÁLVARO ALENCASTRO, Comandan-

te RAJA GABAGLIA e MANUEL HUMBERTO CASTELO BRANCO.

Comissão de Redação das Publicações do Instituto — General SOUSA DOCA, Comandante FREDERICO VILAR e Tenente-Coronel LIMA FIGUEIREDO.

*

A posse dêsse novo corpo diretor da prestigiosa entidade realizou-se, a 28 de Novembro último, revestindo-se o ato de solenidade, a êle tendo comparecido além de elementos destacados das letras e da sociedade do país os ministros EURICO GASPAS DUTRA, ARISTIDES GUILHEM, SALGADO FILHO e GUSTAVO CAPANEMA, havendo êste último pronunciado oportuno discurso sôbre o ensino da Geografia.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, a brilhante oração do Sr. Ministro GUSTAVO CAPANEMA.

“Não sei como exprimir o meu agradecimento ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, pois, sôbre ser de caráter insigne a honra que se me confere não me sinto merecedor da especial gratidão desta casa, e não posso atribuir senão à excessiva generosidade de seus membros o ter visto no meu desvalioso préstimo os “relevantes serviços”, a que aludem os estatutos.

Seja como for, aquí estou, com o maior desvanecimento, recolhendo a homenagem, que considerarei sempre entre as de minha maior estima, e com ela assumindo o compromisso de ter sempre os olhos voltados com particular carinho, para esta preclara instituição, e de servi-la, não com utilidade digna de nota, pois a tanto não podem aspirar as minhas deficiências, mas com devotamento sincero. Sinto-me no dever de dizer que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil merece, sobretudo nesta fase inicial de sua vida, a simpatia e a cooperação de todos os bons brasileiros. A geografia e a história do Brasil, de modo geral, estão carecendo de maiores estudos entre nós. Não se pode deixar de reconhecer que a nossa bibliografia, em tais matérias, tem progredido muito nestes últimos anos; obras de notável valor teem aparecido com frequência; e já são muitas as coleções especiais organizadas pelas casas editoras, com grande aceitação das classes cultas do país, bastando citar o caso da *Brasiliana*, publicada sob a direção do professor FERNANDO DE AZEVEDO, e que já se compõe de mais de duzentos volumes.

Refiro-me especialmente à deficiência com que estão sendo estudadas aquelas duas matérias nas nossas escolas secundárias. A lei vigente do ensino, como se sabe, adotou o critério de incluir a geografia e a história do Bra-

sil como capítulos da geografia geral e da história da civilização. A supressão da autonomia das duas disciplinas, contrariamente ao que esperava o legislador, ocasionou uma sensível diminuição de seus estudos. A nova lei do ensino secundário, que não tardará, corrigindo esta lacuna demonstrada pela experiência, procurará dar aos estudos da geografia e da história pátria a maior importância e relevo. Buscar-se-á desenvolver, no espírito dos que vão constituir as classes cultas de amanhã, o gosto dêsse estudos, formando-se assim, mais fecundas bases e mais receptivo ambiente para a floração de uma cultura maior e melhor no terreno de nossa geografia e de nossa história.

O patriotismo é uma paixão humana, e deve ser cultivado como paixão, como a mais forte paixão. Sem paixão, os homens não caminham para o sacrifício, e patriotismo é, rigorosamente, disposição ao sacrifício.

Como é frágil, porém, a paixão que não tem por base a verdade! Ensina DESCARTES, no seu tratado sôbre as paixões da alma, que *la force de l'âme ne suffit pas sans la connaissance de la vérité*”.

As grandes paixões humanas, as paixões criadoras, as paixões construtoras, não poderão subsistir por sôbre a ignorância, o erro ou a ilusão. O patriotismo deve estar fundado na verdade.

Necessário é, pois, que incentivemos o patriotismo nacional sôbre a base do conhecimento exato e pleno do Brasil, conhecimento do nosso passado e de nossas realidades físicas e humanas, conhecimento de nossa posição no mundo e de nosso papel na civilização, numa palavra, conhecimento de nossa história e de nossa geografia.

Tal patriotismo não será jamais infiel. Será um patriotismo de consciência, de convicção, de necessidade, patriotismo, portanto, irreduzível.

Se a geografia e a história do Brasil consideradas assim de um modo geral, estão a reclamar do nosso ensino maiores esforços, para que ganhem posição mais relevante na cultura nacional, também é de reconhecer a necessidade de estudos mais amplos e seguros dessas duas disciplinas, consideradas sob o ponto de vista da especialização militar.

Observara, no ano passado o Gen. V. BENÍCIO DA SILVA, ao apresentar a 2.^a edição das *Notas de Geografia Militar Sul-Americana* do Cel. F. DE PAULA CIDADE, que esta obra continuava sendo a única sôbre o assunto, publicada em língua portuguesa. Não há negar, por outro lado, que já possuímos notáveis obras de história militar do Brasil;

mas é fora de dúvida que grande número de nossos acontecimentos militares ainda não tiveram o seu estudo completo e definitivo, em obras sistemáticas para cuja elaboração valiosos documentos se guardam em nosso arquivos e estudos especiais se fizeram por beneditinos pesquisadores.

Necessário é, pois, um grande esforço no sentido de ampliar e aprofundar os estudos brasileiros de geografia e história militar.

Nesta hora em que o primeiro ponto de nosso programa político é armar a Nação, em que as forças armadas nacionais tomam uma organização e um espírito de tão excepcional envergadura, não poderiam ser deixados em segundo plano êsses estudos especiais, tão reconhecida é a sua decisiva importância para a guerra.

A grande importância da história militar mostra por excelência do patriotismo e da geografia militar, indicadora das condições especiais em que se devem desenrolar as operações de guerra, ressalta, numa clara luz dessas palavras com que o General Tasso Fragoso encerra a sua monumental obra sobre a *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*: "Se o ciclo do martírio humano gerado pelas lutas fratricidas não está fechado, aproveitemos a grande lição que nos proporcionou o Paraguai: não esqueçamos nunca que proveitoso será para a defesa de nossa terra *um entranhável patriotismo e um aproveitamento oportuno e racional do terreno*". Feliz iniciativa foi, pois, a fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que, secundando os estudos que tão esclarecidamente veem realizando os Ministérios militares, leva por diante proficuamente as suas atividades, tornando-se

o centro coordenador de uma obra do mais significativo alcance não só para a nossa cultura, mas também e sobretudo para a nossa defesa.

Como é honroso carregar uma pedra, uma pequena pedra que seja, para a construção de tão alta instituição, cuja utilidade há de ser cada vez mais inapreciável e cujo prestígio certamente não conhecerá fim em nossa história.

Que os bons brasileiros assim o compreendam, e que nenhum regateie o seu aplauso ou seu concurso para o bom sucesso de tão patriótico empreendimento".

O Embaixador MACEDO SOARES, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em nome do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia transmitiu, a propósito, ao Sr. Ministro da Educação o seguinte telegrama:

"Apraz-me transmitir a Vossência a congratulação aprovada pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, em sua reunião de ontem, ao tomar conhecimento da entrevista concedida à imprensa desta capital, na qual Vossência ressaltou a importância e destaque do ensino da geografia do Brasil no curso secundário como disciplina autônoma, dentro do princípio de educar para a Pátria. Ao transmitir o voto do Diretório, esta Presidência expressa seu regozijo cívico pela perspectiva de efetivar-se brevemente a reterida providência na qual êste Instituto muito se empenha. Saudações cordiais".

— O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil acaba de dar à publicidade o primeiro número da sua Revista que se apresenta bem impressa e ilustrada.

NOMENCLATURA DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO PAÍS

O Governo Federal, baixou, em 6 de Setembro último, um decreto que tomou o n.º 3.599 dispondo sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do país.

O parecer firmado pelo Sr. LUIZ SIMÕES LOPES, diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público, abaixo transcrito, que encaminhou ao Sr. Presidente da República o projeto dêsse decreto, inserto na seção competente desta REVISTA esclarece a origem dessa medida governamental.

"2.205 — Em 30 de Agosto de 1941 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelên-

cia à apreciação dêste Departamento o processo anexo, no qual o Ministério da Viação e Obras Públicas apresenta um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do país. ●

2. Iniciou o processo uma sugestão do Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo e encaminhado, pela interventoria daquele Estado ao Ministério da Viação, sobre as vantagens de se fixarem normas para a nomenclatura das estações ferroviárias do país.

3. Em consequência dessa sugestão, o Ministério da Viação, por seus

órgãos técnicos, elaborou um projeto de decreto-lei regulando o assunto, submetendo-o à aprovação de Vossa Excelência.

4. Sendo, entretanto, o estudo da matéria, da competência do Conselho Nacional de Geografia, Vossa Excelência houve por bem submetê-lo à apreciação do mesmo, que a respeito se manifestou, propondo modificações na substância e na forma do projeto.

5. Aprovadas que foram, por Vossa Excelência, as ponderações do re-

ferido Conselho, o processo foi devolvido ao Ministério da Viação e Obras Públicas, que elaborou um novo projeto, ora em estudo.

6. Apreciada a matéria, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o processo em causa, opinando favoravelmente à aprovação do projeto de que se trata.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*”.

FIXADO A PONTA “SEIXAS” DO CABO BRANCO COMO PONTO EXTREMO LESTE DO BRASIL

A ponta de “Pedras”, situada na praia do mesmo nome, em Pernambuco, município de Goiana era, até bem pouco tempo, geralmente considerada como sendo o ponto extremo leste brasileiro, apesar da controvérsia existente entre os especialistas.

Dada essa discordância existente entre os geógrafos, a localização do ponto mais oriental do Brasil vinha sendo tratada como sendo uma questão aberta, à mercê de quantos opinassem sobre o assunto.

O assunto vinha sendo tratado dessa forma até que, recentemente, as altas autoridades do país, responsáveis pelos serviços geográficos abriram debate sobre o caso resultando que partíssem do Ministério da Marinha as primeiras providências visando o seu esclarecimento.

Coube ao Almirante MORAIS Rêgo, até há pouco Diretor da Navegação, daquele Ministério, tomar a iniciativa prática de designar uma comissão dirigida pelos capitães-tenentes NEWTON TORNAGHI e RUBENS CASTRO FIGUEROA, a qual rumou à costa do litoral nordestino visando levantar as coordenadas dos pontos considerados mais à leste do Brasil, para dentre eles determinar, de modo objetivo, o extremo oriental do nosso território.

Essa comissão deu comêço à sua tarefa no dia 4 do mês de Setembro, examinando, de início, a situação de vários locais em Pernambuco.

Foi estudada detidamente a posição de Ponta de Pedras, neste Estado, ali permanecendo a comissão durante dois dias, fazendo as suas observações e re-

gressando a Recife, donde tinha partido, para organizar os cálculos finais.

A comissão chegou a Cabedelo, com o propósito de reiniciar os seus estudos no Cabo Branco.

Após encontrarem o ponto mais extremo do promontório paraibano, aqueles oficiais, dedicaram-se a observações demoradas e cálculos.

Os capitães-tenentes TORNAGHI e FIGUEROA fizeram colocar, ali, no ponto que serviu de base para o levantamento uma pilastra de cimento, a qual futuramente receberá uma placa com a indicação das coordenadas.

Depois de haver executado o seu trabalho, a comissão regressou, a Cabedelo, donde viajou para Recife.

Na capital pernambucana êsses ilustres e brilhantes oficiais da nossa marinha de Guerra fizeram criteriosa revisão nos cálculos feitos chegando à conclusão de que é a ponta “Seixas”, no Cabo Branco, situada em território do município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, o ponto mais oriental do nosso território.

O Capitão-tenente NEWTON TORNAGHI, enviou, de Recife, às autoridades competentes, o seguinte telegrama dando conta dos resultados dos estudos procedidos pela comissão que tão assinalado serviço prestou à geografia nacional.

João Pessoa, 22 — Tenho o prazer de comunicar a V. Excia. que o extremo leste do Brasil fica na ponta “Seixas”, no Cabo Branco, nesse Estado.

Saudações, capitão-tenente *Newton Tornaghi*.

ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA EM VISITA AO I. B. G. E.

Os alunos do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil estiveram no dia 8 de Setembro findo na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde foram recebidos pelos Srs. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente; M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral; ALBERTO MARTINS, diretor da Secretaria e outros altos funcionários.

Acompanharam-nos nessa visita os professores da Faculdade, Srs. JORGE KINGSTON, MAURÍCIO BYÉ, JAQUES LAMBERT e PAULO NOVAIS.

Usou da palavra, na ocasião, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, que fez minuciosa exposição sobre o regime a que estão submetidos, atualmente, os serviços estatísticos e geográficos do país e focalizou as principais realizações registradas, desde a criação do Instituto.

O orador apreciou, ainda, as conclusões a que teem chegado os técnicos do Instituto através do material coligido pelos vários órgãos do sistema, fazendo, nessa oportunidade, um largo

exame dos problemas que se deparam aos nossos administradores, tanto na órbita federal, como na estadual e municipal. A êsse respeito, ressaltou o secretário geral do Instituto, as vantagens que podem advir do regime de cooperação inter-administrativa, argumentando com os felizes resultados obtidos quanto aos nossos serviços estatísticos e geográficos, para demonstrar a conveniência de uma estreita conjugação de esforços, da parte da União, Estados e Municípios, sempre que os problemas a atacar interessem, igualmente, às três órbitas da organização política do país.

Em agradecimento, discursou, após, o Professor MAURICE BYÉ, que teceu considerações sobre a exposição do Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, formulando, ainda, conceitos sobre o grau de aperfeiçoamento, já atingido pelos serviços estatísticos brasileiros.

Os visitantes percorreram, em seguida, os vários serviços da Secretaria Geral do I.B.G.E., manifestando-se agradavelmente impressionados com a sua organização.

SEGUNDO CONGRESSO INTER-AMERICANO DE MUNICÍPIOS

Como noticiámos, em nosso número anterior, esteve reunido, de 15 a 21 de Setembro dêste ano, na Cidade de Santiago do Chile, o II Congresso Inter-Americano de Municípios.

Os amplos debates que os assuntos constantes do seu temário lograram despertar, bem como as resoluções adotadas no memorável conclave, tôdas elas visando o bem estar da comunhão urbana do continente, reafirmaram a oportunidade do importante certame.

O trabalho desenvolvido pela representação brasileira colimou esplendidamente o fim visado. São do Sr. VALENTIM BOUÇAS, reputado técnico brasileiro e que integrou a nossa embaixada ao Congresso as seguintes informações que passamos para as nossas colunas:

“Nas quatro comissões em que se sub-dividiu a reunião, as nossas teses, os nossos pontos de vista foram aceitos. Coube ao Brasil a presidência da Comissão de Estatística e a Padronização de Orçamentos. Levamos para essa Comissão uma contribuição magnífica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Tão forte foi a

impressão causada pelos trabalhos do Brasil neste setor, que o Congresso resolveu conceder-nos a tarefa de coordenação de toda a estatística e dos orçamentos dos municípios dêste continente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística será, assim o órgão supremo da estatística municipal americana, a ser apresentada ao III Congresso, a realizar-se dentro de dois anos. Ao Conselho Técnico de Economia e Finanças caberá a missão orientadora da padronização dos orçamentos e normas financeiras dos municípios inter-americanos”.

*

O conclave de Santiago reuniu em seu seio cerca de 400 técnicos especializados nos assuntos programados, incluindo-se entre estes a discussão dos métodos e possibilidades de unificar os trabalhos estatísticos em relação com o município, bem como a conveniência e possibilidade de unificar os métodos para obtenção de resultados padrões panamericanos.

Oferecendo sua contribuição para o assunto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística enviou ao Congres-

so um volume impresso em que reuniu sugestivo documentário da constituição e realizações do atual sistema estatístico, geográfico e censitário do país, e apreciações sobre vários aspectos em que se desdobra a sua atuação no plano municipal. Considerando o município como unidade territorial primária da coleta estatística, o Instituto expõe a solução dos dois problemas vitais que se lhe apresentaram no início das suas atividades, em Maio de 1936: a uniformização das pesquisas estatísticas e coordenação de resultados; criação e filiação ao Instituto dos serviços municipais de estatística para a coleta primária dos dados necessários aos levantamentos efetuados pelos Estados e pela União. Mostra as campanhas realizadas nos sentidos da valorização da vida municipal, tais como a sistematização do quadro territorial e o levantamento dos mapas municipais, o apoio e estímulo à criação de biblioteca, museu e arquivo em cada município e o levantamento das tábuas itinerárias. Ressalta, por fim, a importância concedida ao muni-

cípio na planificação dos trabalhos do Recenseamento Geral de 1940, especialmente prevendo a publicação dos resultados referentes a cada Unidade Federada com os desdobramentos em função da divisão municipal e distrital.

Foi decerto apreciando tudo isso que o II Congresso Inter-Americano de Municípios, num gesto cuja significação não deve passar despercebida e que nos deve ser particularmente grato, elegeu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para coordenar a estatística municipal panamericana, ficando determinado que a esse órgão devem se dirigir todas as municipalidades das Américas sobre o assunto.

Tal como aconteceu no Oitavo Congresso Americano e por ocasião da recente escolha do presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística, o sistema estatístico brasileiro vem de colocar o nosso país numa posição de destaque na vida política e cultural do continente.

PROFESSOR RAIMUNDO LOPES

Nesta cidade, faleceu a 8 de Setembro deste ano, o professor RAIMUNDO LOPES, etnólogo do Museu Nacional e cientista de reputada projeção na especialidade a que entusiasticamente se devotou e serviu com abundante e valioso cabedal de cultura, produto de longas, pacientes e criteriosas pesquisas locais, feitas em várias regiões do país.

O extinto que, sobre ser homem de ciência, era também poeta, jornalista, professor e crítico literário, vinha há cerca de trinta anos, de eruditos e pacientes trabalhos, enriquecendo a nossa cultura.

Havendo começado a exercer suas fecundas atividades intelectuais, apresentando trabalho de ficção, mesmo em contribuições dessa natureza encontravam, entretanto, os seus críticos, dentre os quais estrangeiros de renome, vez por outra, revelações de um espírito inclinado aos altos arroubos do pensamento e à agudeza das pesquisas científicas.

Um exemplo desse faceta do seu espírito aprimorado é o seu ensaio apreciativo da poesia americana de GONÇALVES DIAS, onde RAIMUNDO LOPES disse de início que a lira do poeta era um símbolo tão continental como a espada de BOLÍVAR, e sobre o qual D. LEOPOLDO RAMOS JIMENEZ declarou tratar-se de um trabalho de Sociologia e ao mesmo tempo de Geografia e de História, dada a agudeza e a propriedade dos conceitos emitidos pelo autor, ao analisar a

obra do nosso maior vate indianista e consagrado etnólogo.

Passada essa ligeira fase inicial, comum aliás, a quase todo aquele que se inicia nas letras, voltou-se RAIMUNDO LOPES DA CUNHA, — tal era o seu nome por extenso — a abordar assuntos mais sólidos, inscrevendo-se nesse rol o seu *O Torrão Maranhense*, obra editada em 1916 e que, ainda hoje, figura como um dos mais sérios, e completos estudos publicados sobre o Estado do Maranhão.

Nessa contribuição, ao lado do aspecto fisiográfico da região, o autor focaliza a vida, a formação humana e a Geografia regional e histórica, mostrando-se já naquela época, possuidor de seguros conhecimentos desse novo ramo de ciência geográfica a que se deu a denominação de Geografia Humana, ramo a que veio finalmente se especializar para ser um dos seus precursores no país, e cultor dos mais apaixonados e eruditos, sendo-lhe familiar, nesse sentido, todas as teorias esposadas pelos clássicos dessa difícil matéria que ele interpretava com segurança e brilhantismo.

Possuidor de acurado espírito crítico e de método rigorosamente científico para pesquisas, foi ainda esse cientista brasileiro, quem, no país, deu real importância aos estudos sobre as nossas cidades lacustres, ao realizar indagações sobre as palafitas. Logo no início da sua carreira etnológica, fez proveitosas escavações na estacaria do lago de

Viana, Município dêste mesmo nome, no Maranhão, logrando, então, recolher material de primeira ordem de que, posteriormente, se serviu para o prosseguimento dos utilísimos estudos que realizou acêrca dêsse assunto de tão acentuada relevância.

Não somente as conclusões evidenciadas nessas pesquisas, como também as que êle chegou quanto aos sabaquís do Turí, na ilha de São Luiz, valeram-lhe, a par de entusiásticos aplausos de incentivo e de apoio partidos de mestres dêsses pouco estudados assuntos, honroso convite para ocupar um cargo técnico no órgão especializado do país — O Museu Nacional.

Foi um etnógrafo dêsse porte que a morte veio surpreender ainda jovem e entregue ao mais proveitoso e erudito labor, pois estava êle realizando ultimamente um interessante programa científico na elaboração de oportunos estudos sôbre vários problemas brasileiros, contando-se entre estes, o mapa, ainda inédito, da distribuição dos índios na América do Sul e um livro, cujo título só era do conhecimento dos seus íntimos.

RAIMUNDO LOPES, ao lado dos afazeres de funcionário dos mais destacados do Museu Nacional, cuja soma de tarefas que executou alí, resultou em cuidadosos estudos etnográficos, exerceu também os seus labores científicos fora do âmbito de sua repartição. Comparecia assim, com frequência, nas colunas de jornais e de revistas técnicas firmando trabalhos científicos e ocupava, vez por outra, as salas de conferências para debater, também por êsse meio, com brilhantismo e conhecimento de causa, os assuntos de sua especialização, tendo, ao que parece, realizado a sua última palestra no salão de conferências do Ministério do Trabalho, onde, com proficiência e erudição, versou sôbre a divisão das zonas de alimentação do Brasil.

Outra contribuição recente do ilustre cientista maranhense foi o mapa etnográfico do país que figurou no nosso pavilhão na Exposição do Mundo Português, cuja confecção obedeceu à sua segura orientação.

Entre os trabalhos científicos de RAIMUNDO LOPES, além dos já citados, merecem referência o que diz respeito à sua descoberta das estearias (construções palafíticas) do Maranhão, os estudos sôbre os índios Urubús, as contribuições ao conhecimento da arte plumária e a obra *Entre a Amazônia e o*

Sertão (Boletim do Museu Nacional) e o Mapa fitogeográfico do Maranhão, ainda inédito.

O falecimento do abalizado cultor da nossa ciência etnográfica deu lugar a que vários órgãos científicos do país manifestassem o seu sentimento ressaltando a grande perda que representa para o Brasil o passamento do erudito naturalista que foi RAIMUNDO LOPES DA CUNHA.

Numa das reuniões da Academia Brasileira de Ciências, o Professor MELO LEITÃO após falar sôbre a personalidade e a obra do extinto pediu e obteve voto unânime de pesar.

Também o Sr. ANGIONE COSTA na reunião de 17 de Setembro último do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, salientou a importância dos trabalhos de etnografia indígena, feitos com honestidade e critério pelo etnólogo desaparecido, fazendo sentir que se tratava de um estudioso simples e modesto, cujo desaparecimento havia passado muito despercebido, sendo êle, no entanto, um dos primeiros a abrir caminhos em terreno científico ainda pouco desvendado no Brasil, propondo por isso que se inserisse na ata voto de intenso pesar, no que foi igualmente atendido unanimemente.

O naturalista RAIMUNDO LOPES DA CUNHA era natural do Estado do Maranhão, tendo nascido na cidade de Viana em 28 de Setembro de 1894. Foram seus pais o desembargador MANUEL LOPES DA CUNHA que também exerceu o cargo de governador daquele Estado, e D. MARIA DE JESÚS LOPES DA CUNHA.

Vindo residir nesta capital, ingressou, em 1924, como contratado do Museu Nacional tendo, depois, de obter aprovação num concurso que alí fez, conquistado a regência da cadeira de Antropologia. Em Dezembro de 1938 foi nomeado naturalista letra K da mesma repartição. Em Abril ainda dêste ano obteve promoção por merecimento.

Era o extinto, membro do Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, professor vitalício do Liceu Maranhense, membro da Academia Maranhense de Letras e de outros órgãos culturais do país.

Deixou viúva D. GRAZIELA COSTA LOPES DA CUNHA e duas filhas menores — MARIA CECÍLIA, de 9 anos e IARA GRAZIELA, de 7.

ENG.º AGRÔNOMO EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE

Com o recente falecimento do Sr. EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE, ocorrido na capital paulista a 1 de Dezembro do ano em curso, perdeu o Brasil o seu mais reputado técnico em assuntos florestais.

Devotado inteiramente aos assuntos agronômicos, durante a sua laboriosa atuação profissional escreveu e realizou notável obra de grande alcance cultural e econômico.

Foi êle iniciador do nosso reflorestamento, causa pela qual se bateu arrojadamente sendo de sua iniciativa a criação do Horto Florestal de Rio Claro e a plantação de várias espécies de eucalipto ao longo da via férrea da Comp. Paulista de Estradas de Ferro. Essa última iniciativa despertou acres censuras de outras pessoas entendidas no assunto, entretanto, alguns anos depois os grandes resultados econômicos auferidos por aquela empresa e outros benefícios decorrentes vieram consagrar o ilustre agrônomo como sendo o nosso maior técnico no assunto.

A convite do governo, exerceu funções administrativas em São Paulo e na União, tendo sido diretor geral do Ministério da Agricultura na gestão do Sr. JUAREZ TÁVORA e secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, realizando no exercício dessas funções uma obra de largo alcance.

Fez várias viagens de estudo ao exterior, percorrendo a África e a Ásia, e com os resultados de suas observações,

deu ao país não só êsse monumento que é a floresta de eucalipto de São Paulo, como pôde salvar a riqueza cafeeira pelo combate à broca.

O Sr. EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE exercia, ao falecer, a chefia do Serviço Florestal da Companhia Paulista. A sua extensa e útil bibliografia encerra 47 valiosas contribuições fitogeográficas, sem contar o avultado número de artigos divulgados através de jornais e revistas técnicas. Muitas dessas obras foram editadas no estrangeiro o que vem mais ainda comprovar o valor técnico do seu autor que logrou dessa maneira projetar o seu nome e o do Brasil além das nossas raias fronteiriças. Não julgando ainda bastante para a nossa cultura botânica as obras de sua autoria, o Sr. NAVARRO DE ANDRADE traduziu para o nosso idioma muitas outras contribuições de autores estrangeiros.

Em outro local desta REVISTA publicamos ligeira nota sobre o seu último trabalho, produto de longos anos de esforços, observações e pesquisas, denominado: *Contribuição para o Estudo da Flora Florestal Paulista — Vocabulário de nomes vulgares.*

O governo e a sociedade de São Paulo prestaram significativas homenagens à memória de NAVARRO DE ANDRADE, por ocasião do seu sepultamento.

Instituições culturais de todo país e associações de classe prestaram, igualmente, merecidas homenagens à sua memória.

J. BARBOSA DE FARIA

Nesta capital, onde residia ultimamente, faleceu na primeira quinzena de Agosto deste ano, JOÃO BARBOSA DE FARIA, colaborador da Comissão Rondon e membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e do antigo Centro de Letras que deu origem à atual Academia Matogrossense de Letras.

O seu nome não figurou nem mesmo discretamente no noticiário da imprensa, entretanto, na sua vida e na sua obra, quase anônimas, encontram-se exemplos que o tornam digno da admiração por quantos se dediquem aos estudos etnográficos brasileiros, se bem não fôsse êle um etnógrafo tomada essa expressão no seu lato sentido, mas um devotado autodidata com natural vocação para realizar estudos dessa natureza.

Filho de família modesta, BARBOSA DE FARIA, cursou suas primeiras letras

em colégios cuiabanos, ingressando como aprendiz de tipógrafo nas oficinas de um jornal local logo após terminou o seu curso primário. Com o produto pecuniário auferido por essa humilde ocupação, matriculou-se mais tarde na Faculdade de Medicina não havendo, todavia, concluído o seu curso em vista de haver atendido ao convite que lhe dirigiu o então Major CÂNDIDO RONDON para assumir a direção do Posto Indígena de Teresa Cristina, no Alto São Lourenço, zona essa habitada pelos índios Bororos.

Misto de médico, catequista e estudioso, a sua ação funcional no extinto Serviço de Proteção aos Índios, mercê dessas qualidades, foi a de um verdadeiro dedicado pela cruzada civilizadora dos indígenas — “os seus amigos da colônia” como paternalmente os denominava BARBOSA DE FARIA.

São de VIRGÍLIO CORREIA FILHO, seu coestadano as seguintes expressões sobre a personalidade do extinto. Essas expressões de um seu contemporâneo valem como oportuno testemunho:

"Autodidata, porém, e sempre atazanado por exigências orçamentárias, não lhe sobrava ensêjo de disciplinar o espírito em firme doutrina e método, que lhe sistematizasse as investigações incessantes.

Ainda assim, deve ser considerável o resultado dos estudos, a que submeteu os moradores entregues ao seu governo.

Diligenciou primeiramente compreender-lhe o idioma, que chegou de falar correntemente. E na linguagem própria, ser-lhe-ia mais fácil entender-lhes as lendas e tradições, as credências, as idéias e sentimentos.

Não obstante conhecido o vocabulário que lhes é familiar, através das obras do Pe. COBALCHINI e do professor BASÍLIO DE MAGALHÃES, que teve ao seu dispor alguns representantes genuínos daquela tribo, BARBOSA DE FARIA também elaborou o que ouvia diariamente dos seus "amigos da colônia".

Como tais os tratava, e quando necessário, lhes curava as moléstias, valendo-se do que aprendera na Faculdade de Medicina.

Destarte, não lhe fôra difícil grangear a confiança e estima daqueles índios, que sabem mostrar-se amigos dos seus benfeitores.

Não lhe permitiram, porém, as conveniências da "Comissão" que permanecesse por maior temporada às margens do São Lourenço. Outras tabas também mereciam o estudo de quem se mostrava capaz de enveredar pela linguística indígena, em busca de desvendar-lhe os mistérios.

Assim foi que se aproximou dos Parecís, com quem falaria no próprio linguajar, para lhes indagar a história transmitida oralmente, dos Nhambiquaras, logo após a pacificação dos Guaicurús, mais influenciados pela civilização, e de tantas tribus, com as quais conviveu mais ou menos longamente.

Era, afinal, BARBOSA DE FARIA o etnógrafo andante, que ia, de continuo, avolumando os vocabulários, e alguma vez a gramática da linguagem indígena.

Nos arquivos da Comissão, para cuja nomeada trabalhava abnegadamente, conservam-se inéditos 17 vocabulários, colhidos em diversas tribus, além de duas monografias de maiores proporções, *Esbôço gramatical da língua Bororo (Boenadaro)* e *Estudos Parecís (Esbôço gramatical — Vocabulário — Lendas — Cantigas e poemas)*, de que dá notícia o General RONDON, pela REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, e a memória sobre os habitantes do vale do Trombetas, levada ao IX Congresso de Geografia, reunido em Florianópolis, em Setembro último.

Volumosa, pois, a obra inédita de BARBOSA DE FARIA, no tocante à etnografia, que estudou na própria fonte, ninguém poderá depreciar-lhe a qualidade, antes que venha a lume".

J. BARBOSA DE FARIA era natural de Cuiabá, onde nasceu a 20 de Fevereiro de 1878. Foram seus pais CARLOS BARBOSA DE FARIA e D. TERESA DE FARIA.

Além dos trabalhos antes citados o extinto deixou *Limites Orientais de Mato Grosso* divulgado em um dos números da *Revista do Instituto Histórico* da sua terra natal.

GENÉSIO PIMENTEL BARBOSA ÚLTIMA VÍTIMA DOS ÍNDIOS CHAVANTES

Na região do rio das Mortes, no Estado de Goiaz, onde se encontrava dirigindo uma expedição do Serviço de Protecção aos Índios, faleceu no mês de Outubro dêste ano, em circunstâncias dramáticas, o Sr. GENÉSIO PIMENTEL BARBOSA, dedicado colaborador da obra de catequese dos nossos selvícolas.

Era o extinto membro de tradicional família do Estado de Minas Gerais, onde nasceu, no município de Paracatú, em 1883.

Segundo notas fornecidas pelo Capitão ANTÔNIO MARTINS VIANA ESTIGAR-

RÍBIA, chefe de uma das secções do S.P.f., podemos dar aos nossos leitores informações sobre a personalidade do esforçado sertanista, bem como detalhes sobre o lamentável acontecimento que o vitimou.

GENÉSIO PIMENTEL BARBOSA ingressou naquele Serviço em 1911, como auxiliar de uma comissão que foi naquele ano fundar no Piauí um centro agrícola para localização de trabalhadores nacionais.

Em 1921 foi designado para ajudante dos trabalhos da Inspetoria

do Serviço de Proteção aos Índios no Estado de Mato Grosso, onde trabalhou até 1928. Teve ali ocasião de executar com inteira satisfação dos seus chefes, entre outros trabalhos, a medição e demarcação de diversas glebas de terras pertencentes a tribus Caiuás, e estudos da estrada de rodagem da estação de Guaicurús dos campos dos Índios Cadiueus, através da serra da Bodoquena. Auxiliou também os trabalhos de exploração da rodovia de Campo Grande a Ponta Porã e os respectivos trabalhos de construção.

Depois veio para o Rio, em trabalhos técnicos de escritório, na sede do Serviço de Proteção aos Índios. Em consequência da revolução de 1930, foi dispensado. Mais tarde foi readmitido a trabalhar no Ministério da Guerra, onde esteve até 1940. Reorganizado nesse ano o Serviço de Proteção aos Índios, êle, que como todos os que se integraram no espírito desse Serviço e não vêem no mesmo um simples ganha pão, mas devotada missão nacional e humana a executar, solicitou a sua volta. Essa solicitação foi recebida com o maior agrado pelo General RONDON e Coronel VICENTE VASCONCELOS dirigentes dos trabalhos de proteção aos índios no Brasil.

Como surgissem dificuldades administrativas à efetuação da transferência, PIMENTEL, sequioso de retornar a sua atividade característica no sertão, exonerou-se do lugar efetivo que ocupava no Ministério da Guerra, para poder ser admitido no Serviço de Proteção aos Índios, perdendo tempo de serviço e as garantias do funcionalismo público. Essa resolução êle tomou espontaneamente, apesar dos conselhos em contrário dos seus amigos. No Serviço de Proteção aos Índios todos desejavam o seu regresso, mas não mediante semelhante sacrifício, pois a função que aí vinha exercer era, pela organização transitória do mesmo Serviço, acidental e sem as garantias do funcionalismo público, que perderia se desistisse da sua colocação no Ministério da Guerra. Sem falar nos riscos e perigos que os serventários do S.P.Í. correm diariamente no sertão. ●

GENÉSIO PIMENTEL, com a sua costumeira decisão, desistiu de tudo, organizou a sua turma e vencendo mil obstáculos, internou-se nas selvas do rio das Mortes, setor do S.P.Í. que lhe fora designado. A sua correspondência com a Diretoria nesta capital, denota a sua grande preocupação por todos os problemas a resolver no sertão, a seu cargo, sugerindo as melhores providências

para a solução adequada. A propósito dessa correspondência deve-se assinalar que além de sertanista de mérito, PIMENTEL, era ótimo escritor.

Poucos dias antes do seu sacrifício, do próprio acampamento em que foi morto, mandou êle o seu último comunicado, cheio de entusiasmo e esperanças. Executava então com imensa precaução e cuidados o reconhecimento da posição dos aldeamentos dos Chavantes para baseiar o seu plano de atração, pelos métodos do S.P.Í..

Para ajudá-lo em tais reconhecimentos valia-se da subtileza e habilidade de três índios Cherentes que, como se sabe, pertencem ao mesmo tronco dos Chavantes e falam a mesma língua, o que aliás foi confirmado em um desses reconhecimentos.

O maior cuidado e preocupação de PIMENTEL era que os seus trabalhos se fizessem sem o sacrifício de nenhum Chavante.

Quem quer que vá espontaneamente ao encontro do índio, que o não chamou e está tranquilo em sua terra, para atraí-lo a uma amizade em que o dito índio tem motivos para não acreditar, deve conter com a repulsa do selvícola; e seria injusto e monstruoso que por essa justa e esperada repulsa se matasse o pobre selvícola.

Ê desse raciocínio lógico e humano que decorre a divisa do S.P.Í. — “Morrer se necessário for, matar nunca”.

Aos seus subordinados fazia PIMENTEL preleções diárias sobre seus deveres e atitudes em face dos índios e com essa preocupação absorvente, chegou mesmo a trancar tôdas as armas de fôgo, guardando consigo as chaves.

Os índios Cherentes em um dos reconhecimentos aproximaram-se tanto de uma aldeia Chavante que perceberam palavras e verificaram que eram de sua própria língua. Animados falaram aos Chavantes, convidando-os a vir ao Acampamento de PIMENTEL receber brindes e estabelecer contacto amistoso. Os Chavantes assim convidados nada responderam, mas não atacaram os visitantes. Sabedor dessa ocorrência, com que aliás não contava assim tão rapidamente e que de alguma sorte precipitava os trabalhos, e os métodos usuais da atração de índios, sempre demorada, GENÉSIO, preparou-se para receber a visita dos índios, caso atendessem ao convite dos Cherentes, não ignorando certamente o perigo a

que se expunha. Sabe-se que êle foi encontrado morto, na picada, próxima ao seu acampamento, desarmado e com as duas mãos cheias de brindes. Presume-se logicamente que, tendo visto índios na picada, cautelosos em se aproximar, temendo ser recebidos a tiros, PIMENTEL, acompanhado dos seus três companhei-

ros de sacrifício, marchou ao encontro deles carregado de brindes e sem armas. Foram recebidos a "bordunas", porque os Chavantes estavam sequiosos de vingança contra os "Branços" pelos muitos morticínios covardes que contra êles, Chavantes, vão ali praticar, dois dos quais muito recentes.

PROFESSOR GIOVANNI DE AGOSTINI

Informação telegráfica procedente de Milão, Itália, e publicada na imprensa desta capital do dia 25 de Novembro, e datada de 24 dêsse mês trouxe-nos a infausta notícia do falecimento naquela cidade do distinguido geógrafo e cartógrafo italiano professor GIOVANNI DE AGOSTINI.

O ilustre profissional que ao falecer contava a idade de 78 anos, além das suas eficientes atividades técnicas exerceu a cátedra por longo espaço de tempo, tendo sido ainda fundador e instalador da importante organização técnica especializada conhecida em todo mundo pelo nome de "Instituto Geográfico De Agostini".

A infausta notícia do desaparecimento do grande geógrafo e cartógrafo italiano repercutiu mundialmente, dado o seu merecido conceito profissional. Na sua pátria era êle apontado como figura marcante no âmbito em que se especializou, tendo para isso concorrido a sua impressionante fôlha de bons serviços. Fora dela não era também menor a sua projeção, em face da natureza dos trabalhos que executou e dirigiu, muitos dos quais possuem caráter internacional.

A 26 de Fevereiro de 1915 era o professor DE AGOSTINI eleito membro de honra da Real Sociedade Geográfica Italiana, homenagem essa tributada em reconhecimento ao seu valor técnico e profissional como poderá ser inferido dos termos da apreciação da proposta então apresentada pelo engenheiro NOVARESSE: "Desde cêrca de 20 anos, com firme fé e indomável perseverança, sem esmorecer diante de dificuldades sempre crescentes, um homem tomou a si um dos mais árduos empreendimentos e garantindo-se o auxílio e a cooperação de preciosos elementos que o tempo tinha vindo preparando, conseguiu produzir a maior série, até agora publicada na Itália, de mapas geográficos originais, quer para uso comum quer didático, nos quais os motivos científicos e os artísticos nunca são sacrificados a exigên-

cias de outra ordem, com o resultado feliz de incentivar no público o interesse pelas disciplinas geográficas e ao mesmo tempo grangear suas simpatias.

Para comprovar quanto seja apreciada a notável contribuição que êle trouxe ao incremento da cultura nacional, lutando com rara constância contra inúmeros obstáculos, a Real Sociedade de Geografia o inscreve entre os seus Membros de Honra".

Durante a sua vida laboriosa o professor GIOVANNI DE AGOSTINI executou cêrca de 150 valiosas contribuições entre publicações e mapas, sendo alguns dêsses feitos com a colaboração de outros cartógrafos eminentes. Dentre êsses trabalhos destacam-se os populares atlas de bôlso (*Calendário Atlante Tascabile De Agostini*) que, desde 1902, não deixaram de aparecer anualmente e que tiveram grande difusão.

Outro trabalho que êle legou aos estudiosos da geografia foi o chamado Atlas Metódico no qual usou sistematicamente o Mapa Físico na representação geográfica.

Entretanto, a obra de maior relêvo do ilustre técnico foi a que êle idealizou e dirigiu no Instituto que tem o seu nome — o Mapa da Itália na escala de 1:250.000, publicado de colaboração com o Touring Club Italiano; trabalho que se desdobra em 59 fôlhas acompanhado de completa lista de nomes geográficos.

Na *Revista do Touring Club Italiano*, de Fevereiro de 1906, encontramos outro depoimento firmado pelo Sr. LUIGI VITTORIO BERTARELLI no qual o grande cartógrafo era assim qualificado: "uma força pessoal que no seu Instituto fez transfusão da própria competência e, com firme querer e constância, soube dar ao País obras científicas de grande valor", — referindo-se ao Instituto Geográfico, acrescentava: "em poucos anos, sem apoio do Governo ou de pessoas, tão somente com a fé e a competência de seu fundador e diretor, soube conquistar na Itália e no mundo uma posição verdadeiramente digna de destaque".

RAIMUNDO DE MORAIS

O Brasil, com o recente falecimento de RAIMUNDO DE MORAIS, ocorrido neste ano, perdeu uma das mais expressivas e curiosas figuras das suas boas letras.

Nos apontamentos biográficos do consagrado escritor paraense ultimamente desaparecido, vamos encontrar etapas movimentadas e cheias de nobreza, nas quais avultam traços marcantes de uma vida inteiramente consagrada ao trabalho árduo e aos estudos proveitosos.

Figura legítima de autodidata, RAIMUNDO DE MORAIS, aos 15 anos de idade, não podendo continuar os estudos, deixou a escola primária para ingressar como humilde empregado de um pequeno navio, dos muitos que trafegam as vias fluviais da Amazônia. Tinha ele ficado com a responsabilidade de manutenção da família — mãe e irmãos pequenos.

Nessa rude profissão demorou-se o fecundo escritor durante cerca de 30 anos. Semelhante escola de trabalho havia de influir, marcadamente, na sua formação de homem público e de escritor.

Alguns dos seus biógrafos atribuem a essa particularidade, a veemência e a rigidez dos argumentos por ele empregado nos debates em que se empenhava na defesa ou no esclarecimento dos assuntos amazônicos que teve nele o seu maior cultor.

Durante essas três dezenas de anos, MORAIS, ora como comandante, ora como prático de "gaiolas" (brasileirismo que designa os navios locais), percorreu todos os cursos fluviais da região, conseguindo mercê disso, vir a tornar-se arguto conhecedor dos problemas ligados ao "Rio Mar" e ao seu grande vale.

O gosto que tinha pelas letras inicialmente revelado através de tertúlias em centros literários e de trabalhos dispersos, publicados sob pseudônimos na imprensa, veio ainda mais acentuar-se com o ingresso do abalizado amazonista na antiga *Provincia do Pará*, jornal onde ele teve oportunidade de, ao lado de experimentados escritores, expoentes da cultura local, aprimorar melhor a sua inteligência privilegiada, ao tomar parte saliente nos debates, ali travados sobre problemas gerais.

Esse chamado "Grupo da Provincia" havia de exercer grande influência sobre o espírito de RAIMUNDO DE MORAIS, datando daí o seu primeiro trabalho *Traços a esmo*, plaquete com que se lançou no mundo das letras, a qual não figura na sua extensa e valiosa bibliografia. Assim poucos, talvez mesmo somente os íntimos do escritor, conhecem a primeira tentativa do antigo coman-

dante de "gaiolas" como ensaísta. É bem provável que ele, para evitar crítica severa, tivesse relegado as suas primícias literárias para o mesmo plano onde se abrigam os trabalhos e estudos que divulgou oculto sob vários pseudônimos.

Entre 1918 e 1922, quando deixou definitivamente a navegação, o seu nome ressurgiu nas colunas do *Estado do Pará* onde comparecia, vez por outra, firmando artigos vazados em bom estilo focalizando assuntos dos mais importantes. Nesses trabalhos, revelava MORAIS qualidades marcantes de grande escritor e polemista. Animado pelos aplausos com que eram recebidos os seus artigos, passou ele a confeccionar trabalhos de maior fôlego, utilizando para isso, o rico material que conseguira acumular durante as consecutivas viagens que realizou.

Enquanto no desempenho profissional, no ir e no vir consecutivamente, remontando e descendo os caudais amazônicos, RAIMUNDO DE MORAIS não perdeu nenhum detalhe do que viu e ouviu acerca da região. Anotou, juntou comentários, corrigiu, fez arguições, esclareceu dúvidas, pesquisou e leu todos os livros de autores nacionais e estrangeiros sobre aquela parte do país.

Conhecendo assim toda a bibliografia amazônica, por isso mesmo decidiu ele corrigir todas as afirmações apressadas que não lhe parecessem corresponder à verdade científica. São desse quilate as suas observações em *A margem do livro de Agassiz*.

As notáveis contribuições por ele deixadas sobre o rio e o vale amazônicos, observadas, meditadas e elaboradas mesmo naquele esplendente cenário, se enfileiraram, sem nenhuma dúvida, entre os documentos mais autorizados e merecedores de fé de quantos existem sobre o assunto.

Foi ele, inegavelmente, o mais perfeito e paciente pesquisador da região. Nada escapou à sua arguta observação e ao crivo de sua crítica severa. Os sucessivos igarapés, a grande estrada fluvial com seus afluentes, a flora, a fauna, a terra e o homem, passam em fortes traços pelas páginas dos seus livros. A par disso tudo, na obra de RAIMUNDO DE MORAIS estão presentes todas as particularidades amazônicas, desde os tipos humanos — os seringueiros e pescadores com os seus costumes típicos até as encantadoras lendas e superstições que traduzem a vida dramática e romântica da região.

RAIMUNDO DE MORAIS, nasceu em Belém, capital do Estado do Pará, a 15 de Setembro de 1875, cidade onde também veio a falecer.

PROFESSOR CONDE PAULO TELEKI

Em Budapeste, onde ocupava a cadeira de geografia da universidade local, veio a falecer, em 3 de Abril deste ano, o Conde PAULO TELEKI, autor de notáveis trabalhos sobre geomorfologia, geografia histórica, cartografia, geografia etnográfica e geografia econômica.

Dentre as obras deixadas pelo ilustre geógrafo húngaro mereceu destaque o seu *Atlas da História da Cartografia das ilhas do Japão*, a sua *Geografia da*

Hungria e as Bases geográficas da vida econômica, obra repetidamente citada por especialistas.

Também foi o extinto eminente homem público da sua pátria, tendo exercido os elevados cargos de Ministro de vários postos inclusive o dos Negócios Estrangeiros e o de Primeiro Ministro cargo que exercia ao falecer.

O Conde PAULO TELEKI nasceu em 1879.

CORONEL CLAUDE H. BIRDSEYE

No dia 30 de Maio do ano em curso, em Washington, faleceu, aos 63 anos de idade, o Coronel CLAUDE H. BIRDSEYE, animador, durante cerca de quarenta anos, dos trabalhos cartográficos do Serviço Geológico dos Estados Unidos.

A sua especialização era o de proceder a levantamentos cartográficos

pela fotografia aérea, método de que foi um dos pioneiros naquele país.

O saudoso cartógrafo representou os Estados Unidos da América do Norte, sua pátria, em numerosos congressos internacionais e foi, em 1939, presidente da Associação de Geógrafos Americanos.

CURSO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS NA CAPITAL BAIANA

O engenheiro AURÉLIO BRITO DE MENESES, professor de astronomia de campo e geodésia elementar da Escola Politécnica da Baía e consultor técnico do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia naquele Estado, acaba de instituir na cidade do Salvador um curso de coordenadas geográficas, de caráter técnico-prático, visando o preparo de profissionais especializados nesse assunto.

A iniciativa do professor BRITO DE MENESES contou, de início, com a colaboração e o apoio do Conselho Nacional de Geografia, através da sua Delegacia do Norte, sediada na capital baiana, sob a direção do engenheiro OSCAR CARRASCOSA bem como do govêrno daquele Estado.

O referido curso funcionará durante três meses, tendo sido solenemente inaugurado em 19 de Setembro último.

O programa organizado, abaixo transcrito, compreende noções de cos-

mografia, de trigonometria esférica, cálculos numéricos, noções sobre a teoria dos erros, instrumentos empregados na astronomia de campo, astronomia teórica e astronomia prática. Os alunos inscritos são engenheiros do Conselho Nacional de Geografia (Delegacia do Norte), da Diretoria dos Serviços Geográficos e Meteorológicos do Estado, do Departamento das Municipalidades, da Diretoria de Estradas de Rodagem, da Diretoria de Obras Públicas e Jardins, da Prefeitura da cidade do Salvador e oficiais da 6.^a Região Militar.

O curso de coordenadas funciona na Escola Politécnica, onde teve lugar naquele dia a instalação dos trabalhos, com a presença de altas autoridades e de técnicos baianos. Presidiu a solenidade o engenheiro JOAQUIM DA ROCHA MEDEIROS, presidente do Diretório Regional de Geografia local e secretário da Agricultura. Naquela ocasião usaram da palavras os engenheiros OSCAR CARRASCOSA e professor AURÉLIO BRITO

DE MENESES que falaram sobre a finalidade do ato, tendo, por fim, discursado o engenheiro JOAQUIM DA ROCHA MENDEIROS para afirmar o irrestrito apoio do Governo baiano à iniciativa.

Os profissionais inscritos no curso de coordenadas são:

VI Região Militar — Major HEITOR MENDES DA SILVA e Capitão JOAQUIM DE SANTANA MARQUES.

Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.) — Delegacia do Norte do Conselho Nacional de Geografia — engenheiro civil OSCAR DE SOUSA CARRASCOZA.

Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas: — engenheiro ANTÔNIO PEIXOTO.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria dos Serviços Geográficos e Meteorológicos: — engenheiros civis LAURO DE ANDRADE SAMPAIO (diretor), ALBERTO DE SÁ OLIVEIRA (engenheiro de 1.^a classe), MAGNO DOS SANTOS PEREIRA VALENTE (desenhista de 1.^a classe) e Sr. MÁRIO MARTINS DE OLIVEIRA (cartógrafo).

Secretaria do Interior e Justiça — Departamento das Municipalidades: engenheiros GERALDO ANTUNES DA SILVEIRA e XERXES LINS DE OLIVEIRA.

Secretaria de Viação e Obras Públicas — Diretorias de Estradas de Rodagem e Obras Públicas e Urbanismo — engenheiros JORGE OLIVIERI DE SOUSA E SILVA (engenheiro de 1.^a classe); MÁRIO DE SOUSA GOMES (engenheiro de 2.^a classe) e OSCAR CAETANO DA SILVA (engenheiro de 1.^a classe).

Prefeitura da Cidade do Salvador — Diretoria de Urbanismo e Cadastro — engenheiros QUINTINO FERREIRA STEINBACH (engenheiro de 1.^a classe) e LUCIANO PAMPLONA (auxiliar de engenharia).

Particulares — engenheiros OSVALDO VEIGA DA ARAÚJO e ALCEU ROBERTO HILTNER.

O programa organizado abrange os seguintes pontos:

I — NOÇÕES DE COSMOGRAFIA

1.^o Astros — Constelações — Classificação e nomenclatura estelar — Mapas — Globos — Catálogos — Esfera celeste: Local aparente — Local verdadeiro — Esfera estrelada — Esfera universal — Estudo da geometria celeste

— Planos, linhas e pontos da esfera celeste e da terrestre.

2.^o Coordenadas astronômicas e geográficas — Triângulo de posição entre os diversos elementos de um triângulo astronômico — Efemérides astronômicas — Anuários.

II — NOÇÕES DE TRIGONOMETRIA ESFÉRICA

3.^o Fórmulas fundamentais — Fórmulas dos cinco elementos — Fórmulas das analogias dos senos — Fórmulas dos quatro elementos.

4.^o Fórmulas de Borda — Fórmulas de DELAMBRE e GAUSS — Fórmulas de NEPPER.

III — CÁLCULOS NUMÉRICOS

Várias unidades adotadas na prática astronômica.

5.^o Logaritmos ordinários — Logaritmos de GAUSS — Fórmulas logarítmicas — Número de decimais a empregar nos cálculos logarítmicos — Cálculos aproximados.

6.^o Interpolação: caso dos logaritmos — Caso das efemérides astronômicas.

IV — NOÇÕES SOBRE A TEORIA DOS ERROS

7.^o Erros sistemáticos — Erros acidentais — Faltas — Erro absoluto — Erro relativo — Erro médio aritmético — Erro médio quadrático — Erro provável — Precisão das medidas — Pêso das observações.

V — INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA ASTRONOMIA DE CAMPO

8.^o Teodolitos: Retificações — Determinação das constantes — Erros na distância zenital e no azimute.

9.^o Termômetros — Barômetros e Aneróides.

10.^o Cronômetros: Estudo do seu funcionamento — Estado — Marcha — Comparações — Método das coincidências acústicas — Outros métodos — Cronógrafos — Representação gráfica das variações do estado e da marcha.

11.^o Receptor hertziano: Sinais horários — Cálculo do estado e da marcha — Hora reduzida.

VI — ASTRONOMIA TEÓRICA

12.º) Movimento diurno: Variações dos elementos astronômicos — Velocidades em distância zenital e em azimute — Nascer e ocaso dos astros.

13.º) Culminações — Elongações — Passagens — Curva do movimento diurno de um astro.

14.º) Medida do tempo: Tempo sideral — Tempo solar verdadeiro — Tempo médio — Tempo civil — Tempo legal — Conversões.

15.º) Refrações: Refração média ou normal — Refração total — Refração horizontal — Tábuas de refração — Refração geodésica.

16.º) Paralaxes: — Paralaxe horizontal — Paralaxe em altura.

VII — ASTRONOMIA PRÁTICA

17.º) Determinação dos elementos geográficos: Valores grosseiros — Valores aproximados — Valores exatos — Momentos favoráveis às observações.

18.º) Determinação simultânea do azimute e da latitude.

19.º) Determinação do azimute pelas elongações — Determinação pelo método das posições absolutas — Método das alturas correspondentes.

20.º) Determinação da latitude pelas culminações — Determinações do zênite instrumental — Método de STERNCK — Preparo de pares.

21.º) Determinação da latitude pelas circum-meridianas.

22.º) Determinação da hora pelas posições absolutas de estrelas e do sol.

23.º) Determinação da hora pelas alturas iguais: Método de ZINGER — CATÁLOGO de pares — Método das alturas correspondentes.

24.º) Determinação do azimute pelas alturas iguais — Catálogo de pares.

25.º) Determinação da latitude pelas alturas iguais — Predição gráfica.

26.º) Determinação simultânea da latitude e da hora.

27.º) Determinação da longitude: métodos hertzianos — Método telegráfico — Método cronométrico.

28.º) — Organização de uma expedição astronômica — Pessoal — Material — Programa das observações — Escolha de métodos — Relatório.

ATUAÇÃO TÉCNICA DO PROFESSOR ALÍRIO DE MATOS NA BAÍA

Esteve na capital baiana em fins do mês de Novembro findo, o professor ALÍRIO DE MATOS, lente da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil e membro da Comissão da Carta Geral do país, onde dirige a parte referente ao levantamento das coordenadas das sedes municipais.

O principal objetivo que levou àquela cidade o distinguido técnico do Conselho Nacional de Geografia foi o de estabelecer entendimentos com o professor AURÉLIO DE MENESES, diretor de um curso de aperfeiçoamento de profissionais para determinação de coordenadas, no sentido de que fôsem adotadas na prática dêsse curso as mesmas normas seguidas e recomendadas pelo C.N.G..

Outro propósito visado pelo professor ALÍRIO DE MATOS, ao empreender a referida viagem, era o de interessar, determinados profissionais baianos na

campanha sob sua direção, de maneira que êsses pudessem auxiliar imediatamente os trabalhos em andamento.

O primeiro dêsses objetivos foi plenamente atingido em face do elevado espírito de colaboração do professor AURÉLIO DE MENESES, cujos designios, nesse particular, coincidiam com o ponto de vista esposado pela diretoria do C.N.G..

Quanto ao segundo objetivo não pôde o chefe da campanha das coordenadas concluir, no momento, os necessários entendimentos em face de se achar em início aquele curso que já congrega em seu seio a maioria dos elementos por êle visados, sendo no entanto adotadas as primeiras providências para que dentro em breve fiquem conduzidas as demarches sôbre o assunto.

Dando um cunho prático à sua pequena permanência na cidade do Sal-

vador, o professor ALÍRIO DE MATOS iniciou, acompanhado de profissionais, a determinação da coordenada de um ponto próximo ao Monte Serrat daquela capital, tendo feito observações durante dois dias, devendo os alunos do curso fazerem determinações no mesmo local.

Aproveitando a visita do reputado especialista, os técnicos e os estudantes baianos convidaram o professor ALÍRIO para realizar conferências sobre o assunto de sua especialização, no que foram atendidos.

A primeira dessas palestras foi levada a efeito na Escola Politécnica tendo o orador dissertado sobre a determinação da altitude do Pico da Bandeira. A segunda, realizada a pedido da Di-

retoria da Escola, teve como tema a campanha de coordenação geográfica empreendida pelo C.N.G..

O professor ALÍRIO DE MATOS, durante sua estada ali, foi fidalgamente homenageado não somente pelo governo estadual e pelos órgãos locais que integram o sistema estatístico-geográfico do país, mas ainda por parte dos professores e demais ilustres membros de sua classe e estudantes.

Conduzido pelo engenheiro OSCAR CARRASCOSA, Delegado do C.N.G. no Norte o animador e orientador da Campanha das Coordenadas esteve em visita às principais instituições culturais e técnicas da Baía, tendo também feito visitas de cortesia ao Sr. Interventor Federal e secretários da Agricultura e da Viação.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

COORDENADAS DAS SEDES MUNICIPAIS LEVANTADAS PELO C. N. G.

LOCAL	Lat.	Long. W Gr.	Ponto — observador e época
AMAZONAS			
Carauari.....	4°52'47".5 S	66°53'33".6	M. IBGE — U. S. — Maio 940.
Manacapuru..	3°18'14".6 S	67°37'02".6	» » — defronte Prefeitura — U.S. — Janeiro 940.
BAÍA			
Lençóis.....	12°33'47".1 S	41°23'17".8	M. IBGE — No centro Pr. N. S. Conceição 30 m E. da Igreja. G. S. P. Junho 941.
Palmeiras.....	12°30'50".0 S	41°34'39".4	» » — 27 m N. grupo escolar—G. S. P. — Junho 941.
Riacho Santana	13°36'34".3 S	42°56'29".5	» » — Praça da Cadeia — P. M. S. — Outubro 940.
Rio Real.....	11°28'43".8 S	37°56'06".2	» » — Praça Eduardo Lopes — P. M. S. — Janeiro 941.
Santo Amaro.	12°32'45".6 S	38°42'41".1	» » — Praça Purificação — G. S. P. — Novembro 939.
Santa Maria..	13°23'50".2 S	44°11'55".5	» » — Praça do Fogo — P. M. S. — Outubro 940.
Santana.....	12°58'59".9 S	44°03'12".0	» » — Praça da Bandeira — P. M. S. — Outubro 940.
Uauá.....	9°50'29".8 S	39°28'58".0	» » — Praça São João — P. M. S. — Maio 940.
Urundi.....	14°46'11".0 S	42°39'23".4	» » — Na Pr. a 276 m. Igreja — P. M. S. — Outubro 940.
Valença.....	13°22'08".4 S	39°04'20".8	» » — Pr. defronte Prefeitura — G. S. P. — Abril 940.
CEARÁ			
Pedra Branca.	5°27'15".0 S	39°43'35".5	M. IBGE — A 46 m NE Igreja — H. B. — Dezembro 940.
Pereiro.....	6°02'45".9 S	38°27'48".4	» » — A 85 m E Matriz — H. B. — Fevereiro 940.
Quixeramobim	5°11'57".4 S	39°18'27".4	» » — A 165 m E Capela Senhor do Bonfim — H. B. — Dezembro 940.
Russas.....	4°56'24".2 S	37°58'14".4	» » — A 109 m NE Matriz — H. B. — Dezembro 940.
São Gonçalo..	3°36'24".3 S	38°58'31".9	» » — A 38 m defronte Matadouro — H. B. — Novembro 939.
São Mateus...	6°31'28".2 S	39°32'05".1	» » — A 38 m SW Matriz — H. B. — Agosto 940.
Santa Quitéria	4°19'44".5 S	40°10'11".8	» » — A 36 m SE Matriz — H. B. — Novembro 940.
Saboeiro.....	6°32'30".4 S	39°54'14".1	» » — A 35 m SE Matriz — H. B. — Agosto 940.
Santana.....	3°27'39".3 S	40°12'53".4	» » — Praça do Quadro — H. B. — Dezembro 939.
»	3°27'48".3 S	40°12'47".1	Tôrre direita Matriz — H. B. — Dezembro 939.
Tamboril.....	4°49'58".0 S	40°19'34".0	M. IBGE — Na Pr. a 122 m Igreja — H. B. — Outubro 940.
União.....	4°50'09".1 S	37°46'48".4	» » — H. B. — Novembro 940.
Várzea Alegre	6°47'14".1 S	39°17'52".3	» » — Pr. Santo Antônio defronte capela — H. B. — Agosto 940.
Viçosa.....	3°33'46".2 S	41°05'41".5	» » — 88 m NE Matriz, defronte à Prefeitura — H. B. — Setembro 940.

LOCAL	Lat.	Long. W Gr.	Ponto — observador e época
ESPÍRITO SANTO			
Araguaia.....	20°29'36".7 S	40°46'17".7	M. IBGE — A 43 m W Igreja — D. F. — Abril 941.
Água Branca.	18°58'58".8 S	40°44'46".6	» » — D. F. — Fevereiro 941.
GOIAZ			
Bonfim.....	16°39'25".8 S	48°36'15".9	M. IBGE — Pr. Getúlio Vargas — V. S. — Março 941.
Campo For- moso	17°01'58".1 S	48°17'56".1	» » — Pr. Getúlio Vargas — V. S. — Fevereiro 941.
Pires do Rio..	17°17'52".9 S	48°16'37".1	» » — Pr. defronte — Estação V. S. — Janeiro 941.
MINAS GERAIS			
Brasília.....	16°12'29".2 S	44°25'58".8	M. IBGE — D. R. S. — Março 941.
C. de Jesús...	16°41'10".0 S	36°52'00".1	» » — Colina de Lourdes — D. R. S. — Abril 941.
Peçanha.....	18°32'46".6 S	42°33'53".0	» » — D. R. S. — Dezembro 940.
Resplendor...	19°19'36".2 S	41°15'20".8	» » — A 258 m S Igreja — D. R. S. — Dezembro 939.
São Sebastião do Paraíso	20°54'48".4 S	46°59'36".2	Matriz — J. O. D. — D. G. M. G. — 940.
Santa Quitéria	19°45'34".6 S	44°18'45".0	» — " " " "
Salinas.....	16°10'18".7 S	42°17'32".5	M. IBGE — D. R. S. — Setembro 940.
Tupaciguara..	18°35'27".0 S	48°42'18".9	» » — defronte Igreja — D. R. S. — Abril 940.
Uberaba.....	19°45'27".0 S	47°55'37".9	» » — D. R. S. — Maio 940.
Virginópolis...	18°49'24".2 S	42°42'18".6	» » — Pr. República — D. R. S. — Fe- vereiro 941.
PARÁ			
Gurupá.....	1°24'10".4 S	51°38'45".0	M. IBGE — 54 m W Igreja — R. R. P. — Março 941.
Ourém.....	1°33'01".8 S	47°06'51".1	» » — Pr. P. Santo — a 143 m NE Igreja — R. R. P. — Agosto 940.
P. de Pedras..	1°23'36".4 S	48°52'14".5	» » — R. R. P. — Novembro 939.
Prainha.....	1°48'22".8 S	53°28'43".6	» » — 24 m SE Igreja — R. R. P. — Novembro 940.
Portel.....	1°56'14".6 S	50°49'25".8	» » — 16 m SW Igreja — R. R. P. — Maio 941.
Soure.....	0°43'40".5 S	48°31'02".0	» » — R. R. P. — Fevereiro 940.
Vigia.....	0°51'16".0 S	48°08'34".2	» » — R. R. P. — Junho 940.
Viseu.....	1°12'34".7 S	46°08'17".5	» » — 61 m SE Matriz — R. R. P. — Maio 940.
PARANÁ			
Imbituva.....	25°13'43".0 S	50°36'06".1	M. IBGE — A. C. M. — Maio 941.
Palmeira.....	25°25'02".1 S	49°59'57".5	» » — defronte Igreja — A. C. M. — Abril 941.
SANTA CATARINA			
Tijucas.....	27°14'33".0 S	48°37'53".6	M. IBGE — Pr. Nereu Ramos — V. P. — Março 941.
»	27°14'54".2 S	48°38'30".8	Tôrre Igreja N. S. Navegantes — V. P. — Março 941.
»	27°14'35".7 S	48°38'01".3	Tôrre Igreja Espírito Santo — V. P. — Março 941.

LOCAL	Lat.	Long. W Gr.	Ponto — observador e época
SÃO PAULO			
Colina.....	20°43'04".5 S	48°32'38".1	Meio da ponte A. Dias E. F. P. — J. O. Q.
Cunha.....	23°04'27".0 S	44°57'34".0	Na torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Duartina.....	22°24'51".1 S	49°24'16".6	Na torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Fatura.....	23°23'14".4 S	49°30'43".7	Torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Garça.....	22°12'55".8 S	49°39'04".0	Marco Prefeitura Municipal. — L. T.
Garganta "Água do Cedro" (Serra do Mar)	23°11'44".2 S	44°52'23".0	Pedra situada na "Garganta". — J. O. Q.
Gen. Salgado.	20°38'49".6 S	50°21'40".0	Marco próximo ao hotel. — L. T.
Guaira.....	20°19'03".7 S	48°18'48".0	Torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Guaraci.....	20°29'55".2 S	48°56'41".6	Torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Guaratinguetá	22°48'43".1 S	45°11'39".9	Marco na Praça Martim Afonso m. d. rio Paraíba. — J. O. Q.
Guareí.....	23°22'17".0 S	48°11'10".2	Portal da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Guarizinho.....	23°42'38".2 S	48°51'11".8	Cruz da Igreja Capela. — J. O. Q.
Ibitinga.....	21°45'23".1 S	48°49'08".1	Marco no pósto Expurgo de algodão — L. T.
Icém.....	20°20'27".7 S	49°11'53".9	Marco no Largo principal. — J. O. Q.
Itaberá.....	23°51'34".8 S	49°08'15".1	Torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Iepê.....	22°39'50".5 S	51°04'32".5	Marco no Grupo Escolar. — A. C.
Itaí.....	23°24'55".7 S	49°05'25".1	Cruz da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Itanhaen.....	24°11'01".4 S	46°47'19".3	Praça Carlos Botelho, na torre da Igreja Matriz. — J. O. Q.
Itapeva.....	23°58'53".2 S	48°52'37".0	Marco no páteo do Ginásio. — J. O. Q.
Itapetinga..	23°35'08".5 S	48°02'50".6	Portal entrada Escola Normal. — J. O. Q.
SERGIPE			
Boquim.....	11°08'52".1 S	37°37'17".7	M. IBGE — F. P. — Março 941.
Campos.....	11°11'20".1 S	38°00'30".3	> > — F. P. — Março 941.
Estância.....	11°16'09".8 S	37°26'16".3	> > — F. P. — Abril 941.
TERRITÓRIO DO ACRE			
Brasília.....	11°00'48".7 S	68°45'02".7	M. IBGE — U. S. — Março 941.

ERRATA: — A página 739 do número anterior desta REVISTA, a Longitude de Santa Teresa (Espírito Santo) deve ser modificada para: — 40° 36' 03".6 W Gr.

RESENHA DO SEMESTRE

A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA RATIFICA UMA RESOLUÇÃO ADOTADA NA ÚLTIMA ASSEMBLÉIA GERAL DO C.N.E.

A Secretaria da Presidência da República, em data de 29 de Setembro findo, endereçou a todos os ministérios e departamentos autônomos a seguinte portaria:

"O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, considerando a conveniência de dar a todos os trabalhos estatísticos nacionais uma coordenação constante e uniforme, e tendo em vista a sugestão que lhe foi submetida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, determinou-me enviasse a Vossa Excelência a anexa cópia da Resolução n.º 227, de 26 de Julho de 1941, dêsse Instituto, afim de que se digno

determinar, a respeito, as necessárias providências.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha consideração e distinto apreço. LUIZ VERGARA, Secretário da Presidência da República".

A Resolução a que se refere a circular transcrita contém um apêlo formulado pela IV Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, reunido em Julho último, nesta capital, formulado a todos os senhores Ministros e Secretários de Estado, bem como aos Departamentos, Institutos e Conselhos autônomos tanto federais como estaduais, no sentido de que encaminhem seus pedidos de informações estatísticas à Secretaria Geral do Instituto ou aos órgãos centrais do sistema estatístico brasileiro.

UNIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS METEOROLÓGICOS DO PAÍS

O Sr. Presidente da República, em data de 23 de Outubro do ano em curso, baixou o decreto-lei n.º 3.742 visando a unificação e a centralização dos serviços meteorológicos do país e estabelecimento de outras providências alusivas ao assunto.

Ao tomar conhecimento dos termos da lei antes citada, que se encontra inserida na secção competente desta REVISTA, o Diretório do Conselho Nacional de Geografia, em sua sessão realizada em 4 de Novembro findo, por proposta do seu secretário geral, Eng. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, decidiu que a casa apresentasse congratulações ao Sr. Presidente da República, pelas medidas adotadas.

O Sr. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transmitiu ao Sr. Presidente da República o seguinte telegrama:

"Rio — Honra-me comunicar que o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia dêste Instituto em sua reunião de ontem, aprovou um voto de congratulação com o Governo de V. Excia. pela recente assinatura da Lei que unifica os serviços meteorológicos do país. Ao debater o assunto o Diretório ressaltou a importância da medida governamental que permitirá o melhor aproveitamento do aparelhamento existente, sanando graves inconvenientes científicos e práticos decorrentes da diferença de métodos e horários na observação meteorológica.

Ao transmitir o voto dêste Diretório, esta presidência se associa ao justificado gozijo.

— JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

RECONHECIDOS OS CURSOS DO INSTITUTO SANTA ÚRSULA

O Senhor Presidente da República em data de 14 de Outubro findo baixou o Decreto que abaixo transcrevemos concedendo reconhecimento aos Cursos do Instituto Santa Úrsula, desta cidade:

"O Presidente da República resolve, nos termos do art. 23 do decreto-lei n.º 421, de 11 de Maio de 1938, conceder reconhecimento aos cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia, História e Didática, da Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula, com sede no Distrito Federal".

TRABALHOS TÉCNICOS EFETUADOS PELO MINISTÉRIO DA MARINHA EM 1940 E O PROGRAMA DOS TRABALHOS EM 1941

A secção hidrográfica da Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha efetuou, em 1940, vários levantamentos. Extraímos do seu último relatório as informações que se seguem, relativas a êsses serviços técnicos.

O navio "Rio Branco" teve como sua primeira comissão a incumbência de proceder ao levantamento das baías de Cabralia e Pôrto Seguro, para investigar o verdadeiro local da descoberta do Brasil. No desempenho daquela missão o "Rio Branco" estendeu uma triangulação por 16 milhas, cobrindo toda a região interessada, partindo de uma base de 210 metros, medida a trena e orientada por azimute de sol, tendo ainda determinado as coordenadas das referidas baías e feito observações magnéticas na ponta da Coroa Vermelha.

Ao todo, foram efetuadas, durante êsses serviços, 948 sondagens.

Na costa sul, o mesmo navio fez 13 determinações de altitude e procedeu a sondagens dos braços internos dos rios da baía de São Francisco, estendendo-se à Lagoa de Saguassú e ao canal de Joinville, cobrindo uma área de 17 milhas quadradas. Afora a execução dêsses trabalhos, coube ao navio "Rio Branco" conduzir os oficiais que foram desempenhar as comissões de representação no IX Congresso de Geografia, realizado em Florianópolis, e nas festas do bi-centenário da fundação de Pôrto Alegre.

Ao outro navio especializado — "Jaceguai", foi atribuído o encargo do levantamento da costa leste. Os trabalhos hidrográficos dêsse navio consistiram no levantamento do Rio Potengi, acima do pôrto de Natal, onde estendeu uma triangulação de 3 milhas.

Outro setor que executou valiosos trabalhos foi a Secção de Construção de Cartas que elaborou os ótimos trabalhos cartográficos seguintes: Pôrto de Aracajú, na escala de 1:20.000; Pôrto de Santos (nova edição), 1:32.208; do Rio de Janeiro à ilha de São Sebastião (nova edição), 1:290.961; Pôrto do Rio Grande (nova edição), 1:24.893; Mar Pequeno (De Iguape a Cananéia), na escala de 1:27.500; Baía de Sepetiba (nova edição), na escala de 1:50.000; Enseada de Pôrto Belo, na escala de 1:27.309; Pôrto de Angra dos Reis (nova edição), na escala de 1:20.000; além da carta de símbolos e abreviações usados nas cartas publicadas pela Marinha do Brasil.

As cartas de Aracajú e Rio Grande do Norte resultaram de um serviço de compilação das mais recentes informações; as do Rio de Janeiro à ilha de

São Sebastião, Baía de Sepetiba e Angra dos Reis, de levantamentos anteriores; a de Mar Pequeno, dos levantamentos em andamento e a de Pôrto Belo de um levantamento efetuado como parte prática dos alunos do curso de Navegação e Hidrografia. A carta de símbolos e abreviações veio substituir um folheto com o mesmo nome, substituição essa necessária devido às novas normas técnicas usadas para a impressão das cartas.

Durante este ano não tem sido menor a soma de trabalhos levados a efeito por aquele órgão especializado da nossa Marinha de Guerra. O programa de levantamento previsto para este ano é o seguinte: Trecho entre o Rio de Janeiro e o Cabo São Tomé, na escala de 1:100.000; Fundeadouro de Búzios, na escala de 1:10.000; Fundeadouro da cidade de Cabo Frio, na escala de 1:10.000; Trecho entre a barra de Arapira e a Ilha Grande dos Lobos, na escala de 1:100.000; Baía de Paranaguá, na escala de 1:25.000; Baía de Guaratiba, na escala de 1:20.000.

Quanto à construção de Cartas, o programa deste ano prescreve a publicação das seguintes: Enseadas de Estrela, Abraão e Palmas (nova edição), na escala de 1:20.000; Baías Cabralia e de Pôrto Seguro, na escala de 1:30.000; Canal de Itacurussá (nova edição), na escala de 1:20.000; Do Rio Doce ao Cabo de São Tomé, na escala de 1:296.500; Baía da Ilha Grande (parte Central) (nova edição), na escala de 1:40.000; Pôrto de São Francisco do Sul, na escala de 1:27.000; Baía de Ilha Grande (parte W) (nova edição), na escala de 1:50.000; Canal de acesso a Joinville, na escala de 1:27.000; Pôrto da Baía, na escala de 1:20.000; Enseada de Cabo Frio (nova edição), na escala de 1:20.000; Baías da Ilha Grande e Sepetiba (nova edição), na escala de 1:50.000; Da Ponta Cumuruxatiba ao Rio Doce, na escala de 1:301.039.

PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO EM VISITA A MACABÚ

Em viagem de estudos, estiveram em Agosto findo, em Conceição de Macabú, Estado do Rio de Janeiro, vários professores e as turmas dos quarto e quinto anos do curso de engenheiros eletrecistas da Escola Técnica do Exército.

O motivo determinante dessa excursão foi o de observar os trabalhos de construção da usina local, que fornecerá energia elétrica a todo o norte daquele Estado.

Após uma aula, na sala da Comissão Técnica, professores e alunos, acompanhados pelos major HÉLIO DE MACEDO

SOARES E SILVA, percorreram tôdas as grandes obras, compreendendo túnel, barragem, desmonte de morros etc.

Ainda a excursão estendeu-se à zona que será beneficiada pela usina, cuja inauguração está marcada para o próximo ano.

MAPA POLÍTICO DO BRASIL EM ALTO RELEVÔ

Vem de ser entregue à Escola de Estado Maior do Exército, um mapa político do Brasil, em alto relevô, de autoria do Professor ANTÔNIO M. FRANÇA, especialista em trabalhos cartográficos dessa natureza.

O trabalho referido é feito em massa lavável e inquebrável, de invenção do mencionado cartógrafo. O Coronel RENATO BATISTA NUNES, diretor daquela Escola, determinou que o trabalho do Professor FRANÇA fosse apostado na sala de conferência da E.E.M.E..

SERÁ ELABORADA UMA "GEOGRAFIA MÉDICO-MILITAR DO BRASIL"

O General SOUSA FERREIRA, diretor do Serviço de Saúde do Exército, designou, em 7 de Novembro findo, o Major médico ARNALDO NUNES DE CERQUEIRA, como presidente, e Capitães médicos JOSÉ MONTEIRO SAMPAIO e ORIOVALDO BENITEZ DE CARVALHO LIMA para, em comissão, colherem material e organizarem a "Geografia Médico-Militar do Brasil", contendo dados locais nosológicos, sanitários, hospitalares, fabris e de transportes.

PREPARATIVOS PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DE SOLOS BRASILEIROS

Os encargos principais de uma das secções do Instituto de Química Agrícola, Mineralogia e Gênese do Solo, do Ministério da Agricultura veem sendo, ultimamente, o de executar análises de perfis de solos colhidos por diversos órgãos daquele Ministério e pelos técnicos do Instituto nas várias regiões do país.

Noventa e cinco perfis foram examinados ou revistos em 1940, merecendo destaque pelo seu vulto os referentes à Fazenda Escola Florestal, rio São Francisco, Chapadão do Araxá; Estações Experimentais do Instituto de Experimentação Agrícola e mais 16 perfis de solos de cultura da erva mate. Em um total de 322 amostras, foram examinadas terras do Pará, Pernambuco, Baía, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Além dos perfis, foram realizadas análises

sumárias de terras a pedido de particulares, oferecendo-se um total de 3.000 determinações analíticas.

Ao lado do serviço analítico que desenvolvem cinco laboratórios, procedeu-se à classificação dos resultados obtidos. Cerca de 1.500 fichas constituem hoje no Instituto farto material de trabalho para fins científicos.

A grande coleção de amostras de solos de vários Estados do Brasil de que dispõe o Instituto, aliada à documentação analítica, poderá facilitar desde logo os preparativos para a criação do Museu de Solos Brasileiros.

SISTEMA BOTÂNICO DO MACIÇO DE CAPARAÓ

O Sr. A. C. BRADE, da Secção de Botânica do Serviço Florestal, por designação do diretor dêsse setor técnico-administrativo, realizou recentemente, uma excursão de estudos ao maciço de Caparaó, ponto culminante do Brasil, nas divisas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Foram escalados e explorados, sob o ponto de vista botânico, os pontos médios e os mais elevados da cadeia, inclusive o Pico da Bandeira.

Do resultado de suas pesquisas na região — ponto de partida para completos estudos da opulenta flora — acaba o Sr. BRADE de apresentar ao diretor do Serviço Florestal, interessante relatório. O material colhido vem aumentar a riqueza das coleções do Jardim Botânico, em nada menos de 107 exemplares vivos, representando 10 famílias e 50 espécies, os quais chegaram em boas condições aos viveiros do estabelecimento — enquanto que o material para herbário compreende 794 exemplares, num total de 59 famílias e 259 espécies.

Além de outras observações de maior interesse no campo da botânica, o biólogo A. C. BRADE tem em estudos algumas espécies novas, inclusive uma do gênero *Berberis*.

MAPA ALGODOEIRO DO BRASIL

O Serviço de Economia Rural está organizando, através da sua secção de pesquisas econômicas, o mapa algodoeiro do Brasil.

O grande acervo de material reunido pelos técnicos encarregados dessa tão relevante quanto importante tarefa bem como a autoridade do órgão a quem foi ela confiada autorizam que se antecipe tratar-se de uma valiosa contribuição para a nossa geografia econômica.

ESTÃO SENDO ESTUDADAS AS QUEDAS D'ÁGUA DO NORTE DE GOIAZ

Viajou, em Agosto último com destinos a Goiaz o Engenheiro SOUSA LEÃO, do Ministério da Agricultura o qual estudará as quedas d'água da região Norte daquele Estado visando ao aproveitamento das mesmas na exploração das minas de níquel existentes em São José do Tocantins.

CRIADAS MAIS DUAS SECÇÕES NO DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

O Eng. BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, em data de 16 de Agosto dêsse ano baixou uma portaria criando mais duas secções na Divisão de Administração daquele Departamento.

As atribuições dêsses novos setores do D. G. mineiro, segundo os termos da referida portaria, estão assim definidos:

I

“A Divisão de Administração, diretamente subordinada ao diretor do Departamento, terá os seus serviços administrativos distribuídos a duas secções, que ficam criadas nesta data, com as seguintes denominações:

- a) 1.^a secção
- b) 2.^a secção

II

A 1.^a secção incumbem-se do expediente sobre pessoal e contabilidade bem como do controle do Almoxarifado e de processos que devam transitar pelas subdivisões que lhe estão afetas.

Será dirigida por um chefe de secção, designado para êsse fim.

III

A 2.^a secção, a cargo de um chefe de secção, ficará encarregada dos serviços relativos à Secretaria do Diretório Regional de Geografia, compreendendo biblioteca, mapoteca, intercâmbio de publicações, expediente, etc., bem como do Arquivo Geral, em organização, do Departamento.

IV

Até deliberação ulterior, correrá pelo Serviço de Comunicações da Secretaria da Viação e Obras Públicas o expediente relativo a registo, expedição e recepção da correspondência dêsse Departamento, conforme entendimento havido a respeito”.

DEMARCAÇÃO DA LINHA DIVISÓRIA DOS LIMITES ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MINAS GERAIS

Estão já bem adiantados os serviços demarcatórios das linhas de limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Visando o prosseguimento dessas tarefas o Comandante AMARAL PEIXOTO, em 25 de Outubro findo, autorizou em despacho fôsse entregue ao assistente da Carta Geográfica do primeiro daqueles Estados, um adiantamento destinado a atender às despesas para o prosseguimento daqueles serviços.

INTERPRETAÇÃO DE LINHAS DIVISÓRIAS DE VÁRIOS MUNICÍPIOS PARAENSES

O Senhor Interventor Federal no Estado do Pará baixou, em data de 20 de Agosto último, o decreto que tomou o n.º 3.855, interpretando as linhas divisórias entre os municípios de Mocajuba e de Barão com o de Mojú; entre os municípios de Barão e de Oeiras; e entre os municípios de Oeiras e de Portel.

RATIFICAÇÃO DOS TRABALHOS DE VERIFICAÇÃO DA DIVISA DOS ESTADOS DE AMAZONAS-MATO GROSSO, NO RIO ARIPUANÃ

A 25 de Novembro do ano de 1940, no Contencioso Fiscal da Fazenda Pública do Estado de Amazonas, foi assinado, o termo de ratificação dos trabalhos de verificação da divisa dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, no rio Aripuanã, mediante as condições estipuladas naquele documento, publicada no *Diário Oficial* do primeiro desses Estados, em 27 de Agosto de 1941.

Firmaram o termo referido os Srs. JOÃO HURASCAR DE FIGUEIREDO e JOAQUIM CESÁRIO DA SILVA, o primeiro pelo Estado do Amazonas, e o segundo pelo de Mato Grosso.

SUGERIDA A MUDANÇA DE NOMES ESTRANGEIROS DAS LOCALIDADES RIOGRANDENSES DO SUL

Em reunião realizada no mês de Agosto, presidida pelo Senhor ATALIBA PAZ, secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, o Major OSMAN PLAISANT, presidente da Comissão Revisora da divisão Territorial, depois de tecer considerações sobre a execução da tarefa confiada a essa Comissão, sugeriu a mudança dos nomes estrangeiros das localidades do Estado.

Justificando a medida lembrada, o Major PLAISANT destacou a obra de nacionalização que vem sendo levada a efeito no país.

TERMINOLOGIA GEOGRÁFICA DE SANTA CATARINA

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, dando cumprimento à Resolução adotada pela IV Sessão da Assembléia Geral do C.N.G., ultimamente reunida, resolveu nomear uma comissão especial para estudar e definir a terminologia geográfica daquele Estado.

A Comissão nomeada é composta dos Srs. Desembargadores HENRIQUE DA SILVA FONTES, Prof. JOSÉ WÖRKEN, VIRGÍLIO GUALBERTO, OSVALDO CABRAL e HAROLDO PEDERNEIRAS, servindo de secretário o Eng. JOSÉ NICOLAU BORN.

LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DA REGIÃO DE URUCUM

O diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura designou, recentemente, dois engenheiros especializados afim de procederem ao levantamento geológico da região manganésifera de Urucum.

MONUMENTAL PLANO URBANÍSTICO PARA REMODELAÇÃO DE NITERÓI

Entre as obras de remodelação de Niterói, já iniciadas por determinação do interventor AMARAL PEIXOTO, incluem-se a abertura de grandes e modernas avenidas, que cortarão o centro comercial da cidade e seus bairros.

A comissão encarregada do plano de remodelação local está estudando, ainda, o traçado de outras avenidas, como seja a do prolongamento da rua São Sebastião, desde General Andrade Neves até o Valonguinho, visando facilitar a comunicação do centro da cidade com a praia das Flechas. Por outro lado, já foram igualmente organizados e aprovados projetos para o alargamento das ruas Marquês do Paraná e Estácio de Sá.

Também está a comissão empenhada na organização de um plano completo sobre a avenida Canto do Rio-Icarai, a qual, numa extensão de alguns quilômetros, irá desde o Canto do Rio até o Viradouro, criando uma via de penetração direta até Pendotiba.

As novas avenidas desempenharão importante papel como fatores do desenvolvimento da capital fluminense, cabendo-lhes ainda facilitar o tráfego de Niterói, que, dia a dia, mais se acentua.

EM EXECUÇÃO A PLANTA CADASTRAL DA CAPITAL MINEIRA

O Prefeito Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de completar o trabalho da sua carta cadastral, já em grande parte executada, vem de determinar o levantamento interno de todos os quarteirões da cidade.

Esse trabalho uma vez terminado, além dos bens naturais que pode proporcionar, atenderá a outras necessidades como seja a de definir as propriedades particulares com todos os requisitos exigidos pela administração.

UMA EXCURSÃO DO MUSEU PARANAENSE À REGIÃO DOS ÍNDIOS CAINGANGUES

O Museu Paranaense realizou no mês de Julho findo, uma excursão à região dos índios Caingangues.

Tomaram parte nessa viagem de estudos o Sr. R. F. MANSUR GUERIOS, LOUREIRO FERNANDES, J. B. GROFF e Pe. JESÚS MOURE.

O local em que se situa aquela região fica no município de Palmas, onde os excursionistas tiveram oportunidade de observar os costumes e a língua dos remanescentes da referida tribo.

SEMANA CULTURAL REALIZADA EM PIRAJUI

Realizou-se, entre os dias 6 a 11 de Outubro findo, na cidade de Pirajui, São Paulo, promovida pelo Ginásio do Estado, uma semana cultural, durante a qual foram debatidos vários assuntos de interesse histórico-geográfico.

As conferências levadas então a efeito estiveram a cargo de vários intelectuais, tendo o certame despertado grande interesse.

O certame obedeceu ao programa abaixo citado:

O DR. SEBASTIÃO DE ALMEIDA PINTO, médico e lente de biologia, da Escola Normal de Botucatu, nos dias 6 e 7, respectivamente, discorre sobre os temas: *Amazônia: O homem e o meio* e *Aspectos do Nordeste*. O Prof. ARÍ FRANÇA, lente de Geografia do Ginásio local, falou sobre o tema: *Geografia Urbana de Pirajui*. O Prof. EUCLIDES PINTO DA ROCHA lente de História da Civilização e do Brasil do mesmo educandário, falou sobre o vulto de PEDRO I. A PROFESSORA MARIA DA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO, assistente de Geografia Humana na Universidade de São Paulo, professora do "Mackenzie College" e tesourei-

ra da Associação dos Geógrafos Brasileiros, tratou do tema: *A Região do Ribeira do Iguape*. O Dr. HEINRICH HAUPTMANN, professor do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, fez um trabalho sobre *Aspectos Bioquímicos da Alimentação Racional*.

Todos os conferencistas foram muito aplaudidos.

Durante as reuniões dos dias 8 e 9 os estudantes NILCE L. GUIMARÃES e VALTER FAUSTINI leram trabalhos, respectivamente, com os títulos *João Ramalho e Controvérsias sobre o Descobrimento do Brasil*, ambos premiados.

Não se limitaram às reuniões no Ginásio local as atividades da "Semana de Cultura". No dia 7, à tarde, foi feita uma excursão às "Pedreiras do Batalha", local que vem já há alguns anos chamando a atenção de etnógrafos e arqueólogos. Esse lugar se encontra no distrito do mesmo nome, neste município. Devia acompanhar os excursionistas o Dr. RUI OSÓRIO DE FREITAS, do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, por motivo de força maior, deixou de comparecer.

A parte didática da excursão ficou a cargo dos Professores ARÍ FRANÇA e EUCLIDES PINTO DA ROCHA, do Ginásio Estadual desta cidade.

A "Semana de Cultura" contou com o apoio do Dr. INÁCIO MEIRELES BASTOS, Prefeito de Pirajui e do Dr. OSVALDO POLÍ, diretor do Ginásio local.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE FOLCLORE

Na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, foi fundada, em 1.º de Julho último, a Associação Piauiense de Folclore, tendo como diretores os Senhores HIGINO CUNHA, FRANCISCO FALCÃO, MANUEL SOTERO VAZ DA SILVEIRA, CLÁUDIO PACHECO e JOÃO PINHEIRO.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE FOLCLORE CARIOCA

Por iniciativa da Comissão de Folclore da Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro, foi levada a efeito nesta cidade, entre 8 e 13 de Setembro findo, em um dos salões do Palácio da Associação Brasileira de Imprensa, a Primeira Exposição de Folclore Carioca. O material etnográfico exibido ao público foi colhido em todos os recantos do Distrito Federal, em pesquisas realizadas pelo Professor JOAQUIM RIBEIRO e Senhora MARIZA LIRA.

O certame, que foi, no gênero, o primeiro realizado no país, constou de 5

secções que foram: sócio-econômica, estética, mística, doméstica e lúdica. Nele em dispositivos apropriados exibiram-se instrumentos de caça, pesca, cerâmica, cestaria, objetos de trabalho e uso doméstico, utensílios de cozinha, brinquedos, além de símbolos, objetos e imagens empregadas nos ritos afro-brasileiros.

Todo êsse material estava cuidadosamente reunido, emprestando ao certame aspecto deveras atraente pela diversidade de contribuições reunidas, formando precioso subsídio ao estudo da psicologia étnica e à antropologia cultural da gente carioca. A origem dos diferentes elementos componentes de nossa civilização, o significado dos símbolos expostos, a razão de ser de tantos objetos curiosos, suas origens as mais remotas, as necessidades que lhes ditaram a adoção, tudo foi explicado minuciosamente.

Enfim, constituiu uma contribuição valiosa para o conhecimento geral das lendas e tradições ignoradas da maioria, principalmente da mocidade estudiosa que ali recolheu preciosos ensinamentos, visitando uma exposição atraente, além do mais, pelo gosto da apresentação.

Ao focalizar todos êsses aspectos da vida popular carioca, a Comissão de Folclore, promoveu mais uma série de conferências pertinentes à riqueza espiritual das nossas tradições populares.

O temário organizado obedeceu a seguinte ordem:

Costumes Militares de Outros Tempos — Cel. PAULA CIDADE; *A Linguagem do Marujo* — Comte. GASTÃO PENALVA; *O Samba Carioca* — Dr. RENATO DE ALMEIDA; *Lendas Cariocas* — Prof. SÍLVIO JÚLIO e *O Chôro* — Prof. BRÁSILIO ITIBERÊ.

No ato inaugural da Exposição discursou o Prof. JOAQUIM RIBEIRO, explicando os motivos do certame, cuja comissão organizadora foi constituída dos Srs. AIRES DE ANDRADE; Profs. BRÁSILIO ITIBERÊ, JOAQUIM RIBEIRO, LEONOR POSSADA; jornalista MARIZA LIRA; Prof. RENATO DE ALMEIDA e Prof. SÍLVIO JÚLIO.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Durante vários dias do mês de Novembro dêste ano esteve reunida nesta capital a I Conferência Nacional de Educação convocada em atenção a dispositivo da lei de ensino.

Durante as suas sessões realizadas com a assistência dos mais altos expoentes da nossa cultura pedagógica foram adotadas oportunas resoluções, vi-

sando traçar diretrizes relativas ao ensino primário, normal e profissional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao certame fez editar um livro onde enfeixou vários trabalhos versando assuntos educacionais, o qual foi profusamente distribuído aos interessados, durante as sessões.

EXPOSIÇÃO DE MAPAS MARANHENSES

Associando-se à data de 15 de Agosto último que assinalou a passagem do 5.º aniversário da investidura do Sr. PAULO RAMOS na interventoria do Estado do Maranhão, a Delegacia Regional do Censo local levou a efeito uma sugestiva exposição constante das 65 cartas geográficas correspondentes a igual número dos municípios maranhenses.

Os mapas expostos foram executados mediante elementos colhidos *in loco* pelos agentes recenseadores, tendo o certame obtido vivos louvores da imprensa, do público e dos técnicos.

Apesar da confecção dessas cartas não ter obedecido a condições técnicas de alta precisão, pois o seu levantamento não foi baseado em coordenadas e linhas geodésicas bem definidas, neles estão assinalados todos os acidentes naturais, vias de comunicações e outros elementos informativos, constituindo — não há negar — valiosa contribuição para o perfeito conhecimento da geografia maranhense, além de servir de complemento aos mapas anteriormente levantados em observância à chamada "Lei geográfica do Estado Novo".

Ao lado dos trabalhos cartográficos foram expostas várias fotografias referentes à economia e outras particularidades peculiares a cada município, bem como flagrantes de recenseadores entre índios Craós.

As autoridades censitárias maranhenses foram grandemente felicitadas pela iniciativa, que tiveram, de expor tão precioso documentário das possibilidades daquela região, de vez que todos os mapas, gráficos e fotografias encerram importantes informações e dados de grande valor para proveito de quantos se interessem pela vida econômica e social do Maranhão.

EXPOSIÇÃO CARTOGRÁFICA EM GOIÂNIA

Coincidindo com o 6.º aniversário da instalação do Município de Goiânia foi, a 20 de Novembro findo, inaugurada, ali, uma exposição promovida pela Delegacia de Recenseamento local, na

qual foram expostos os mapas dos municípios goianos, bem como outros trabalhos cartográficos e gráficos referentes à última operação censitária.

GRANDE EXPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

Está programada para Março do ano próximo a realização da Grande Exposição dos Municípios de São Paulo sob o patrocínio da Associação dos Funcionários Públicos do Estado.

O anunciado certame, que logrará obter larga repercussão em todo território paulista, será uma inestimável contribuição que aquele órgão de classe prestará à economia nacional. Representará ele o balanço de todas as atividades desenvolvidas nos últimos anos pelos municípios paulistas.

O governo daquele Estado, através do Departamento de Municipalidades, já deu o seu apoio à Exposição, tendo também se manifestado nesse sentido outros órgãos da administração estadual e particulares.

GRANDE EXPOSIÇÃO DE CURITIBA

Como parte principal do programa comemorativo da passagem do 10.º aniversário da investidura do Sr. MANUEL RIBAS no governo paranaense foi, a 1.º de Dezembro em curso, solenemente inaugurada a grande Exposição de Curitiba, patrocinada pela Associação Comercial do Paraná.

O importante certame não se limitou somente a exibir as magníficas possibilidades econômicas da vida local. Nos seus artísticos e bem organizados pavilhões estão situados os *stands* e painéis demonstrativos da energia realizadora dos filhos de todo o país.

Ao lado dessa excelente manifestação das nossas possibilidades econômicas e culturais estão também expostos, em sugestivos mostruários, gráficos, mapas e fotografias, que atestam o vulto das realizações levadas a efeito pelo governador federal e de vários Estados da União, notadamente o do Paraná.

Na grande e imponente Exposição de Curitiba está representado o que de mais significativo existe na indústria, no comércio, na lavoura e nas artes do Brasil, daí o expressivo interesse despertado em todo país por esse oportuno certame, que vem marcar uma brilhante etapa da nossa vida econômica.

ATIVIDADES CULTURAIS DO CENTRO DE COVERSÕES GEOGRÁFICAS DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

O Professor JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, do Colégio Universitário da Universidade do Brasil, fundou há já algum tempo, entre os seus alunos da cátedra de Geografia Humana, um Centro de estudos para debater assuntos relacionados com a matéria de sua especialização.

O Centro de Conversações Geográficas, tal é o seu nome, vem, com absoluta regularidade, levando a efeito as suas reuniões culturais sob a orientação do Professor JOSÉ VERÍSSIMO. Além de congregar os alunos daquele colégio, ainda serve de elo entre os antigos alunos e demais estudiosos dos problemas geográficos.

A simples enumeração que passamos a fazer das palestras realizadas pelo C.C.G., no corrente ano, constitui a prova inconcussa da vitalidade desse importante órgão cultural:

Dia 17 de Julho: *O valor das terras para o homem. Ensaio de uma classificação dos solos agrícolas do Brasil, segundo o Prof. Azzi*, debatido pelo Senhor HUGO BARCELOS; *A nova geografia econômica de Huntington*, debatido pelo Senhor ALFREDO SOUTO DE ALMEIDA; *Os sistemas de culturas nas suas relações com a vegetação*, debatido pela Senhora IVONE DIAMANTE;

Dia 31 de Julho: *Emigração e colonização no Brasil*, debatido pelo Senhor ÁUREO PINTO DE FIGUEIREDO; *O problema da colonização permanente no sul do Brasil*, pelo Senhor AMÉRICO LOPES MANSO; *O homem e a água*, debatido pela Senhora DULCE IRENE DE OLIVEIRA;

Dia 7 de Agosto: *Geografia: conceito e método*, debatido pelo Senhor VITÓRIO ALBA DE BERREDO; *Atividades geográficas no Brasil*, debatido pela Senhora INÁ GONÇALVES RIBEIRO; *Ligeira impressão de São Paulo durante as férias de Junho*, debatido pelo Senhor ANTÔNIO MOSTRACOLA;

Dia 14 de Agosto: *O fato colonial, formas de colonização*, debatido pelo Senhor ARTUR JOÃO DONATO;

Dia 28 de Agosto: *Colonização do Brasil Meridional*, debatido pelo Senhor MÁRIO MUSSOLINI CALÁBRIA; *O problema das raças*, debatido pelo Senhor ALBINO DO BEM VEIGA;

Dia 11 de Setembro: *Pequena amostra de Geografia Econômica*, debatido pelo Senhor ALFREDO SOUTO ALMEIDA;

Dia 2 de Outubro: *A borracha e seus problemas*, debatido pelo Senhor ALFREDO SOUTO ALMEIDA; *O ferro e a siderurgia nacional*, debatido pelo Senhor JOÃO LUIZ AREIAS NETO;

Dia 9 de Outubro: *Evolução industrial do Brasil*, debatido pelo Senhor PEDRO JOSÉ VIEIRA;

Dia 16 de Outubro: *O homem e a montanha no Brasil*, debatido pela Senhora IVONE DIAMANTE; *O petróleo no mundo*, debatido pela Senhora RENÉ NOGUEIRA DE AVELAR ROCHA; *O petróleo de Lobato*, debatido pela Senhora ÁUREA PINTO DE FIGUEIREDO;

Dia 23 de Outubro: *As cidades brasileiras*, debatido pelo Senhor NILO ARAÚJO SAMPAIO; *Situação do Brasil no mundo e aspectos do seu problema demográfico*, debatido pelo Senhor FRANCISCO A. A. R. P. TEIXEIRA;

Dia 30 de Outubro: *O método cartográfico no estudo do Folclore*, debatido pelo Prof. e escritor JOAQUIM RIBEIRO;

Dia 6 de Novembro: *A zona mineira da Mata*, debatido pelos Senhores ASTOLFO DUTRA NICÁCIO e PAULO F. GARCIA; *Paisagem cultural do Nordeste*, debatido pelo Prof. MÁRIO LACERDA DE MELO;

Dia 4 de Dezembro: *Regiões naturais do Brasil*, debatido pelo Prof. AFONSO VÁRZEA.

ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA DO GRÊMIO "SANTOS DUMONT" DE PIRAJUÍ

Os Departamentos de Geografia e de História do Grêmio "Santos Dumont", do Ginásio Estadual de Pirajuí, em prosseguimento a uma série de realizações culturais que se propôs realizar ali, levou a efeito, em Novembro último, várias conferências sobre assuntos da especialização daqueles departamentos.

Os conferencistas que se fizeram ouvir no certame foram: Professor PIERRE MONBEIG; Senhores FÉLIX GUISSARD FILHO, SEBASTIÃO DE ALMEIDA PINTO, ARÍ FRANÇA, EUCLIDES PINTO e RUI OSÓRIO DE MORAIS, sendo que este último estudou as chamadas "pedreiras do Bata-lha", existentes naquele município.

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

No salão nobre do Liceu Literário Português, perante grande assistência de homens de letras e de ciências, a 29 de Outubro último, teve lugar a instalação solene do Instituto de Altos Estudos em Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, entidade que se propõe realizar estudo especializado das ciências através de pesquisas e seminários.

O novo órgão cultural, que reúne em seu seio selecionado grupo de cientistas nacionais com a colaboração de técnicos estrangeiros de renome, visa realizar interessantes estudos sobre os nossos problemas mais fundamentais, entre os quais, cumpre-nos salientar, os relacionados aos seguintes assuntos:

Economia e Organização Industrial — Economia Agrícola e Administração Agrônômica — Estudos Sociais — Teoria Sociológica — Estatística Social — População e Ecologia — Organização Social — Desenvolvimento Social. Antropologia e Etnografia — Antropologia Física — Antropologia Social — Ecologia — Linguística. Estudos Históricos — Metodologia Histórica — História Política e Cultural — História Econômica — História Social — Divisão de Ciência Política e Administração — Ciências Geográficas.

A NOVA DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Em 25 de Outubro findo esteve reunido o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para eleger a nova diretoria que terá de dirigir os seus destinos no triênio de 1942 a 1944.

Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente perpétuo Sr. Dr. JOSÉ TÔRRES DE OLIVEIRA, notando-se grande animação.

Saiu vitoriosa, por grande maioria, a seguinte chapa: 1.º vice-presidente, Sr. NICOLAU DUARTE SILVA; 2.º vice-presidente, Sr. AUTUR PEQUEROBI DE AGUIAR WHITAKER; 3.º vice-presidente, Dr. JOSÉ GASPAR DE AFONSECA E SILVA; 1.º secretário, Prof. TITO LÍVIO FERREIRA; 2.º secretário, Sr. CARLOS ALBERTO DA COSTA NUNES; suplentes do 2.º secretário, Srs. AURELIANO LEITE e MARCELO PISA; orador oficial, Prof. JOSÉ CARLOS ATALIBA NOGUEIRA; tesoureiro, Prof. DÁCIO PIRES CORREIA.

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA

Em sessão realizada a 25 de Agosto passado o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba elegeu a nova diretoria e as comissões que terão de reger os destinos daquela entidade no próximo ano.

Aclamada a mesa, que teve como presidente o Sr. ROCHA BARRETO e como secretário os Srs. CLEANTO LEITE e LUIZ DA SILVA PINTO, deu-se início aos trabalhos da eleição.

Foi êste o resultado: Para presidente — Sr. ADEMAR VIDAL; para secretário — Sr. J. VEIGA JÚNIOR; para orador — Sr. MIGUEL FALCÃO DE ALVES; para tesoureiro — Senhorita ANALICE CALDAS; Comissões de Contas — Srs. DURVAL DE ALBUQUERQUE, BEATRIZ E OLIVINA CARNEIRO DA CUNHA; De Pesquisas e Estudos Históricos e Geográficos — Srs. HORÁCIO DE ALMEIDA, CLEANTO LEITE e LUIZ DA SILVA PINTO; De Revista — Srs. ABELARDO JUREMA, MIGUEL FALCÃO DE ALVES e ANTÔNIO DA ROCHA BARRETO.

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

Realizou-se, a 9 de Setembro, na Faculdade Nacional de Filosofia, a sessão inaugural do Centro de Estudos Geográficos. Abriu a sessão o Reitor da Universidade do Brasil, Prof. RAUL LEITÃO DA CUNHA, sendo em seguida apresentada a diretoria eleita: Presidente de Honra, Prof. RAUL LEITÃO DA CUNHA; presidente efetivo, GERALDO EDGAR VAZ; 1.^a secretária, LIGIA JUNQUEIRA; 2.^o secretário, ALFREDO JOSÉ PÔRTO DOMINGUES; encarregado geral, PEDRO PINCHAS GEIGER. Falaram depois de lidos os estatutos, vários professores presentes; Professor DELGADO DE CARVALHO, FRANCIS RUELLAN, TOMAZ COELHO da Faculdade Nacional de Filosofia, e Prof. ALFÍRIO DE MATOS, da Escola Nacional de Engenharia. O último orador foi o presidente do C. E. G. expondo um programa de grandes realizações no campo da Geografia, principalmente do Brasil, conferências, trabalhos de campo, etc..

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

No dia 12 de Outubro findo teve lugar, em sessão extraordinária, a posse da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico que terá de reger os destinos dessa entidade cultural no biênio 1941-43.

“Presentes os sócios Srs. Desembargador Dr. HENRIQUE FONTES, presidente, Sr. CARLOS DA COSTA PEREIRA, professor CLEMENTINO FAUSTO B. DE BRITO, respectivamente 1.^o e 2.^o secretários, Coronel SILVINO CARNEIRO DA CUNHA, tesoureiro, Srs. Major GUSTAVO SILVEIRA, Desembargador GIL COSTA, ALVARO TOLENTINO DE SOUSA, Dr. ELIÉZER DOS SANTOS SARAIVA, Drs. HENRIQUE RUPP JÚNIOR, OSVALDO BULCÃO VIANA, EMANUEL FONTES, Jornalista JOÃO OTAVIANO RAMOS, Drs. HEITOR BLUM e VIRGÍLIO GUALBERTO, o Sr. presidente abriu a sessão, deferindo compromisso aos eleitos, tendo antes se empossado da presidência.

Em seguida, convidando o Sr. Major ALVARO TOLENTINO para assumir o

seu novo pôsto, fez uma exposição dos trabalhos do Instituto durante o biênio que se vinha de findar, referindo-se da atuação do Instituto em diversas festas associativas focalizando a conferência que na véspera fizera do Dr. OSVALDO BULCÃO VIANA, a convite do Instituto, no Clube 12 de Agosto, sobre a personalidade do conselheiro MANUEL DA SILVA MAFRA, por ocasião da festa organizada pela Cruzada de Educação, terminando por agradecer a sua re-eleição”.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FOLCLORE

Em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, por iniciativa do escritor LUIZ DA CÂMARA CASCUDO, foi fundada, recentemente, a Sociedade Brasileira de Folclore, destinada ao estudo, pesquisa e sistematização do folclore local, nacional e continental, recolhendo e analisando tôdas as manifestações da ciência popular, relacionadas com essa disciplina. No dia 30 de Abril de 1914 realizou-se a eleição e posse da diretoria que tem como presidente o Sr. LUIZ DA CÂMARA CASCUDO. A Sociedade se divide em três secções, de Coordenação e Pesquisa (pres. Des. LUIZ TAVARES DE LIRA); Revista e Divulgação (pres. ELÓI DE SOUSA); Orçamento e Patrimônio (pres. ANTÔNIO GOMES DA ROCHA FAGUNDES).

O mandato terminará a 22 de Agosto de 1943. 22 de Agosto é a data em que se publicou a revista *Athenaeum*, em 1846, quando WILLIAM J. THOMS propôs a denominação de “Folclore”, tornada universal. Os estatutos, aprovados, foram publicados no órgão oficial do Estado, na edição de 7 de Maio de 1941.

FOLCLORE MUSICAL GAÚCHO

A Associação Riograndense de Música acaba de criar um Departamento de Folclore que vai realizar uma extensa campanha em prol do recolhimento, estudo e utilização do nosso folclore musical.

A direção dêsse Departamento foi entregue a uma comissão composta dos Professores ÊNIO DE FREITAS e CASTRO e PAULO GUEDES, membros da diretoria da A.R.M. e Drs. DANTE LAYTANO e ERNESTO PELANDA, membros do Conselho Consultivo da mesma sociedade.

Esta comissão conseguiu o apoio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, para onde deverá ser remetida toda a correspondência referente ao assunto, e onde ficará arquivado o material obtido no decorrer dos trabalhos de pesquisa e recolhimento do folclore musical gaúcho.

A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL SERÁ PUBLICADA POR INICIATIVA DO I. G. H. M. B.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em sessão realizada a 10 de Outubro de 1940, por proposta do seu presidente General VALENTIM BENÍCIO, em indicação fundamentada, propôs que o I. G. H. B. elaborasse a *História Militar do Brasil*.

A proposta foi então largamente discutida, sendo, finalmente aprovada por unanimidade.

Para dar início à objetivação da medida deliberada, foi naquela data nomeada uma comissão para realizar pesquisas bibliográficas e arrolar documentos que servissem de base para a confecção da obra. Essa comissão composta dos Coronéis GENSERICO VASCONCELOS, PEREIRA FERREZ e do Comandante PINTO GUIMARÃES vem recolhendo vasto material sobre o assunto.

O TOPÔNIMO DO MORRO DA CAPUABA

No dia 27 de Outubro findo, esteve reunido o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Entre os assuntos discutidos naquela sessão mereceu destaque o que diz respeito à denominação do morro fronteiriço à capital daquele Estado onde se constrói, atualmente, o embarcadouro de minérios.

O assunto foi levado a plenário pelo Sr. OLINTO AGUIRRE ao declarar que aquele morro nunca se chamou Pelamacaco ou Atalaia, como se vem erroneamente denominando até em publicações officiosas. Demonstrou que êle sempre se chamou Morro da Capuaba. Explicou com abundância de detalhes a etimologia do termo e a razão de ser da denominação. Fez, por fim, um apêlo à Casa para que esclareça o fato e se evite a deturpação.

PRÊMIO "ROCHA MIRANDA" DESTINADO AO AUTOR DA MELHOR OBRA SÓBRE ENGENHARIA

O Clube de Engenharia, em virtude da doação testamentária de seu sócio, Engenheiro LUIZ DA ROCHA MIRANDA, resolveu instituir a concessão de prêmio e menções honrosas aos autores que, durante determinado período, publicarem as melhores obras sobre assuntos de engenharia.

O prêmio que consiste na concessão de uma medalha tendo no verso o nome do referido Clube e no reverso a efigie e o nome do seu doador testamentário, bem como as menções honrosas, serão conferidas de dois em dois anos, de acôrdo com o regulamento aprovado.

As obras concorrentes deverão versar assuntos que se enquadrem em um dos seguintes grupos: transportes; saneamento; urbanismo; arquitetura e construções civis; metalurgia; obras hidráulicas; topografia, geodésia e cartografia; tecnologia, e electricidade.

"GETÚLIO VARGAS E A CONQUISTA DO SERTÃO

O Coronel LIMA FIGUEIREDO pronunciou, em dias de Setembro último, na sede do Instituto Nacional de Ciências Políticas, uma conferência sobre a ação governamental do Presidente GETÚLIO VARGAS relativamente à valorização do homem rural.

O conferencista que, inequivocamente, é uma das figuras mais representativas da nova geração cultural do país, além de integrar a elite das nossas classes armadas, abordou em seu brilhante estudo questões de marcante oportunidade sobre os problemas brasileiros.

O ligeiro resumo do trabalho do Coronel LIMA FIGUEIREDO, em seguida transcrito, vale como confirmação dessa afirmativa.

Começou a sua palestra analisando e tecendo eruditos comentários sobre a extraordinária figura de sertanista que é o General CÂNDIDO RONDON, fazendo um relato sucinto do que foi a ação desse grande brasileiro durante os últimos anos de sua penetração através do país.

Esse relato, feito com proficiência pelo orador, que foi um dos colaboradores da Comissão Rondon, despertou vivo interesse de quantos foram ouvir a sua palestra autorizada e erudita.

A seguir o Coronel LIMA FIGUEIREDO passou a focalizar a obra do Presidente GETÚLIO VARGAS, como animador e propulsor do sertanismo.

Iniciando o seu notável estudo, a partir da revolução de Trinta, o orador frisou que "o condottieri" GETÚLIO VARGAS, que era, para nós um verdadeiro enigma psicológico, soube ser tão grande como o ideal que o norteava, no momento difícil em que a nossa nacionalidade tremeu nos seus alicerces. Sufoinou ódios, amenizou paixões, desviou as forças contrárias para agirem no mesmo sentido das suas diretrizes". Referindo-se, depois, à principal ação do presidente na sua política de "rumo ao oeste" e que diz respeito aos transportes, afirmou o Coronel LIMA FIGUEIREDO, que "jâmais poderemos abandonar o lema — "governar é abrir estradas", e prosseguiu: — "Mais do que ninguém, o nosso chefe, Dr. GETÚLIO VARGAS, reconheceu esta verdade e patrioticamente a tem aplicado, desde o dia em que empunhou o leme da nossa nacionali-

dade. Estradas de ferro ou de rodagem começaram a surgir rapidamente, de 1930, para cá não por imposição de interesses de políticos que desejassem viajar para as suas estâncias, fazendas ou engenhos, de maneira cômoda, mas sim tendo em mira o bem estar geral, buscando os recantos onde a fortuna nacional fôsse mais bem favorecida, ou contribuindo para o entrelaçamento dos povos sul-americanos, sem desprezar as contingências da defesa nacional”.

Referindo-se, após, a tôdas as obras públicas dessa espécie, que o governo do presidente VARGAS realizou no interior do país, o orador passou a considerar novos aspectos do problema e disse:

“GETÚLIO VARGAS viu que com a aviação podia mais facilmente conquistar o sertão desbravando as zonas incultas e impérvias, vencendo em horas distâncias que os impávidos bandeirantes talhavam em meses, e às vèzes em anos”. Aludindo ao que o presidente fez pelo índio, acrescentou o orador: “GETÚLIO VARGAS quis conquistar o sertão, e, por isso, não desprezou o índio. Pelo contrário, foi ao encontro dele, nas barranças do Araguaia, desprezando o conforto das cidades para *de visu* traçar a resolução do intricado problema indígena. E com tal entusiasmo enfrentou a questão, colaborando com êle, o ínclito General RONDON, que não lhe regateia aplausos pela magnífica obra que está levando a cabo”. Referiu-se por fim, o orador, à função que está desempenhando o Exército na sua grandiosa obra de penetração do sertão, desde que se iniciou o governo do presidente VARGAS, e concluiu: “COUTO DE MAGALHÃES e RONDON serão os patronos dos novos desbravadores do nosso sertão que para lá partirem, guiados pelo lema do iluminado presidente GETÚLIO VARGAS — “Rumo ao Oeste”.

“ATENAS, UMA EXPERIÊNCIA URBANA” E “FISIOGRAFIA DE APIAÍ”

No dia 19 de Outubro dêste ano a Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediada em São Paulo, realizou mais uma das suas concorridas sessões.

O primeiro orador foi o Prof. ANTOINE BON, da Universidade de Montpellier e da Faculdade Nacional de Filosofia, que esteve em visita à capital paulista.

Começando por acentuar que as cidades, como os seres vivos, nascem, desenvolvem-se e podem morrer, focalizou o caso especial de Atenas, que, após ser uma grande metrópole na antiguidade, veio a se tornar uma simples aldeia, para, isto há cem anos, passar de novo à categoria de grande cidade.

Procurando analisar os fatores que explicam essa evolução, estudou a situação geográfica e posição local da cidade, como suas origens e seu desenvolvimento através dos tempos. Lembrou o seu apogeu após as guerras greco-pérsicas, quando chegou a ter mais de 200.000 habitantes, cêrca de metade da população de tôda a Ática. Foi no século IV A. C., com a hegemonia da Macedônia, que teve início sua decadência política e intelectual; Atenas passou a ser uma cidade de turismo e um ponto de atração para estudiosos. Com as invasões bárbaras e o domínio do Cristianismo, sua decadência se completou; veio a se transformar em modesta aldeia, ofuscada por muitas outras cidades gregas. Dominada pelos catalães, pelos italianos e, finalmente, pelos turcos, Atenas chega ao século XVIII como uma aldeia onde os turcos e albaneses eram mais numerosos que os próprios gregos. Mas, com a criação do reino da Grécia (1830), foi ela escolhida por OTÃO I, para ser a capital, o que deu motivo ao seu renascimento. Com 14.000 habitantes em 1834, passou a 200.000 em 1912 e a 500.000 em 1931. A necessidade de uma metrópole do mundo grego e o crescimento territorial do país explicam seu notável crescimento, nos últimos cem anos.

A seguir, ocupou a tribuna o Prof. OTÁVIO BARBOSA, da cadeira de Geologia da Escola Politécnica de São Paulo que transmitiu algumas observações realizadas em um trecho da serra de Paranaíacaba, entre Apiaí e o vale da Ribeira. Trata-se de uma região bastante acidentada, com terrenos precambianos (série de São Roque), revestidos de matas virgens, quase sempre. Estruturalmente, é constituída por dobras de grande amplitude e por fraturas. No vale do Paranapanema domina um altiplano, com morros irregulares, de perfis arredondados, enquanto que ao sul aparecem cristas de verdadeiras serras, seguidas pela baixada litorânea.

No altiplano, aparecem as matas e os campos de pequena extensão ou “banhados”, sendo os vales escarpados, em V, não tendo os rios atingido seu perfil de equilíbrio. Na zona das serras, são característicos os meandros “encaixados”, estando a drenagem correlacionada com a estrutura. A região calcárea, ali existente, parece não oferecer exemplos típicos de relevo cárstico. Trata-se de uma peneplicie provavelmente pliocênica, ora em franco rejuvenescimento.

Ambas as palestras foram acompanhadas pela exibição de mapas e fotografias.

PECUÁRIA DO NORDESTE, DO SUL E DO CENTRO DO BRASIL

Na reunião do dia 25 de Outubro deste ano da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediada em São Paulo, o Sr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA fez interessante comunicação onde focalizou aspectos da pecuária do Rio Grande do Sul, do Nordeste e do Brasil Central realçando de início as diferenças existentes.

O domínio geográfico desta última quase coincide com o da bacia Paraná-Paraguai, estendendo-se pelas serras do sul de Mato Grosso, sul de Goiás, Triângulo Mineiro e São Paulo, onde um grande característico pode ser encontrado: a mestiçagem entre o gado indú e outras raças. Focalizou a criação de gado em Goiás, fornecendo curiosos pormenores sobre a vida e os costumes dos seus boiadeiros. Chamou a atenção para a diferença entre a fazenda de "criar", com seus campos ricos em capim gordura, e a fazenda de "recriar", que surge onde domina a terra roxa misturada com arenito, onde é possível o desenvolvimento do jaraguá. Terminou o conferencista por afirmar que a pecuária não deve ser encarada como um mero elemento despovoador mas sim como o traço de união entre as culturas agrícolas decadentes e certas culturas intensivas.

A palestra do Dr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA foi acompanhada pela exibição de numerosas fotografias e de mapas esclarecedores do assunto.

UMA PALESTRA DO PROF. JEAN GAGÉ

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, de São Paulo, esteve reunida a 1 de Setembro findo para ouvir uma palestra do Professor JEAN GAGÉ, da cátedra de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquele Estado.

O conferencista, na sua palestra ocupa-se da *Introdução e difusão do Camelo na África do Norte*.

OS NÚCLEOS ALEMÃES DOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL

A Senhorita MARIA STELA GUIMARÃES, na sessão do dia 1 de Agosto findo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediada em São Paulo, teve oportunidade de tecer considerações sobre os núcleos de origem alemã localizados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, fazendo interessantes comparações a respeito, acentuando suas diferenças e procurando, por outra parte, explicar os seus fatores.

PAISAGENS CULTURAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

O Professor MÁRIO LACERDA DE MELO, autor do excelente trabalho *Pernambuco: Traços de sua Geografia Humana*, realizou, a convite do Centro de Conversações Geográficas do Colégio Universitário da Universidade do Brasil, uma conferência tendo por assunto o tema acima.

A conferência do Prof. LACERDA DE MELO despertou vivo interesse por quantos foram, no dia 6 de Novembro último à sala de conferências daquele educandário.

Inicialmente, o conferencista abordou considerações em torno do conceito de paisagem cultural. Examinou os diversos componentes dos traços com que o homem assinala suas atividades sobre a terra, grupando-os em duas ordens: os de caráter estático e os de caráter dinâmico.

No exame do caso especial do Nordeste Brasileiro, aquele conceito o conduziu à consideração de três tipos de paisagens culturais. O litoral, a mata e o sertão nordestino condicionaram realidades antropogeográficas diferentes. Em cada uma dessas zonas, o esforço de adaptação do homem tem o seu sentido próprio. Dêste ponto de partida, mostrou os caracteres da adaptação humana naquela região brasileira.

Considerada a paisagem cultural como sinal dessa adaptação, o conferencista interpretou, em termos de geografia humana, panoramas que lhe são familiares por ser filho de Pernambuco. Usando abundantes projeções luminosas, pôs os ouvintes em contacto com o que de mais característico existe nas áreas estudadas.

Na área sertaneja, a realidade climática impõe ao homem um maior esforço de adaptação. O açude, o curral, a estrada, a cultura do algodão são olhados como elementos da paisagem cultural do interior nordestino, condicionados a um clima tropical de precipitações insuficientes e irregulares.

Na zona da mata, as condições fisiográficas já permitem uma adaptação através da agricultura. Aqui, a função da cana de açúcar é de relêvo especial. Criou, no tempo, a paisagem do engenho e a da usina, em função da técnica. Uma documentação fotográfica de épocas diferentes, mostram as variações da paisagem no tempo, tendo por valor constante a cana de açúcar.

Por fim, na paisagem do litoral, mostra o conferencista que o elemento condicionador por excelência é o mar. Põe em relêvo a existência de um verdadeiro ecúmeno semimarítimo do Nordeste e explica que é sob os influxos do oceano que tem lugar as atividades características da faixa costeira. A me-

lhor expressão dessa influência está nos elementos paisagísticos chamados jangada, coqueiro e salinas. Estes elementos como os das outras duas áreas foram estudados detidamente.

O Professor MÁRIO LACERDA DE MELO, durante a realização da palestra discorreu com fluência e erudição sobre o assunto abordado, revelando-se perfeito conhecedor do mesmo.

ASSUNTOS AFRO-BRASILEIROS DEBATIDOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Na sessão do mês de Outubro, da S.B.A.E., sob a presidência do Prof. ARTUR RAMOS, constou da Ordem do Dia uma comunicação do Professor RENATO ALMEIDA, sobre o jôgo dos "capoeiras" baianos, descrevendo e analisando uma partida a que assistiu em sua cidade natal, de Santo Antônio de Jesús. A comunicação, depois de um rápido histórico sobre o jôgo de "capoeira" no Brasil e seus aspectos peculiares a vários Estados, salientou que a "Capoeira de Angola", da Baía, tem como diferença específica o fato de ser um jôgo de destreza e agilidade acompanhado por música.

O Professor RENATO ALMEIDA estudou o aspecto esportivo da luta, através de suas observações, comparando-as com as anteriores, de MANUEL QUERINO e do Sr. EDISON CARNEIRO, para fixar-se depois no estudo das cantigas, cujas letras analisou confrontando vários textos. Fez depois cantar, por um grupo de alunos do Liceu Franco-Brasileiro, dirigidos pela Professora MARIA LUÍZA DE ALENCAR, as melodias que recolheu, fazendo o estudo desses textos musicais, cuja nobreza melódica acentuou, mostrando que só tem valor rítmico, tanto que o andamento varia com o desenrolar da peleja. Pôs ainda em destaque o sortilégio da música sobre os contendores, tanto que, quando a luta degenera em briga, basta cessar a cantoria para estancar o impeto dos combatentes.

Finda a comunicação, teceu comentários em torno da mesma o Prof. ARTUR RAMOS, que fez várias observações sobre expressões dos versos das cantigas e instrumentos típicos usados nesses folguedos.

O Professor NEWTON CAMPOS disse ser assunto de análise a influência da música sobre a luta, já aumentando a pugnacidade dos contendores com a aceleração do andamento, já fazendo que cesse por completo se ela pára. Por fim, o Professor HERSKOWITZ, africano-americano da Northwestern University, ora entre nós, salientou a semelhança entre o jôgo da "capoeira"

que o Professor RENATO ALMEIDA havia descrito e certas dansas de combate a que assistira na África Ocidental, em Trindade e outras partes.

"DO MÉTODO CARTOGRAFICO NO ESTUDO DO FOLCLORE"

A convite do Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, Professor chefe de Geografia do Colégio Universitário e orientador do Centro de Conversações Geográficas desse educandário, o professor JOAQUIM RIBEIRO realizou, ali, a 30 de Outubro último uma palestra onde desenvolveu o tema *Do método cartográfico no estudo do folclore*.

"COMO FOI DETERMINADO O PONTO MAIS ALTO DO BRASIL"

O acadêmico de engenharia Sr. HÉLIO DE ALMEIDA realizou, a 7 de Outubro findo, no Centro de Estudos Geográficos da Faculdade Nacional de Filosofia desta capital, uma conferência tendo versado sobre o tema *Como foi determinado o ponto mais alto do Brasil*.

A natureza e a oportunidade do tema suscitou grande interesse, determinando que a sala de projeções da Faculdade Nacional de Filosofia acolhesse expressivo número de pessoas que foram ali, assistir a palestra do acadêmico HÉLIO DE ALMEIDA.

Coube à acadêmica LÍGIA JUNQUEIRA, secretária do Centro de Estudos Geográficos, abrir a sessão e apresentar ao auditório o conferencista que, de início, fixou o que a viagem ao Caparaó, de que ele participara, representara, como uma segura contribuição cultural. Mas não seria esse o único aspecto da excursão. Desdobrando a sua palestra o conferencista expôs também as observações pessoais que acumulara durante a penetração da caravana pelo interior do país; reconstituiu, e não sem colorido, episódios da viagem, incidentes, flagrantes de vida, paisagens e outras particularidades. Para os expedicionários, surgia a cada passo oportunidade de conhecer populações obscuras e esse contacto tinha para todos um grande interesse humano. Os resultados culturais não podiam ser melhores e, por si só, justificam o esforço feito. Prosseguindo, o conferencista mandou fazer a projeção de instantâneos fotográficos colhidos durante a jornada. Comenta cada flagrante, valoriza a imagem com a sua palavra viva e intensamente descritiva. A palestra teve a duração de cerca de duas horas e deu ao auditório uma medida da importância e da utilidade da excursão ao Caparaó. Ao concluir, o conferencista foi vivamente aplaudido, sen-

do cumprimentado pelo reitor da Universidade do Brasil, Sr. LEITÃO DA CUNHA; Professor ALÍRIO DE MATOS, da Escola de Engenharia e que chefiara a caravana cultural e o Professor DELGADO DE CARVALHO.

“O PROBLEMA DA RAÇA NO MUNDO MODERNO”

No dia 19 de Setembro deste esteve reunida extraordinariamente a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia para homenagear o Professor MELVILLE J. HERSKOVITS, da cátedra de Antropologia da North Western University dos Estados Unidos, o qual se encontrava, naquela data, nesta cidade.

Durante a solenidade o Professor HERSKOVITS realizou uma conferência tendo abordado o tema *O problema da raça no mundo moderno*.

CONFERÊNCIA SOBRE A VIDA E A OBRA DE TEODORO SAMPAIO

O Eng. PIMENTA DA CUNHA, por ocasião da sessão solene realizada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Baía no dia 27 de Outubro findo, em homenagem póstuma ao Eng. TEODORO SAMPAIO, pelo 4.º aniversário do seu falecimento, realizou uma conferência onde abordou a vida e a obra desse saudoso geógrafo.

INFLUÊNCIA BRASILEIRA NA ÁFRICA

Por ocasião de tomar posse como membro da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, desta capital, o Sr. ARNON DE MELO realizou, no dia 13 de Novembro último, uma conferência onde abordou a influência brasileira na África.

O conferencista ilustrou a sua palestra com a exibição de vários filmes mostrando os tipos e paisagens africanas que êle colheu durante a recente viagem que empreendeu naquela região.

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO POVOAMENTO RIOGRANDENSE

O General LEITÃO DE CARVALHO, novo sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por ocasião da sua posse, naquele órgão, em 5 de Setembro do ano fluente, pronunciou interessante e substanciosa conferência sobre a interpretação histórico-geográfica da penetração e posse do território riograndense pela gente de sangue lusitano.

“COORDENADAS GEOGRÁFICAS E GEOGRAFIA HUMANA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES”

Abordando os temas constantes do título deste registo, o Eng. VÍTOR PELUSO JÚNIOR, presentemente no Estado de Santa Catarina a serviço do Conselho Nacional de Geografia no levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais daquele Estado, ocupou a tribuna do Instituto Histórico e Geográfico local para esclarecer a atuação do C.N.G. no tocante aos referidos assuntos.

“ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL”

Abordando *Aspectos da História Econômica do Brasil*, o Sr. NÉLSON DE AZEVEDO BRANCO, realizou uma conferência, em 18 de Setembro findo, no Departamento de Educação dos Serviços Holerith nesta capital.

“O BRASIL DE HENRY KOSTER”

Na Sociedade de Cultura Inglesa, o Sr. LUIZ DA CÂMARA CASCUDO realizou, a 22 de Agosto findo, uma conferência subordinada ao tema *O Brasil de Henry Koster*.

“ANTROPOLOGIA SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS”

O Professor ARTUR RAMOS realizou, no dia 25 de Agosto último, uma conferência na sede da Associação Brasileira de Educação, versando sobre a *Antropologia social nos Estados Unidos*.

UMA CONFERÊNCIA SOBRE A DESCOBERTA DO BRASIL

A *Descoberta do Brasil* foi o tema abordado pelo Sr. ENRIQUE A. SCHROEDER numa conferência que levou a efeito em 27 de Agosto último, na Associação Cristã de Moços.

O conferencista, além de abordar, propriamente, o assunto temado, realizou um estudo sobre a evolução industrial e comercial do Brasil, desde a época do seu descobrimento até os dias presentes.

“O MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ”

A convite da Associação Potiguar o Sr. DIOCLECIO DUARTE realizou, em 30 de Setembro do ano em curso, uma conferência versando o tema que serve de título a este registo.

A palestra do Sr. DEOCLECIO DUARTE foi levada a efeito no salão da Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres.

NOVOS RUMOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Sob o patrocínio do Instituto de Arquitetura do Brasil, o arquiteto norte americano, Sr. PAUL LESTER WIENER realizou, a 22 de Setembro deste ano, na sede daquele Instituto, uma conferência tendo como tema o assunto acima.

O conferencista que é autoridade na matéria, fez acompanhar a sua palestra com interessantes projeções luminosas demonstrativas do que vem sendo realizado, sobre o assunto, em seu país.

UMA SÉRIE DE PALESTRAS SOBRE O BRASIL

A convite da Associação Cristã de Moços desta capital, o Professor MIGUEL RIZZO JÚNIOR, do magistério paulista, pronunciou, na sede da mesma Associação, uma série de palestras versando os seguintes temas:

Fases decisivas da História do Brasil; Fracassos da vida; Nova descoberta da América; A psicologia da linguagem; O sentimento religioso e sua nutrição; e Reajustamento da vida.

A primeira dessas palestras teve lugar em 8 de Outubro findo, sendo as outras pronunciadas nos dias imediatos.

JORNADA DE HABITAÇÃO ECONÔMICA

Na capital paulista, durante dias seguidos, foi levado a efeito um interessante certame que tomou a designação de *Jornada de habitação econômica*, no qual foram debatidos oportunos assuntos ligados a geografia humana daquele Estado.

A *Jornada de habitação econômica* foi promovida pelo I.D.O.R.T. e teve a assistência do Sr. PLÍNIO CANTANHEDE, presidente do Instituto dos Industriários.

A MULHER NA ZONA RURAL DO BRASIL

O valor da atuação feminina na zona rural foi o tema debatido pela Sra. ALICE DE TOLEDO TIBIRIÇÁ, a 10 de Outubro deste ano, na Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres.

GEOGRAFIA APLICADA À ESTRATEGIA MILITAR

O Almirante RAUL TAVARES, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na reunião dessa entidade, comemorativa do seu 58.º aniversário,

transcorrido em 17 de Setembro findo, no discurso que pronunciou alusivo à data, teceu oportunos comentários, onde focalizou o tema: *A Geografia aplicada à estratégia militar*.

PADRÃO DE VIDA NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Clube de Engenharia desta capital, o Sr. OSCAR EGÍDIO DE ARAÚJO realizou, a 11 de Outubro findo, uma conferência sobre três pesquisas de padrão de vida, realizadas em São Paulo.

"HISTÓRIA RELIGIOSA DO BRASIL"

Promovida pelo Departamento de Educação do Serviço Hollerith, realizou-se a 2 de Outubro passado, na sede daquele Serviço, uma conferência do Padre JOSÉ LOURENÇO DA COSTA AGUIAR que dissertou sobre o tema antes indicado.

"O DESTINO DE UMA CIDADE — ATENAS ANTIGA E MODERNA"

No *auditorium* da Associação Brasileira de Imprensa, a 29 de Outubro findo, o Professor ANTOINE BON realizou uma conferência tendo abordado o tema acima.

"CONQUISTA DO SOLO — UM GRANDE PROBLEMA TÉCNICO"

Para realizar a 8.ª palestra da série intitulada *Marcha para o Oeste*, patrocinada pelo Serviço Agrícola do Ministério da Agricultura, o Sr. JORGE PINTO LIMA ocupou, a 3 de Outubro deste ano, o microfone da estação radiofônica do Ministério da Educação onde debateu o assunto que serve de título a esta notícia.

O GENERAL RONDON, MOTIVO DE MAIS UMA CONFERÊNCIA

O Sr. OROZIMBO CORREIA NETO ocupou a tribuna do Liceu Literário Português, a 14 de Outubro deste ano, tendo feito uma palestra sobre a personalidade de Rondon, o civilizador.

"ORIGENS DA MARINHA BRASILEIRA"

A convite da diretoria da Escola Naval o historiador LUIZ EDMUNDO, a 29 de Outubro deste ano, realizou uma conferência sobre as origens da Marinha Brasileira.

“ATRAVÉS DA TERRA VIRGEM”

O Sr. BRUNO KREINER realizou, a 18 de Novembro findo, na Associação Brasileira de Imprensa, uma conferência a que deu o título de *Através da terra virgem*.

“LÍNGUA BRASILEIRA”

O Instituto de Cultura esteve reunido no dia 30 de Setembro do ano em curso, para ouvir uma conferência do Sr. PRADO RIBEIRO sôbre a língua brasileira.

MINERAÇÃO NO BRASIL

O Professor ÓTON LEONARDOS, a convite do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia, na sede dêste, realizou, a 4 de Novembro findo, uma conferência sôbre o tema: *O que é lícito esperar da mineração no Brasil*.

PALESTRA SÔBRE ASSUNTOS ETNOGRÁFICOS

Em Carinhanha, no Estado da Baía, onde se encontrava a serviço do Museu Nacional, o Sr. HERMANN KRAUSE, pesquisador de preciosidades deixadas pelas tribus indígenas ali, realizou em 30 de Outubro findo, uma conferência sôbre assuntos etnográficos do Brasil.

“AS CIDADES DOS ESTADOS UNIDOS”

O Eng. LUIZ MIGNONE, presidente do Centro Argentino de Engenheiros e da União Argentina de Associações de Engenheiros realizou, no dia 23 de Outubro findo, a convite da Diretoria do Clube de Engenharia desta capital, na sede dêste, uma conferência sôbre *As cidades dos Estados Unidos*.

“RIO BRANCO E A SOLUÇÃO DAS NOSSAS QUESTÕES DE FRONTEIRA”

Na capital do Estado de Minas Gerais teve lugar, em Outubro último, a realização de um interessante concurso oratório promovido pelo Centro Acadêmico “Afonso Pena”, subordinado ao tema: *Rio Branco e a solução de nossas questões de fronteira*, de escolha do Governador BENEDITO VALADARES, que presidiu a comissão julgadora.

Competiram nessa prova de erudição histórica os acadêmicos PAULO WOLF, JOSÉ CARLOS DE MEDEIROS SENRA, SEBASTIÃO DE OLIVEIRA SALES, HÉLIO ARMOND

WERNECK, PEDRO VIEIRA MOTA, MÁRIO PESSOA DE FARIA e MESSIAS PEREIRA DONATO.

“REVALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA”

O Sr. RAMAIANA DE CHEVALIER, médico e ensaísta amazonense realizou, em 21 de Outubro findo, no Palácio Tiradentes, uma conferência tendo por título *Revalorização da Amazônia*.

“HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL”

Na sede do Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, o Sr. RAUL JOBIM BITENCOURT pronunciou, no dia 16 de Setembro findo, uma conferência tendo abordado aquele tema.

O PASSADO E O PRESENTE DA TERRA FLUMINENSE

No salão nobre do Colégio Pedro I, situado em Braz de Pina, o Sr. HEITOR GURGEL, secretário do Governo do Estado do Rio realizou, em 26 de Setembro último, uma conferência em que abordou o passado e o presente da terra fluminense.

“O FATOR DEMOGRÁFICO NA ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA”

No salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, a 22 de Outubro findo, o Sr. OSVALDO DA COSTA MIRANDA, diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, realizou uma conferência subordinada ao título acima.

O conferencista ilustrou sua palestra com mapas e gráficos estatísticos onde estavam indicadas as fontes de riqueza do Brasil, desenvolvendo finalmente a tese das “populações dirigidas” como emblema estrutural do Estado Novo.

“PAISAGENS ANTIGAS E MODERNAS DO SUL DO BRASIL”

No dia 11 de Setembro findo, a convite da Associação de Cultura Franco-Brasileira, desta capital, o Professor PIERRE MONBEIG, da Universidade de São Paulo, realizou, no *auditorium* da Associação Brasileira de Imprensa, uma conferência onde abordou as paisagens antigas e modernas do sul do Brasil, mostrando a ação do homem como força determinante de modificações do quadro natural.

"METODOLOGIA DA GEOGRAFIA"

O Pe. SCHRADER S. J. realizou, a 29 de Outubro findo, na Associação dos Professores Católicos de Porto Alegre, uma conferência onde abordou o tema que serve de título a este registro.

INSTITUTO ÍBERO-AMERICANO DE GOTEMBURGO

Notícias recentes vindas da Suécia comunicam a fundação ali do Instituto Íbero-Americano de Gotemburgo, na Escola de Altos Estudos Mercantes Handelshogskolan, naquela cidade, o qual será dirigido pelo Professor NILS HENBERG.

Consta da ação programática desse órgão de cultura internacional a fundação de uma biblioteca especializada e a realização de conferências sobre assuntos americanistas.

EXPOSIÇÃO CULTURAL DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS

No dia 2 de Setembro deste ano, teve lugar a inauguração de uma exposição promovida pela Agência Geral das Colônias Portuguesas e de iniciativa do Sr. JÚLIO CAIOLA, diretor desse importante setor da cultura de Portugal.

O certame, que funcionou na Biblioteca Nacional, a contar daquela data, durante vários dias despertou grande atenção dos estudiosos dos assuntos luso-brasileiros.

A inauguração da exposição teve caráter solene sendo presidida pelo Ministro GUSTAVO CAPANEMA.

O material bibliográfico exposto constou de primorosas obras editadas pela Agência Geral das Colônias Portuguesas relativas aos cinco ciclos da impressionante História daquele país irmão: das navegações e descobrimentos, da Restauração, da ocupação, da Propagação da Fé e diversos.

MISSÃO FLORNY

Telegramas procedentes de Lima, capital do Perú, divulgados pela imprensa diária desta capital, em 28 de Outubro findo, noticia a partida daquela capital da Missão Florny com des-

tino às nascentes do rio Marañon. Integram a missão os Srs. BERTRAND FLORNY, JEAN GUEBRIANT e FRED MATTER, que viajaram de trem, devendo chegar a Huaron, partindo em seguida, viajando em mulas, para a região do Marañon, onde, durante três semanas, a missão realizará trabalhos de etnografia, fotografia e cinematografia.

Em meados de Novembro próximo, a missão seguirá para o alto Marañon, em plena selva, viajando em pirogas. Os excursionistas pretendem estudar a tribo dos "Jivaros", localizada nessa região durante a expedição realizada no período de 1936 a 1937.

Falando ao correspondente da Havas-Telemondial, declarou que tenciona chegar a Iquitos dentro de quatro meses, passando em seguida para o território brasileiro, onde descerá o curso do Amazonas até o Atlântico.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA AMERICANA

A Sociedade Real de Geografia da Espanha realizou, em Outubro último, uma reunião plenária, tendo decidido patrocinar um Congresso de Geografia Histórica Americana, o qual efetuar-se-á ali brevemente.

A mesma entidade cultural decidiu ainda organizar uma Exposição Cartográfica Americana e mandar reeditar as obras de ALCEDO, compreendendo cartas históricas da América, bem como criar uma "Secção Americana".

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Está marcado para o próximo ano a realização do III Congresso Internacional de História da América, na cidade de Santiago do Chile.

O ministro das Relações Exteriores comunicou, recentemente, ao da Educação, que o Governo do Chile, por intermédio da sua Embaixada nesta capital, transmitiu convites do reitor da Universidade daquele país e da Comissão Organizadora do referido certame, para que os historiadores brasileiros compareçam ou enviem trabalhos.

Nesse convite, a Embaixada do Chile manifestou o desejo de que os acadêmicos, universidades e centros de estudos históricos do Brasil participem também daquele Congresso.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

RESOLUÇÕES DO D. C. DO C. N. G. DA DE N.º 51 A DE N.º 60

RESOLUÇÃO N.º 51, DE 2 DE DEZEMBRO 1939

Aplauda uma iniciativa da Associação Brasileira de Educação e delibera prestar-lhe colaboração.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando os elevados propósitos da Associação Brasileira de Educação ao promover a realização do Curso de Férias de 1939, nesta capital, para os professores dos Estados;

Considerando que a Associação, no plano dos trabalhos do Curso, previu dissertações sôbre as atividades geográficas desenvolvidas no país, e nesse sentido, solicitou o Concurso do Instituto.

RESOLVE :

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia aplauda a iniciativa da Associação Brasileira de Educação de realizar nesta capital o Curso de Férias de 1939, que proporcionará aos professores dos Estados oportunidade não só para alargarem os seus conhecimentos como também para desenvolverem proveitosa aproximação intelectual.

Art. 2.º — Fica a secretaria do Conselho autorizada a promover os entendimentos e providências que se tornarem necessários à participação do Conselho nas atividades de caráter geográfico do Curso.

RESOLUÇÃO N.º 52, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1939

Homenageia a memória do Professor Conde Cândido Mendes de Almeida e elege um membro da Comissão Técnica de Geografia Humana, do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que o grande patricio Prof. Conde CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, como delegado do Estado do Maranhão, prestou excelentes serviços ao Conselho;

Considerando que, com seu sentido desaparecimento, se vagou a presidência da Comissão Técnica de Geografia Humana do Conselho;

RESOLVE :

Art. 1.º — Fica prestada sentida homenagem à memória do grande brasileiro Prof. Conde CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA.

Art. 2.º — O Conselho elege o ilustre Prof. JOÃO CAPRISTANO RAJA GABAGLIA para membro da Comissão Técnica de Geografia Humana, do Conselho.

Art. 3.º — Nos têrmos regimentais, e tendo em vista as deliberações anteriores, a Comissão Técnica de Geografia Humana passa a ter a seguinte constituição: Dona HELOÍSA ALBERTO TÔRRES, presidente; Dr. JOÃO CAPISTRANO RAJA GABAGLIA, relator; Dr. LAURO MONTENEGRO, Prof. AGNELO BITTENCOURT e Dr. LUIZ DA CÂMARA CASCUDO.

RESOLUÇÃO N.º 53, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1939

Rende homenagem à memória do Prof. Eusébio Paulo de Oliveira e elege o presidente da Secção de Coordenação Técnica do Diretório.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando os relevantes serviços prestados ao Conselho pelo grande brasileiro engenheiro EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA, como delegado técnico do Ministério da Agricultura;

Considerando que, com sua sentida morte, ficou vaga a presidência da Secção de Coordenação Técnica do Diretório;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia rende sentida homenagem à memória do seu ilustre membro, o grande geólogo Prof. EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA.

Art. 2.º — Fica eleito presidente da Secção de Coordenação Técnica do Diretório o Tenente-Coronel DJALMA POLÍ COELHO, Delegado técnico do Ministério da Guerra.

Art. 3.º — Nos termos das deliberações anteriores e da presente Resolução, ficam assim constituídas as Secções em que se divide o Diretório, segundo dispõe o art. 21 do Regulamento:

1) Secção de Colaboração Inter-administrativa: Eng.º JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, presidente; Dr. LÉO D'AFONSECA, Dr. EUGÊNIO VILHENA DE MORAIS e Dr. FERNANDO RAJA GABAGLIA.

2) Secção de Coordenação Técnica: Tenente-Coronel DJALMA POLÍ COELHO, presidente; Comte. ANTÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, Dr. DULFE PINHEIRO MACHADO e Eng.º HÉLIO ALVES DE BRITO.

3) Secção de Cooperação Internacional: Dr. SÉRGIO DE LIMA E SILVA, presidente; Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, Prof. CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO e Dr. ULPIANO DE BARROS.

RESOLUÇÃO N.º 54, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1939

Dá uma interpretação ao art. 1.º da Resolução n.º 60, de 22 de Julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando as naturais dificuldades para a realização uniforme, de qualquer campanha, abrangendo todo o país, dificuldades que as distâncias não raro agigantadas, os transportes muitas vezes penosos e lentos, as comunicações por vezes inexistentes, a penúria de elementos de direcção e execução dos trabalhos especializados e as contingências da conveniente divulgação dos propósitos e normas executivas da campanha agravam consideravelmente;

Considerando que, em alguns Estados, o preparo dos mapas municipais exigidos pela lei nacional n.º 311 está afeto à repartição estadual;

Considerando que a Resolução n.º 60 da Assembléia Geral do Conselho estabeleceu prazo para serem feitos os exames, acabamentos, ajustamentos que se tornarem necessários aos mapas municipais, cuja entrega se dará improrrogavelmente até 31 de Dezembro próximo;

RESOLVE:

Art. 1.º — A assinatura do Prefeito, que é obrigatória no mapa municipal respectivo, poderá ser aposta até o dia 15 de Março de 1940, ficando assim equiparada aos acabamentos, ajustamentos e correções de minúcias, previstos no art. 5.º da Resolução n.º 60, de 22 de Julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho.

Art. 2.º — Em caso de comprovada impossibilidade, a juízo do Diretório Regional de Geografia respectivo, o Prefeito poderá conferir ao diretor das Municipalidades do Estado delegação para assinar o mapa do seu Município.

§ 1.º — A deliberação do Diretório Regional constará de Resolução devidamente fundamentada.

§ 2.º — A secretaria do Diretório Regional, que até 15 de Março se esforçará pela obtenção das assinaturas dos Prefeitos, apenas terminado o prazo promoverá a reunião do Diretório em que se regularize a situação dos casos em falta, na forma do presente artigo.

Art. 3.º — Em todo Estado em que o preparo dos mapas municipais tenha sido afeto a repartição ou serviço estadual, ao qual tenham sido atribuídas pela autoridade competente as tarefas da coleta e do levantamento dos dados territoriais e consequente desenho cartográfico, a entrega dos mapas poderá ser feita *ex-offício*, isto é, mediante ofício da repartição ou serviço responsável pelos trabalhos, comunicando ao Diretório Regional, até 31 de Dezembro 1939, quais os mapas que se acham prontos e quais ainda precisam de acabamentos e ajustamentos, facultada a entrega definitiva de todos os mapas até 15 de Março de 1940. nos termos do art. 5.º da citada Resolução n.º 60.

Parágrafo único — De posse dêsse ofício, a Secretaria do Diretório distribuirá às Prefeituras respectivas, os recibos de que cogitam os parágrafos 2.º e 3.º do art. 1.º da Resolução n.º 60.

RESOLUÇÃO N.º 55, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1939

Delibera sobre as retificações a serem feitas no quadro territorial da República, decorrente da lei n.º 311, de 2 de Março de 1938.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, e considerando que o estabelecimento das normas básicas fixadas pela lei n.º 311 para a sistemática geral da divisão territorial brasileira, tem como natural consequência a faculdade, para o Governo Federal, de retificar as leis regionais que estabeleceram os novos quadros circunscricionais naqueles pontos em que a respectiva toponímia houver ficado em oposição às aludidas normas;

Considerando as atribuições que a lei conferiu a este Conselho relativamente à fixação dos mesmos quadros;

Considerando que nos Estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Baía, São Paulo e Mato Grosso, algumas denominações de localidades, extensivas às respectivas circunscricões (distrito, município, termo ou comarca), se afastaram da norma pela qual os topônimos comuns a localidades e circunscricões não devem incluir expressão designativa da variável categoria legal que àquelas competir (cidade ou vila);

Considerando que as poucas retificações necessárias para que se apresente rigorosa e uniforme em todo o país a aplicação dos princípios da lei n.º 311, podem ser feitas pelo simples cancelamento do termo "vila" como parte integrante de topônimos e, em quatro casos apenas, mediante a troca dos nomes defeituosos por outros obedientes às normas gerais estabelecidas e de equivalente significação;

Considerando, também, que a divisão em "zonas" do Território do Acre, além de não satisfazer aos interesses da administração pública, ficou em desacôrdo com a descrição de limites constante do decreto-lei n.º 968, de 21 de Dezembro de 1938, conforme expuseram ao Instituto o Governador e o Diretório Regional daquela Unidade Federada;

Considerando por outro lado, que a necessidade de adaptar-se a organização judiciária dos Estados aos preceitos do novo Código de Processo Civil, pode exigir modificações no quadro da divisão judiciária que foi mandada vigorar, sem alterações até 1.º de Janeiro de 1943;

RESOLVE :

Artigo único — A Presidência do Instituto encaminhará ao Governo da União o ante-projeto de decreto-lei anexo à presente Resolução e destinado a fazer prevalecer substancialmente as normas sistematizadoras da divisão territorial fixadas pelo decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, tendo em vista não só as retificações de que carecem os quadros vigentes, mas ainda as novas circunstâncias a que os mesmos quadros se devem adaptar.

Retifica em alguns pontos a toponímia do atual quadro territorial da República e dá outras providências.

DECRETO N.º....., DE.... DE..... DE.....

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Considerando que compete à União zelar pela execução da lei nacional n.º 311, de 2 de Março de 1938, bem assim pela observância das normas sistematizadoras por ela fixadas em virtude dos compromissos assumidos pelos Governos Federados na Convenção Nacional de Estatística;

Considerando a necessidade de completar a aludida sistemática, no que concerne à toponímia das circunscricões administrativas e judiciárias e das respectivas sedes, tendo em vista os pontos em que os atos regionais executórios do referido decreto-lei se afastaram dos seus princípios;

Considerando, por outro lado, que a atual divisão em zonas do Território do Acre, além de não obedecer aos princípios racionalizadores do decreto-lei n.º 311, não satisfaz também aos interesses da justiça e da administração pública;

Considerando, finalmente, a necessidade de adaptar-se a organização judiciária dos Estados, nos termos do art. 1.049 do decreto-lei n.º 1.608, de 18 de Setembro último, às disposições do novo Código de Processo Civil;

RESOLVE :

Art. 1.º — Nos quadros territoriais vigorantes no quinquênio 1939-1943, prevalecerão as designações de circunscricões e localidades dos mesmos constantes, de acôrdo com a sistematização efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feitas, porém, as seguintes retificações;

I. *Estado do Amazonas:* vila e distrito do — "Careiro", em vez de — "Vila do Careiro"; vila e distrito de — "Tonantins", em vez de — "Vila Nova de Tonantins".

II. *Estado do Rio Grande do Norte*: vila e distrito de — “Flor”, em vez de — “Vila Flor”.

III. *Estado de Sergipe*: cidade, distrito, município, termo e comarca de — “Neópolis”, em vez de — “Vila Nova”.

IV. *Estado da Baía*: vila e distrito de — “Crisópolis”, em vez de — “Vila Rica”; vila e distrito de — “Vale Verde”, em vez de “Vila Verde”.

V. *Estado de São Paulo*: cidade, distrito e município de — “Formosa”, em vez de — “Vila Bela”; vila e distrito de “Bonfim” em vez de “Vila Bonfim”; vila e distrito de — “Botelho”, em vez de — “Vila Botelho”; vila e distrito de — “Camargo”, em vez de — “Vila Camargo”; vila e distrito de — “Mendonça”, em vez de — “Vila Mendonça”; vila e distrito de — “Monteiro”, em vez de — “Vila Monteiro”; vila e distrito de — “Paraíso”, em vez de — “Vila Paraíso”; vila e distrito de — “Poloni”, em vez de — “Vila Poloni”; vila e distrito de — “Sabino”, em vez de — “Vila Sabino”; vila e distrito de — “Sales”, em vez de — “Vila Sales”; vila e distrito de — “Simões”, em vez de — “Vila Simões”.

VI. *Estado de Mato Grosso*: vila e distrito de “Garcias”, em vez de — “Vila dos Garcias”.

Parágrafo único — Sempre que ocorrer sub-divisão de um “distrito” em “zonas”, e uma destas abranger tôda a respectiva sede (cidade ou vila), será extensiva a essa “zona” a denominação do próprio distrito.

Art. 2.º — Decretos-leis dos respectivos governos regionais, baixados dentro do prazo de quinze dias a contar da data da presente lei, farão a incorporação das alterações decorrentes do artigo precedente e seu parágrafo, nos competentes quadros de divisão territorial, os quais, assim modificados, prevalecerão para todos os efeitos da administração pública.

Art. 3.º — O Governador do Território do Acre baixará, dentro do prazo de trinta dias a contar da data desta lei, depois de ouvidos o Tribunal de Apelação e o Diretório Regional de Geografia, nova divisão em zonas para o Território, tendo em vista os limites da unidade política e as disposições legais em vigor.

Art. 4.º — A reorganização do aparelho judiciário dos Estados no sentido de adaptá-lo às exigências do Código de Processo Civil, baixado pelo decreto-lei n.º 1.608, e no que se referir à criação, extinção, anexação ou discriminação de “comarcas” e “termos”, bem como à indicação das cidades que lhes devam servir de sede, obedecerá às normas sistematizadoras decorrentes do decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Parágrafo único — Os Governos Estaduais interessados tomarão as necessárias providências afim de que a nova organização judiciária se ache decretada até sessenta dias após a vigência do novo Código, para continuar inalterada, a partir daí, até 31 de Dezembro de 1943, na forma do art. 16 da lei n.º 311.

Art. 5.º — Afim de prestar, pelos seus diferentes órgãos, a colaboração que for necessária, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acompanhará a execução desta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N.º 56, DE 18 DE JANEIRO DE 1940

Torna extensivo à delegação do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Geral do Conselho o disposto no art. 2.º da Resolução n.º 8 do Diretório Central.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que, em seu artigo 27, do Regulamento do Conselho excluiu da vantagem da ajuda de custo os membros da Assembléia Geral do Conselho, não residentes na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro, ex-vi do art. 16 do decreto n.º 1.200, de 17 de Novembro de 1936, que adotou igual medida para os membros da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que, dentro do mesmo espírito, não tem sido atribuída aos delegados do Estado do Rio de Janeiro a indenização de despesas que, em sua Resolução n.º 8, o Diretório Central votou, reconhecendo a insuficiência da ajuda de custo consignada aos membros da Assembléia;

Considerando, entretanto, que não se justifica essa exclusão aos delegados do Estado do Rio de Janeiro, porque, residentes fora desta capital, são de fato obrigados a realizar despesas especialmente para comparecerem aos trabalhos da Assembléia, que cumpre serem indenizadas;

Considerando os termos da Resolução n.º 69, de 2 de Junho de 1939, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística;

RESOLVE :

Artigo único — Fica extensiva à delegação do Estado do Rio de Janeiro a indenização de despesas estatuída no artigo 2.º da Resolução n.º 8, do Diretório Central.

§ 1.º — A concessão atinge as delegações que compareceram às sessões anteriores da Assembléia Geral.

§ 2.º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da sub-consignação 3 da verba III do orçamento do Conselho para o corrente exercício.

RESOLUÇÃO N.º 57, DE 18 DE JANEIRO DE 1940

Autoriza um adiantamento ao Serviço Gráfico do Instituto pela impressão de publicações do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que o Serviço Gráfico do Instituto, assoberbado com a impressão do material destinado ao Recenseamento Geral da República, a realizar-se em Setembro de 1940, só poderá atender a tempo à impressão da *Revista Brasileira de Geografia* e de outras publicações a cargo do Conselho Nacional de Geografia, se for ampliado seu maquinário de impressão;

Considerando que, nos termos dos entendimentos havidos com a Secretaria Geral do Instituto, a aquisição de uma máquina impressora, como se impõe, seria possibilitada se o Conselho Nacional de Geografia, sob a forma de pagamento antecipado pelos trabalhos de impressão a serem executados no mesmo Serviço Gráfico, no corrente ano, concedesse um adiantamento na importância necessária;

Considerando que, para o corrente exercício, está prevista no orçamento do Conselho verba para impressão da Revista e demais publicações, que comporta o adiantamento em aprêço;

RESOLVE :

Art. 1.º — Fica o Conselho autorizado a conceder ao Serviço Gráfico do Instituto um adiantamento de noventa contos de réis (90:000\$000), como pagamento antecipado pelos trabalhos tipográficos e litográficos a serem realizados nas oficinas do Instituto, por conta do Conselho.

Art. 2.º — O pagamento correrá por conta da sub-consignação 4 da verba II do orçamento do Conselho para o corrente exercício.

RESOLUÇÃO N.º 58, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1940

Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de São Paulo.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, especialmente da que é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 15 do Regulamento do Conselho:

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo, a qual se acha devidamente fundamentada com as credenciais das personalidades indicadas para Consultores Técnicos Regionais;

RESOLVE :

Artigo único — Fica aprovada a proposta, formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo, para que os senhores FREDERICO CARLOS HOEHNE, OTÁVIO FERRAZ DE SAMPAIO, RUBENS BORBA DE MORAIS, GUILHERME WENDEL, MILCIÁDES PEREIRA DA SILVA, SUD MENCUCI, JOÃO PEDRO CARDOSO, CLDOMIRO PEREIRA DA SILVA, J. FONSECA RODRIGUES, LÚCIO M. RODRIGUES, FRANCISCO DE SALES VICENTE DE AZEVEDO e VÍTOR DA SILVA FREIRE constituam o Corpo de Consultores Técnicos Regionais, junto ao referido Diretório Regional.

RESOLUÇÃO N.º 59, DE 4 DE MARÇO DE 1940

Dispõe sobre o pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o ano de 1940.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando a conveniência de ser fixado o quadro do pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, para o corrente exercício, de acordo com as possibilidades orçamentárias do Conselho e observadas as normas regulamentares;

RESOLVE :

Art. 1.º — O pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica ocupará cargos, que se distribuirão segundo a seguinte escala de vencimentos:

Classe		Mensais	Anuais
A	300\$000	3:600\$000
"	B	350\$000	4:200\$000
"	C	400\$000	4:800\$000
"	D	450\$000	5:400\$000
"	E	500\$000	6:000\$000
"	F	600\$000	7:200\$000
"	G	700\$000	8:400\$000
"	H	800\$000	9:600\$000
"	I	900\$000	10:800\$000
"	J	1:000\$000	12:000\$000
"	K	1:100\$000	13:200\$000
"	L	1:200\$000	14:400\$000
"	M	1:300\$000	15:600\$000
"	N	1:400\$000	16:800\$000
"	O	1:500\$000	18:000\$000
"	P	1:600\$000	19:200\$000
"	Q	1:800\$000	21:600\$000
"	R	2:000\$000	24:000\$000
"	S	2:300\$000	27:600\$000
"	T	2:600\$000	31:200\$000
"	U	3:000\$000	36:000\$000
"	V	3:300\$000	39:600\$000

Art. 2.º — O quadro do pessoal do mencionado Serviço, para o corrente ano, será o seguinte :

1	diretor	classe	V
1	assistente técnico	"	U
3	chefes de seção	"	S
3	encarregados de serviço	"	Q
1	encarregado de serviço	"	O
3	encarregados de serviço	"	L
3	" " "	"	K
1	encarregado de serviço	"	I
2	auxiliares	"	O
1	auxiliar	"	L
2	auxiliares	"	H
5	"	"	G
7	"	"	F
4	"	"	E
2	"	"	D
10	"	"	C
11	"	"	B

Art. 3.º — O quadro constante do Art. 2.º não compreende os diaristas e tarefeiros que, nos termos do § 1.º do art. 13 do Regulamento do Serviço, poderão ser admitidos pelo Diretor, nem o pessoal técnico que se tornar necessário aos trabalhos do preparo da edição atualizada da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo que será admitido também pelo Diretor, ouvida a Comissão Executiva Central da Carta, constituída para orientar esses trabalhos.

Art. 4.º — O quadro ora fixado é considerado em vigor a partir de 1.º de Fevereiro corrente, para os efeitos das vantagens aos funcionários já em exercício no mencionado Serviço.

RESOLUÇÃO N.º 60, DE 4 DE MARÇO DE 1940

Promove o adiamento da realização da Sessão ordinária da Assembléia Geral no corrente ano.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que, nos termos do artigo 18 do Regulamento, a sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho se inaugura e se encerra conjuntamente com a sessão congênere do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que a grande operação do Recenseamento, a realizar-se em 1.º de Setembro do corrente ano, recomenda o adiamento da realização da Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, conforme fundamentadamente se pronunciou a sua douta Junta Executiva Central (Resolução n.º , de 1.º de Março de 1940);

Considerando que, para a Presidência do Instituto promover o recomendável adiamento, há necessidade de pronunciamento dêste Conselho no mesmo sentido;

RESOLVE :

Artigo único — O Conselho Nacional de Geografia apóia a iniciativa tomada pelo órgão competente do Conselho Nacional de Estatística, no sentido da Presidência do Instituto promover junto ao Governô da República o adiamento, para 4 de Novembro, da reunião inaugural conjunta das sessões ordinárias das Assembléias Gerais dos dois Conselhos, do corrente ano.

DECRETO-LEI N.º 3.599 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1941

Dispõe sôbre a nomenclatura das estações ferroviárias do país.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — Ficam as estradas de ferro do país obrigadas a apresentar, dentro de três meses contados da publicação desta lei, às autoridades federais ou estaduais a que estiverem subordinadas, relações nominais de suas estações, com a indicação, para cada estação, da posição quilométrica, altitude, data de inauguração e localização geográfica.

§ 1.º — A localização geográfica será feita com a indicação do Município e Distrito em cujo âmbito territorial se achar a estação, bem como, se for o caso, do povoado ou bairro onde ela estiver situada.

§ 2.º — As estradas apresentarão ainda, devidamente justificadas, sugestões acêrca dos novos nomes daquelas estações, cujos designativos devam ser mudados em virtude das normas sistematizadoras desta lei.

Art. 2.º — As relações a que se refere o artigo anterior serão submetidas ao exame de Comissões Estaduais, que proporão as alterações necessárias ao cumprimento do preceituado neste decreto-lei.

§ 1.º — Compete aos Chefes dos Governos Estaduais constituírem as respectivas Comissões, dentro de três meses contados da publicação desta lei.

§ 2.º — Cada Comissão Estadual será constituída por um representante do Diretório Regional de Geografia do Estado, um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas e um representante do Governô do Estado, escolhido na Secretaria da Viação, onde houver, sob a presidência dêste.

§ 3.º Ao Conselho Nacional de Geografia serão encaminhadas as relações relativas aos nomes das estações ferroviárias do Distrito Federal.

Art. 3.º — Os resultados dos trabalhos de tôdas as Comissões Estaduais deverão, dentro de seis meses, contados da publicação dêste decreto-lei, ser submetidos ao exame do Conselho Nacional de Geografia, que os apreciará em conjunto, fará as modificações que julgar necessárias e aprova-los-á.

Art. 4.º — O Conselho Nacional de Geografia remeterá às autoridades competentes, dentro de três meses, contados do recebimento dos trabalhos estaduais, os quadros aprovados em Resolução especial para a nomenclatura das estações ferroviárias do país.

Art. 5.º — O Ministério da Viação, no concernente às estradas de ferro administradas ou fiscalizadas pela União, e as Secretarias Estaduais de Viação, no referente às estradas de ferro administradas ou fiscalizadas pelos Estados, determinarão às estradas a adoção da nomenclatura aprovada no prazo máximo de um ano, contado da data em que forem elas notificadas.

Art. 6.º — Na revisão dos nomes das estações ferroviárias a ser efetuada pelo Conselho Nacional de Geografia, serão observadas as seguintes normas:

- a) as estações receberão os nomes das cidades, vilas ou povoados em que estiverem localizadas;
- b) deverá ser evitada a duplicidade de nomes de estações em todo o país, facultando-se para isso a mudança dos nomes das estações situadas em povoados;
- c) as estações não poderão ter nomes iguais ou semelhantes aos de localidades delas afastadas;
- d) quando em uma cidade ou vila houver várias estações, uma delas tomará o nome da localidade, e as demais os nomes dos bairros em que se acharem localizadas;
- e) as estações situadas fora de cidades, vilas ou povoados deverão receber nomes com que, posteriormente, se designarão os núcleos que em tórno delas se vierem a formar;
- f) as estações iniciais situadas nas capitais do País e dos Estados estão sujeitas apenas às prescrições do item b);
- g) as estações de entroncamento de linhas terão um nome comum, mesmo que se trate de estradas diferentes.

Parágrafo único — No caso de mudança de nome de estação, quando o novo nome puder ser escolhido, deverão ser observadas as seguintes condições: o nome não será longo, nem formado de palavra composta; não será pessoal, sendo taxativamente proibido o nome de pessoa viva ou de estrangeiro; não será igual ao de estação ou localidade existente.

Art. 7.º — Após o cumprimento da determinação contida no artigo 5.º, serão comunicadas, obrigatoriamente, ao Conselho Nacional de Geografia, tôdas as alterações ou acréscimos em nomenclatura de estações ferroviárias.

Art. 8.º — Até que seja aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia, na forma do artigo 4.º, a nomenclatura das estações, ficam suspensas as alterações na nomenclatura atual.

Art. 9.º — O Conselho Nacional de Geografia promoverá a eliminação da duplicata dos nomes de localidades do país.

§ 1.º — Nas instruções que regularão a revisão do quadro territorial brasileiro, em 1943, será prevista pelo Conselho a eliminação dos nomes iguais de cidades e de vilas;

§ 2.º — Quanto à duplicata dos nomes de povoados e demais localidades, será eliminada mediante leis regionais, de acôrdo com os estudos e entendimentos que o Conselho Nacional de Geografia promoverá;

§ 3.º — Em a nova nomenclatura de localidades, não será lícito o uso de nomes estrangeiros, nem de pessoas, bem como os longos ou formados de mais de uma palavra.

Art. 10. — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1941, 120.º da Independência e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João de Mendonça Lima.
Vasco Leitão da Cunha.

(Do D. O. n.º 216, Ano LXX, de 10-9-1941).

DECRETO-LEI N.º 3.742 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1941

Dispõe sôbre a unificação dos serviços meteorológicos do país e dá outras providências.

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta : ●

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a entrar em acôrdo com os Estados e Municípios, que mantem serviços próprios de meteorologia, para a centralização e unificação de tais serviços, mediante a sua transferência para a União.

Art. 2.º — Nos contratos que celebrar o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, com os Governos dos Estados e dos Municípios, deverão inserir-se as disposições contidas nos parágrafos que seguem.

§ 1.º — A transferência será definitiva, passando os serviços a ser mantidos pela União, integrados no Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

§ 2.º — Os funcionários efetivos pertencentes aos serviços serão aproveitados no referido Ministério, considerado federal, para todos os efeitos, o tempo de serviço estadual.

§ 3.º — O pessoal extranumerário passará a ser admitido pelo Governo Federal, na forma da lei.

§ 4.º — Passarão a correr por conta da União quaisquer outras despesas de custeio dos serviços transferidos.

§ 5.º — Todo o material meteorológico existente nos Estados e Municípios, em uso ou em depósito, será transferido para o Ministério da Agricultura, devendo a sua entrega ser procedida mediante inventário, por ocasião da assinatura do contrato a que se refere este artigo.

§ 6.º — A União assumirá as atuais obrigações contratuais dos Estados e Municípios relativas à doação ou cessão de terrenos para a instalação de estações meteorológicas.

§ 7.º — Os Estados porão à disposição do Ministério da Agricultura os imóveis ocupados pelos serviços meteorológicos, até que o Governo Federal disponha, para os mesmos serviços, de instalações próprias.

Art. 3.º — O Ministério da Agricultura providenciará no sentido de serem os contratos celebrados dentro de sessenta dias, a partir da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 4.º — Oportunamente será expedido a legislação complementar que se fizer necessária para a execução do presente decreto-lei.

Art. 5.º — Ficam revogados o decreto n.º 23.627, de 22 de Dezembro de 1933 e disposições em contrário”.

Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1941, 120.º da Independência e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Carlos de Sousa Duarte.

Vasco T. Leitão da Cunha.

“Do D. O. n.º 249, Ano LXXX, de 25-10-941).

DECRETO-LEI N.º 3.854 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1941

Dispõe sobre a obrigatoriedade de normas a serem observadas no levantamento das estatísticas administrativas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam as repartições públicas federais obrigadas a observar as normas prescritas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes ao perfeito levantamento das estatísticas compreendidas no setor da administração pública.

Art. 2.º — Os Estados e os municípios devem incluir, na sua legislação, idênticas normas, ficando as repartições públicas estaduais e municipais obrigadas, também, a observá-las.

Art. 3.º — Entre os aspectos que as normas referentes aos levantamentos das estatísticas administrativas devem abranger, incluem-se, além de outros que a prática e a natureza dos serviços aconselharem os seguintes, investigados em relação a cada repartição:

I — Levantamento anual do pessoal lotado na repartição, segundo várias circunstâncias (sexo, idade, estado civil, prole, condições de exercício, jurisdição funcional, setores da administração, vencimentos, carreiras, etc.).

II — Levantamento anual dos atos inerentes à vida funcional (admissão, frequência, transferência, remoção, promoção, demissão, etc.).

III — Estatística dos serviços efetuados em decorrência das atribuições reguladas em lei, quer sejam de aspectos administrativos (pareceres emitidos, registros efetuados, guias extraídas, etc.), técnicos (inquéritos e pesquisas realizadas, vistorias levadas a efeito, exames, medições, etc.), quer científicos (exames de laboratório, observações meteorológicas, astronômicas, etc.).

IV — Caracterização da composição dos órgãos deliberativos, assim como o movimento administrativo dos mesmos (reuniões efetuadas, resoluções tomadas, pareceres emitidos, etc.).

V — Apanhado anual dos trabalhos efetuados pelos serviços de comunicações, principalmente no que se referir à entrada e saída de correspondência, que deverá ser levantada segundo várias circunstâncias (natureza da correspondência, procedência ou destino, assunto, etc.).

VI — Apuração do movimento do arquivo, compreendendo a entrada de documentos, as saídas para consultas, certidões passadas, as inutilizações, etc.

VII — Levantamento estatístico do patrimônio da repartição, baseado no inventário anual, de modo que fique perfeitamente caracterizado o material permanente de que dispõe o serviço.

Art. 4.º — A prescrição das normas sôbre os levantamentos estatísticos, a que se referem os artigos anteriores, será procedida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público, devendo, também, pelo mesmo modo, ser resolvidas as dúvidas suscitadas na aplicação das normas.

Art. 5.º — Êste decreto-lei entrará em vigor em 1.º de Janeiro de 1942, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1941, 120.º da Independência e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Vasco T. Leitão da Cunha.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Oswaldo Aranha.
Carlos de Sousa Duarte.
Gustavo Capanema.
Dulfe Pinheiro Machado.
J. P. Salgado Filho.

(Do D. O. n.º 271, Ano LXXX, de 24-11-1941).

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES SÔBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939-1941

(continuação)

— “Atlas econômico do custo da produção e da rentabilidade agrícola no Estado de São Paulo em 1939” — Edição com ilustrações cartográficas — 32 x 46 cm. — Tip. Siqueira — São Paulo, S. P. — 1940 — 48 páginas.

— “Atlas econômico do Estado de São Paulo” — 32 x 46 cm — Fartamente ilustrado com cartogramas — Tip. Siqueira — São Paulo, S. P. — 1940 — 83 páginas.

— “O Vale do Paraíba” — 24 x 17 cm — Ilustrações fotográficas — Edição da Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1940 — 158 páginas.

ANDRADE, Teófilo de — “O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste” — 22 x 15 cm — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 165 páginas.

Edição ilustrada com fotografias e apresentando o seguinte sumário: O sentido histórico da Marcha para o Oeste — Fisionomia do vale do Paraná — Geopolítica do rio Paraná — As fronteiras da penetração — O rio como via de comunicação — A navegação e a saída para o mar — O gado e a madeira — Erva-mate — O “rush” do café em busca do Paraná — As populações ribeirinhas — Caudal e selva — As Sete Quedas.

ASSIZ, F. Eugênio — “Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo” — 23 x 16 cm — Edição de Vida Capichaba — Vitória, E. S. — 1941 — 312 páginas.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — I.B.G.E. — “Vocabulário do Estado do Rio Grande do Sul” — (Contribuição para o Dicionário Geográfico Brasileiro — Publicação n.º 2 IE p. 2) — 23 x 15 cm — Livraria do Globo — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1940 — 497 páginas.

HARTT, Carles Frederick — “Geologia e geografia física do Brasil” — (Tradução de EDGAR SUSSEKIND DE MENDONÇA e ELIAS DOLLANITI) — Vol. 200 da Série 5.^a — *Brasiliانا* — 19 x 12 cm — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — Companhia Editora Nacional — São Paulo, S. P. — 1941 — 649 páginas.

Apresenta como sumário: — Província do Rio de Janeiro — Província do Espírito Santo — Província de Minas Gerais — Ilhas e recifes de coral dos Abrolhos — Província dos Abrolhos — Província da Baía — A bacia do São Francisco — Interior da Província da Baía — Geologia dos arredores de São Salvador e a Estrada de Ferro São Francisco — Província de Pernambuco — Província da Paraíba do Norte — Província do Rio Grande do Norte — Província do Ceará — Províncias do Maranhão, Pará e Amazonas — Províncias de Goiás e Mato Grosso — Províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul — As minas de ouro do Brasil — Resumo da geologia do Brasil — Sôbre os Botocudos.

LIMA, G. C. Bierrenbach de, e QUINTÃO, J. O. — “Serviço de Geodésia-Coordenadas geográficas e geodésicas” — (Boletim n.º 28) — 23 x 16 cm — Tip. Siqueira — São Paulo, S. P. 1940 — 58 páginas.

ZARUR, Jorge — “A Geografia no curso secundário” — (Separata do n.º 2, Ano III, da *Revista Brasileira de Geografia* — 27 x 18 cm — Com fotografias, desenhos e gráficos — SERVIÇO GRÁFICO do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 42 páginas.

PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939-1941

(continuação)

— “Anais do II Congresso Rio Grandense de Agronomia” (Primeiro e segundo volume) — 27 x 18 cm — Apresenta ilustrações fotográficas — Tip. Gundlach — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1941 — 857 páginas.

— “*Anexos*” ao Relatório n.º 88 da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a Assembléa Geral de 29-4-1941 e correspondente ao ano de 1940 — 23 x 16 cm — *Casa Livro Azul* — Campinas — 1941 — 211 páginas.

— “*Guia do Estado de Santa Catarina*” — II volume — (parte comercial) — 20 x 14 cm — *Livraria Central* de Alberto Entres — Florianópolis, S. C. — 1941 — 536 páginas.

— “*Guia e horários da Leopoldina Railway*” — N.º 63 — Julho a Dezembro — 1941) — 19 x 14 cm — Ilustrações fotográficas, contendo, também, um mapa geral das linhas — Edição da Leopoldina Railway — 1941 — 192 páginas.

ALMEIDA, Antônio Figueira de — “*Capela, Curato e Matriz*” — (Origem das primeiras Cidades do Brasil) — 23 x 16 cm — *Gráfica Baurly* — Rio de Janeiro, D. F..

Tese para provimento do cargo de professor de História do Colégio Pedro II.

ALMEIDA, Deoclides — “*É o calor do sol que aquece a terra?*” — 13 x 19 cm — *Emiel*, editor — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 92 páginas.

ALMEIDA PORTUGAL, Maria da Glória Rangel de — “*Olhando o México*” — 25 x 18 cm — Oficinas gráficas *Leuzinger*, S. A. — Rio de Janeiro, D. F. — 1939 — 120 páginas.

Destacam-se do seu sumário: — O vale do México — Fiestas — Talavera e azulejos de Puebla — Danças mexicanas — Artes populares — Música popular — Riquezas arqueológicas — Tradições, costumes e aspectos populares.

ANDRADE, Almir de — “*Formação da sociologia brasileira*” — vol. 1 — (Os primeiros estudos sociais no Brasil — Séculos XVI, XVII e XVIII) — 23 x 15 cm — Apresenta ilustrações fotográficas — *Livraria José Olímpio* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 318 páginas.

Sumário: — Tipos de observadores sociais — Métodos de estudo social — Literatura social.

— “*O conceito brasileiro de Município*” — (Tese para o Congresso Inter-Americano de Municípios que terá lugar em Santiago do Chile em Setembro de 1941) — 28 x 21 cm — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro, D. F. — 16 páginas.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — “*Problemas da Amazônia*” — (Memorial apresentado pela ASS. Com. do Amazonas ao Exmo. Sr. Dr. GETÚLIO VARGAS, digno Presidente da República, por ocasião de sua visita à sede deste Instituto) — 23 x 16 cm — *Livraria Clássica* — Manaus, Am. — 1940 — 105 páginas.

Destacam-se os seguintes capítulos do seu sumário: — O problema da Amazônia em função do homem — Povoamento — Colonização — Imigração — Cooperativismo — O problema da Amazônia em função de suas indústrias extrativas — A borracha — Castanha — Madeiras — Pirarucú — Peles de animais silvestres.

BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO — Departamento de Estatística — “*Aspects of the Brazilian Economy*” — 24 x 16 cm — Com ilustrações gráficas — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, S. P. — 1941 — 47 páginas.

— “*Mercados Sul Americanos*” — 24 x 16 cm — *Revista dos Tribunais* — São Paulo, S. P. — 1941 — 137 páginas.

BRASIL, Vital — “*Memória histórica do Instituto de Butantã*” — 24 x 16 cm — Edição ilustrada com fotografias e gráficos — *Elvino Pocaí* — São Paulo, S. P. — 1941 — 169 páginas.

BUARQUE, A. de Paula — “*Centenário da fundação de Petrópolis*” — 19 x 13 cm — Oficinas gráficas do *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 29 páginas.

BULCÃO, Soares — “*Subsídio para a história do Alto Purús*” — 23 x 16 cm — *Editora Fortaleza* — Fortaleza, Ce. — 1941 — 62 páginas.

CABRAL, Luiz Caetano de Oliveira — “*Hevea brasiliensis*” — 23 x 16 cm — Edição da Associação Comercial do Amazonas, com ilustrações fotográficas fora do texto — Manaus, Am. — 1940 — 24 páginas.

Observações e estudos das plantações de seringueiras da Empresa Ford, no rio Tapajoz.

CALDEIRA, Néelson Mendes — “*As Capitais da América*” — (Separata do *Boletim* n.º 2, de Fevereiro de 1941, do Departamento Estadual de Estatística) — 24 x 17 cm — Tip. Brasil — São Paulo, S. P. — 1941 — 29 páginas.

Apresenta ilustrações fotográficas e o seguinte sumário: — Crescimento da População — Construções — Índices de progresso — Composição racial — Origens da população dos grandes centros continentais — Orçamentos municipais.

CAMPOS, J. da Silva — “*Fortificações da Baía*” — 24 x 18 cm — Edição ilustrada, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 322 — páginas.

Sumário: — Fortificações existentes — Fortificações arruinadas — Fortificações desaparecidas.

COELHO, Paulo Japiassú — “*Dez dias em contacto com as selvas brasileiras*” — (Uma excursão ao Rio Doce) — 23 x 16 cm — Ilustrada — Sem indicação da casa impressora — Juiz de Fora, M. G. — 1940 — 44 páginas.

Tem como sumário: — De Sabará a Ipatinga — Ipatinga — Primeiros contactos com a mata — A lagoa do Casimiro — Bombeiros improvisados — Na lagoa do Casimiro — As canoas — O rio Doce — A cachoeira de Santana.

CORDEIRO, Mário — “*Aspectos econômicos e sociais do Norte*” — (Através de um inquérito jornalístico) — 24 x 19 cm — Zélio Valverde — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 133 páginas.

CORREIA, Jonas — “*Estudos de Português*” — 2.ª edição — 19 x 13 cm — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro, D. F. — 1941.

Destaca-se do seu sumário o seguinte capítulo: — (VII) — A ortografia simplificada e a grafia dos nomes geográficos (Parecer Gabaglia).

CUNHA, Arnaldo Pimenta da — “*Visconde de Mauá*” (Irineu Evengalista de Sousa) — (1813-1889) — (Conferência) — 23 x 16 cm — Imp. Oficial do Estado — Salvador, Ba. — 1940 — 89 páginas.

DANTAS, Luiz Ascendino — “*Martim Afonso Tibiriçá, Patriarca do Brasil Meridional*” — Excertos históricos — 25 x 17 cm — Gráfica Vasconcelos — Niterói, R. J. — 1941 — 75 páginas.

Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: — Tibiriçá, significação — O Colégio — João Ramalho — Cruzamento de sangue inglês, norte-americano, alemão, russo, francês e português com o sangue brasileiro — Quem era a mulher de Tibiriçá.

— “*Reprêsa do Ribeirão das Lajes*” — São João Marcos, R. J. — Com ilustrações cartográficas — 23 x 16 cm — Gráfica Vasconcelos — Niterói, R. J. — 46 páginas.

DE CARLI, Gileno — “*O drama do açúcar*” — 22 x 15 cm — Pongetti — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 186 páginas.

Com ilustrações cartográficas e o seguinte sumário: — Trinidad — Pôrto Rico — República Dominicana — Cuba — México — Estados Unidos.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos — “*Noções de economia e estatística*” — 20 x 14 cm — Companhia Editora Nacional — São Paulo, S. P. — 1941 — 276 páginas.

Apresentando interessantes gráficos, tem como sumário: — Da economia política como ciência — Dos fatores da produção — Da repartição das riquezas — Da circulação das riquezas — Do Consumo das riquezas — Da intervenção do Estado na ordem econômica — Das doutrinas econômicas — Estatística geral — Da estatística demográfica — Da estatística econômica — Da estatística moral e política — Da utilidade da estatística.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel — “Os grupos sociais” — (Conferência pronunciada no Curso de Férias de 1939) — 23 x 16 cm — *Imp. Oficial* — Maceió, Al. — 1940 — 21 páginas.

DINIZ, Osório da Rocha — “O Brasil em face dos imperialismos modernos” — (B. P. B. s. 5.^a — *Brasiliiana* — vol. 183) — 13 x 19 cm — Companhia Editora Nacional — São Paulo, S. P. — 1940 — 391 páginas.

DUCHESNE, Laurent — “História econômica contemporânea” — (Tradução de A. C. Couto de Barros) — 13 x 19 cm — *Livraria Martins* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 180 páginas.

FALCÃO, Anibal — “Fórmula da civilização brasileira” — *Editora Guanabara* — Rio de Janeiro, D. F. — S/d — 199 páginas.

FALCÃO, Edgar de Cerqueira — “Relíquias da Baía” — 32 x 22 cm — Com ilustrações fotográficas — *Graphicars* — São Paulo, S. P. — 1941 — 508 páginas.

FERRAZ, A. L. — “Américo Vespucci e o nome da América” — (Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo 176) — 24 x 17 cm — *Imp. Nacional* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 26 páginas.

FREIRE, Gilberto — “Uma cultura ameaçada: — a luso brasileira” — 13 x 17 cm — *Livraria José Olímpio* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 88 páginas.

GOMES, Luiz Sousa — “A evolução econômica do Brasil e seus principais fatores” — (Conferência proferida em 30 de Abril de 1941, no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro) — 23 x 16 cm — Edição da Sociedade Brasileira de Economia Política — 1941 — 42 páginas.

Sumário: — A evolução econômica do Brasil e seus principais fatores — O colonizador português — A Colônia e a Metrópole — Os outros fatores humanos — As Bandeiras — O bandeirismo — O negro — O índio — O solo e a produção — A cana de açúcar — A drenagem do ouro brasileiro e os rendimentos da Coroa portuguesa — O algodão — O fumo — O cacau — A pecuária — O café — A indústria — Conclusão.

KAIRO, Paul Scmith — “Nilo, rio escravo” — (Tradução de R. Campos) — Col. *Histórica contemporânea*, vol. 4) — 13 x 19 cm — Edição ilustrada de *Diretriz* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 69 páginas.

LEFÈVRE, Henrique Neves — “Qual a solução mais conveniente para o problema de habitação dos operários e funcionários do Brasil?” — Tema II — ((II Convenção Nacional de Engenheiros) — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Sem indicação da casa impressora — São Paulo, S. P. — 1941 — 34 páginas.

LEITE, Francisco — “No reino dos pinheirais” — 20 x 14 cm — Ilustrações fotográficas — *Gráfica Sauer* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 61 páginas.

LUBAMBO, Manuel — “Capitais e grandeza nacional” — B. P. B. s. 5.^a — *Brasiliiana* — vol. 187 — 13 x 19 cm — *Companhia Editora Nacional* — São Paulo, S. P. — 1940 — 225 páginas.

MAACK, Reinhard — “Algumas observações à respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná” — (Separata dos *Arquivos do Museu Paranaense*) — 23 x 17 cm — Com ilustrações, foto e cartográficas — *Empresa gráfica Paranaense* — Curitiba, Pr. — 1941 — 24 páginas.

MARTINS JÚNIOR — “História do Direito Nacional” — 2.^a edição — 23 x 16 cm — *Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual* — Recife, Pe. — 1941 — 274 páginas.

Destacam-se do seu sumário: — Primeira fase do colonato: o sistema das capitanias hereditárias ou o néo-feudalismo brasileiro — O Brasil-Córte, e o Brasil-Reino: sua fisionomia jurídica (1808 a 1822).

MATOS, Anibal — “A raça da Lagoa Grande” — Velhos e novos estudos sôbre o homem fóssil americano — Vol. 206 de Série 5.^a — *Brasiliiana* — 19 x 13 cm — Com ilustrações fotográficas — *Companhia Editora Nacional* — São Paulo, S. P. — 1941 — 495 páginas.

Do seu sumário: — A descoberta da América e o panorama da Pré-história — O homem americano na classificação das raças humanas — Breve notícia do solo, do clima e da vegetação de Lagoa Santa — Ligeiras considerações sobre o clima e o estudo comparativo das faunas extinta e viva do pleistoceno do planalto central de Minas Gerais:

MILLIET, Sérgio — “Roteiro do café e outros ensaios” — 3.^a edição — (Revista e aumentada) — 23 x 16 cm — Com gráficos e fotografias — Edição da Divisão de Documentação Histórica e Social — São Paulo, S. P. — 1941 — 211 páginas.

Sumário: — Roteiro do café — O desenvolvimento da pequena propriedade — Recenseamentos antigos — Fórmula de Martius — São Paulo em 1886 — Trigais de São Paulo — Os íntimos da Morte — Demografia e eugenia — Piracicaba — O problema do Sul.

MORAIS, Evaristo de — “Os Judeus” — 20 x 14 cm — *Civilização Brasileira*, S. A. — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 154 páginas.

MOTA, Otoniel — “Do rancho ao palácio” — (Evolução da civilização Paulista) — Vol. 204 da Série 5.^a — *Brasiliiana* — 19 x 13 cm — *Companhia Editora Nacional* — São Paulo, S. P. — 1941 — 191 páginas.

Sumário: — Construções, utensílios e costumes — Leite e mel — O arroz — O milho — O trigo — O fumo — Árvores frutíferas — Os rebanhos em Piratininga — A gente — A vida no arraial em Piratininga — Passo a passo — Sem livreiros e sem livros — O homem e a selva — O coração bandeirante — O colono e o jesuíta — Festas — A moeda e o comércio.

PEIXOTO, Afrânio — “Martim Soares Moreno” — Nota à “Iracema” — 19 x 12 cm — *Livraria Editora Paulo Bluhm* — Belo Horizonte, M. G. — 1941 — 90 páginas.

Martim Soares Moreno, fundador do Ceará, iniciador do Maranhão e do Pará, herói da restauração do Brasil contra os franceses e holandeses — Petições e documentos de Martim Soares Moreno e informações a eles relativas.

PESSOA, Alfredo — “La propaganda de los Municipios” — (Tesis para el Congreso Inter-americano de Municipios que tendrá lugar em Santiago de Chile em Septiembre de 1941) — 21 x 21 cm — *Indústria do Livro Limitada* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 16 páginas.

PITOMBO, Ari — “Pernambuco de hoje” — 17 x 12 cm — Ilustrações fotográficas — Oficinas gráficas de *O Globo* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 50 páginas.

Sumário: — Cooperativismo — A estação de fruticultura de Bongí — A granja de Dois Irmãos — Decresceu a mortalidade infantil em Pernambuco — A primeira fábrica de farinha panificável — As jazidas de diatomácea em Dois Irmãos — A extinção dos mocambos — O apóio das classes trabalhadoras — Restaurantes populares para operários — Recife, a cidade encantada do Nordeste — Mais de quatro prédios por dia — Rumo ao campo.

POURCHET, Maria Júlia — “Índice cefálico no Brasil” — (Revisão bibliográfica) — 23 x 16 cm — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 62 páginas.

SEABRA, Paulo — “Alimentação no trabalho” — (Conferência-relatório) — 18 x 11 cm — *Muniz* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 38 páginas.

Relatório sobre as condições alimentares do trabalhador no Município de Campos, apresentado na sessão de 5 de Fevereiro de 1941, do Conselho Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social, que deliberou sua publicidade.

SEGUNDO CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (Baía) — “O Negro no Brasil” — (Trabalhos apresentados por vários autores) — 13 x 19 cm — *Civilização Brasileira*, S. A. — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 367 páginas.

SILVA, Moacir M. F. — “Roda e asa” — 25 x 17 cm — Edição com ilustrações cartográficas das oficinas gráficas *Alba* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 208 páginas.

Sumário: — Roda e asa — Fronteiras — Um pouco de História.

SILVEIRA, Álvaro Astolfo da — “Topografia” — 16 x 23 cm — Ed. *Melhoramentos* — São Paulo, S. P. — 1940 — 421 páginas.

SMITH, Herbert H. — *“Uma fazenda de café no tempo do Império”* — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Departamento Nacional do Café, editor — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 23 páginas.

SOMBRA, Cap. Severino — *“As duas linhas da nossa evolução política”* — 16 x 23 cm — *Zélio Valverde* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 118 páginas.

— *“Pequeno esboço de história monetária do Brasil Colonial”* — 23 x 16 cm — *Imp. Nacional* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 118 páginas.

Sumário: — Período naturista — Período da prata — Período do ouro — O novo período da prata — Período do cobre — Fim do período colonial.

SPERLING, Vítor — *“O problema da alimentação humana”* — (Com tabelas elucidativas e gráficos) — 23 x 16 cm — *Tip. Brasil* — São Paulo, S. P. — 1941 — 22 páginas.

VIAÇÃO BAIANA DO SÃO FRANCISCO — *“Tabela — Quilometragem — Passagem — Hora de viagem”* — 23 x 15 cm — *Empresa Gráfica Limitada* — Baía — 1940 — 40 páginas.

WILLEMS, Emílio — *“Assimilação e populações marginais no Brasil”* — B. P. B. s. 5.^a — *Brasiliana* — Vol. 186 — 13 x 19 cm — *Companhia Editora Nacional* — São Paulo, S. P. — 1940 — 343 páginas.

WIRSCH, Gert — *“Palestina e o problema árabe”* — (Tradução de Rubem Teixeira) — Col. *História Contemporânea*, n.º 2 — 13 x 19 cm — Ed. *Diretriz* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 109 páginas.

ZWEIG, Stefan — *“Brasil País de Futuro”* — 22 x 15 cm — *Editora Guanabara* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 294 páginas.

Destacam-se do seu sumário: — História — Economia — Civilização — O Rio de Janeiro — O Rio antigo — Jardins, morros e ilhas — São Paulo — Visita ao café — Minas Gerais — Visita às cidades do ouro — O voo sobre o Norte — A Baía — Visita ao açúcar, fumo e cacau — Recife — Voo para a Amazônia.

Edições oficiais

ALVES, Landulfo — *“Atividades da administração pública no biênio 1938/39”* — (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente GETÚLIO VARGAS) — 29 x 18 cm — Com ilustrações foto e cartográficas, além de numerosos gráficos — *Imp. Oficial* — Salvador — Baía — 1941 — 324 páginas.

AMARAL, F. Pompeu — *“Para melhorar a alimentação da população paulista”* — 23 x 16 cm — Edição da Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1941 — 25 páginas.

BEADLE, N. C. W. — *“As temperaturas do solo durante o fogo nas florestas e seu efeito sobre a sobrevivência da vegetação”* — (Separata do *Boletim de Agricultura* — n.º único — 1939) — 23 x 16 cm — Edição ilustrada da Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1941 — 24 páginas.

CARTIER, Horácio — *“Política sanitária”* — 19 x 12 cm — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 215 páginas.

COMISSÃO BRASILEIRA DOS CENTENÁRIOS DE PORTUGAL — *“Pavilhão do Mundo Português e pavilhão do Brasil Independente — Exposição do Museu Histórico Nacional — Catálogo descritivo, comentado por Gustavo Barroso* — Edição ilustrada — 17 x 24 cm — *Gráfica Bloch* — Rio de Janeiro, D. F. — 1940 — 234 páginas.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL — *“Relatório”* — 28 x 19 cm — Com ilustrações cartográficas — *Lito-tipo Guanabara Ltda.* — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 203 páginas.

DECKER, S. — *“As queimadas e suas influências nefastas sobre os solos tropicais”* — (Separata do *Boletim de Agricultura* — n.º único — 1939) — 23 x 16 cm — *Diretoria de Publicidade Agrícola* — São Paulo, S. P. — 1941 — 31 páginas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — I. B. G. E. — Estado da Baía — “Cadastro rural” — 23 x 16 cm — *Fênix Gráfica* — Baía — 1940 — 43 páginas.

— “Instruções gerais às agências municipais de Estatística” — 23 x 16 cm — *Imp. Oficial* — Salvador, Ba. — 1940 — 46 páginas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — I. B. G. E. — Estado de Minas Gerais — “Exportação mineira em 1939” — (Separata do n.º 11 do *Boletim do Departamento Estadual de Estatística* — 27 x 18 cm — *Oficinas Gráficas da Estatística* — Belo Horizonte, M. G. — 1941 — 16 páginas.

— “Indústrias de cortumes — 1936 a 1939” — (Separata do *Boletim* n.º 13) — 27 x 19 cm — *Oficinas Gráficas da Estatística* — Belo Horizonte, M. G. — 1941 — 15 páginas.

— “Indústria extrativa mineral — 1935 a 1939” — (Separata do *Boletim* n.º 12) — *Of. Gráfica da Estatística* — Belo Horizonte, M. G. — 1941 — 21 páginas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — I. B. G. E. — Estado de Santa Catarina — “Divisão administrativa e judiciária de Santa Catarina” — 24 x 17 cm — *Imp. Oficial* — Florianópolis, S. C. — 1941 — 78 páginas.

— “Ementário das instruções para a Campanha de 1941” — (Prontuário-geral e inquérito-municipal) — 24 x 17 cm — *Imp. Oficial* — Florianópolis, S. C. — 1941 — 109 páginas.

— “Números de Santa Catarina” — (Publicação n.º 8) — 23 x 16 cm — *Imp. Oficial* — Florianópolis, S. C. — 1939 — 44 páginas.

— “Produção pecuária” — 27 x 18 cm — *Imp. Oficial* — Florianópolis, S. C. — 1941 — 11 páginas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — I. B. G. E. — Estado de São Paulo — “Divisão judiciária e administrativa do Estado” — 24 x 16 cm — Com cartogramas — São Paulo, S. P. — 1940 — 265 páginas.

— “Índice alfabético da matéria publicada nos Boletins de 1938 - 1939 - 1940” — 24 x 16 cm — *Tip. Brasil* — São Paulo, S. P. — 1941 — 99 páginas.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL — Ministério da Fazenda — “Estatísticas econômicas” — 23 x 23 cm — *Tip. da Dir. de Est. Econ. e Fin.* — Rio de Janeiro, D. F. — 1939 — 102 páginas.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL — Estado do Rio Grande do Sul — “Boletim de estatísticas educacionais 1937 - 1938” — 27 x 18 cm — Secretaria de Educação e Saúde Pública — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1941 — 73 páginas.

— “Estatísticas culturais de 1938” — 27 x 18 cm — Sec. de Educação e Saúde Pública — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1940 — 174 páginas.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Secretaria da Agricultura — “Estatística do comércio do pôrto de Santos com os países estrangeiros” — (Importação — Exportação — Movimento marítimo) — (Janeiro a Dezembro — 1939-1940) — 23 x 16 cm — Diretoria de Est., Ind. e Comércio — Sec. da Agricultura — São Paulo, S. P. — 1941 — 293 páginas.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E TURISMO — “Dois anos de luta contra o mocambo” — 15 x 23 cm — Com ilustrações — Diretoria de Est., Prop. e Turismo — Recife, Pe. — 1941 — 6 páginas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — “Regulamento das terras públicas e seu povoamento” — 23 x 16 cm — *Imp. Oficial* — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1939 — 14 páginas.

Dispõe sobre o serviço de discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, assistência aos indígenas e aos nacionais, e serviço florestal.

FREIRE, Antônio — “O I. B. G. E. e o recenseamento de 1940” — 23 x 16 cm — Delegacia Regional do Recenseamento — Recife, Pe. — 1940 — 12 páginas.

FREIRE, S. L. Cunha — “*A erosão dos solos*” — 23 x 16 cm — Edição ilustrada — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1941 — 37 páginas.

A erosão dos solos — Causas — Necessidades do seu combate — Histórico — Efeitos.

GETÚLIO VARGAS — “*Discurso do rio Amazonas*” — 23 x 14 cm — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 4 páginas.

GUEDES, Jaime Fernandes — “*A política econômica do café*” — (Relatório) — 22 x 15 cm — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 31 páginas.

— “*Relatório apresentado ao Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café*” — 25 x 19 cm — Departamento Nacional do Café — 1940 — 64 páginas.

HOEHNE, F. C. — 31 x 24 cm — Ilustrada — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — São Paulo, S. P. — 1941 — 39 páginas.

Leguminosas — Papilonadas — Generos *Dalbergia* e *Cyclobium*.

INSPETORIA FEDERAL DAS ESTRADAS — Ministério da Viação e Obras Públicas — “*Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil relativas ao ano de 1939*” — (Tomo XLII) — Primeira parte — 27 x 19 cm — Insp. Federal das Estradas — Rio de Janeiro, D. F. — 1939 — 50 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — “*O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município*” — (Resenha oferecida e dedicada ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Santiago do Chile de 14 a 20 de Setembro de 1941) — 27 x 19 cm — Com ilustrações cartográficas — SERVIÇO GRÁFICO do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 153 páginas.

Sumário: — A cooperação inter-administrativa nos Serviços Estatísticos Brasileiros — A ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no âmbito municipal — Anexos.

— “*Repertório Estatístico do Brasil*” — Situação Demográfica — 67 páginas.

— “*Repertório Estatístico do Brasil*” — Situação Cultural — 475 páginas.

— “*Repertório Estatístico do Brasil*” — Situação física — 83 páginas.

— Separatas do “*Anuário Estatístico do Brasil*” — Ano V — 1939-1940 — 28 x 19 cm — SERVIÇO GRÁFICO do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — (Secção de Estatística) — “*Açúcar*” — Produção e consumo — Safra de 1939-1940 — Ano civil de 1940 — (Janeiro a Dezembro) — 19 x 28 cm — Duarte, Neves & Cia. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 21 páginas.

— “*Alcool e álcool-motor*” — Produção e consumo — Safra de 1939-1940 — Ano civil de 1940 — (Janeiro a Dezembro) — 19 x 27 cm — Com ilustrações — Duarte, Neves & Cia. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 21 páginas.

JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DE ESTATÍSTICA — I.B.G.E. — São Paulo — “*Tábuas itinerárias*” — 24 x 17 — Com cartogramas — Edição da Junta Executiva Regional de Estatística de São Paulo — São Paulo, S. P. — 1941 — 1.166 páginas.

JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DE ESTATÍSTICA — I.B.G.E. — Santa Catarina — “*Relatório*” — 23 x 18 cm — Imp. Oficial — Santa Catarina — 1941 — 72 páginas.

MENDES, Carlos Teixeira — “*A cultura do algodoeiro*” — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1941 — 23 páginas.

MELO, Luiz de Anhaia — “*Problemas de urbanismo*” — O problema econômico dos serviços de utilidade pública — 17 x 24 cm — Prefeitura Municipal de São Paulo — São Paulo, S. P. — 1940 — 246 páginas.

BIBLIOTECA NACIONAL — “Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas” — (Separata do Vol. LX, dos *Anais da*) — 19 x 28 cm — Bibl. Nacional — Ministério da Educação — Rio de Janeiro, D.F. — 1940 — 176 páginas.

NONO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — “*Anais*” — I Volume — 23 x 19 cm — Edição ilustrada — SERVIÇO GRÁFICO do I. B. G. E. — 1941 — 264 páginas.

Sumário: — Organização e direção do Congresso — Realização do Congresso — As atividades do IX Cong. Bras. de Geografia, além das sessões plenárias e dos trabalhos das Comissões Técnicas.

PÔRTO, Aníbal — “*A indústria salineira do Brasil*” — 23 x 15 cm — Edição ilustrada — 23 x 15 cm — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Rio de Janeiro, D.F. — 1941 — 43 páginas.

RIBEIRO, Adalberto Mário — “*O problema florestal e a ação do Presidente Getúlio Vargas*” — (Separata da *Revista do Serviço Público* — Agosto de 1940 — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Serviço de Informação Agrícola — Rio de Janeiro, D.F. — 1941 — 41 páginas.

RIBEIRO, Fonseca — “*Algumas bases para a alimentação racional do Povo Brasileiro*” — 23 x 16 cm — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S.P. — 1941 — 30 páginas.

RELLEMBERG, Luiz Dias — “*Aspectos e perspectivas da economia nacional*” (Da coleção decenal da Revolução Brasileira) — 19 x 12 cm — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro, D.F. — 1941 — 240 páginas.

SCHMIDT, Carlos Borges — “*Classificação decimal dos assuntos agrícolas*” — (Do *Boletim de Agricultura*, n.º único — 1939) — 23 x 16 cm — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S.P. — 1941 — 44 páginas.

SECRETARIA DE AGRICULTURA — São Paulo — “*Arquivos do Instituto Biológico*” — (Volume comemorativo do 60.º aniversário do prof. H. DA ROCHA LIMA) — 26 x 18 cm — Com fotografias fora do texto — Secretaria de Agricultura — São Paulo, S.P. — 1940 — 620 páginas.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA — Estado do Espírito Santo — “*Decreto-lei n.º 12.644*”, de 16 de Abril de 1941 — (Altera a redação da descrição dos limites inter-municipais e inter-distritais fixados pelo Dec.-Lei n.º 9.941, de 11 de Novembro de 1938) — 23 x 15 cm — *Imp. Oficial* — Vitória, E.S. — 1941 — 64 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHO — “*Salário mínimo*” — (Legislação, estatística e doutrina) — 22 x 15 cm — Edição do Serv. de Est. da Previdência e Trabalho — Rio de Janeiro, D.F. — 1940 — 550 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — “*Comércio de cabotagem do Brasil*” — Janeiro a Dezembro de 1936 a 1940 — 26 x 19 cm — 1941 — 12 páginas.

— “*Comércio de cabotagem do Brasil*” — Janeiro 1940-41 — 33 x 24 cm — 1941 — 5 fôlhas.

— “*Comércio exterior do Brasil*” — Janeiro-Agosto 1936-1940 — 26 x 23 cm — 1940 — 17 páginas.

— “*Comércio exterior do Brasil*” — Janeiro-Setembro 1936-40 — 27 x 36 cm — 1941 — 31 páginas.

— “*Comércio exterior do Brasil*” — Janeiro-Outubro 1935-39 — 26 x 32 cm — 1939 — 17 páginas.

— “*Comércio exterior do Brasil*” — Janeiro-Novembro 1935-39 — 26 x 33 cm — 1940 — 17 páginas.

— “*Comércio exterior do Brasil*” — Exportação de algodão em rama — Janeiro-Junho 1939-41 — 27 x 20 cm — 1941 — 4 páginas.

— Exportação de café — Janeiro-Março 1939-41 — 27 x 19 cm — 6 páginas.

— Exportação de café — Janeiro-Abril 1939-41 — 27 x 19 cm — 1941 — 6 páginas.

— Exportação de café — Janeiro-Maio 1939-41 — 27 x 19 cm — 1941 — 6 páginas.

— Exportação de café — Janeiro-Junho 1939-41 — 27 x 20 cm — 1941 — 6 páginas.

— Exportação de café — Janeiro-Julho 1939-41 — 26 x 20 cm — 1941 — 6 páginas.

— Exportação de manufaturas — 1939-40 — 27 x 19 cm — 1941 — 54 páginas.

— “Estatísticas econômicas” — 30 x 23 cm — 1940 — 101 páginas.

— “Movimento bancário” — 30 x 23 cm — 1941 — 56 páginas.

— “Movimento marítimo” — Anos de 1934, 35, 36, 37 e 38 — 31 x 22 cm — 1940 — 160 páginas.

— “Movimento marítimo” — Janeiro-Dezembro 1939 — 27 x 19 cm — 1941 — 50 páginas.

— “Quadro estatísticos” — (Resumo anual de estatística econômica) — 1932-1939 — 30 x 22 cm — *Imp. Nacional* — Rio de Janeiro, D.F. — 1941 — 256 páginas.

SETZER, José — “Os principais tipos de solos paulistas” — (Do *Boletim de Agricultura* — n.º único — 1939) — 23 x 16 cm — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S.P. — 1941 — 16 páginas.

Sumário: — Salmourão e massapé — Solos do triássico — Baurú inferior e superior.

SPELRLING, Vitor — “Contribuição para a Biblioteca agrícola” — 23 x 16 cm — Com ilustrações fotográficas — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S.P. — 1939 — 67 páginas.

Sumário: — A importância das florestas em países montanhosos, com referência às montanhas de Chipre — A floresta e o regime das águas em Guadalupe — Florestas e pluviosidade — O futuro econômico das colônias francesas comprometido pelos incêndios de brenhas e florestas — A influência das florestas sobre o clima — A floresta e as fontes — A utilização da madeira sob o plano quadrienal da Alemanha.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. — “A redivisão política do Brasil” — (Separata do n.º 3, Ano III, da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA) 27 x 18 cm — Com um esboço de uma Carta Política do Brasil, plano de SEGADAS VIANA e modificações do autor — SERVIÇO GRÁFICO do I.B.G.E. — 1941 — 20 páginas.

VIDAL, Armando — “O Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939” — Relatório geral — 23 x 16 cm — *Imp. Nacional* — Rio de Janeiro, D.F. — 1941 — 291 páginas.

ZIKAN, J. F., e ZIKAN, Válder — “Introdução para o catálogo da Insetofauna do Itatiaia e da Mantiqueira” — Separata de *Rodriguésia*, n.º 13 — 1940 — 23 x 16 cm — Serviço Florestal — Rio de Janeiro, D.F. — 1940 — 14 páginas.

• Monografias municipais

— “Album comemorativo do Cincoentenário da fundação de Ijuí” — 1890-1940 — 32 x 24 cm — Fartamente ilustrado — *Livraria Serrana* — Ijuí, R.G.S. — 1940 — 168 páginas.

ANDRADE, Tales de — “Como nasceu a Cidade Maravilhosa” — 18 x 21 cm — Ed. *Melhoramentos* — São Paulo, S.P. — 1940 — 79 páginas.

BALÉM, João Maria — “A primeira paróquia de Pôrto Alegre — Nossa Senhora Mãe de Deus” — (1772-1940) — 23 x 16 cm — Edição ilustrada — *Tip. do Centro, S. A.* — Pôrto Alegre, R.G.S. — 1941 — 151 páginas.

DENTICE, João — “Relatório” do exercício de 1940 — (Apresentado ao Exmo. Sr. Cel. CORDEIRO DE FARIAS, DD. Interventor Federal, pelo prefeito do município de Bento Gonçalves, R. G. S.) — 23 x 16 cm — *Imp. Oficial* — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1941 — 147 páginas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — I. B. G. E. — Estado do Rio Grande do Sul — “Sinopse estatística de Pôrto Alegre” — (Comemorativa do Bi-centenário da colonização do Município) — 28 x 19 cm — *Livraria do Globo* — Pôrto Alegre) R. G. S. — 1940 — 317 páginas.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA — Município de Pelotas, R. G. do Sul — “Produção agrícola 1938-1939” — (*Boletim* do Departamento Municipal de Estatística) — Publicação n.º 12 — 23 x 16 cm — Edição do Dep. Municipal de Estatística — Pelotas, R. G. S. — 1941 (?) — 40 páginas.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E DIVULGAÇÃO DA PREFEITURA DE SALVADOR, Ba. — “Cidade do Salvador” — (Tradução-Progresso) — 21 x 20 cm — Edição, ilustrada, daquela Divisão — 1941 — 52 páginas.

DORNELLES FILHO — (Prefeito Municipal de Vacaria, R. G. S.) — “Relatório” apresentado ao Exmo. Sr. Cel. CORDEIRO DE FARIAS, DD. Interventor Federal no Estado — 27 x 19 cm — Com ilustrações fotográficas — Tip. THURMANN — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1941 — 179 páginas.

FERRAZ, Mário de Sampaio — “Cunha” (Mun. de S. Paulo) — 23 x 16 cm — Edição, ilustrada, da Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, S. P. — 1940 — 18 páginas.

FERREIRA, Atos Damasceno — “Imagens sentimentais da cidade” — (1.º prêmio no Concurso Bi-centenário de Pôrto Alegre) — 17 x 24 cm — *Livraria do Globo* — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1940 — 197 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — “Urbo Salvador” — (Tradução-Progresso) — Em esperanto e com ilustrações fotográficas — 21 x 20 cm — SERVIÇO GRÁFICO do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, D. F. — 1941 — 72 páginas.

LAMEGO, Alberto — “A terra Goitacá à luz de documentos inéditos” — Tomo quarto — 23 x 17 cm — *Livraria Acadêmica* — Campos, R. J. — 1941 — 472 páginas.

MACEDO, James Portugal — “Pequena contribuição para a História da comarca de Palmeira, Estado do Paraná” — 23 x 16 cm — Edição, ilustrada, da *Livraria Mundial* — Curitiba, Pr. — 1940 — 35 páginas.

OLIVEIRA, Jerônimo Teixeira de (Prefeito municipal de José Bonifácio, R. G. S.) — “Relatório” apresentado ao Exmo. Sr. Cel. CORDEIRO DE FARIAS, DD. Interventor Federal, relativo ao exercício de 1940 — 23 x 16 cm — *Livraria do Globo* — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1941 — 112 páginas.

PIMENTEL, Fortunato — “Aspectos gerais de Pelotas” — R. G. S. — 23 x 16 cm — Com ilustrações foto e cartográficas — Tip. Gundlach — Pôrto Alegre, R. G. S. — 1940 — 165 páginas.

PORTELA, Vitorino e CARVALHO, Manuel de — “Cachoeira histórica e informativa” — 28 x 19 cm — Com ilustrações fotográficas — Tip. Portela — Cachoeira, R. G. S. — 1940 — 276 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJÚ — Sergipe — “Registro comercial e industrial do município de Aracajú” — (*Boletim* n.º 4 — Ano de 1940) — 21 x 27 cm — Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município — Aracajú, Se. — 1941 — 25 páginas.

SILVA, Osmar R. da — “Canoinhas” — (Publicação n.º 20) — 24 x 17 cm — Com ilustrações fotográficas — Edição do Departamento Estadual de Estatística — Florianópolis, S. C. — 1941 — 80 páginas.

Sumário: — Posição, configuração, confrontação e limites — Divisão, superfície e população — Origem do povoamento — Evolução social e política — A sede municipal — Situação física — Situação econômica — Situação social — Situação administrativa e política.

HEMEROBIBLIOGRAFIA (*)

1940

N. R. — Esta nova secção destina-se ao registo de trabalhos sobre Geografia ou que ofereçam interesse geográfico, insertos nas publicações periódicas do Brasil, como sejam: revistas, mensais, boletins, anuários, relatórios, etc.

A resenha hoje iniciada, relativa aos trabalhos publicados em 1940 nos periódicos brasileiros, não é definitiva, devendo por isso ser completada com outras contribuições a serem inseridas no próximo número desta *Revista*. Para que possamos oferecer um serviço mais completo, pedimos aos respectivos diretores, que ainda não o fizeram, a fineza de nos remeterem suas publicações.

A classificação que seguimos no seleccionamento do material hemerobibliográfico é a mesma adotada pela Secção da Documentação do Conselho Nacional de Geografia.

GENERALIDADES

— “*A campanha geográfica*” — Com um mapa das cidades brasileiras — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 129-135.

— “*No Sul de Minas*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 89-91.

— “*O Acre desconhecido*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Págs. 65-68.

— “*O Estado de Goiás*” — Com ilustrações fotográficas e um mapa da estrada da marcha para o Oeste — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 51 — Abril de 1940 — Págs. 85-95.

— “*O Setentrão paranaense*” — Com ilustrações fotográficas e uma cartografia — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Págs. 69-71.

AGUIAR, Francisco Gonçalves de — “*Estudo hidrométrico do Nordeste brasileiro*” — (Exertos) — Com gráficos, diagramas e quadros explicativos — “*Boletins da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas*” — Vol. 13 — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 3-56.

AZEVEDO, Aroldo — “*A Geografia e suas modernas diretrizes*” — (Palestra proferida ao microfone da “*Rádio Excelsior*”, de São Paulo, no dia 9 de Março de 1940) — “*Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*” — Tomo XLVII — 1940 — Págs. 59-63.

BARROS, Renato — “*Zonas ecológicas de S. Paulo*” — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Págs. 66-77.

BERGALI, Alberto — “*Apontamentos de Geografia Militar*” — Tradução do Major Brecardo Bicudo — “*Defesa Nacional*” — Ano XXVII — N.º 315 — Agosto de 1940 — Págs. 235-251.

BONDAR, Gregório — “*A Geografia a serviço da agricultura*” — (Tese apresentada ao IX Congresso de Geografia) — “*O Campo*” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 130 — Outubro de 1940 — Págs. 26-27 — Mesma publicação — N.º 131 — Págs. 30-33.

BRAGA, Newton — “*Geografia Militar*” — “*Defesa Nacional*” — Ano XXVII — N.º 316 — Setembro de 1940 — Págs. 373-379.

BULCOCK, Frank W. — “*O Brasil Meridional*” — (Impressões de um agrônomo) — Contribuição de Paulo Leão de Moura — “*Revista de Imigração e Colonização*” — Ano I — N.º 2 — Abril de 1940 — Págs. 393-404.

CASTELO BRANCO, R. P. — “*O Piauí*”: a terra, o homem, o meio — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 58 — Págs. 66-74.

CASTELO BRANCO, R. P. — “*Três etapas na marcha para o Oeste*” — “*Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 58-64.

CARVALHO, Uriel — “*Domínio do Canadá*” — “*Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo*” — Ano XV — Setembro de 1940 — N.º 163 — Págs. 1.378-1.383.

CHAUVIN, Carlos Eugênio — “*Nossa Senhora do Carmo*” — (Aspectos da terra e da vida amazônica) — “*Revista das Academias de Letras*” — Rio de Janeiro — Ano IV — N.º 25 — Setembro de 1940 — Págs. 73-77.

HAMANN, Hugo — “*Estados Unidos*” — Com um gráfico — Hamann — *Economia e Finanças*” — Ano III — N.º 34 — 15 de Novembro de 1940 — Págs. 1-3.

(*) “*Hemerobibliografia* é vocábulo formado artificialmente do grego *heméra* (dia) e *bibliografia* (arte de copiar livros, significação essa que mudou para *relação das obras de um autor ou das obras relativas a determinado assunto*); de maneira que *hemerobibliografia* designa a secção de publicação periódica destinada ao *registo diário* de revistas e jornais, artigos e informações acerca de assuntos desta ou daquela especialidade”. (Nota do Professor José de Sá Nunes, Doutor em Filologia portuguesa e assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia).

HAMANN, Hugo — *Os Estados Unidos e o Brasil* — “Hamann — Economia e Finanças” — Ano III — N.º 33 — 15 de Novembro de 1940 — Págs. 1-4.

KRAUSE, Fritz — “*Nos sertões do Brasil*” — Tradução de Egon Schaden — Com várias ilustrações — (Continuação) — “Revista do Arquivo Municipal” — São Paulo — Ano VI — Vol. LXIX — Agosto de 1940 — Págs. 213-232.

MEIRA DE VASCONCELOS, General — “*Rumo Oeste*” — “*Nação Armada*” — N.º 10 — Setembro de 1940 — Págs. 7-10.

NAZZEU, Néelson — “*O Japão de hoje e de antigamente*” — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 25-35.

NIEMEYER, Válder — “*Pelo Brasil Setentrional*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 73 — Setembro de 1940 — Págs. 273-229.

OLIVEIRA NETO, Luiz Camilo de — “*Do Rio de Janeiro a Vila Rica*” — “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” — N.º 3 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 283-294.

PIMENTA DA CUNHA, Arnaldo — “*Pela unidade da Pátria*” — (Tese apresentada e aprovada pelo IX Congresso de Geografia) — Com várias ilustrações fotográficas e cartográficas — “Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas” — Vol. 14 — N.º 1 — Julho-Setembro de 1940 — Págs. 55-133.

RODRIGUEZ, Carlos — “*Viagem à Baía*” — Com ilustrações — “Anuário Brasileiro de Literatura” — Pongetti — N.º 4 — Ano de 1940 — Págs. 135-144.

TRAVASSOS, Mário — “*As condições geográficas e o problema militar brasileiro*” — Com ilustrações cartográficas — “Defesa Nacional” — Ano XXVII — N.º 316 — Setembro de 1940 — Págs. 395-404 — Mesma publicação N.º 317 — Págs. 619-528.

TRINDADE, José Augusto — “*Os postos agrícolas da Inspetoria de Secas*” — (Sua ação em face de irrigação e do ambiente econômico-social da região seca) — Com muitas ilustrações fotográficas e cartográficas — “Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas” — Vol. 13 — N.º 2 — Abril-Junho de 1940.

VIEIRA, Luiz Augusto da Silva — “*Obras do Nordeste*” — (Conferência realizada na Escola Nacional de Engenharia, em 11 de Junho de 1940) — “Boletim da Inspetoria de Obras Contra as Secas” — Vol. 13 — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 85-94.

FISIOGRAFIA

— “*A Barragem e usina hidro-elétrica do Rio Taquararas, no Estado de Minas Gerais*” — (Ineditorial) — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — “Boletim do Círculo de Técnicos Militares” — Rio de Janeiro — Ano 2 — N.º 5 — Outubro de 1940 — Págs. 153-166.

— “*As Grutas em Minas Gerais — Casa da Pedra*” — (Extraída do livro editado sobre o assunto pelo Dep. de Estatística de Minas Gerais) — “A. C. B.” órgão oficial do Automóvel Clube do Brasil — Junho de 1940 — Págs. 15-16 — Mesma revista — Julho do mesmo ano — Págs. 13-14 — Mesma revista — Agosto do mesmo ano — Página 13.

— “*Aproveitamento da Paulo Afonso*” — Com uma ilustração cartográfica — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 43-45.

— “*A unidade do ar e seus efeitos*” — “*Inteligência*” — São Paulo — Ano VII — N.º 71 — Novembro de 1940 — Págs. 89-91.

— “*Técnica e execução mecanizada das apurações meteorológicas*” — “*Nação Armada*” — N.º 9 — Agosto de 1940 — Págs. 146-150.

ABENSOUR, Leon — “*O Reno, o “Nilo do Ocidente”*” — “*Inteligência*” — Ano VI — N.º 62 — Fevereiro de 1940 — Págs. 47-50.

ACIOLI, Ismael — “*Praia Nordestina*” — Com ilustração — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 1 — 6 de Janeiro de 1940 — Pág. 24.

AFONSO CELSO — “*O Amazonas*” — “*Touring*” — Órgão oficial do Touring Club do Brasil — Ano VIII — N.º 86 — Novembro de 1940 — Pág. 21.

ALVES, Joaquim — “*Clima cearense*” — “*Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História*” — Fortaleza — Ceará — Ano III — Vol. V — N.º 1 — Dezembro de 1939 — Págs. 33-46.

ANDRADE, Teófilo de — “*O grande rio Paraná*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 50 — Março de 1941 — Págs. 91-95.

ARAÚJO GÓIS, H. de — “*Baixada Fluminense*” — (Com várias fotografias, mapas e plantas, fora do texto) — “*Revista do Clube de Engenharia*” — Ano VI — Maio-Junho de 1940 — Páginas 4-15.

AZEREDO RODRIGUES, Capitão Tenente Osmar Almeida de — “*O atol das Rocas*” — Com várias fotografias e mapas — “*Revista Marítima Brasileira*” —

Ano LIX — Maio-Junho de 1940 — Págs. 1.181-1.228.

BARBOSA, Otávio — “Água subterrânea em Belo Horizonte, Minas Gerais” — Com ilustrações cartográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. IV — N.º 23 — Janeiro-Fevereiro de 1940 — Págs. 238-240.

BARBOSA, Otávio — “Água subterrânea em Lavras, Minas Gerais” — Com um quadro explicativo — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 175-176.

BARBOSA, Otávio — “Estrias produzidas por gelo permo-carbonífero” — Com ilustrações — “Mineração e Metalurgia” — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Págs. 272-273.

BARROSO RAMOS, Julião — “Erosão em terrenos inclinados e um dos meios de combatê-los” — Com ilustrações — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 165 — Novembro de 1940 — Págs. 1.848-1.853.

BENEDETTI, Lúcia — “Copacabana” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 13 — 30 de Março de 1940 — Págs. 23-34.

BERNAL, Afonso Vega — “Contribuição do solo na cafeicultura” — Com ilustrações — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 161 — Julho de 1940 — Págs. 1.030-1.034.

BLUME, Hugo — “A sensacional escalada dos “Dedinhos” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 34 — 24 de Agosto de 1940 — Págs. 24-25.

BOUÇAS, Valentim F. — “O Vale do Amazonas” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 47-54.

BRAGA, Francisco Saturnino e SANTOS DE ALMEIDA, Bento — “O Saneamento da bacia hidrográfica da Lagoa Maricá” — com várias plantas — “Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas” — Recife — Pernambuco — Ano II — Vol. III — Julho-Setembro de 1940 — Págs. 119-146.

BRANDÃO JÚNIOR, João Batista de Oliveira — “Aspectos fisiográficos do Brasil” — (Discurso pronunciado pelo autor) — “Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” — Tomo XLVII — Ano 1940 — Págs. 143-155.

CARDOSO, Fernando Penteado — “Erosão” — “Revista do D. A. C.” — Secretaria da Agricultura, Ind. e Comércio de Pernambuco — Ano III — N.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 6-3.

COLOMB, G. — “Como está constituído o nosso Globo” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 65 — Maio de 1940 — Págs. 79-81.

CRESCENZI, Giuseppe — “Os horizontes da Oceanografia” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 66 — Junho de 1940 — Págs. 82-85.

DINIZ DE FREITAS, Homero — “Sobre a necessidade de um serviço de controle à erosão” — Com ilustrações fotográficas — “Revista “Ceres” — Vol. II — N.º 8 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 147-153.

ERICHSEN, Alberto I. e HERMANO, Álvaro — “Geologia do litoral baiano ao sul de Salvador” — Com ilustrações cartográficas e fotográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 28 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 18-20.

FAZIO, Roberto di — “Os terremotos e seus efeitos catastróficos” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 69 — Setembro de 1940 — Págs. 87-90.

FERREIRA TEIXEIRA — “Os campos altos de Marajó” — “Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará” — Belém — Ano VIII — Novembro-Dezembro de 1940 — N.º 29 — Pág. 2.

FOURNIER, L. M. Barros — “Rio de Areia” — (Comunicação feita à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Pág. 193.

FRANCO DE CARVALHO, Paulino — “Estrias glaciais em granodiorito sobposto ao Gonduano de Santa Catarina” — Com ilustrações — “Mineração e Metalurgia” — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Págs. 271-272.

GOICOCNÊA, Castilho — “Javari” — O Rio Martirizante — “Revista Marítima Brasileira” — Ano LX — Ns. 1 e 2 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 1.558-1.566.

GONZAGA DA FONSECA — “A gruta do Maquiné e o turismo” — Com fotografias — “Touring” — Órgão oficial do Touring Clube do Brasil — Ano VIII — N.º 85 — Outubro de 1940 — Págs. 50-51.

HOULLEVIGUE, L. — “Será gasoso o centro da terra?” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 63 — Março de 1940 — Págs. 85-86.

JAPYASSÚ, Paulo — “Uma excursão ao Rio Doce” — (Dez dias de contacto com as selvas brasileiras) — Com ilustrações fotográficas — “Touring” — Órgão oficial do Touring Clube do Brasil — N.º 82 — Ano VIII — Abril-Maio de 1940 — Págs. 16-18.

KEEFE, Anselmo — “O mar dos sarçaços” — “Inteligência” — São Paulo

— Ano VI — N.º 62 — Fevereiro de 1940 — Págs. 87-90.

KNECHT, Teodoro — “*Prospecção mineralógica do Estado de São Paulo*” — (Dados extraídos do trabalho do mesmo autor intitulado “*Os minerais e minérios do Estado de São Paulo*”) — “Boletins do Departamento Estadual de Estatística” de São Paulo — N.º 5 — Maio de 1940 — Págs. 69-78.

LEONARDOS, Othon H. — “*A zona petrolífera da costa atlântica*” — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — “Brasil Mineral” — Rio de Janeiro — Ano 1 — Janeiro de 1940 — Págs. 8-12.

LINS, Alcides — “*Valor econômico dos principais maciços brasileiros*” — (Com várias plantas e mapas fora do texto — Tese apresentada ao IX Congresso de Geografia) — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — N.º 69 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 7-18.

LINS, Miguel — “*O Vale do Rio do Peixe*” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 26-41.

LIRA NETO — “*O solo e a moderna edafologia*” — Com ilustrações — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 129 — Setembro de 1940 — Págs. 11-15.

LUND, Peter Wilhelm — “*Gruta do Maquiné*” — Com ilustrações — “A.C.B.” — Órgão do Automóvel Clube do Brasil — Março de 1940 — Págs. 13-16.

MARCHITTO, Nicola — “*A riqueza das regiões antárticas*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 63 — Março de 1940 — Págs. 71-74.

MARTINO, Georgio de — “*As expedições ao Polo Sul*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 87-88.

MARTINO, Georgio de — “*Os imensos tesouros do mar*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 104-106.

MELO JÚNIOR, J. L. de — “*Anticlinal de Candeias, Baía*” — Com uma planta da região — “Mineração e Metalurgia” — Vol. IV — N.º 23 — Janeiro-Fevereiro de 1940 — Págs. 225-226.

MENESES, Hildebrando — “*Sêcas, açúcar e irrigação*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 39-45.

MOOJEN, J. — “*Aspectos ecológicos do rio São Francisco*” — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 129 — Setembro de 1940 — Págs. 57-63.

MOREUX, Abade Th. — “*Como se pode explicar a formação e origem de petróleo*” — (Transcrição de Brujula

— Setembro de 1940) — “Revista Marítima Brasileira” — Ano LX — Novembro-Dezembro de 1940 — Páginas 2.136-40.

PALHANO, Álvaro — “*A irrigação do São Francisco com o aproveitamento da força hidráulica das suas cachoeiras*” — “Boletim Técnico da Secret. de Viação e Obras Públicas” — Recife — Pernambuco — Ano II — Vol. II — Abril-Junho de 1940 — Págs. 386-388.

PEARSON, Willard H. — “*Natureza e características dos Vulcões*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 69 — Setembro de 1940 — Págs. 81-84.

PAULA COUTO, Carlos de — “*Paleontologia do Rio Grande do Sul*” — Com ilustrações — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” do Rio Grande do Sul — Ano XX — 1.º trimestre de 1940 — Págs. 3-88.

PAULO COUTO, Carlos — “*Répteis fósseis da Gondwana no Rio Grande do Sul*” — Com ilustrações — “Anuário Brasileiro de Literatura” — Pongetti — N.º 4 — Ano de 1940 — Pág. 169.

PEREGRINO, Humberto — “*Apontamentos de uma visita a Marajó*” — “Nação Armada” — N.º 12 — Novembro de 1940 — Págs. 65-74.

PIGGOTT, Charles Snowden — “*Os abismos do tempo nos abismos do mar*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 67 — Julho de 1940 — Páginas 87-92.

PRICE, Llewellyn I. — “*Stahleckeria Lenzii*” — “*Um novo réptil triássico do Rio Grande do Sul*” — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 37-38.

RAMBO, P. B. — “*O mapa geológico do Rio Grande do Sul*” — (Crítica ao “*Atlas Geológico do Brasil*” editado pelo Ministério da Agricultura) — “Boletim da Sociedade de Engenharia” do Rio Grande do Sul — Números 32-33 — Abril-Julho de 1940 — Porto Alegre — Págs. 113-115.

RIBEIRO, Eurico Branco — “*Sete Quedas*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 11-13.

RUSSELL, Henry Norris — “*As nuvens gigantes dos espaços*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 63 — Março de 1940 — Págs. 75-78.

SCORZA, Evaristo Pena — “*Relações do geólogo com o petrógrafo*” — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 27 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 126-127.

SCORZA, Evaristo Pena — “*Ambiente gerador da Série Serra Grande, Piauí*” — Com gráficos — “Mineração e Meta-

lurgia" — Vol. V — N.º 26 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 67-72.

SCORZA, Evaristo Pena — "Petrografia sedimentaria de Ponta Verde, Alagoas" — Com gráficos e quadros — "Mineração e Metalurgia" — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Páginas 293-297.

SENA SOBRINHO — "Estudos nas bacias carboníferas de Rio Negro e Seival, município de Bagé", Rio Grande do Sul — Com ilustrações fotográficas, cartográficas e gráficos — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 159-163.

SOUSA SANTOS, Tarcísio D. de — "Constituição do minério da mina de Furnas, Iporanga, São Paulo" — Com ilustrações e quadros — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 25-30.

TAVARES, Otávio — "Rios de dois hemisférios" — Com ilustração cartográfica do Rio Amazonas — "Revista da Semana" — Ano XLI — N.º 49 — 7 de Dezembro de 1940 — Pág. 2.

TEIXEIRA MENDES, J. E. — "A seca" — Com quadros explicativos — "Revista do Instituto de Café" do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 166 — Dezembro de 1940 — Págs. 2.037-2.042.

TRAVASSOS, Tenente Coronel Mário — "Estratégia do Nordeste" — Com um mapa do esboço do espaço litorâneo brasileiro — "Nação Armada" — Vol. n.º 4 — Março de 1940 — Págs. 16-25.

TREBILCOCK, Arnaldo — "Itatiaia" — Com ilustrações — Boletim de informações "Brasilur" — São Paulo — Ano VIII — N.º 85 — Julho de 1940 — Pág. 6 — Mesma publicação — N.º 86 — Agosto de 1940 — Pág. 6.

VIEIRA DA ROSA — "Geografia de Santa Catarina" — (Conferência pronunciada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Págs. 87-99.

WOHLERS, Armando — "Acheegas bibliográficas" — (Mineralogia, petrografia, geologia e paleontologia do Brasil) — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 184-187.

BIOGEOGRAFIA

— "Crocódilos" — "Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará — Belém — Ano VIII — N.º 29 — Novembro-Dezembro de 1940 — Pág. 23.

— "Lista alfabética das mais conhecidas plantas forrageiras existentes

em Marajó, denominadas por Vicente Chermont de Miranda e classificadas pelo notável botânico Jaques Huber — "Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará — Belém — Ano VIII — N.º 28 — Setembro-Outubro de 1940 — Pág. 6.

ALMEIDA PRADO, Orlando de — "Defesa florestal brasileira" — (Trechos de conferência) "Monitor Mercantil" — Rio de Janeiro — N.º 1.273 — 21 de Dezembro de 1940 — Pág. 26.

ALMEIDA PRADO, Orlando — "O problema florestal" — (A silvicultura e o reflorestamento do país, como base das indústrias da celulose e do papel) — Conferência pronunciada na Sociedade Rural Brasileira, em 21 de Setembro de 1940 — Com ilustrações — "Revista da Sociedade Rural Brasileira" — Ano XX — N.º 243 — Novembro de 1940 — Págs. 42-48.

BERILO NEVES — "Carnaubeira, alma do Nordeste" — Com ilustrações — "Revista da Semana" — Ano XLI — N.º 14 — 6 de Abril de 1940 — Pág. 29.

BRADÉ, A. C. — "Contribuição para o estudo da flora "Pteridifita" da Serra de Baturité, Estado do Ceará" — "Com ilustrações — "Rodriguésia" — Revista Florestal — Ano IV — N.º 13 — Verão de 1940 — Págs. 289-302.

CABRAL, José Camargo — "Serviço Florestal do Estado" — Com ilustrações — "Revista da Sociedade Rural Brasileira" — São Paulo — Ano XX — N.º 243 — Novembro de 1940 — Páginas 20-21.

COELHO DE SOUSA, William W. — "Plantas medicinais" — "O Observador Econômico e Financeiro" — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Págs. 100-101.

CRANDALL, Lee S. — "Os beija-flores" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 66 — Junho de 1940 — Págs. 79-80.

GONÇALVES, Arlindo P. — "Proteção à natureza" — (Preleção proferida em Reunião Geral da E. S. A. V., em Maio de 1940) — "Ceres" — Viçosa — Minas Gerais — Ano II — N.º 9 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 237-239.

HAWLEY, Florence M. — "O que revelam os troncos das árvores" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 66 — Junho de 1940 — Págs. 86-89.

HOWELL, A. Brazier — "As baleias, mamíferos gigantes" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 89-92.

MARSCHALL, A. J. — "O desaparecimento dos animais árticos" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 61 — Janeiro de 1940 — Págs. 100-103.

MIRANDA RIBEIRO, Paulo de — “Peixes do Rio Miranda, Estado de Mato Grosso” — Com ilustrações — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 126 — Junho de 1940. — Pág. 44.

OLIVEIRA, Helena Pais — “Notas sobre os asteróides brasileiros” (Espécies da Guanabara) — Com ilustrações fotográficas e um mapa da Baía da Guanabara, em côres, fora do texto — “Boletim do Ministério da Agricultura” — Ano 29 — Ns. 1-6 — Janeiro-Junho de 1940 — Págs. 17-30.

OLIVEIRA PINTO — “Aves de Pernambuco” — (Breve ensaio retrospectivo com lista de exemplares coligidos e descrição de algumas formas novas — Com ilustrações — “Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo” — Vol. I — Tomo XXIV da “Revista do Museu Paulista” — 1940 — Págs. 219-282.

PEREIRA BARRETO, Ubirajara — “O reflorestamento em face da lavoura cafeeira” — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 165 — Novembro de 1940 — Págs. 1833-1836.

PESSOA, Osvaldo Frota — “Tamanhá” — Um mensageiro das eras prehistóricas que tende a desaparecer — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 42 — 19 de Outubro de 1940 — Págs. 11-12.

RIBEIRO, Adalberto Mário — “O problema florestal e a ação do presidente Getúlio Vargas” — Com ilustrações — “Revista do Serviço Público” — Ano III — Vol. III — N.º 2 — Agosto de 1940 — Págs. 59-79.

RIOJA, Henrique — “Os monstros luminosos das grandes profundidades marítimas” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 67 — Julho de 1940 — Págs. 82-85.

SILVEIRA MELO, Otávio — “Proteção à natureza” — “Rodriguésia” — Revista Florestal — Rio de Janeiro — Ano IV — N.º 13 — Verão de 1940 — Págs. 151-153.

SOUSA BRITO — “O Mangue Vermelho” — Com ilustrações — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 132 — Dezembro de 1940 — Pág. 44.

ULHOA CINTRA, J. P. — “O problema florestal brasileiro” — “Nação Armada” — N.º 2 — Janeiro de 1940 — Págs. 78-83.

VASCONCELOS SOBRINHO — “O problema florestal do Nordeste” — “Boletins” da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pernambuco — Vol. VI — N.º 2 — Outubro de 1940 — Págs. 146-156.

VON HAGEN, V. Wolfgang — “O bicho preguiça” — “Inteligência” — São

Paulo — Ano VI — N.º 65 — Maio de 1940 — Págs. 93-96.

ZIKAN, J. F. e ZIKAN, Wálter — “Introdução para o catálogo do inseto-fauna do Itatiaia e da Mantiqueira — “Rodriguésia” — Revista Florestal — Ano IV — N.º 13 — Verão de 1940 — Págs. 155-165.

GEOGRAFIA MATEMÁTICA

— “Levantamento calculado” (Processo do Tenente Duvigna) — Com ilustrações — “Defesa Nacional” — Ano XXVII — N.º 318 — Novembro de 1940 — Págs. 697-704.

— “Resoluções internacionais relativas aos nivelamentos de alta precisão” — (Normas adotadas pela “Association Internationale de Geodesie” no dia 24 de Setembro de 1936) — Com uma fôlha, fora do texto, indicando as fórmulas de avaliação de precisão de um método de nivelamento — Trabalho traduzido do n.º 16 do “Bulletin Geodesique” por C. C. B. — “Boletim do Círculo dos Técnicos Militares — Rio de Janeiro — Ano 2 — N.º 5 — Outubro de 1940 — Págs. 146-152.

ARNOLD, R. R. — “Equipamento para reprodução de mapas a serviço de engenheiros militares” — (Traduzido de “The Military Engineer” — Março-Abril, 1938) — por Gumercindo Viana Filho) — “Revista do Clube Militar” — Ano XVI — N.º 57 — Janeiro de 1941 — Págs. 19-22.

BARYON, William H. — “As estrelas do hemisfério austral e o Cruzeiro do Sul” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 71 — Novembro de 1940 — Págs. 71-73.

CAVALCANTI, Benjamim Arcoverde de A. — “Solução mecânica de um problema de estereofotogrametria” — Com ilustrações — “Boletim do Círculo de Técnicos Militares — Rio de Janeiro — Ano 2 — N.º 4 — Junho de 1940 — Págs. 56-61.

DÍDIMO COSTA — “Astronomia” — (Memória apresentada pelo autor ao I Congresso Cultural Brasileiro promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura, entre 24 e 30 de Maio de 1940) — “Revista Marítima Brasileira” — Ano LIX — Maio-Junho de 1940 — Páginas 1.085-1.115.

EACHRON, K. B. Mc — “Faixas naturais e artificiais — O trovão” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 71 — Novembro de 1940 — Págs. 83-86.

FREITAS ABREU, Luiz Eugênio de — “Levantamento estereo aerofotogramétrico” — Com ilustrações — “Defesa Na-

cional" — Ano XXVII — N.º 313 — Junho de 1940 — Págs. 577-589.

GAMOW, George — "Nascimento e morte do sol" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 71 — Novembro de 1940 — Págs. 66-71.

MACEDO, Moacir Correia — "Relatório sobre a legislação meteorológica em Portugal e no Brasil" — "Revista Brasileira de Engenharia" — Ano XIX — Tomo 37 — N.º 3 — Março de 1940 — Págs. 48-53 — Mesma publicação — Ns. 4-5 — Abril-Maio de 1940 — Págs. 70-79 — Mesma publicação — N.º 6 — Junho de 1940 — Págs. 90-94.

MELLER, João Luiz — "A legislação de pesos e medidas no Brasil e seus reflexos na prática" — "Revista Brasileira de Engenharia" — Ano XIX — Tomo 37 — Ns. 10-12 — Outubro-Dezembro de 1940 — Págs. 177-182.

MIRA, F. — "O céu que vemos e o céu que existe" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 63 — Março de 1940 — Págs. 78-80.

PEREIRA LIRA, Capitão Antônio — "Orientação pelo Sol" — Com várias ilustrações explicativas — "Nação Armada" — N.º 5 — Abril de 1940 — Págs. 53-58.

PEREIRA LIRA, Capitão Antônio — "O sentido do eixo magnético da terra e sua interpretação no exército" — "Nação Armada" — Vol. 3 — Fevereiro de 1940 — Págs. 67-79.

POLÍ COELHO, Djalma — "Coordenadas conforme de Gauss" — Com ilustrações — "Boletim do Círculo de Técnicos Militares" — Rio de Janeiro — Ano 2 — N.º 4 — Junho de 1940 — Págs. 45-51.

SALMON, W. H. — "A surpreendente história dos cometas" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 61 — Janeiro de 1940 — Págs. 76-79.

SPENCER JONES, H. — "As atmosferas dos planetas" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 65 — Maio de 1940 — Págs. 73-78.

VIEIRA, Luiz Augusto da Silva — "A paralaxe e sua importância nos processos de restituição fotogramétrica" — Com ilustrações — "Boletim da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas" — Vol. 13 — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 57-60.

VIEIRA, Luiz Augusto da Silva — "Estatoscópio" — (Aferição e emprêgo nos levantamentos aerofotogramétricos) — Com ilustrações — "Boletim da Inspeção de Obras Contra as Secas" — Vol. 13 — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 77.

WOLF, Emilio — "Compensação de medidas poligonais pelo método dos mí-

nimos quadrados" — Com ilustrações — "Boletim do Círculo de Técnicos Militares" — Rio de Janeiro — Ano 2 — N.º 5 — Outubro de 1940 — Págs. 22-38.

GEOGRAFIA HISTÓRICA E HISTÓRIA

— "Carlos Frederico Hartt" — Com duas fotografias — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 170-172.

DUMONT — "D'Urville no Rio de Janeiro" — (Tradução de S. S.) — "Revista Marítima Brasileira" — Ano LX — Setembro-Outubro de 1940 — Páginas 1.609-1.621.

— "João de Léry no Rio de Janeiro" — (Notas extraídas e traduzidas da "Viagem ao Brasil" de João de Léry, na tradução de Araripe Júnior, e da edição francesa modernizada e abreviada de Châly Cleve, Paris, 1927, por S. S.) — "Revista Marítima Brasileira" — Ano LIX — Março-Abril de 1940 — Páginas 879-897.

— "Monumentos Históricos do Estado do Rio" — "Boletim Mensal do Serviço de Propaganda e Turismo" — Niterói — Novembro de 1940 — Páginas 10-11.

— "Os monumentos históricos do Estado do Rio" — Revista "A. C. B." — Órgão oficial do Automóvel Clube do Brasil — Novembro de 1940 — Pág. 2.

— "Ribeyrolles no Rio de Janeiro" — Tradução de S. de S. — "Revista Marítima Brasileira" — Ano LX — Ns. 1 e 2 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 1.407-1.334.

ALMEIDA, Aloísio de — "Acheegas à história do Sul paulista" — "Revista do Arquivo Municipal" — São Paulo — Ano VI — Vol. LXIX — Agosto de 1940 — Págs. 147-160.

ALMEIDA PRADO, Yan F. de — "O problema da catequese" — "Estudos Brasileiros" — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 112-116.

AMOROSO LIMA, Alceu — "A Companhia de Jesús e o Brasil" — "Estudos Brasileiros" — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 64-82.

BALDUS, Herbert — "A viagem pelo Brasil de Spix e Martius" — "Revista do Arquivo Municipal" — São Paulo — Ano VI — Vol. LXIX — Agosto de 1940 — Págs. 131-146.

BELFORT DE OLIVEIRA, Franklin — "Parecer sobre os "Mapas Bandeiras do Brasil" — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — Vol. 173 — 1938 — Editada em 1940 — Págs. 737-746.

- BEZERRA DE FREITAS — “*A missão civilizadora da Companhia de Jesus*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 96-100.
- BOITTEUX, Lucas Alexandre — “*Paulistas em Santa Catarina Seiscentista*” — (Francisco Dias Velho) — “Monitor Comercial” — Curitiba — Novembro de 1940 — Pág. 5 — Mesma publicação — Dezembro de 1940 — Pág. 4.
- BRAZ DO AMARAL — “*Os jesuítas na Baía*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 167-198.
- CÂMARA CASCUDO, Luiz da — “*O centenário de C. F. Hartt*” — “Revista das Academias de Letras” — Rio de Janeiro — Ano IV — N.º 25 — Setembro de 1940 — Págs. 69-72.
- CÂMARA CASCUDO, Luiz da — “*Os jesuítas no Rio Grande do Norte*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 199-208.
- CARVALHO E SILVA, Antônio F. de — “*Desmembramento da capitania de São Vicente*” — Com quadros explicativos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo” — N.º 11 — Novembro de 1940 — Págs. 31-47.
- CARVALHO, Major Afonso — “*Rio Branco e a defesa Nacional*” — Com fotografia — “Nação Armada” — N.º 11 — Outubro de 1940 — Págs. 91-101.
- CASSIANO, Ricardo — “*O bandeirante e a nossa formação social e política*” — “Revista da Academia Paulista de Letras” — Ano III — N.º 12 — Dezembro de 1940 — Págs. 35-57.
- ELIS JÚNIOR, Alfredo — “*História de São Paulo*” — (Continuação) — “Boletins do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — N.º 1 — Janeiro de 1940 — Págs. 15-43 — Mesma publicação — N.º 2 — Fevereiro de 1940 — Págs. 7-37 — Mesma publicação — Maio de 1940 — Págs. 13-42 — Mesma publicação — Maio de 1940 — Págs. 7-23 — Mesma publicação — Agosto de 1940 — Págs. 7-29 — Mesma publicação — Setembro de 1940 — Págs. 7-30 — Mesma publicação — Novembro de 1940 — Págs. 12-29.
- ESCRAGNOLLE, Dória — “*A fortificação colonial portuguesa no Brasil*” — Com ilustrações — “Nação Armada” — N.º 6 — Maio de 1940 — Págs. 58-76.
- ESCRAGNOLLE, Dória — “*Brasil colonial*” — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 15 — 13 de Abril de 1940 — Pág. 22.
- ESCRAGNOLLE, Dória — “*Martius*” — Com fotografia — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 1 — 6 de Janeiro de 1940 — Pág. 34.
- ESCRAGNOLLE, Dória — “*Missões no Prata*” — Com uma fotografia de José Maria da Silva Paranhos — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 12 — 23 de Maio de 1940 — Pág. 18.
- ESCRAGNOLLE, Dória — “*Nóbrega*” — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 16 — 20 de Abril de 1940 — Pág. 18.
- FERREIRA REIS, Artur César — “*Uma estampa da Amazônia no Século XVIII*” — “Terra Imatura” — Belém — Pará — Ano 3.º — N.º 13 — Dezembro de 1940.
- FLORENTIS, Giuseppe de — “*O mito da Atlântida*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 86-87.
- FOURNIER, L. M. — “*Vestigios arqueológicos no Brasil*” — “Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Págs. 43-48.
- FREIRE, Mário A. — “*De Reritiba a Anchieta*” — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” do Espírito Santo — N.º 13 — Setembro de 1940 — Páginas 68-71.
- GODOFREDO FILHO — “*A torre e o castelo de Garcia D’Ávila*” — (Os Ávilas e a conquista do Nordeste) — Com ilustrações — “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” — N.º 3 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 251-282.
- GOICOCHÊA, Castilhos — “*O comandante Soares Pinto o primeiro martir do rio Javari*” — Com um retrato do Comandante Soares Pinto — “Revista Marítima Brasileira” — Ano LX — Ns. 1 e 2 — Julho-Agosto de 1940 — Páginas 1.301-1.398.
- GOICOCHÊA, Castilhos — “*Plácido de Castro o derradeiro bandeirante*” — Com um retrato de Plácido de Castro — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” — Ano XX — 1.º trimestre de 1940 — Páginas 89-126.
- GUIMARÃES, Major Adir — “*Quatro Vultos da Engenharia Brasileira*” — (Beaurepaire Rohan, Niemeyer, Bellegarde e Cruís) — Com ilustrações — “Nação Armada” — Vol. n.º 8 — Julho de 1940 — Págs. 92-104.
- HÉLIO VIANA — “*Os jesuítas no Brasil*” — (Conferência realizada na Escola Nacional de Belas Artes, em 11 de Outubro de 1940) — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 85-95.
- LABATUT, A. — “*Convento de São Boaventura e a Vila de Santo Antônio de Sá*” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 25 — 22 de Junho de 1940 — Págs. 22-23.

LAMEGO, Alberto — “*Em que local da terra Goitacá foram plantadas as primeiras canas de açúcar, levantado o primeiro engenho e erguida a primeira povoação*” — Vila da Rainha? — “Brasil Açucareiro” — Ano VIII — N.º 4 — Abril de 1940 — Págs. 316-317.

LAMEGO, Alberto — “*Onde foi levantada a povoação de Santa Catarina das Mós?*” — Qual o local do Baixo de Pargos? — “Brasil Açucareiro” — Órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool — Ano VIII — N.º 5 — Maio de 1940 — Págs. 432-433.

LOPES, Osório — “*A primeira penetração dos jesuítas no Ceará*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 209-211.

MAGALHÃES CORREIA — “*Os jesuítas nas terras de Piracema*” — Com ilustrações — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 212-219.

MAGALHÃES CORREIA — “*Velhas fortificações*” — Com ilustrações do autor — “Nação Armada” — N.º 8 — Julho de 1940 — Págs. 51-64.

MAGALHÃES CORREIA — “*Velhas fortificações*” — (II continuação) — Com ilustrações — “Nação Armada” — N.º 9 — Agosto de 1940 — Págs. 91-93.

MAGALHÃES CORREIA — “*Velhas fortificações*” — (III continuação) — Com ilustrações — “Nação Armada” — Setembro de 1940 — Págs. 94-106.

MARIANO FILHO, José — “*Influência jesuítica na arte brasileira*” — Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 105-111.

MORAIS, José Mariz de — “*Nóbrega: O homem*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 264-271.

NERI, D. João — “*A Companhia de Jesús no Espírito Santo*” — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” do Espírito Santo — N.º 13 — Setembro de 1940 — Págs. 26-32.

NOGUEIRA, Amadeu — “*João Ramalho, Capitão de guerra da Vila de São Paulo*” — “Cadernos da Hora Presente” — 1 Série — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 89-91.

PAULO BENTES — “*Pedro Teixeira e a nossa expansão territorial*” — “Revista das Academias de Letras” — Rio de Janeiro — Ano IV — N.º 25 — Setembro de 1940 — Págs. 3-7.

PIMENTA DA CUNHA, Arnaldo — “*Trechos da conferência realizada, em 21 de Outubro de 1939, no Instituto Geográfico e Histórico da Baía, sobre o Visconde de Mauá*” — “Boletim da

Inspetoria Federal das Estradas de Ferro” — Ano V — N.º 17 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 1-9.

PIRES, Gudesteu — “*Ação civilizadora da Companhia de Jesús*” — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 10-104.

PIRES MARTINS, Padre — “*Memória sobre a fundação de Reritiba*” — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” do Espírito Santo — N.º 13 — Setembro de 1940 — Págs. 37-40.

REIS, Artur — “*A grande aventura de Pedro Teixeira pelas águas do Rio-Rei*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 67 — Março, 1940 — Ano VI — Págs. 270-286 — N.º 68 — Abril de 1940 — Ano VII — Págs. 271-274.

RODRIGO OTÁVIO FILHO — “*Visconde de Mauá*” — (Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico, em 21 de Outubro de 1939) — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — N.º 174 — 1939 — Editado em 1940 — Págs. 920-942.

ROMÁRIO MARTINS — “*Provincia índio-cristã de Guairá*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 72 — Agosto de 1940 — Págs. 257-270.

ROMÁRIO MARTINS — “*A colônia índio-cristã de Guairá*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 73 — Setembro de 1940 — Págs. 229-239.

ROMEU DE AVELAR — “*O forte de Cabedelo, ruínas suntuosas e comovedoras*” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 22 — 1 de Junho de 1940 — Págs. 24-25.

RONDON, General Cândido — “*José Bonifácio e o problema indígena*” — (Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 6 de Setembro de 1939) — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — N.º 174 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 861-894.

SÁ, Normand de — “*Os franceses no Maranhão*” — Com ilustração — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 9 — 2 de Março de 1940 — Pág. 19.

SANTOS, Lúcio José dos — “*A Companhia de Jesús*” — (Catequese dos índios, escravidão e aldeamento — Intervenção dos Jesuítas na ordem temporal — Exame histórico do poema “Uruguaí” de Basílio da Gama) — “Estudos Brasileiros” — Ano III — Vol. 5 — Ns. 13 e 14 — Julho-Outubro de 1940 — Págs. 27-63.

TAVARES, Otávio — “*Euclides*” — Com uma ilustração — “Revista da Se-

mana" — Ano XLI — N.º 33 — 17 de Agosto de 1940 — Pág. 3.

TUPÍ CALDAS, J. — "*Estâncias continentinas do século XVIII*" — Com ilustrações cartográficas — "Boletim Municipal" — Pôrto Alegre — Rio G. do Sul — Ano II — N.º 5 — Vol. 3 — Maio-Agosto de 1940 — Págs. 275-288.

TUPÍ CALDAS, J. — "*Geografia Histórica*" — (Toponímia do Brasil Sul) — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" — Ano XX — 1.º trimestre de 1940 — Págs. 143-150.

TUPÍ CALDAS, J. — "*Geografia Histórica*" — (Rio Uruguai) — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" — Rio Grande do Sul — Ano XX — 2.º trimestre de 1940 — Págs. 303-309.

VANDERLEI DE PINHO — "*Tavares Bastos*" — (Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 19 de Abril de 1939) — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — N.º 174 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 715-748.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de — (Visconde de Pôrto-Seguro) — "*História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias*" — Com ilustrações e um índice onomástico — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — Volume 173 — 1938 — Editada no ano de 1940 — Págs. 1-634.

VIRGÍLIO CORREIA FILHO — "*Luiz de Albuquerque o fronteiro insigne*" — "Revista do Instituto Histórico" de Mato Grosso — Ano XXI — Tomos XLI e XLII — 1940 — Págs. 29-92.

GEOGRAFIA POLÍTICA

ARANHA, Ministro Osvaldo — "*As questões de fronteiras*" — "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" — N.º 65 — Janeiro de 1940 — Ano VI — Págs. 297-315.

CATRAMBÍ, Joaquim — "*As origens do tratado de Petrópolis*" — "Revista do Clube de Engenharia" — Ano VI — N.º 68 — Julho-Agosto de 1940 — Páginas 17-20.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — "*Divisão Administrativa do Estado*" — (Quadro) — "Informações Estatísticas" — Goiânia — Ano II — N.º 2 — Págs. 36-38.

FLEMING, Thiers — "*Limites interestaduais*" — (Comunicação à Sociedade de Geografia) — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — Tomo XLVII — Agosto de 1940 — Págs. 127-138.

MANUEL CÍCERO — "*O quadro territorial, administrativo e judiciário do Brasil*" — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — Vol. 173 — 1938 — Editada em 1940 — Págs. 797-798.

MAX FLEIUSS — "*Parecer sôbre o novo quadro territorial, administrativo e judiciário do Brasil*" — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — N.º 173 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 799-870.

OTO PRAZERES — "*Territórios Nacionais*" — Com uma ilustração cartográfica — "Nação Armada" — N.º 3 — Fevereiro de 1940 — Págs. 32-35.

RODRIGO OTÁVIO FILHO — "*Doutrina de Monroe e o Panamericanismo*" — (Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 13 de Abril de 1938) — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — N.º 173 — 1938 — Editada em 1940 — Págs. 689-707.

TASSO FRAGOSO, General Augusto — "*A paz com o Paraguai depois da Guerra da triplíce aliança*" — Com ilustrações cartográficas — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" — N.º 174 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 1-334.

GEOGRAFIA ECONÔMICA

— "*A cultura algodoeira no Sudeste Europeu*" — "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" — Ano II — Agosto de 1940 — Págs. 179-188.

— "*A Cultura do Tungue*" — Com ilustrações — "Revista da Sociedade Rural Brasileira" — São Paulo — Ano XX — N.º 244 — Dezembro de 1940 — Págs. 38-41.

— "*A exploração de minérios (1933-1936)*" — Quadro organizado pelo Conselho do Comércio Exterior — "Revista Brasileira de Engenharia" — Ano XIX — Tomo 37 — N.º 3 — Março de 1940 — Págs. 47.

— "*A floresta tropical e a crise do papel na Europa*" — "Inteligência" — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 100-102.

— "*A importância do petróleo na economia mundial*" — "Economia" — São Paulo — Ano II — N.º 8 — Janeiro de 1940 — Págs. 35-37.

— "*A indústria brasileira de cimento*" — (Do Boletim n.º 34 de informações da Ass. Brasileira de Cimento Portland) — Com quadros estatísticos e gráficos — Revista "A.C.B." — Órgão oficial do Automóvel Clube do Brasil — Novembro de 1940 — Págs. 5-7.

— “A indústria da Manteiga no Brasil” — “Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará — Belém — Ano VIII — N.º 29 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 25.

— “A indústria vinícola” — Com quadros estatísticos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Págs. 127-129.

— “A pecuária na ilha do Marajó” — Com uma fotografia — “Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará — Belém — Ano VIII — N.º 29 — Novembro-Dezembro de 1940 — Pág. 27.

— “A pecuária no Brasil” — Sua demonstração numérica — “Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária no Pará — Belém — Ano VIII — N.º 29 — Novembro-Dezembro de 1940 — Pág. 26.

— “A produção agrícola brasileira” — (1834-1938) — Quadro — “Hamann-Economia e Finanças” — Ano III — N.º 23 — 15 de Janeiro de 1940 — Pág. 26.

— “A questão açucareira no Paraná” — Com uma ilustração cartográfica — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 15-16.

— “A rede rodoviária fluminense” — Com ilustrações — Revista “A.C.B.” — Órgão oficial do Automóvel Clube do Brasil — Setembro de 1940.

— “A Siderurgia em Minas Gerais” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 45-53.

— “Borrachas” — Com ilustrações — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 24 — 29 de Julho de 1940 — Págs. 329-331.

— “Carvão que o Brasil produziu em 1939” — (Quadro indicando empresas produtoras, quantidade e valor em mil réis) — “Hamann-Economia e Finanças” — Ano III — N.º 32 — Outubro de 1940 — Pág. 19.

— “Comissão de Defesa da Economia Nacional” — Distribuição geográfica da Economia Popular do Brasil — (Com um quadro explicativo) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — Ns. 44-45 — Dezembro de 1940 — Págs. 633-634.

— “Couro e peles” — A posição do Brasil como supridor desses produtos — “Boletim da Cooperativa do Instituto de Pecuária da Baía — Ano III — N.º 24 — Setembro-Outubro de 1940.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — A indústria da banha e outros produtos porcinos,

nos anos de 1936 a 1939 — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 7 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 20-26.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “A produção agrícola do Estado de Minas Gerais, em 1940” — Com quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 7 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 1-4.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Estimativa dos rebanhos existentes no Estado, por municípios e zonas, em 31-12-939” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 5 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 34-43.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Gado abatido no Estado por municípios e zonas” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 6 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 9-36.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Indústria extrativa mineral” — Com quadros — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 4 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 6-11.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Indústria siderúrgica em Minas Gerais” — Com gráficos e quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 3 — Março-Abril de 1940 — Págs. 1-4.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Minas Gerais e sua atuação no comércio interno brasileiro” — Com quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 4 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 1-5.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “População Pecuária de Minas Gerais” — (Quantidade e valor dos rebanhos existentes nas zonas fisiográficas e no Estado de 1936 a 1939) — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 7 — Novembro-Dezembro de 1940 — Páginas 13-19.

— “Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais” — “Produção de fumo em Minas Gerais” — Com vários quadros — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo

Horizonte — Minas Gerais — N.º 3 — Março-Abril de 1940 — Págs. 17-18.

— “*Divisão de Defesa da Produção do Instituto Nacional do Mate*” — Áreas ervateiras do Brasil — (Sugestões apresentadas à Diretoria sobre a organização dos produtores) — “Boletim do Instituto Nacional do Mate” — Ano I — Julho de 1940 — N.º 1 — Págs. 41-44.

— “*Divisões econômicas do Brasil*” — “Economia” — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 41-42.

— “*Duzentos anos de política do Café*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 9 — Fevereiro de 1940 — Págs. 9-12.

— “*Economia pecuária*” — Com ilustrações — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 18 — Novembro de 1940 — Págs. 11-12.

— “*Evolução da cerâmica no Brasil*” — “Monitor Mercantil” — Rio de Janeiro — N.º 1.259 — 14 de Setembro de 1940 — Pág. 5.

— “*Evolução do Espírito Santo*” — Com ilustrações fotográficas, gráficos e quadros estatísticos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Páginas 88-103.

— “*Evolução industrial do Brasil*” — Com ilustrações cartográficas e quadros — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 11-14.

— “*Exploração de salitreiras*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 16 — Setembro de 1940 — Págs. 13-14.

— “*Exportação, circulação monetária e conjuntura econômica*” — Com gráficos — “Hamann - Economia e Finanças” — Ano III — N.º 23 — 15 de Janeiro de 1940 — Págs. 1-5.

— “*Exportação de Minérios no Brasil*” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 84-93.

— “*Fibras amazonenses*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 73 — Setembro de 1940 — Págs. 153-160.

— “*Fibras do Brasil*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Pág. 88.

— “*O Brasil de 1935 a 1939*” — (Exportações e importações) — Com quadros e gráficos explicativos — “Hamann-Economia e Finanças” — Ano III — N.º 24 — 15 de Fevereiro de 1940 — Págs. 1-11.

— “*O nosso futuro econômico*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Págs. 9-14.

— “*O salitre baiano*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 15 — Agosto de 1940 — Págs. 15-18.

— “*O trigo ressurgente no Brasil*” — Com um quadro indicando a área triticea aproximada no Brasil — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 29 — 2 Setembro de 1940 — Págs. 393-394.

— “*O vinho no Brasil*” — Com ilustrações — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 34-35.

— “*Madeiras do Brasil*” — (Com quadros explicativos) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 27-28 — 26 de Agosto de 1940 — Pág. 377.

— “*Política açucareira*” — (O açúcar na economia Nacional) — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 11 — Abril de 1940 — Pág. 23.

— “*Principais minerais do Brasil*” — “*Estatística da produção no período de 1930-1939*” — (Dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 30 — 9 de Setembro de 1940 — Pág. 409.

— “*Problemas ferroviários*” — Com ilustrações fotográficas, gráficos, quadros e cartogramas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Págs. 39-56.

— “*Produção animal brasileira*” — “Monitor Mercantil” — Rio de Janeiro — N.º 1.260 — 21 de Setembro de 1940 — Pág. 5.

— “*Produção brasileira de ferro gusa, no período de 1930-39, por Estados Produtores*” — (Dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 32 — Setembro de 1940 — Pág. 454.

— “*Produção brasileira de ferro laminado, por empresa, no período de 1938-39*” — (Dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura) — “Boletim do Conselho de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 32 — Setembro de 1940 — Pág. 455 — Mesma publicação — N.º 33 — Pág. 468.

— “*Produção de erva-mate no Brasil, por Estado*” — (1930-1939) — (Dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agri-

cultura) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 32 — Setembro de 1940 — Pág. 453.

— “Produção de ouro no Brasil no ano de 1939, por Estado” — “Hamann-Economia e Finanças” — Ano III — N.º 26 — Abril de 1940 — Pág. 23.

— “Produção industrial” — “Monitor Mercantil” — Rio de Janeiro — N.º 1.266 — 2 de Novembro de 1940 — Pág. 2.

— “Rebanhos mundiais de gado segundo estatísticas mais recentes — Quadros — “Boletim da Cooperativa do Instituto de Pecuária da Baía — Ano III — N.º 20 — Janeiro-Fevereiro de 1940.

AGUIRRA, J. B. C. — “Estatística da Província de São Paulo em 1836” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — N.º 11 — Novembro de 1940 — Págs. 49-56.

ALCÂNTARA, Armando — “História da economia do café” — Um depoimento — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 12 — Maio de 1940 — Págs. 23-27 — Mesma publicação — N.º 13 — Junho de 1940 — Págs. 7-9 — N.º 14 — Julho de 1940 — Págs. 1-15 — N.º 15 — Agosto de 1940 — Págs. 9-11 — N.º 16 — Págs. 3-5.

ALVES DE SOUSA, Antônio José — “Legislação brasileira sobre energia hidráulica e energia elétrica” — (Conferência realizada na Sociedade Mineira de Engenheiros, em 6 de Outubro de 1940) — Com ilustrações, gráficos, quadros e cartogramas — “Forças Hidráulicas — Boletim n.º 1” — Novembro de 1940 — Págs. 1-26.

ALVIM, Paulo Araújo — “Fontes Minerais de Avaré, São Paulo” — Com ilustrações cartográficas e fotográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Págs. 289-292.

AMARAL, Luiz — “Pequena história do algodão no Brasil” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 193-206.

AMARAL, Luiz — “Pequena história do algodão no Brasil” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 72 — Agosto de 1940 — Págs. 196-205.

AMARAL, Luiz — “Pequena história do algodão no Brasil” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 73 — Setembro de 1940 — Págs. 173-178.

AMARAL, Luiz — “Primórdios da lavoura cafeeira” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 19-23.

ANDRADE, Ten. Wálter Masson P. de — “Panorama econômico e financeiro do Brasil” — Com um gráfico — “Nação Armada” — N.º 8 — Julho de 1940 — Págs. 115-120.

ARAÚJO OLIVEIRA, Gabriel de — PAIVA, Glycon — “Alúmen em Pedro II, Piauí” — Com ilustrações fotográficas e perfis — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 26 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 77-79.

ARAÚJO OLIVEIRA, Gabriel Mauro de — “Ouro aluvionar em Teixeira, Paraíba” — Com ilustrações — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 27 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 140-141.

AURÉLIO PÓRTO — “Função sócio-geográfica do gado brasileiro” — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” do Rio Grande do Sul — Ano XX — 2.º trimestre de 1940 — Págs. 213-218.

AVELAR MARQUES, J. Quintiliano de — “Tratores animais” — Revista “Ceres” — Vol. II — N.º 7 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 64-73.

AZEVEDO, Pedro de — VIEIRA, Benedito Borges — “Realizações da Comissão Técnica de Piscicultura” — 1940 — Com ilustrações — “Boletim da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas” — Vol. 13 — N.º 2 — Abril-Junho de 1940.

AZEVEDO, Sálvio — “Aspectos de alguns problemas brasileiros à luz das estatísticas” — Com vários quadros explicativos — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros, em 2 de Fevereiro de 1940) — “Estudos Brasileiros” — Ano II — Vol. 4 — N.º 11 — Março-Abril de 1940 — Págs. 443-470.

BARBOSA, Otávio — LACOURT F. — “Cromita em Piuí, Minas Gerais” — Com ilustrações fotográficas, gráficos e plantas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 39-43.

BARBOSA, Otávio — “Reservas de minério de ferro em Santa Catarina” — Com ilustrações cartográficas e fotográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 21-24.

BASTOS, Humberto — “O Brasil precisa de papel” — Com ilustrações fotográficas e gráficos cartográficos — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 74-87.

BASTOS, Humberto — “O panorama da borracha” — Com ilustrações fotográficas, gráficos e quadros estatísticos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 35-69.

BATISTA, José Luiz — “*Viação Férrea do Rio Grande do Norte*” — (Com uma planta e quadros estatísticos — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — Maio-Junho de 1940 — Páginas 16-22.

BAUMGARTEN, A. Von — “*Estudo sobre o movimento bancário do Estado*” — Com gráficos e quadros explicativos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo” — N.º 9 — Setembro de 1940 — Págs. 55-85.

BEHRENDT, Richard — “*Tendências econômicas dominantes na América Latina*” — (Resumo de uma conferência pronunciada pelo autor na Universidade de Panamá, sob o título, “Tendências Económicas y Sociales del presente en la América Latina”) — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Rio de Janeiro, 9 de Setembro de 1940 — Ano III — N.º 30 — Págs. 411-412 — Mesma publicação — N.º 31 — 16 de Setembro de 1940 — Págs. 428-429 — N.º 32 — Págs. 443-444.

BENSUSAN, Kilian E. — “*O desenvolvimento da indústria do mármore no Brasil*” — Com ilustrações fotográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 27 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 133-136.

BERTHELOT, Charles — “*O problema de abastecimento em petróleo*” — (Tradução do Capitão Malvino Reis Neto) — Com vários mapas — “Nação Armada” — N.º 6 — Maio de 1940 — Págs. 89-109.

BESSA, Luiz de — “*Mercados de Minas Gerais*” — Com gráficos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 104-106.

BESSA, Luiz de — “*Zonas econômicas em Minas*” — Com um mapa das zonas de produção e outro da densidade demográfica — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 35-37.

BILLINGS, A. W. K. — “*Energia hidráulica no Brasil, com referência especial às instalações em São Paulo*” — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — (Conferência realizada no Instituto dos Engenheiros Cívís de Londres, em 1936) — “Revista Brasileira de Engenharia” — Ano XIX — Tomo 37 — N.º 7 — Julho de 1940 — Páginas 101-112.

BONDAR, Gregório — “*A cultura do coqueiro no Brasil*” — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 123 — Março de 1940 — Págs. 42-45.

BONDAR, Gregório — “*Plantas têxteis nativas no Estado da Baía*” — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 131 — Novembro de 1940 — Páginas — 22-24.

BOUÇAS, Valentim F. — “*O café na riqueza nacional*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 71-82.

BOUÇAS, Valentim F. — “*O Café na riqueza nacional*” — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 162 — Agosto de 1940 — Págs. 1.193-1.212.

BULHÕES, Otávio Gouveia de — “*Comércio exterior em 1939*” — Com gráficos e quadros — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 97-101.

CALDEIRA, Nélson Mendes — “*A propriedade urbana em São Paulo*” — Com gráficos e quadros explicativos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — Maio de 1940 — Págs. 43-61.

CALDEIRA, Nélson Mendes — “*A propriedade urbana em São Paulo*” — Com vários gráficos e quadros explicativos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 12 — Maio de 1940 — Págs. 28-32.

CALDEIRA, Nélson Mendes — “*Economia urbana de São Paulo*” — Com gráficos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 13 — Junho de 1940 — Págs. 10-11.

CALDEIRA, Nélson Mendes — “*O que São Paulo deve à indústria*” — (Um paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos, — comparando índices, — porque São Paulo cresceu depressa) — Com gráficos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 25-26.

CAMARGO JÚNIOR — “*O Brasil no mercado mundial de ferro*” — “Brasil Mineral” — Ano I — N.º 2 — Março de 1940 — Págs. 14-15.

CAMINHA FILHO, Adrião — “*Análise retrospectiva açucareira nacional*” — “Brasil Açucareiro” — Órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool — Ano VIII — N.º 3 — Março de 1940 — Páginas 209-213.

CASTILHO, Artur — “*Rede Ferroviária Brasileira*” — (Informações de ordem geral) — Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — N.º 69 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 135-135.

CASTRO, Hermano — “*Fomento da piscicultura em Pernambuco*” — Com ilustrações — “Boletins” da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco — Vol. VI — N.º 2 — Outubro de 1940 — Págs. 157-160.

CARNEIRO, Davi — “*História do Mate*” — (Capítulo I — Lendas, tradições e folclore) — “Boletim do Instituto Nacional do Mate” — Ano I — N.º 2 — Dezembro de 1940 — Págs. 76-87.

CARVALHO, Ladário — “O problema da borracha brasileira” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 73 — Setembro de 1940 — Págs. 165-172.

CARVALHO SILVA, Osvaldo M. de — “O abastecimento de carnes” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 51 — Abril de 1940 — Páginas 15-17.

CARVALHO E SILVA, Osvaldo M. de — “O abastecimento de carnes” — Com ilustrações fotográficas e quadros explicativos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 56-58.

CATÃO, D. Duque — “Fatores do ruralismo” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 19-23.

CATRAMBÍ, Joaquim — “A E. F. Madeira Mamoré” — (Capítulo de um livro que o autor está escrevendo sobre a história da E. F. Madeira Mamoré) — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — Maio-Junho de 1940 — Págs. 23-26.

CHAVES, Arlindo — “Indústria da Alimentação” — Com quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 6 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 6-8.

CHAVES, Arlindo — “Indústria do Charque em Minas Gerais” — Com tabelas, quadros e gráficos explicativos — “Boletins do Departamento Estadual de Estatística” — Minas Gerais — N.º 5 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 10-13.

COELHO, Artur — “Mate, café, borracha, etc.” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 25-33.

COELHO, Artur — “Novos horizontes industriais” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 83-89.

COSTA, J. Ribeiro — “Estatística da produção” — (Quadros da produção geral em 1927 e 1928) Com quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 6 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 1-5.

COSTA, J. Ribeiro — “Estatística da produção” — (Realização dos primeiros inquéritos gerais) — Com quadros estatísticos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 5 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 3-9.

CORDEIRO, Oscar — “Carbonado baiano” — “Brasil Mineral” — Ano I — N.º 3 — Agosto de 1940 — Pág. 7.

COUTINHO, Nélson — “Defesa da produção açucareira” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 108-109.

DANTAS, Garibaldi — “A aliança do café e do algodão em São Paulo” — Com um gráfico indicando as crises do café e os preços do algodão, fora do texto — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 157 — Março de 1940 — Págs. 236-239.

DANTAS, Garibaldi — “O algodão e as fases econômicas da independência política nacional” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 12 — Maio de 1940 — Pág. 22.

DÉ CARLI, Gileno — “Consumo de açúcar em 1939” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 5 — Maio de 1940 — Págs. 15-16.

DÉ CARLI, Gileno — “Fronteiras Açucareiras” — “Anuário Brasileiro de Literatura” — Pongetti — N.º 4 — Ano de 1940 — Págs. 321-322.

DÉ CARLI, Gileno — “O açúcar e a indústria” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 51 — Abril de 1940 — Págs. 122-124.

DÉ CARLI, Gileno — “O açúcar no Estado do Rio” — Com quadros estatísticos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 109-110.

DÉ CARLI, Gileno — “Problema açucareiro mundial” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Págs. 140-141.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE MINAS GERAIS — “Estimativa dos rebanhos existentes no Estado, por municípios e zonas, em 31-12-939” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — N.º 5 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 34-43.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE SANTA CATARINA — “Estimativa dos animais existentes em 31-12-938” — Quadros estatísticos, por município e por espécie — “Serviço de Informações” — D.E.P. Florianópolis — N.º 25 — Janeiro de 1940 — Fôlhas 11-12.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Sergipe — “Exportação do Estado em 1939, discriminadas por semestres, vias de comunicação e unidades de destino” — (Quadros estatísticos) — “Boletim de Comércio” — Ano I — N.º 1 — Aracajú — Junho de 1940 — Fôlhas 2-40.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — “*Principais fatores econômicos do Estado — (1921-1939)*” — Quadros — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Outubro de 1940 — Págs. 79-88.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO PAULO — “*Principais fatores econômicos do Estado*” (1921-1928) — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — N.º 6 — Junho de 1940 — Págs. 29-36.

DE PLÁCIDO SILVA — “*Visão econômica do Paraná*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 9-10.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel — “*A influência da economia agrícola na idéia republicana*” — Com quadros explicativos e gráficos — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 104-122.

DRUMOND GONÇALVES, Raul — “*O desaparecimento e o ressurgimento da cultura do marmelo*” — Com ilustrações — “Revista da Sociedade Rural Brasileira” — São Paulo — Setembro de 1940 — Págs. 36-39.

DUARTE, Dioclécio — “*A indústria extrativa do sal*” — Com ilustrações e quadros estatísticos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 73-82.

DUARTE, Dioclécio — “*A nacionalização da indústria do sal no Brasil e a regulamentação do seu comércio*” — Com quadros explicativos e várias fotografias — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros) — “Estudos Brasileiros” — Ano II — Vol. 4 — N.º 12 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 563-581.

DUCKE, A. — “*As espécies brasileiras de cacau*” (gênero “*Theobroma*”) na botânica sistemática e geográfica — Com ilustrações — “Rodríguezia” — Revista Florestal — Ano IV — N.º 13 — Verão de 1940 — Págs. 265-276.

EULER, Válder — “*Economia de transportes*” — Com ilustrações fotográficas e quadros — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 25-34.

FALCÃO, Valdemar — “*Os industriais brasileiros tem sabido cumprir o seu dever para com a sua pátria*” — Com um quadro de produção industrial do Brasil de 1911-1928 — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 3-4.

FERNANDES, Antônio R. — “*Propriedade rural de São Paulo*” — Com quadros explicativos — “O Observador

Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 118-125.

FILGUEIRA FILHO — “*Diamantes no Brasil*” — Com quadros explicativos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 117-120.

FIRMO DUTRA — “*O histórico da borracha e seus problemas*” — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros, em 29 de Março de 1940) — “Estudos Brasileiros” — Ano II — Vol. 4 — N.º 11 — Março-Abril de 1940 — Págs. 516-538.

FIRMO DUTRA — “*A hora da borracha*” — “Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 109-111.

FREIRE, Floro E. — “*O Estado e o petróleo*” — Com ilustrações — “Brasil Mineral” — Ano I — N.º 2 — Março de 1940 — Págs. 8-9.

FREIDAY, Dean — “*A história e a utilidade do café*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 63 — Março de 1940 — Págs. 101-104.

GLUCK, G. H. e BLANK, J. de — “*A revolução comercial*”: — da idade média à era da máquina — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 61 — Janeiro de 1940 — Págs. 71-75.

GONÇALVES, Arlindo P. — “*O arroz em Minas Gerais*” — Com quadros e ilustrações — “Ceres” — Viçosa — Minas Gerais — Vol. 1 — N.º 4 — Janeiro-Fevereiro de 1940 — Págs. 232-330.

GONÇALVES, Carlos Alberto — “*A carnaubeira*” — Com ilustrações — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 131 — Novembro de 1940 — Págs. 17-33.

GOMES DE MATOS — “*O porto de Jariá*” — Com uma fotografia, fora do texto — “Boletim técnico da Secret. de Viação e Obras Públicas” — Recife-Pernambuco — Ano II — Vol. II — Abril-Junho de 1940 — Págs. 386-388.

GOMES FILHO, Carlos — “*Grafita em São Fidelis, Est. do Rio*” — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 26 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 89-94.

GOMES JARDIM, Catão — “*Mineração nos Estados*” — (Mineração diamantífera de Abaeté — Uns diamantes de 468 quilates — O garimpeiro na formação da nacionalidade) — “Brasil Mineral” — Ano I — N.º 2 — Março de 1940 — Págs. 30-33 — Mesma revista — N.º 3 — Págs. 12-15 — N.º 6 — Págs. 12-16.

GUEDES, Mário — “*O comércio através da federação*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e

Comércio" — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 206-209.

JOÃO CLEOFAS — "*A febre do carvão*" — "O Observador Econômico e Financeiro" — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 112-116.

JOCHMANN, João — "*À margem da industrialização*" — Com quadros explicativos — "Revista Brasileira de Estatística" — Ano I — N.º 3 — Julho-Setembro de 1940 — Págs. 535-545.

JOCHMANN, João — "*Exportação do Brasil em confronto com a de outros países*" — Com quadros explicativos e gráficos — "Revista Brasileira de Estatística" — Ano I — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 123-133.

KINGSTON, Jorge — "*A elasticidade de substituição do café brasileiro*" — Com gráficos — "Revista Brasileira de Estatística" — Ano I — N.º 3 — Julho-Setembro de 1940 — Págs. 432-442.

KNOELLER, Cristian — "*A cultura do fumo no Rio Grande do Sul*" — "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 147-173.

LANDIM, Djalma — "*Uma estrada de acesso à Rio-Petrópolis*" — Com ilustrações — "Rodovia" — Rio — Janeiro-Outubro de 1940 — N.º 12-16 — Ano III — Págs. 37-42.

LE COINTE, Paul — "*Notas relativas ao projeto de criação do Instituto Federal da Borracha e da Castanha na Amazônia*" — (Borracha nativa, Borracha da plantação) — "Revista da Associação Comercial do Pará" — Belém — Vol. V — Ns. 20-21 — Julho-Dezembro de 1940 — Págs. 127-134.

LEONARDOS, Oton Henry — "*Ouro no Espírito Santo*" — "Mineração e Metalurgia" — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Págs. 285-287.

LIMA CÂMARA, Aristóteles — "*Siderurgia*" — (O encorajante exemplo do Japão) — "Defesa Nacional" — Ano XXVII — N.º 316 — Págs. 387-393. — Setembro 1940.

LORENZO FERNANDES, Cassiano Alberto — "*A indústria do Charque*" — Com ilustrações fotográficas — "O Observador Econômico e Financeiro" — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Págs. 57-64.

LUIZ VIEIRA — SATURNINO BRAGA, F. — QUIRINO SIMÕES, Carlos e MONTEIRO FILHO, Jerônimo — "*Redes Rodoviárias*" — (Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia) — Com plantas, fotografias, mapas e perfis — "Revista do Clube de Engenharia" — Ano VI — N.º 69 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 27-58.

LUTZ, Alfredo W. — "*A celulose em Minas*" — Com ilustrações fotográficas

— "O Observador Econômico e Financeiro" — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 37-41.

MAGALHÃES, Manuel Pedro — "*Riquezas do Brasil*" — (O Estado de São Paulo) — Com quadros estatísticos — "Economia" — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 53-57.

MATOS, Carlos C. — "*A economia paulista no primeiro ano da atual guerra*" — Com quadros explicativos — "Economia" — São Paulo — Ano II — N.º 18 — Novembro de 1940 — Págs. 16-18.

MELO MORAIS — "*Cimento em Minas Gerais*" — Com ilustrações fotográficas — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 26 — Julho-Agosto de 1940 — Pág. 64.

MELO MORAIS, Trajano de — "*Considerações sobre a indústria brasileira de cimento Portland*" — Com fotografias e quadros estatísticos — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 27 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 137-139.

MELO MORAIS, Trajano de — "*Indústria do cimento no Brasil*" — "Mineração e Metalurgia" — Vol. IV — N.º 24 — Março-Abril de 1940 — Págs. 305-308.

MELO MATOS, W. — "*Cultura do Coqueiro*" — (*Cocus nucifera* L.) no Nordeste do Brasil — Com ilustrações — "O Campo" — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 131 — Novembro de 1940 — Págs. 56-58 — Mesma publicação — N.º 132 — Págs. 26-28.

MIRANDA CARVALHO, F. V. — "*Portos e navegação no Brasil*" — (Palestra realizada no Rotary Clube do Rio de Janeiro) — "Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas" — Recife — Pernambuco — Ano II — Vol. III — Outubro-Dezembro de 1940 — Págs. 364-370.

MENDONÇA, Floriano — "*Um sucedâneo da juta*" — "O Observador Econômico e Financeiro" — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 13-14.

MORAIS, Luciano Jaques de — "*Minerais estratégicos*" — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 10-16.

MORAIS, Luciano Jaques de — "*Minerais estratégicos*" — "Nação Armada" — N.º 12 — Novembro de 1940 — Págs. 31-48.

NEIVA DE FIGUEIREDO, João — "*Mica em Espera Feliz, Minas Gerais*" — Com ilustrações cartográficas, gráficos e quadros explicativos — "Mineração e Metalurgia" — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 189-194.

NEME, Mário — “*A primitiva estrada para Cuiabá*” — (Comentários sobre o artigo do Senhor Sá Carvalho, publicado n’ “O Estado” de São Paulo, em 7 de Março de 1940) — “Revista do Arquivo Municipal” — São Paulo — Ano VI — Vol. LXIX — Agosto de 1940 — Págs. 201-210.

NERI, J. Muniz — “*A irrigação no mundo e no Brasil*” — Com ilustrações fotográficas — Revista “Ceres” — Viçosa — Minas Gerais — Vol. II — N.º 7 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 3-39.

NETO, Américo R. — “*Da rodovia São Paulo-Rio para as hidrópoles mineiras*” — Com ilustração cartográfica — Boletim de Informações “Brasiltur” — São Paulo — Ano VIII — Abril de 1940 — N.º 82 — Abril de 1940 — Pág. 21.

NETO, Américo R. — “*O litoral Norte que renasce*” — (As estradas de São Paulo a Caraguatatuba e São Sebastião a Ubatuba) — Com uma ilustração cartográfica — Boletim de Informações “Brasiltur” — São Paulo — Ano VIII — N.º 79 — Janeiro de 1940 — Pág. 2.

NIEMEYER, Valdir — “*A interdependência econômica dos estados brasileiros*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 69 — Maio de 1940 — Ano VI — Págs. 177-187.

NIEMEYER, Valdir — “*O Rio Grande do Sul no comércio de cabotagem*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 70 — Junho, 1940 — Ano VI — Págs. 209-217.

NOBRE, Eurico R. — “*Exploração dos seringais*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 56 — Setembro de 1940 — Págs. 81-84.

NOBRE, Eurico R. — “*Patologia econômica do café*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 93-99.

NORMANO, A. F. — “*Um economista vê o Brasil*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 27-31.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de — “*Aspectos econômicos da pecuária paulista*” — II — Os gados de corte — análise estatística e faturação econômica — Com ilustrações fotográficas, gráficos e cartogramas — “Revista de Indústria Animal” — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo — Nova série — Vol. 3 — N.º 4 — Outubro de 1940 — Págs. 128-150.

OLIVEIRA, Artur Leite — “*A lavoura do cacau*” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 57 — Outubro de 1940 — Págs. 42-44.

PAIS LEME, Luiz Betim — “*Carvão nacional*” — “Nação Armada” — N.º 4 — Março de 1940 — Págs. 36-40.

PAIS LEME, Luiz Pinheiro — “*Transporte e regionalismo*” — Com ilustração fotográfica e cartográfica — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 51 — Abril de 1940 — Págs. 81-84.

PANATINS — “*Problema do arroz gaúcho*” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Março de 1940 — Págs. 112-113.

PARAÍSO, Paulo — “*Caroá*” — (Estudo da fibra do Caroá em sua zona de origem, fomento de sua cultura e amparo à sua industrialização) — Com ilustrações fotográficas — “Revista do D. A. C.” — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco — Ano III — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 10-19.

PEREIRA DA COSTA, F. A. — “*Origens históricas da indústria açucareira em Pernambuco*” — Com ilustrações — “Brasil Açucareiro” — Órgão do Instituto do Açúcar e do Alcool — Ano VIII — N.º 3 — Março de 1940 — Páginas 195-198 — Mesma revista — N.º 4 — Abril de 1940 — Págs. 325-332 — Mesma revista — Agosto de 1940 — Págs. 138-142 — Mesma revista — Setembro de 1940 — Págs. 198-205 — Mesma revista — Outubro de 1940 — Págs. 293-301.

PESSOA, General José — “*A grande estrada do Nordeste*” — (Seu objetivo político, econômico e militar) — Com uma planta — “Nação Armada” — N.º 6 — Maio de 1940 — Págs. 11-15.

PESSOA, General José — “*Estrada do Norte*” — (Araguaia-Tocantins) — Com um mapa da região — “Nação Armada” — N.º 13 — Dezembro de 1940 — Págs. 6-11.

PINHEIRO FILHO, João — “*Expansão industrial do Brasil*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 19-20.

PÔRTO, Anibal — “*A indústria do sal*” — Com fotografias e quadros estatísticos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 17 — Outubro de 1940 — Págs. 29-33.

QUEIROZ NASCIMENTO, Capitão Flávio — “*O níquel no mundo e no Brasil*” — Com vários gráficos — “Nação Armada” — Vol. 3 — Fevereiro de 1940 — Págs. 36-48.

- QUEIROZ NASCIMENTO, Cel. Flávio — “O níquel no mundo e no Brasil” — “Nação Armada” — N.º 5 — Abril de 1940 — Págs. 69-79.
- QUEIROZ NASCIMENTO, Flávio — “O níquel e a defesa Nacional” — Com quadros explicativos — “Defesa Nacional” — Ano XXVII — N.º 315 — Agosto de 1940 — Págs. 171-188 — Mesma publicação — N.º 318 — Págs. 791-809.
- ROCHA, José F. da — “Vias de Comunicação do Rio Grande do Sul” — Com ilustrações — “Defesa Nacional” — Ano XXVII — N.º 318 — Novembro de 1940 — Págs. 777-789.
- ROMÁRIO MARTINS — “A erva mate já foi dinheiro” — “Boletim do Instituto Nacional do Mate” — Ano I — N.º 2 — Dezembro de 1940 — Págs. 29-31.
- SALES OLIVEIRA, Álvaro — “Produção do Ouro no Brasil” — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” de São Paulo — Vol. XXXVII — Dezembro de 1939 — Págs. 195-202.
- SAMPAIO VIDAL, Joaquim A. — “El-Rei café ou ex-Rei café?” — “Revista da Sociedade Rural Brasileira” — São Paulo — Ano XX — N.º 241 — Setembro de 1940 — Pág. 13.
- SAMPAIO VIDAL, Rafael — “A cultura da fibra *“Hibiscus Ferox”*” — Papoula de São Francisco — (Conferência realizada na Sociedade Rural Brasileira, em 12 de Outubro de 1940) — “Revista da Sociedade Rural Brasileira” — São Paulo — Ano XX — N.º 243 — Novembro de 1940 — Págs. 22-27.
- SANTOS DE OLIVEIRA, Armando — “Amianto crisotila em Nova Lima, Minas Gerais” — Com ilustrações fotográficas — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 27 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 115-118.
- SANTOS, José Maria dos — “Tributo e produção no Brasil” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 50 — Abril de 1940 — Págs. 26-32.
- SCHMIDT, Frederico Miranda — “A cultura do Café na Amazônia” — “Revista do Instituto de Café” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 166 — Dezembro de 1940 — Págs. 2.044-2.045.
- SCORZA, Evaristo P. — “Um grande carbonado baiano” — Com ilustrações — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 25 — Maio-Junho de 1940 — Pág. 44.
- SETE, Mário — “Velhos veículos da cidade” — Com fotografias — “Bol. Técn. da Secr. de Viação e Obras Públicas” — Recife — Pernambuco — Ano II — Vol. II — Janeiro-Março de 1940 — Pág. 199-201.
- SIMONSEN, Roberto C. — “Aspectos da história econômica do café” — Com 2 gráficos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 8 — Janeiro de 1940 — Pág. 1.
- SIMONSEN, Roberto — “Aspectos da história econômica do café” — “Revista do Instituto do Café” — Ano XV — N.º 155 — Janeiro de 1940 — Págs. 30-40.
- SIMONSEN, Roberto — “A evolução industrial do Brasil” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 65 — Janeiro de 1940 — Ano VI — Págs. 209-224.
- SIMONSEN, Roberto — “A evolução social e econômica no Brasil” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 12 — Maio de 1940 — Págs. 15-17.
- SIMONSEN, Roberto C. — “Índices do custo de vida e da produção industrial” — Com quadros explicativos — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Pág. 42.
- SIMONSEN, Roberto — “O comércio do chá” — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Págs. 9-38.
- SPALDING, Válder — “Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 66 — Fevereiro 1940 — Ano VI — Págs. 161-174 — N.º 67 — Março, 1940 — Ano VI — Págs. 179-187.
- SOARES VEIGA, João — “A pecuária baiana” — Com ilustrações — (Conferência pronunciada na Sociedade Rural Brasileira, em 15 de Outubro de 1940) — “Revista da Sociedade Rural Brasileira” — Ano XX — N.º 243 — Novembro de 1940 — Págs. 28-37.
- SOUSA LEÃO, Luiz Antônio — “Desenvolvimentos hidráulicos na Mantiqueira” — (Conferência realizada na Sociedade Mineira de Engenheiros, a 8 de Outubro de 1940) — Ilustrada com gráficos, quadros, mapas e fotografias — “Forças Hidráulicas” — Boletim N.º 1 — Novembro de 1940 — Págs. 29-66.
- STEPHAN, Oto — “A pecuária de leite do Vale do Paraíba” — Com ilustrações — “Revista da Sociedade Rural Brasileira” — Ano XX — N.º 244 — Dezembro de 1940 — Págs. 14-19.
- TAVARES, J. S. — “A cultura da laranja em Portugal e a sua introdução no Brasil” — “O Campo” — Rio de Janeiro — Ano 11 — N.º 129 — Setembro de 1940 — Págs. 48-50.

THURY, Admar de Andrade — “*Memorial sobre a cultura da juta*” — (Contribuição apresentada ao II Congresso Rio Grandense de Agronomia) — “*Revista Agrônômica*” — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Ano IV — N.º 43 — Julho de 1940 — Págs. 609-614.

SOUSA AMARAL, J. B. — “*A expansão industrial do Brasil e os interesses da economia agrária*” — Com ilustrações — “*Revista Rural Brasileira*” — São Paulo — Ano XX — N.º 213 — Novembro de 1940 — Págs. 12-18.

SOUSA COSTA, Artur — “*Finanças e Economia da República*” — (Conferência) — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Págs. 144-163.

SOUSA COSTA, Artur — “*Panorama econômico e financeiro da República*” — (Conferência realizada no Palácio Tiradentes, em 29 de Novembro de 1940) — “*Monitor Mercantil*” — Rio de Janeiro — N.º 1.273 — 21 de Dezembro de 1940 — Págs. 28-41.

SOUSA, José Bonifácio de — “*A mineração no Ceará*” — “*Revista*” da Sociedade Cearense de Geografia e História — Fortaleza — Ceará — Ano III — Vol. V — N.º 1 — Dezembro de 1939 — Págs. 26-30.

TAUNAY, Afonso E. — “*Processos antiquados em evolução*” — “*Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo*” — Ano XV — N.º 161 — Julho de 1940 — Págs. 1.008-1.014.

TAVARES, Otávio — “*Realizações do espírito criador brasileiro*” — (I — Estrada de Ferro do Paraná) com ilustrações — “*Nação Armada*” — N.º 12 — Novembro de 1940 — Págs. 55-64.

VASCONCELOS TÔRRES — “*Latifúndios açucareiros no Brasil*” — “*Brasil Açucareiro*” — Órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool — Setembro de 1940 — Págs. 322-323.

VIRGÍLIO CORREIA FILHO — “*O café em Mato Grosso*” — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 12 — Maio de 1940 — Págs. 36-38.

WEINSCHENCK, Oscar — MIRANDA CARVALHO, F. V. e CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO, Luiz Rodolfo — “*Portos do Brasil*” — (Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia) — “*Revista do Clube de Engenharia*” — Ano VI — Número 69 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 19-26.

WENTZVITCH, Estanislau — “*Estatísticas industriais paulistas*” — Com gráficos e quadros estatísticos — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 101-108.

GEOGRAFIA HUMANA

— “*A antiguidade do homem na América do Norte*” — “*Inteligência*” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 85-86.

— “*A cooperação internacional técnica e financeira em matéria de migrações colonizadoras*” — “*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*” — N.º 65 — Janeiro, 1940 — Ano VI — Págs. 316-325.

— “*A incorporação dos selvícolas à economia*” — Com ilustrações — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 18 — Novembro de 1940 — Págs. 8-9.

— “*Inquérito sobre a posição social do negro em três municípios paulistas*” — (Trabalho realizado pela Escola Normal de Pirassununga, sobre a direção da professora Arací Ferreira Leite). — “*Sociologia*” — São Paulo — Vol. II — N.º 1 — 1.º trimestre de 1940 — Págs. 69-82.

— “*O ano do recenseamento*” — Ilustrado com um mapa da densidade demográfica no Brasil — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Págs. 19-40.

— “*O Brasil e a imigração*” — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 143-146.

— “*O índio no Brasil*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 51 — Abril de 1940 — Págs. 97-121.

— “*Populações brasileiras*” — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 10 — Março de 1940 — Págs. 39-40.

— “*Populações Brasileiras em 1840*” — (O que eram, há 100 anos, as capitais das províncias) — “*Economia*” — São Paulo — Ano II — N.º 13 — Junho de 1940 — Págs. 20-24 — Mesma publicação — N.º 14 — Julho de 1940 — Págs. 20-25 — Mesma publicação — N.º 15 — Agosto de 1940 — Págs. 19-24 — N.º 16 — Setembro de 1940 — Págs. 18-21.

ALVES, Joaquim — “*Afrologia brasileira*” — “*Revista*” da Sociedade Cearense de Geografia e História — Ceará — Ano III — Vol. V — N.º 1 — Dezembro de 1939 — Págs. 11-20.

ARAÚJO, Oscar Egídio de — “*A alienação da classe obreira de São Paulo*” — Com quadros explicativos — “*Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*” — Ano VI — Vol. LXIX — Agosto de 1940 — Págs. 91-116.

ARAÚJO, Oscar Egídio de — “*Distribuição ecológica dos sírios no município da Capital do Estado de São Paulo*”

— Com ilustrações cartográficas e quadros explicativos — “Boletins do Departamento Estadual de Estatística” de São Paulo — Ano II — N.º 10 — Outubro de 1940 — Págs. 31-48.

BACKHEUSER, Everardo — “*A terra Fluminense*” — (Contribuição para o estudo da conquista antropogeográfica da Baixada e Maciço Fluminense) — Com 2 mapas — Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — N.º 69 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 101-124.

BARROS VIDAL — “*O problema humano na economia açucareira*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — Abril de 1940 — Págs. 19-21.

BATISTA DE OLIVEIRA, F. — “*A casa popular como problema urbanístico*” — (Conferência realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo em 5 de Junho de 1940) — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — Número 68 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 20-26.

BATISTA DE OLIVEIRA, F. — “*O estado atual da vivenda popular na América*” — Com várias ilustrações — (Conferência realizada em 14 de Novembro de 1939, na sede do Sindicato Nacional de Engenharia) — “Bol. Técn. da Secr. de Viação e Obras Públicas” — Recife-Pernambuco — Ano II — Vol. II — Junho-Março de 1940 — Págs. 149-177.

BEDINI, Carol — “*As raças balcânicas*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Pág. 56.

BELIARD, Otave — “*Processos de imigração científica*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 68 — Agosto de 1940 — Págs. 55-56.

BOITEUX, Lucas Alexandre — “*Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*” — “Monitor Comercial” — Curitiba — Março de 1940 — Págs. 4-5 — Mesma publicação — Abril de 1940 — Pág. 7 — Maio de 1940 — Junho de 1940 — Julho de 1940 — Agosto de 1940 — Setembro de 1940.

CÂMARA CASCUDO, Luiz da — “*Montaigne e o índio brasileiro*” — (Des canibales — XXX dos “Ensaio”) — Tradução e notas) — “Cadernos da Hora Presente” — São Paulo — Série I — Janeiro de 1940 — Págs. 7-50.

CÂMARA, Lourival — “*Estrangeiros em Santa Catarina*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 681-718.

CARDINI, Maximiliano — “*Influências solares e lunares sobre o homem*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 62 — Fevereiro de 1940 — Págs. 77-80.

CARLOS ESTÊVÃO — “*A cerâmica de Santarém*” — Com ilustrações fotográficas e um pequeno mapa — “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” — N.º 3 — 1939 — Editada em 1940 — Págs. 7-34.

CARVALHO, Egídio de — PENTEADO, Helena R. — “*Distribuição conjetural dos mortos no primeiro ano de vida, no Estado de São Paulo, (1934), segundo o ano de nascimento*” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — Fevereiro de 1940 — N.º 2 — Págs. 39-47.

CARVALHO E SILVA, Antônio F. de — “*Formação do povo paulista e o seu desenvolvimento demográfico*” — Com quadros explicativos — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — N.º 9 — Setembro de 1940 — Págs. 31-49.

CARVALHO, Péricles de Melo — “*A legislação imigratória do Brasil e sua evolução*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. n.º 4 — Outubro de 1940 — Págs. 719-739.

CASTRO DE ANDRADE — “*Nacionalismo e imigração*” — “Terra Imatura” — Belém — Pará — Ano 3.º — N.º 13 — Dezembro de 1940.

COLOMBO, C. — “*A origem do Homem*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 64 — Abril de 1940 — Págs. 83-85.

CONDE, Hermínio de Brito — “*Importância econômica da prevenção da cegueira no Brasil*” — Com uma ilustração cartográfica, fora do texto, com a distribuição, segundo a nacionalidade e procedência, dos 2.901.204 imigrantes entrados em S. Paulo no período de 1887-1937 — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros, em 26 de Abril de 1940) — “Estudos Brasileiros” — Ano II — Vol. 4 — N.º 11 — Março-Abril de 1940 — Págs. 539-551.

COSTA MIRANDA — “*Salário Mínimo*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 103-134.

CUNHA, Ovidio da — “*A sistemática da geografia humana*” — Com várias ilustrações cartográficas — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 254-271.

CUNHA, Ovídio — “*Sistemática da Geografia Humana*” — Com ilustrações — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano II — Agosto de 1940 — Págs. 271-282.

CUNHA, Ovídio — “*Sistema de Geografia Humana*” — Com plantas — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 70 — Junho, 1940 — Ano VI — Págs. 281-302.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE ALAGOAS — “*Contingentes demográficos de Alagoas e de Maceió através recenseamentos e estimativas*” — Com quadros — “Alagoas Estatística” — Maceió — Ano 2 — N.º 5 — Outubro de 1940 — Fôlhas 8-12.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — “*Colonização do Maranhão*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VI — N.º 71 — Julho de 1940 — Págs. 248-254.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE MINAS GERAIS — “*Estatística demográfica*” — (População provável do Estado, em 31 de Dezembro de 1939, por municípios e distritos) — Quadros — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 3 — Março-Abril de 1940 — Págs. 5-16.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE MINAS GERAIS — “*Estatística vital de Belo Horizonte*” — (Óbitos registrados, segundo as causas, por sexo e idades, no primeiro semestre de 1940) — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 6 — Setembro-Outubro de 1940 — Págs. 37-38.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE MINAS GERAIS — “*Estatística vital do Estado*” — (Nascimentos, casamentos e óbitos registrados nos distritos das sedes municipais durante o primeiro semestre de 1940 — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 6 — Setembro-Outubro de 1940 — Páginas 39-41.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO PAULO — “*População do Estado de São Paulo por municípios*” — 1930-1939 — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — N.º 8 — Agosto de 1940 — Págs. 67-87.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO PAULO — “*População do Estado em 3) de Dezembro de 1939*” — (Quadros indicando a superfície em km² dos municípios e outros dados interessantes) — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — São Paulo — Ano II — N.º 3 — Março de 1940 — Págs. 41-51.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO — “*Imigrantes entrados no Brasil no período de 1884 a 1939*”. — (7 quadros estatísticos contendo tôdas as informações precisas) — “Revista de Imigração e Colonização”. — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 617-646.

DÓRIA DE VASCONCELOS, Henrique — “*Oscilações do movimento imigratório no Brasil*” — Com vários gráficos e quadros estatísticos — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 2 — Abril de 1940 — Págs. 211-235.

DUTRA, Firmo — “*Educação cívica e colonização nas fronteiras do Brasil*” — “Nação Armada” — N.º 5 — Abril de 1940 — Págs. 34-38.

FAIRBANKS, João Carlos — “*Exame retrospectivo sobre o homem primitivo*” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 8 — Janeiro de 1940 — Págs. 11-16.

FRANCA, P.^e Leonel — “*Crise da família à luz das estatísticas*” — Com quadros explicativos e gráficos — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 36-50.

GAVIÃO GONZAGA — “*Fatores de assimilação nacionalizadora*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 649-655.

GONZAGA, Antônio Gavião — “*Problemas nacionais de emigração e colonização*” — Com quadros explicativos e uma ilustração cartográfica — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros) — “Estudos Brasileiros” — Ano II — Vol. 4 — N.º 12 — Págs. 582-624.

GUEDES PEREIRA, Paulo — “*Importância da rede de canais de drenagem superficial do Recife para a solução do problema do Mocombo*” — Com ilustrações — “Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas” — Recife-Pernambuco — Ano II — Vol. II — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 59-73.

INGALLS, Albert G. — “*Pegadas humanas há 250.000.000 anos?*” — “Inteligência” — São Paulo — Ano VI — N.º 62 — Fevereiro de 1940 — Pág. 90.

JOCHMANN, João — “*Estado da população*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 68 — Abril de 1940 — Ano VI — Págs. 241-255.

LIMA CÂMARA, Major Aristóteles de — “*Incompatibilidade étnica?*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 656-680.

LIMA CÂMARA, Major Aristóteles de — “*Os alemães no sul do Brasil*” (Ponto de vista brasileiro) — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 1 — Janeiro de 1940 — Págs. 33-47.

MACEDO, Sérgio D. T. de — “*O índio, primeiro poeta do Brasil*” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 13 — 30 de Março de 1940 — Pág. 22.

MAGALHÃES, Édson Potsch — “*Do negro na civilização agrícola do Brasil*” — (Conferência realizada no Clube Ceres de Viçosa — Minas Gerais) — Revista “Ceres” — Viçosa-Minas Gerais — Vol. I — N.º 5 — Março e Abril de 1940 — Págs. 402-410 — Mesma publicação — Vol. I — N.º 6 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 401-469.

MAGALHÃES JÚNIOR, Sérgio Nunes — “*A masculinidade no Distrito Federal em quarenta e nove anos*” — Com tabelas explicativas e gráficos — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 253-256.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de — “*Aspectos da influência estrangeira na história social de Minas Gerais*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 455-463.

MORAIS COUTINHO, Adalberto — “*O caboclo brasileiro*” — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 22 — 1 de Junho de 1940 — Pág. 9.

MORAIS, Geraldo Dutra de — “*A estatística colonial em Minas Gerais*” — “Boletim do Departamento Estadual de Estatística” — Belo Horizonte — Minas Gerais — N.º 7 — Novembro-Dezembro de 1940 — Págs. 5-6.

MORTARA, Giorgio — “*Desenvolvimento demográfico da América e do Brasil*” (Aumento imigratório e crescimento reprodutivo) — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 425-433.

MORTARA, Giorgio — “*Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil*” — Com várias tabelas explicativas — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 1 — Janeiro-Março de 1940 — Págs. 7-16 — Mesma revista — Ano I — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 229-242.

MORTARA, Giorgio — “*Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil*” — Com gráficos e quadros explicativos — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 3 — Julho-Setembro de 1940 — Págs. 443-472.

MORTARA, Giorgio — “*Natalidade e fecundidade no Brasil*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 69 — Maio, 1940 — Ano VI — Págs. 251-259.

NODARI, Lincoln — “*Algumas considerações sobre a colonização*” — (O caso específico da colonização no Brasil) — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. n.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 464-474.

OLIVEIRA, Beneval — “*Considerações sobre o problema da população*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — N.º 66 — Fevereiro de 1940 — Ano VI — Páginas 256-269.

OLIVEIRA MARQUES, José de — “*Colonização e povo amarelo*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 2 — Abril de 1940 — Págs. 205-210.

OLIVEIRA MARQUES, José de — ASSIZ FIGUEIREDO, F. P. — “*Organização da colonização na República Argentina*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 2 — Abril de 1940 — Págs. 256-335.

OLIVEIRA VIANA — “*Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — N.º 1 — Janeiro de 1940 — Págs. 24-32.

OLIVEIRA VIANA — “*Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica*” — “Revista de Imigração e Colonização” — Ano I — Vol. n.º 4 — Outubro de 1940 — Págs. 610-616.

OWEN PH, Eugene D. — “*O salário mínimo em 12 países americanos*” — “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” — Ano VII — N.º 13 — Setembro de 1940 — Págs. 243-252.

PEREIRA DA SILVA, Raimundo — “*Problemas da Amazônia*” — (Colonização das terras e amparo às regiões industriais da região) — “Revista do Clube de Engenharia” — Ano VI — N.º 67 — Maio-Junho de 1940 — Págs. 38-43.

PEREIRA DA SILVA, Raimundo — “*Problemas da Amazônia*” — (Colonização das terras e amparo às indústrias da região) — “Revista do Clube de Engenharia” — Volume VI — Número 68 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 36-38.

PEREGRINO, Umberto — “*Vaqueiro Marajoara*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 48 — 30 de Novembro de 1940 — Páginas 15-16.

RAMOS, Godolfim Tôres — “*Terra e colonização no Rio Grande do Sul*” — “*Revista de Imigração e Colonização*” — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 740-755.

RAUL TAVARES, Tenente Coronel — “*O serviço militar e o despovoamento rural*” — “*Nação Armada*” — N.º 4 — Março de 1940 — Págs. 50-51.

ROQUETE PINTO, E. — “*Contribuição à antropologia do Brasil*” — Com vários gráficos — “*Revista de Imigração e Colonização*” — Ano I — N.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 437-454.

RIBEIRO, Adalberto Mário — “*O Instituto Oswaldo Cruz*” — Como se trabalha nesse grande centro de ensino e pesquisas científicas — (Com ilustrações cartográficas indicando as zonas do Brasil estudadas sob o ponto de vista geral das endemias) — “*Revista do Serviço Público*” — Ano III — Vol. IV — N.º 2 — Novembro de 1940 — Páginas 44-64.

RUBENS PÔRTO — “*O problema da vivenda popular*” — “*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*” — Ano VI — N.º 72 — Agosto de 1940 — Págs. 244-255.

SANCHEZ, Luiz Alberto — “*As primeiras civilizações americanas*” — “*Inteligência*” — São Paulo — Ano VI — N.º 67 — Julho de 1940 — Pág. 92.

SAIA, Luiz — “*O alpendre nas capelas brasileiras*” — Com ilustrações — “*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*” — N.º 3 — 1939 — Editada em 1940 — Páginas 235-249.

SANTIAGO, Arnaldo C. — “*Minha terra à luz da antropogeografia*” — (Remanescentes brasileiros de uma civilização amerígena) — Com ilustrações — “*Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*” — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Págs. 49-57.

SERAINÉ, Florival — “*Da influência africana na linguagem cearense*” — “*Revista*” da Sociedade Cearense de Geografia e História — Ano III — Vol. V — N.º 1 — Dezembro de 1939 — Páginas 3-10.

SILVA, A. M. Braz — “*O Negro*” — “*Revista Marítima Brasileira*” — Ano LX — Ns. 1 e 2 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 1.475-1.478.

SIMONSEN, Roberto — “*Recursos econômicos e movimentos das populações*” — (Tese apresentada ao VIII Congresso Científico Americano) — Com quadros estatísticos, gráficos e ilustrações cartográficas — “*Revista Brasileira de Estatística*” — Ano I — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 197-228.

SMITH, Roberto C. — “*O caráter da arquitetura colonial do Nordeste*” — Com várias ilustrações fotográficas — “*Estudos Brasileiros*” — Ano II — Vol. 4 — N.º 10 — Janeiro-Fevereiro de 1940 — Págs. 419-430.

TAVARES, Otávio — “*O vaqueiro do Nordeste*” — Com ilustração — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 22 — 1 de Junho de 1940 — Pág. 3.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. — “*Dispersão demográfica e escolaridade*” — (Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia) — Com gráficos e quadros explicativos — “*Revista Brasileira de Estatística*” — Ano I — N.º 3 — Julho-Setembro de 1940 — Páginas 497-527.

VASCONCELOS, Cel. Vicente de Paula T. F. — “*O problema da civilização dos Índios*” — “*Revista do Serviço Público*” — Ano III — Vol. II — N.º 1 — Abril de 1940 — Págs. 59-67.

MUNICÍPIOS

— “*A Capital mineira*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Páginas 62-64.

— “*A metrópole gaúcha*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Págs. 100-101.

— “*Anicuns*” — Com ilustrações fotográficas e um mapa fora do texto — “*Revista das Municipalidades*” — Ano I — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 15-17.

— “*Estatística agrícola do Município de São Carlos do Pinhal organizada pelo Clube da Lavoura*” (1899) — “*Revista do Instituto de Café*” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 161 — Julho de 1940 — Págs. 1.017-1.028.

— “*Município de Goiânia*” — (Excertos da “*Monografia de Goiânia*”) — Com ilustrações fotográficas e um mapa, fora do texto — “*Revista das Municipalidades*” — Goiânia — Ano I — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 8-14.

— “*O município de Goiatuba*” — (Um município em franco progresso — O desenvolvimento de sua agricultura)

PEREGRINO, Umberto — “*Vaqueiro Marajoara*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 48 — 30 de Novembro de 1940 — Páginas 15-16.

RAMOS, Godolfim Tôrres — “*Terra e colonização no Rio Grande do Sul*” — “*Revista de Imigração e Colonização*” — Ano I — Vol. 4 — Outubro de 1940 — Págs. 740-755.

RAUL TAVARES, Tenente Coronel — “*O serviço militar e o despovoamento rural*” — “*Nação Armada*” — N.º 4 — Março de 1940 — Págs. 50-51.

ROQUETE PINTO, E. — “*Contribuição à antropologia do Brasil*” — Com vários gráficos — “*Revista de Imigração e Colonização*” — Ano I — N.º 3 — Julho de 1940 — Págs. 437-454.

RIBEIRO, Adalberto Mário — “*O Instituto Osvaldo Cruz*” — Como se trabalha nesse grande centro de ensino e pesquisas científicas — (Com ilustrações cartográficas indicando as zonas do Brasil estudadas sob o ponto de vista geral das endemias) — “*Revista do Serviço Público*” — Ano III — Vol. IV — N.º 2 — Novembro de 1940 — Páginas 44-64.

RUBENS PÔRTO — “*O problema da vivenda popular*” — “*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*” — Ano VI — N.º 72 — Agosto de 1940 — Págs. 244-255.

SANCHEZ, Luiz Alberto — “*As primeiras civilizações americanas*” — “*Inteligência*” — São Paulo — Ano VI — N.º 67 — Julho de 1940 — Pág. 92.

SAIA, Luiz — “*O alpendre nas capelas brasileiras*” — Com ilustrações — “*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*” — N.º 3 — 1939 — Editada em 1940 — Páginas 235-249.

SANTIAGO, Arnaldo C. — “*Minha terra à luz da antropogeografia*” — (Remanescentes brasileiros de uma civilização amerígena) — Com ilustrações — “*Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*” — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Págs. 49-57.

SERAIINE, Florival — “*Da influência africana na linguagem cearense*” — “*Revista*” da Sociedade Cearense de Geografia e História — Ano III — Vol. V — N.º 1 — Dezembro de 1939 — Páginas 3-10.

SILVA, A. M. Braz — “*O Negro*” — “*Revista Marítima Brasileira*” — Ano LX — Ns. 1 e 2 — Julho-Agosto de 1940 — Págs. 1.475-1.478.

SIMONSEN, Roberto — “*Recursos econômicos e movimentos das populações*” — (Tese apresentada ao VIII Congresso Científico Americano) — Com quadros estatísticos, gráficos e ilustrações cartográficas — “*Revista Brasileira de Estatística*” — Ano I — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 197-228.

SMITH, Roberto C. — “*O caráter da arquitetura colonial do Nordeste*” — Com várias ilustrações fotográficas — “*Estudos Brasileiros*” — Ano II — Vol. 4 — N.º 10 — Janeiro-Fevereiro de 1940 — Págs. 419-430.

TAVARES, Otávio — “*O vaqueiro do Nordeste*” — Com ilustração — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 22 — 1 de Junho de 1940 — Pág. 3.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. — “*Dispersão demográfica e escolaridade*” — (Tese apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia) — Com gráficos e quadros explicativos — “*Revista Brasileira de Estatística*” — Ano I — N.º 3 — Julho-Setembro de 1940 — Páginas 497-527.

VASCONCELOS, Cel. Vicente de Paula T. F. — “*O problema da civilização dos Índios*” — “*Revista do Serviço Público*” — Ano III — Vol. II — N.º 1 — Abril de 1940 — Págs. 59-67.

MUNICÍPIOS

— “*A Capital mineira*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Páginas 62-64.

— “*A metrópole gaúcha*” — Com ilustrações fotográficas — “*O Observador Econômico e Financeiro*” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Págs. 100-101.

— “*Anicuns*” — Com ilustrações fotográficas e um mapa fora do texto — “*Revista das Municipalidades*” — Ano I — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 15-17.

— “*Estatística agrícola do Município de São Carlos do Pinhal organizada pelo Clube da Lavoura*” (1899) — “*Revista do Instituto de Café*” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 161 — Julho de 1940 — Págs. 1.017-1.028.

— “*Município de Goiânia*” — (Excertos da “*Monografia de Goiânia*”) — Com ilustrações fotográficas e um mapa, fora do texto — “*Revista das Municipalidades*” — Goiânia — Ano I — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 8-14.

— “*O município de Goiatuba*” — (Um município em franco progresso — O desenvolvimento de sua agricultura)

— Com ilustrações fotográficas — “Revista das Municipalidades” — Goiânia — Vol. 1 — N.º 2 — Págs. 19-22.

— “Município de Ijuí” — “O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã” — N.º 7 — Julho de 1940 — Págs. 16-18.

— “Município de Itabira” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 54 — Julho de 1940 — Pág. 95.

— “Município de Santa Rita do Paranaíba” — (Dados históricos) — Com ilustrações fotográficas e um mapa fora do texto — “Revista das Municipalidades” — Goiânia — Ano I — N.º 1 — Maio de 1940 — Págs. 18-22.

— “Municípios mineiros” (Inhapim e Itabirito) — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 52 — Maio de 1940 — Págs. 160-163.

— “Notas econômicas sobre Antonina” — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 19 — Dezembro de 1940 — Pág. 6.

— “O município de Anápolis” — (As possibilidades econômicas do progressista município — Algumas notas do Estado de Goiás) — “Revista das Municipalidades” — Goiânia — Vol. 1 — N.º 2 — Págs. 12-18.

— “O município de Blumenau” — Com várias ilustrações — “Revista da Semana” — Rio de Janeiro — Ano XLI — N.º 1 — 6 de Janeiro de 1940 — Páginas 14-22.

— “O município de Sete Lagoas” — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 49 — Fevereiro de 1940 — Pág. 135.

— “O que é Araxá” — Suas águas e suas belezas — “O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã” — N.º 5 — Maio de 1940 — Págs. 6-9.

— “Orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de 1940” — “Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior” — Ano III — N.º 12 — 6 de Maio de 1940 — Pág. 150.

— “Pirapora e a sua tradição histórico-religiosa” — Com ilustrações — “Revista da Semana” — Ano XLI — N.º 36 — 7 de Setembro de 1940 — Págs. 24-25.

— “Poços de Caldas” — Com fotografias — Boletim de Informações “Brasiltur” — Ano VIII — N.º 89 — Novembro de 1940 — Pág. 22.

— “Poços de Caldas” — Com uma ilustração cartográfica — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 59 — Dezembro de 1940 — Páginas 93-95.

— “São Gabriel” — Com ilustrações fotográficas e gráficos — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 108-110.

— “Terra do cacau” (Itabuna) — Com ilustrações fotográficas — “O Observador Econômico e Financeiro” — Ano V — N.º 58 — Novembro de 1940 — Págs. 41-42.

— “Umarama — Abernêsia — Campos de Jordão” — Boletim de Informações “Brasiltur” — Ano VIII — N.º 85 — Julho de 1940 — Pág. 22.

ALBUQUERQUE, Napoleão — “O Recife e suas águas” — “Boletim do Pôrto do Recife” — Recife — Pernambuco — Outubro de 1940 — N.º 4.

ALMEIDA OLIVEIRA, Sebastião — “Tanabi” — “Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” — Tomo XLVII — Ano de 1940 — Págs. 139-142.

ANDRADE BEZERRA — “O papel do município entre os elementos formativos do espírito da nacionalidade” — “Revista Brasileira de Estatística” — Ano I — N.º 2 — Abril-Junho de 1940 — Págs. 240-252.

BARRETO GONÇALVES — “O Recife e a sua salubridade” — Com vários gráficos — “Boletim Técnico da Secr. de Viação e Obras Públicas” — Recife — Pernambuco — Ano II — Vol. II — Junho-Março de 1940 — Págs. 185-198.

BOA NOVA, Francisco de Paula — “Águas termais de Brejo das Freiras” — Com quadros explicativos — “Mineração e Metalurgia” — Vol. V — N.º 28 — Novembro-Dezembro de 1940 — Páginas 176-177.

BRANDÃO, Oscar — “A poesia do Pôrto do Recife” — “Boletim do Pôrto do Recife” — Setembro de 1940 — N.º 3.

CAMELO, Nery C. — “Barbacena — A pérola da Mantiqueira” — Com ilustrações — “Touring” — Órgão oficial do Touring Clube do Brasil — N.º 81 — Ano VIII — Março de 1940 — Pág. 15.

CALDEIRA, Néelson Mendes — “O crescimento de São Paulo” — (Apesar da guerra, as construções aumentaram — 5,6 casas por hora — As perspectivas do nosso desenvolvimento urbano) — Com quadros — “Economia” — São Paulo — Ano II — N.º 19 — Dezembro de 1940 — Págs. 11-15.

CARVALHO, Carlos Alberto de — “A locomoção da cidade através dos tempos” — (Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico da Baía em 23 de Maio de 1938) — “Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía” — N.º 66 — 1940 — Págs. 77-108.

CORREIA LIMA, João e SILVEIRA, Pe-
lópidos — “*Plano de sistematização e
exposição da cidade de Gravata*” —
Condições locais — (Zoneamento e cir-
culação) — Com ilustrações de 2 plan-
tas, fora do texto — “Boletim Técnico
da Secretaria de Viação e Obras Pú-
blicas” — Recife — Pernambuco — Ano
II — Volume III — Julho-Setembro de
1940 — Págs. 99-101.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍS-
TICA DE ALAGOAS — “*União*” — Com fo-
tografias — “Alagoas Estatística” —
Maceió — Ano 2 — N.º 5 — Outubro
de 1940 — Fôlhas 22-24.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍS-
TICA DE ALAGOAS — “*Rio Largo*” — Com
ilustrações — “Alagoas Estatística” —
Ano 2 — N.º 3 — Abril de 1940 — Fô-
lhas 12-14.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍS-
TICA DE MINAS GERAIS — “*Produção indus-
trial do Município de Belo Horizonte*”
(1939) — “Boletim do Departamento
Estadual de Estatística” — Belo Hori-
zonte — Minas Gerais — N.º 5 — Julho-
-Agosto de 1940 — Págs. 14-23.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍS-
TICA DE MINAS GERAIS — “*Produção indus-
trial do município de Juiz de Fora*” —
(1939) — “Boletim do Departamento
Estadual de Estatística” — Belo Hori-
zonte — Minas Gerais — N.º 5 — Julho-
-Agosto de 1940 — Págs. 24-33.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍS-
TICA DE SÃO PAULO — “*Alguns fatores
físio-demográficos e econômicos dos
municípios paulistas*” — (Ano de 1938)
— “Boletins do Departamento Estadual
de Estatística” — Ano II — N.º 3 —
Março de 1940 — Págs. 53-199.

ESCRAGNOLLE, Dória — “*São Gon-
çalo Fluminense*” — Com ilustrações —
“Revista da Semana” — Ano XLI —
N.º 46 — 16 de Novembro de 1940 —
Pág. 22.

ESCRAGNOLLE, Dória — “*Vila Bela*” —
“Revista da Semana” — Ano XLI — N.º
4 — 27 de janeiro de 1940 — Pág. 34.

FERNANDES, Paulo da Silva — “*A
ação do município na reforma da agri-
cultura*” — (Tese apresentada ao II
Congresso de Ex-Alunos da E.S.A.V.,
em 14-12-940) — “Ceres” — Viçosa —
Minas Gerais — Vol. II — N.º 9 — No-
vembro-Dezembro de 1940 — Páginas
197-212.

FREITAS, Venerando — “*Goiania*” —
Com ilustrações — (Palestra realizada
na Sociedade de Amigos de Alberto
Tôrres) — “Informações Estatísticas”
— Ano II — N.º 2 — Págs. 19-32.

JAMES, Professor Preston E. — “*A
expansão econômica do Brasil, vista por
um geógrafo americano*” — (Trechos de
uma conferência pronunciada pelo au-
tor nos Estados Unidos — “Boletim do
Conselho Federal de Comércio Exterior”
— Ano III — N.º 13 — 13 de Maio de
1940 — Págs. 167-168.

LAMEGO, Alberto — “*O ciclo do açú-
car em Campos*” — “Brasil Açucareiro”
— Órgão oficial do Instituto do Açúcar
e do Alcool — Ano VIII — N.º 4 —
Outubro de 1940 — Págs. 340-343.

MAGALHÃES, Manuel Antônio — “*Al-
manaque da Vila de Pôrto Alegre, com
reflexões sobre o estado da Capitania do
Rio Grande do Sul*” — “Revista do Ins-
tituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul — Ano XX — 3.º tri-
mestre de 1940 — Págs. 51-71.

MÁRIO SETE — “*Olinda na lenda, na
história e no pitoresco social*” — Com
ilustrações — “Anuário Brasileiro de
Literatura” — N.º 4 — Pongetti — 1940
— Págs. 129-134.

MORAIS, O. Alexandre de — “*A es-
tatística e o recenseamento, do ponto
de vista do município*” — “Revista Bra-
sileira de Estatística” — Ano I — N.º 3
— Julho-Setembro de 1940 — Páginas
473-485.

MOTA FILHO — “*O elogio do muni-
cipalismo*” — “Cadernos da Hora Pre-
sente” — São Paulo — 1.ª Série — Mar-
ço de 1940 — Págs. 7-28.

NASCIMENTO SILVA, Fernandes — “*O
Metro e o sub-solo do Rio de Janeiro*”
— (Com uma planta e várias fotogra-
fias) — Serviço de sondagens realizado
pela Prefeitura do Distrito Federal —
“Revista Municipal de Engenharia” —
Vol. VII — N.º 2 — Março de 1940 —
Págs. 92-96.

NENÊ MAGAGGI — “*Pôrto Alegre*” —
Rainha do sol — Com ilustrações —
“Revista da Semana” — Ano XLI — N.º
11 — 16 de Março de 1940 — Páginas
26-27.

NETO, Américo R. — “*Ouro Preto*”
— A cidade Monumento — Com foto-
grafias — Boletim de Informações
“Brasiltur” — Ano VIII — N.º 90 — De-
zembro de 1940 — Pág. 2.

NOVAIS, Henrique de — “*O eterno
problema do abastecimento d'água no
Rio de Janeiro e a adução do Ribeirão
das Lajes*” — “Nação Armada” — N.º 12
— Novembro de 1940 — Págs. 143-147.

OLIVEIRA BELO, Luiz — “*Jerônimo de
Ornellas e a fundação da cidade de Pôr-
to Alegre*” — Com ilustração — “Re-
vista da Semana” — Ano XLI — N.º 47
— 23 de Novembro de 1940 — Págs. 7-19.

PESTANA, Eidher — “*Pôrto Calvo*” — A cidade alagoana onde nasceu Calabar — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 42 — 19 de Outubro de 1940 — Pág. 16.

PIMENTEL, Fortunato — “*Aspectos gerais de São Sebastião do Cai*” — Com ilustrações fotográficas e um mapa do município — “*Revista Agrônômica*” — Pôrto Alegre — Rio G. do Sul — Ano IV — N.º 46 — Outubro de 1940 — Páginas 787-801.

SCHNEIDER, O. F. M. Fr. Saturnino — “*Angra dos Reis*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 32 — 10 de Agosto de 1940 — Páginas 22-23.

SILVEIRA SANTOS, Joaquim — “*São Roque de outrora*” — “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*” de São Paulo — Vol. XXXVII — Dezembro de 1939 — Págs. 213-498.

SPALDING, Wálter — “*O colonizador de Pôrto Alegre*” — “*Boletim Municipal*” — Pôrto Alegre — R. G. do Sul — Ano II — N.º 6 — Vol. 3 — Setembro-Dezembro de 1940 — Págs. 448-454.

SUDÁ DE ANDRADE, Carlos — “*Florianópolis*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 13 — 30 de Março de 1940 — 24-25.

SUDÁ DE ANDRADE, Carlos — “*Fortaleza*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 8 — 24 de Fevereiro de 1940 — Págs. 24-25.

SUDÁ DE ANDRADE, Carlos — “*Maceió*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 18 — 4 de Maio de 1940 — Págs. 24-25.

SUDÁ DE ANDRADE, Carlos — “*São Luiz do Maranhão*” — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 34 — 24 de Agosto de 1940 — Pág. 21.

TESTA, J. — “*Valor econômico e demográfico de alguns municípios paulistas*” — Com quadros informativos — “*Revista do Instituto de Café*” do Estado de São Paulo — Ano XV — N.º 165 — Novembro de 1940 — Págs. 1.792-1.806.

TOLLENS, Oscar R. — “*O Pôrto dos Casais e a sua evolução*” — (Palestra proferida no “Centro Gaúcho” de São Paulo, em 25 de Julho de 1940) — “*Boletim Municipal*” — Pôrto Alegre — R. G. do Sul — Ano II — N.º 6 — Vol. 3 — Setembro-Dezembro de 1940 — Páginas 439-447.

VEIGA DE CASTRO — “*Os primeiros povoadores de Tietê*” — “*Revista do Instituto Heráldico Genealógico*” — São Paulo — Ano IV — N.º 7 — 1.º semestre de 1940 — Págs. 139-141.

VIDAL RAMOS — “*Notas sobre a fundação de Lajes*” — “*Monitor Comercial*” — Curitiba — Outubro de 1940 — Mesma publicação — Novembro de 1940 — Dezembro de 1940.

VIEIRA PEIXOTO, Artur — “*A mudança da capital para Goiás*” — Com um mapa — “*Nação Armada*” — Vol. n.º 4 — Março de 1940 — Págs. 48-49.

ZENÍ MIRANDA — “*Conhecendo o Brasil*” — Macaé — Com ilustrações — “*Revista da Semana*” — Ano XLI — N.º 40 — 5 de Outubro de 1940 — Páginas 22-23.

INDICADOR DO ANO III

ÍNDICE ANALÍTICO

NÚMERO DE JANEIRO - MARÇO

ARTIGOS

- Goiânia — Uma cidade "criada"*, art. il., pelo prof. Aroldo de Azevedo, pág. 3.
Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades, art. il., pelo eng. Jerônimo Cavalcanti, pág. 20.
Geografia dos transportes no Brasil, art. il., pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 54.
Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo, art. il., pelo eng. José Setzer, pág. 82.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

- José Vieira Couto de Magalhães*, com il., pela Secção de Estudos do S. G. E. F., pág. 108.
John Cásper Branner, com il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 113.

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

- Limites*, pelo Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, pág. 114.

COMENTÁRIOS

- Colonização e núcleos em expansão*, art. de PRESTON JAMES, com. pelo prof. Delgado de Carvalho, pág. 125.
Pernambuco — Traços de sua geografia humana, obra do prof. Lacerda de Mélo, com. pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, pág. 136.
Mapas municipais, relatório do eng. J. C. Pedro Grande, pág. 138.
Écos do IX Congresso Brasileiro de Geografia, com. pela Secretaria Geral do C.N.G., pág. 146.
O restabelecimento do ensino da geografia e da corografia do Brasil como cadeira autônoma, com. pela Red., pág. 149.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

- Representação do Min. da Guerra no D.C. do C.N.G.*, pág. 155.
III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, pág. 158.
Congresso luso-brasileiro de História, pág. 163.
Curso de férias da Associação Brasileira de Educação, pág. 164.
Exposição Nacional do Estado Novo, pág. 168.
Viagem de estudo a Fernando de Noronha, pág. 168.
Major Luiz Tomaz Reis, pág. 169.
Ministro Mário Ferreira Barbosa, pág. 169.
Mapas do Brasil, pág. 170.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

- Coordenadas geográficas de cidades brasileiras levantadas pelo C.N.G.*, pág. 171.
Resenha do quarto trimestre de 1940 e primeiro de 1941, pág. 164.
Associação dos Geógrafos Brasileiros (S. Paulo), Boletim da, pág. 179.
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Boletim da, pág. 188.
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Boletim da, pág. 191.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

- Resoluções do D.C. do C.N.G.*, da de n.º 20 à de n.º 39, pág. 195.

BIBLIOGRAFIA

- Publicações sobre geografia editadas no Brasil em 1939/40*, pág. 210.
Publicações de interesse geográfico editadas no Brasil em 1939/40, pág. 211.

NÚMERO DE ABRIL - JUNHO

ARTIGOS

- A Geografia no curso secundário*, art. il., pelo prof. Jorge Zarur, pág. 227.
A gruta de Maquiné e seus arredores, art. il., pelo sr. Afonso de Guafra Heberle, pág. 270.
Divisão regional do Brasil, art. il., pelo prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, pág. 318.
Geografia dos transportes no Brasil, art. il., pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 374.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Beaurepaire Rohan, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 403.
Almirante Mouchez, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 404.

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

Geografia urbana, pelo prof. Gilberto Freire, pág. 407.

COMENTÁRIOS

"*White settlers in the tropics*", obra de A. GRENFELL PRICE, com. pelo prof. Sampaio Ferraz, pág. 409.

Moldura florística às obras de engenharia rural, pelo prof. A. J. Sampaio, pág. 415.
Evolução da geografia humana, conf. pelo prof. Delgado de Carvalho, pág. 422.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

Vaqueiro do Nordeste, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 432.
Agreste, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 434.

NOTICIÁRIO

Instituto Inter-americano de Estatística, pág. 436.
 O I.B.G.E. e os oficiais que concluíram o curso de Estado Maior do Exército, pág. 440.
Documentação geográfica do C.N.G., pág. 440.
Carta geográfica do Brasil ao milionésimo, pág. 444.
Universitários visitam o C.N.G., pág. 445.
 A Academia Brasileira de Ciências deu posse à sua nova diretoria, pág. 446.
Terceiro Congresso do Instituto Panamericano de Geografia e História, pág. 446.
Segundo Congresso Inter-americano de Municipalidades, pág. 448.
Quinto Congresso da União Postal das Américas e Espanha, pág. 449.
Revista Geográfica do Instituto Panamericano de Geografia e História, pág. 450.
Almon E. Parkins, pág. 450.
William Bowie, pág. 450.
Emile Félix Gautier, pág. 451.
Júlio Michaillovich Schokalsky, pág. 451.
Wladimir Koppen, pág. 452.
Jules Sion, pág. 452.
Albert Demangeon, pág. 452.
 "La obra científica del professor Eusébio de Oliveira", pág. 453.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., pág. 454.
Resenha do 1.º semestre de 1941, pág. 457.
Boletim do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, pág. 473.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

Decreto-lei n.º 476, de 16-8-940, do Governo do Estado de Santa Catarina, que "cria o Serviço Geográfico Estadual", pág. 476.
Decreto-lei n.º 60 B, de 31-12-940, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que "cria o Serviço de Geografia e dá outras providências", pág. 476.

BIBLIOGRAFIA

Publicações sobre geografia editadas no Brasil em 1939/41, pág. 478.
Publicações de interesse geográfico editadas no Brasil em 1939/41, pág. 479.

NÚMERO DE JULHO - SETEMBRO

ARTIGOS

A geografia urbana e sua influência sobre o tráfego, art. il., pelo eng. Jerônimo Cavalcanti, pág. 495.
A redivisão política do Brasil, art. il., pelo dr. M. A. Teixeira de Freitas, pág. 533.
A gruta de Maquiné e seus arredores, art. il., pelo sr. Afonso de Cuaira Heberle, pág. 555.
Geografia dos transportes no Brasil, art. il., pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 589.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Tenente João Salustiano Lira, com. il., pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, pág. 608.
Wilhelm von Eschwege, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 610.

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

Geografia regional do Brasil, pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, pág. 613.

COMENTÁRIOS

Canal de São Simão, pelo prof. Jorge Zarur, pág. 621.
Fronteiras internacionais, obra de S. WHITTEMORE BOGGS, com. pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 626.
"Earth science", obra de GUSTAV L. FLETCHER, com. pelo prof. Delgado de Carvalho, pág. 636.
Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência, com. pelo prof. Everardo Backeuser, pág. 637.
Algumas notas sobre a distribuição do campo e da mata no Sul do País e a fixidez do limite que os separa, pelo Pe. Geraldo Pauwels, pág. 647.
Congressos Brasileiros de Geografia, pela Secretaria Geral do C.N.G., pág. 651.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

Carro de bois, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 667.
Floresta em galeria, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 669.

NOTICIÁRIO

Quarta sessão ordinária das AA. GG. dos CC. NN. de Geografia e de Estatística, pág. 671.
Andamento dos trabalhos censitários, pág. 685.
Radiação cósmica, pág. 688.
Posse do Mtn. J. S. Fonseca Hermes no D.C. do C.N.G., pág. 690.
Representação do Ministério da Aeronáutica no I.B.G.E., pág. 692.
Limites entre o Brasil e a Argentina, pág. 692.
Limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pág. 695.
Limites entre os Estados de Goiaz e Minas Gerais, pág. 696.
Congresso dos prefeitos mineiros, pág. 704.
Plano rodoviário de Minas Gerais, pág. 705.
II Congresso Inter-americano de Municípios, pág. 707.
Documentação geográfica do Conselho, pág. 708.
Carta geográfica do Brasil ao milionésimo, pág. 709.
Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, pág. 711.
A ereção da herma do geólogo Eusébio de Oliveira, pág. 711.
Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, pág. 712.
Um mapa do rio Amazonas levantado há 250 anos, pág. 712.
Aloísio Henninger Barbosa, pág. 714.
Emílio Wolf, pág. 714.
Professor Olavo Freire, pág. 715.
Dr. Joaquim Augusto Tanajura, pág. 715.
Ismael Gajardo Reyes, pág. 716.
Leite de Vasconcelos, pág. 716.
Artur Evans, pág. 716.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

Atividades geográficas, pág. 717.
Coordenadas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., pág. 738.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

Atividades do I.B.G.E., discurso do Emb. Macedo Soares, pág. 741.
Resoluções do D.C. do C.N.G., da de n.º 40 à de n.º 50, pág. 749.

BIBLIOGRAFIA

Publicações sobre geografia editadas no Brasil em 1939/41, pág. 759.
Publicações de interesse geográfico editadas no Brasil em 1939/41, pág. 760.

NÚMERO DE OUTUBRO - DEZEMBRO

ARTIGOS

- O crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio*, art. il., pelo prof. Fróis Abreu, pág. 771.
- Morfogênese do litoral catarinense*, art. il., pelo Pe. Geraldo Pauwels, pág. 785.
- Rotas pioneiras de Santa Catarina*, art. il., pelo Tte. Osmar Silva, pág. 805.
- Garimpos na região de Jacobina*, art. il., pelo eng. Cáper de Sousa, pág. 815.
- Geografia dos transportes no Brasil*, art. il., pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 825.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

- Morais Régo*, com. il., pelo prof. Fróis Abreu, pág. 845.
- A. Leverger*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 848.

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

- Oceanografia*, pelo Alm. Raul Tavares, pág. 851.

COMENTÁRIOS

- Conceito de povoado*, pelos srs. Lupércio Ferreira e Laércio Barros, pág. 853.
- "Principles of human geography"*, obra de ELLSWORTH HUNTINGTON, com. pelo prof. Sampaio Ferraz, pág. 858.
- A excursão geográfica*, pelo prof. Delgado de Carvalho, pág. 864.
- Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia*, pelo Cap. Melo Moraes, pág. 874.
- "Contribuição para o estudo da flora florestal paulista"*, pelo sr. Carlos Pedrosa, pág. 881.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

- Negras baianas*, pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 883.
- Cacaual*, pela Secção de Estudos do S.G.E.F., pág. 885.

NOTICIÁRIO

- Comparação de basímetros "Invar"*, pág. 887.
- Documentação geográfica do Conselho*, pág. 888.
- Concurso de monografias descritivas municipais*, pág. 889.
- Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, pág. 891.
- Nomenclatura das estações ferroviárias do País*, pág. 893.
- Fixado a ponta de "Seixas" do cabo Branco como ponto extremo Leste do Brasil*, pág. 894.
- Alunos do Curso de Ciências sociais da Faculdade de Filosofia em visita ao I.B.G.E.*, pág. 895.
- Segundo Congresso Inter-americano de Municípios*, pág. 895.
- Professor Raimundo Lopes*, pág. 896.
- Engenheiro Edmundo Navarro de Andrade*, pág. 898.
- J. Barbosa de Faria*, pág. 898.
- Genésio Pimentel Barbosa*, pág. 899.
- Professor Giovanni de Agostini*, pág. 901.
- Raimundo de Moraes*, pág. 902.
- Professor Conde Paulo Teleki*, pág. 903.
- Coronel Claude H. Birdseys*, pág. 903.
- Curso de coordenadas geográficas na capital baiana*, pág. 903.
- Atuação técnica do prof. Alirio de Matos na Baía*, pág. 905.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

- Coordenadas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G.*, pág. 907.
- Resenha do semestre*, pág. 909.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

- Resoluções do D.C. do C.N.G.*, da de n.º 51 a de n.º 60, pág. 927.
- Decreto-lei n.º 3.599*, de 6-8-941, que "dispõe sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do País", pág. 933.
- Decreto-lei n.º 3.742*, de 23-10-941, que "dispõe sobre a unificação dos serviços meteorológicos do país e dá outras providências", pág. 934.
- Decreto-lei n.º 3.854*, de 21-11-941, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de normas a serem observadas no levantamento das estatísticas administrativas e dá outras providências", pág. 935.

BIBLIOGRAFIA

- Publicações sobre geografia editadas no Brasil em 1939/41*, pág. 937.
- Publicações de interesse geográfico editadas no Brasil em 1939/41*, pág. 937.

- INDICADOR DO ANO III — 1941*, da "Revista Brasileira de Geografia", pág. 975.

ÍNDICE ALFABÉTICO

- Academia Brasileira de Ciências deu posse à sua nova diretoria*, not., pela Red., n.º 2, pág. 446.
- Agreste*, com. 11., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 2, pág. 434.
- Albert Demangeon*, not., pela Red., n.º 2, pág. 452.
- A. Leverger*, com. 11., n.º 4, pág. 848.
- Algumas notas sobre a distribuição do campo e mata no Sul do País e a fixidez do limite que os separa*, com., pelo Pe. Geraldo Pauwels, n.º 3, pág. 647.
- Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia*, com. 11., pelo Cap. Mélo Moraes, n.º 4, pág. 874.
- Almirante Mouchez*, com. 11., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 2, pág. 404.
- Almon E. Parkins*, not., pela Red., n.º 2, pág. 450.
- Aloísio Henninger Barbosa*, not., pela Red., n.º 3, pág. 714.
- Alunos do Curso de Ciências sociais da Faculdade de Filosofia em visita ao I.B.G.E.*, not., pela Red., n.º 4, pág. 895.
- Andamento dos trabalhos censitários*, not., pela Red., n.º 3, pág. 685.
- Artur Evans*, not., pela Red., n.º 3, pág. 716.
- Atividades do I.B.G.E.*, (Discurso do Emb. Macedo Soares), n.º 3, pág. 741.
- Atividades geográficas*, not. Red., n.º 1, pág. 175; n.º 2, pág. 457; n.º 3, pág. 717, e n.º 4, pág. 904.
- Atuação técnica do prof. Alirio de Matos na Baía*, not. pela Red., pág. 905.
- Beaurepaire Rohan*, com. 11., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 2, pág. 403.
- Bibliografia*, pela Red., n.º 1, pág. 210; n.º 2, pág. 478; n.º 3, pág. 759, e n.º 4, pág. 937.
- Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (S. Paulo)*, n.º 1, pág. 179.
- Boletim do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro*, n.º 2, pág. 473.
- Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 1, pág. 188.
- Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, n.º 1, pág. 191.
- Cacaul*, com. 11. pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 4, pág. 885.
- Canal de São Simão*, com., pelo prof. Jorge Zarur, n.º 3, pág. 621.
- Carro de Bois*, com. 11., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 3, pág. 667.
- Carta geográfica do Brasil ao milionésimo*, not., pela Red., n.º 2, pág. 444 e n.º 3, pág. 709.
- Colonização e núcleos em expansão*, com., pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º 1, pág. 125.
- Comparação de basímetros "Invar"*, not., pela Red., n.º 4, pág. 887.
- Conceito de povoado*, com. 11., pelos srs. Lupércio Gonçalves e Laércio Barros, n.º 4, pág. 853.
- Concurso de monografias descritivas municipais*, not., pela Red., n.º 4, pág. 889.
- Congressos brasileiros de geografia*, com., pela Secretaria Geral, n.º 3, pág. 651.
- Congresso dos prefeitos mineiros*, not., pela Red., n.º 3, pág. 704.
- Congresso luso-brasileiro de História*, not., pela Red., n.º 1, pág. 163.
- Contribuição para o estudo da flora florestal paulista*, com., pelo sr. Carlos Pedrosa, n.º 4, pág. 881.
- Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G.*, not., pela Red., n.º 1, pág. 171; n.º 2, pág. 454; n.º 3, pág. 738, e n.º 4, pág. 907.
- Coqueirais das praias do Nordeste*, com. 11., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 1, pág. 153.
- Cornel Claude H. Birdseye*, not., pela Red., n.º 4, pág. 903.
- Crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio*, art. 11., pelo prof. Fróis Abreu, n.º 4, pág. 771.
- Curso de coordenadas geográficas na capital baiana*, not. pela Red., n.º 4, pág. 903.
- Curso de férias da Associação Brasileira de Educação*, not., pela Red., n.º 1, pág. 164.
- Decreto-lei n.º 476, de 16-8-940*, do Governo do Estado de Santa Catarina, que "cria o Serviço Geográfico Estadual", n.º 2, pág. 476.
- Decreto-lei n.º 60-B, de 13-12-940*, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que "cria o Serviço de Geografia e dá outras providências", n.º 2, pág. 476.
- Decreto-lei n.º 3.599, de 6-8-941*, que "dispõe sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do País", n.º 4, pág. 933.
- Decreto-lei n.º 3.742, de 23-10-941*, que "dispõe sobre a unificação dos serviços meteorológicos do País e dá outras providências", n.º 4, pág. 934.
- Decreto-lei n.º 3.854, de 21-11-941*, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de normas a serem observadas no levantamento das estatísticas administrativas e dá outras providências", n.º 4, pág. 935.
- Divisão Regional do Brasil*, art. 11., pelo dr. Fábio Macedo Soares Guimarães, n.º 2, pág. 318.
- Documentação geográfica do Conselho*, not., pela Red., n.º 2, pág. 440; n.º 3, pág. 708, e n.º 4, pág. 888.
- Écos do IX Cong. Brasileiro de Geografia*, com., pela Secretaria Geral do C.N.G., n.º 1, pág. 146.
- Emile-Felix Gautier*, not., pela Red., n.º 2, pág. 451.
- Emílio Wolf*, not., pela Red., n.º 3, pág. 714.
- Eng. Edmundo Navarro de Andrade*, not., pela Red., n.º 4, pág. 898.
- Ereção da herma do geólogo Eusébio de Oliveira*, not., pela Red., n.º 4, pág. 711.
- Evolução da geografia humana*, conf., pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º 2, pág. 422.
- Excursão geográfica*, com. pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º 4, pág. 864.

- Exposição Nacional do Estado Novo*, not., pela Red., n.º 1, pág. 168.
- Fixado a ponta de "Setxas" do cabo Branco como ponto extremo leste do Brasil*, not., pela Red., n.º 4, pág. 894.
- Floresta em galeria*, com il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 3, pág. 669.
- Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência*, com., pelo prof. Everardo Backeuser, n.º 3, pág. 637.
- Fronteiras internacionais*, com., pelo eng. Moacir F. Silva, n.º 3, pág. 626.
- Garimpos na região de Jacobina* — Estado da Baía, art. il., pelo eng. Cáper de Sousa, n.º 4, pág. 815.
- Genésio Pimentel Barbosa*, not., pela Red., n.º 4, pág. 899.
- Geografia dos transportes no Brasil*", art. il., pelo eng. Moacir F. Silva, n.º 1, pág. 54; n.º 2, pág. 374; n.º 3, pág. 589, e n.º 4, pág. 825.
- Geografia no curso secundário (A)*, art. il., pelo prof. Jorge Zarur, n.º 2, pág. 227.
- Geografia Regional do Brasil*, pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, n.º 3, pág. 613.
- Geografia urbana*, pelo prof. Gilberto Freire, n.º 2, pág. 407.
- Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades*, art. il., pelo eng. Jerônimo Cavalcanti, n.º 1, pág. 20.
- Geografia urbana e sua influência sobre o tráfego (A)*, art. il., pelo eng. Jerônimo Cavalcanti, n.º 3, pág. 495.
- Goiania — Uma cidade "criada"*, art. il., pelo prof. Aroldo Azevedo, n.º 1, pág. 3.
- Gruta de Maquiné e seus arredores (A)*, art. il., pelo sr. Afonso de Guaira Heberle, n.º 2, pág. 270, e n.º 3, pág. 555.
- Indicador do ano III — 1941*, da "Revista Brasileira de Geografia", n.º 4, pág. 975.
- Ismael Gajardo Reyes*, not., pela Red., n.º 3, pág. 716.
- I.B.G.E. e os oficiais que terminaram o curso de Estado Maior do Exército*, not., pela Red., n.º 2, pág. 440.
- Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, not., pela Red., n.º 4, pág. 891.
- Instituto Inter-americano de Estatística*, not., pela Red., n.º 2, pág. 436.
- Jangadeiros*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 1, pág. 151.
- J. Barbosa de Faria*, not., pela Red., n.º 4, pág. 898.
- Joaquim Augusto Tanajura*, dr., not., pela Red., n.º 3, pág. 715.
- John Casper Branner*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 1, pág. 113.
- José Vieira Couto de Magalhães*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 1, pág. 108.
- Jules Sion*, not., pela Red., n.º 2, pág. 452.
- Júlio Michaillovich Schokalsky*, not., pela Red., n.º 2, pág. 451.
- Leite de Vasconcelos*, not., pela Red., n.º 3, pág. 716.
- Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo*, art. il., pelo eng. José Setzer, n.º 1, pág. 82.
- Limites*, pelo Cel. Renato B. R. Pereira, n.º 1, pág. 114.
- Limites entre o Brasil e a Argentina*, not., pela Red., n.º 3, pág. 692.
- Limites entre os Estados de Goiás e Minas Gerais*, not., pela Red., n.º 3, pág. 696.
- Limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, not., pela Red., n.º 3, pág. 695.
- Luiz Tomaz Reis*, major, not., pela Red., n.º 1, pág. 169.
- Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 250 anos (Um)*, not., pela Red., n.º 3, pág. 712.
- Mapas do Brasil*, not., pela Red., n.º 1, pág. 170.
- Mapas municipais*, relatório de J. C. Pedro Grande, n.º 1, pág. 138.
- Mário Ferreira Barbosa*, ministro, not., pela Red., n.º 1, pág. 169.
- Moldura florística às obras de engenharia rural*, com., pelo prof. A. J. Sampaio, n.º 2, pág. 415.
- Morfogênese do litoral catarinense (A)*, art. il., pelo Pe. Geraldo Pauwels, n.º 4, pág. 785.
- Negras baianas*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 4, pág. 883.
- Nomenclatura das estações ferroviárias do País*, not., pela Red., n.º 4, pág. 893.
- Obra científica del Professor Eusébio de Oliveira (La)*, not., n.º 2, pág. 453.
- Oceanografia*, pelo Alm. Raul Tavares, n.º 4, pág. 851.
- Pernambuco — Traços de sua geografia humana*, obra de LACERDA DE MELO, com., pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, n.º 1, pág. 136.
- Plano rodoviário de Minas Gerais*, not., pela Red., n.º 3, pág. 705.
- Posse do Mtn. Fonseca Hermes no D.C. do C.N.G.*, not., pela Red., n.º 3, pág. 690.
- "Principles of human geography"*, obra de Els. Huntington, com., pelo prof. Sampaio Ferraz, n.º 4, pág. 858.
- Professor Conde Paulo Teleki*, not., pela Red., n.º 4, pág. 903.
- Professor Giovanni de Agostini*, not., pela Red., n.º 4, pág. 901.
- Professor Olavo Freire*, not., pela Red., n.º 3, pág. 715.
- Professor Raimundo Lopes*, not., pela Red., n.º 4, pág. 896.
- Publicações de interesse geográfico editadas no Brasil nos anos de 1939/41*, pela Red., n.º 1, pág. 211; n.º 2, pág. 479; n.º 3, pág. 760, e n.º 4, pág. 937.

- Publicações sobre geografia editadas no Brasil nos anos de 1939/41*, pela Red., n.º 1, pág. 210; n.º 2, pág. 478; n.º 3, pág. 759, e n.º 4, pág. 937.
- Quarta sessão ordinária das AA. GG. dos CC. NN. de Geografia e Estatística*, not., pela Red., n.º 3, pág. 671.
- Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas*, not., pela Red., n.º 3, pág. 712.
- Quinto congresso da União Postal das Américas e Espanha*, not., pela Red., n.º 2, pág. 449.
- Radiação cósmica*, not., pela Red., n.º 3, pág. 688.
- Raimundo de Moraes*, not., pela Red., n.º 4, pág. 902.
- Redivisão política do Brasil (A)*, art. il., pelo dr. M. A. Teixeira de Freitas, n.º 3, pág. 533.
- Relatórios, Resoluções e Leis*, n.º 1, pág. 195; n.º 2, pág. 476; n.º 3, pág. 741, e n.º 4, pág. 927.
- Representação do Ministério da Aeronáutica do I.B.G.E.*, not., pela Red., n.º 3, pág. 692.
- Representação do Ministério da Guerra no D.C. do C.N.G.*, not., pela Red., n.º 1, pág. 155.
- Resenha do 4.º trimestre de 1940 e 1.º de 1941*, pela Red., n.º 1, pág. 175.
- Resoluções do D.C. do C.N.G.*, da de n.º 20 à de n.º 60, n.º 1, pág. 195, n.º 3, pág. 749, e n.º 4, pág. 927.
- Restabelecimento do ensino da Geografia e da Corografia do Brasil como cadeira autônoma*, com., pela Red., n.º 1, pág. 149.
- Revista Geográfica do Inst. Panamericano de Geografia e História*, not., pela Red., n.º 2, pág. 450.
- Rotas pioneiras de Santa Catarina*, art. il., pelo Tte. Osmar Silva, n.º 4, pág. 805.
- Segundo congresso interamericano de municipalidades*, not., pela Red., n.º 2, pág. 448.
- Segundo congresso interamericano de municípios*, not., pela Red., n.º 3, pág. 707, e n.º 4, pág. 895.
- Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*, not., pela Red., n.º 3, pág. 711.
- Tenente João Salustiano Lira*, com. il., pelo Tte.-Cel. Lima Figueiredo, n.º 3, pág. 608.
- Terceiro congresso do Instituto Panamericano de Geografia e História*, not., pela Red., n.º 2, pág. 446.
- Terceiro congresso Sul-riograndense de História e Geografia*, not., pela Red., n.º 1, pág. 158.
- Universitários visitam o C.N.G.*, not., pela Red., n.º 2, pág. 445.
- Vaqueiro do Nordeste*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 2, pág. 432.
- Viagem de estudos à Fernando de Noronha*, not., pela Red., n.º 1, pág. 168.
- "White settlers in the tropics"*, obra de A. G. PRICE, com., pelo prof. Sampaio Ferraz, n.º 2, pág. 409.
- William Bowie*, not., pela Red., n.º 2, pág. 450.
- Wilhelm von Eschwege*, com. il., pela Secção de Estudos do S.G.E.F., n.º 3, pág. 610.
- Wladimir Koppen*, not., pela Red., n.º 2, pág. 452.

ÍNDICE DE AUTORES

- ALVES DE SOUSA, Henrique Cáper, eng.
Garimpos na região de Jacobina — Estado da Baía, art. il., n.º 4, pág. 815.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (S. Paulo).
Boletim, n.º 1, pág. 179.
- AZEVEDO, Aroldo de, prof.
Goiânia — Uma cidade "criada", n.º 1, pág. 3.
- BACKHEUSER, Everardo, Prof.
Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência, com., n.º 3, pág. 637.
- CAVALCANTI, Jerônimo, eng.
Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades, art. il., n.º 1, pág. 20.
Geografia urbana e sua influência sobre o tráfego, art. il., n.º 3, pág. 495.
- CLUBE DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO
Boletim, n.º 2, pág. 473.
- DELGADO DE CARVALHO, prof.
Colonização e núcleos em expansão, com., n.º 1, pág. 125.
Evolução da geografia humana, conf., n.º 2, pág. 422.
Excursão geográfica, com., n.º 4, pág. 864.
- FREIRE, Gilberto, prof.
Geografia urbana, n.º 2, pág. 407.

FRÓIS ABREU, Sílvio, prof.

Crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio, art. il., n.º 4, pág. 845.
Morais Rêgo, com. il., n.º 4, pág. 845.

GUAÍRA HEBERLE, Afonso

Gruta de Maquiné e seus arredores (A), art. il., n.º 2, pág. 270, e n.º 3, pág. 555.

GONÇALVES TEIXEIRA, Lupércio, e Laércio de Barros

Conceito de povoado, n.º 4, pág. 853.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Boletim, n.º 1, pág. 188.

LIMA FIGUEIREDO, Tte.-Cel.

Geografia regional do Brasil, n.º 3, pág. 613.
Pernambuco — Traços de sua geografia humana, com., n.º 1, pág. 136.
Tenente João Salustiano Lira, com. il., n.º 3, pág. 608.

MACEDO SOARES, Embaixador José Carlos de

Discurso, n.º 3, pág. 741.

MACEDO SOARES GUIMARÃES, Fábio, prof.

Divisão regional do Brasil, art. il., n.º 2, pág. 318.

MELO MORAIS, João de, Capt.

Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia, com., n.º 4, pág. 874.

PAUWELS, Geraldo Pe.

Algumas notas sobre a distribuição do campo e mata no Sul do País e a fixidez do limite que os separa, com., n.º 3, pág. 647.
Morfogênese do litoral catarinense, art. il., n.º 4, pág. 785.

PEDRO GRANDE, J. C., eng.

Mapas Municipais, relatório, n.º 1, pág. 138.

PEDROSA, Carlos

Contribuição para o estudo da flora florestal paulista, com., n.º 4, pág. 881.

SAMPAIO, A. J. de, prof.

Moldura florística às obras de engenharia rural, com., n.º 2, pág. 415.

SAMPAIO FERRAZ, prof.

"Principles of human geography", com., n.º 4, pág. 858.
White settlers in the tropics", com., n.º 2, pág. 409.

SECÇÃO DE ESTUDOS DO S.G.E.F.

Agreste, com. il., n.º 2, pág. 434.
A. Leverger, com. il., n.º 4, pág. 848.
Almirante Mouchez, com. il., n.º 2, pág. 404.
Beaurepaire Rohan, com. il., n.º 2, pág. 403.
Cacaual, com., il., n.º 4, pág. 885.
Carro de bois, com. il., n.º 3, pág. 667.
Coqueirais das praias do Nordeste, com. il., n.º 1, pág. 153.
Floresta em galeria, com. il., n.º 3, pág. 669.
Jangadeiros, com. il., n.º 1, pág. 151.
John Casper Branner, com. il., n.º 1, pág. 113.
José Vieira Couto de Magalhães, com. il., n.º 1, pág. 108.
Negras baianas, com. il., n.º 4, pág. 883.
Vaqueiro do Nordeste, com. il., n.º 2, pág. 432.
Wilhelm von Eschwege, com. il., n.º 3, pág. 610.

SECRETARIA GERAL DO C.N.G.

Congressos Brasileiros de Geografia, n.º 3, pág. 651.
Êcos do IX Congresso Brasileiro de Geografia, n.º 1, pág. 146.

SETZER, José, eng.

Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo, art. il., n.º 1, pág. 82.

SILVA, Moacir M. F., eng.

Fronteiras internacionais, com., n.º 3, pág. 626.

Geografia dos transportes no Brasil, art. 11., n.º 1, pág. 54; n.º 2, pág. 374; n.º 3, pág. 589, e n.º 4, pág. 825.

REDAÇÃO

Academia Brasileira de Ciências dá posse à sua nova diretoria, not., n.º 2, pág. 446.

Albert Demangeon, not., n.º 2, pág. 452.

Almon E. Parkins, not., n.º 2, pág. 450.

Alotísio Henninger Barbosa, not., n.º 3, pág. 714.

Alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia em visita ao I.B.G.E., not., n.º 4, pág. 895.

Andamento dos trabalhos censitários, n.º 3, pág. 671.

Artur Evans, not., n.º 3, pág. 716.

Atividades geográficas, not., n.º 1, pág. 175; n.º 2, pág. 457; n.º 3, pág. 717, e n.º 4, pág. 909.

Atuação técnica do prof. Alírio de Matos na Baía, n.º 4, pág. 905.

Bibliografia, n.º 1, pág. 210; n.º 2, pág. 478; n.º 3, pág. 759, e n.º 4, pág. 937.

Carta geográfica do Brasil ao milionésimo, not., n.º 2, pág. 444, e n.º 3, pág. 709.

Comparação de bastimetros "Invar", not., n.º 4, pág. 887.

Concurso de monografias descritivas municipais, not., n.º 4, pág. 889.

Congresso dos prefeitos mineiros, not., n.º 3, pág. 704.

Congresso Luso-brasileiro de História, not. n.º 1, pág. 163.

Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., n.º 1, pág. 171; n.º 2, pág. 454; n.º 3, pág. 738, e n.º 4, pág. 907.

Coronel Claude H. Birdseye, not., n.º 4, pág. 903.

Curso de férias da Ass. Brasileira de Educação, not., n.º 1, pág. 164.

Curso de coordenadas geográficas na capital baiana, n.º 4, pág. 903.

Documentação geográfica do Conselho, n.º 2, pág. 440; n.º 3, pág. 708, e n.º 4, pág. 888.

Emile Felix Gautier, not., n.º 2, pág. 451.

Emílio Wolf, not., n.º 3, pág. 714.

Eng. Edmundo Navarro de Andrade, not., n.º 4, pág. 898.

Ereção da herma do geólogo Eusébio de Oliveira, not., n.º 3, pág. 711.

Exposição Nacional do Estado Novo, not., n.º 1, pág. 168.

Fizado a ponta "Seizas" como ponto extremo leste do Brasil, not., n.º 4, pág. 894.

Genésio Pimentel Barbosa, not., n.º 4, pág. 899.

I.B.G.E. e os oficiais que terminaram o Curso de Estado Maior do Exército, not., n.º 2, pág. 440.

Ismael Gajardo Reyes, not., n.º 3, pág. 716.

Instituto Inter-Americano de Estatística, not., n.º 2, pág. 436.

Joaquim Augusto Tanajura, not., n.º 3, pág. 715.

J. Barbosa de Faria, not., n.º 4, pág. 898.

Júlio Michaillovich Schokalsky, not., n.º 2, pág. 451.

Jules Sion, not., n.º 2, pág. 452.

Leite de Vasconcelos, not., n.º 3, pág. 716.

Limites entre o Brasil e a Argentina, not., n.º 3, pág. 692.

Limites entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, not., n.º 3, pág. 696.

Limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, not., n.º 3, pág. 695.

Luiz Tomaz Reis, major, not., n.º 1, pág. 169.

Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 250 anos, not., n.º 3, pág. 712.

Mapas do Brasil, not., n.º 1, pág. 170.

Mário Ferreira Barbosa, min., not., n.º 1, pág. 169.

Nomenclatura das estações rodoviárias do País, not., n.º 4, pág. 893.

Plano rodoviário de Minas Gerais, not., n.º 3, pág. 705.

Posse do min. Fonseca Hermes no D.C. do C.N.G., not., n.º 3, pág. 690.

Prof. Conde Paulo Teleki, not., n.º 4, pág. 903.

Prof. Olavo Freire, not., n.º 3, pág. 715.

Prof. Giovanni de Agostini, not., n.º 4, pág. 901.

Prof. Raimundo Lopes, not., n.º 4, pág. 896.

Quarta sessão ordinária das AA. GG. dos CC. NN. de Geografia e de Estatística, not., n.º 3, pág. 671.

Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, not., n.º 3, pág. 712.

Quinto Congresso da União Postal das Américas e Espanha, not., n.º 2, pág. 449.

Radiação cósmica, not., n.º 3, pág. 688.

Raimundo de Moraes, not., n.º 4, pág. 902.

Representação do Ministério da Guerra no D.C. do C.N.G., not. n.º 1, pág. 155.

Restabelecimento do ensino da Geografia e da Corografia do Brasil como cadeira autônoma, not., n.º 1, pág. 148.

Revista do Instituto Panamericano de Geografia e História, not., n.º 2, pág. 450.

Segundo Congresso Interamericano de Municipalidades, not., n.º 2, pág. 448.

Segundo Congresso Interamericano de Municípios, n.º 3, pág. 707 e n.º 4, pág. 895.

- Sociedade Brasileira de Antropologia*, not., n.º 3, pág. 711.
Terceiro Congresso do Instituto Panamericano de Geografia e História, n.º 2, pág. 446.
Terceiro Congresso Sul Riograndense de História e Geografia, not., n.º 1, pág. 158.
Universitários visitam o C.N.G., not., n.º 2, pág. 445.
Viagem de estudos à Fernando de Noronha, not., n.º 1, pág. 168.
William Bowie, not., n.º 2, pág. 450.
Wladimir Koppen, not., n.º 2, pág. 452.

RODRIGUES PEREIRA, Renato Barbosa, comte.
Limites, n.º 1, pág. 114.

TAVARES, Raul, Alm.
Oceanografia, n.º 4, pág. 851.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. dr.
Redivisão política do Brasil (A), art. II., n.º 3, pág. 533.

ZARUR, Jorge, prof.
Canal de São Simão, com. II., n.º 3, pág. 621.
Geografia no curso secundário, (A), art. II., n.º 2, pág. 227.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

- Carta geográfica do Brasil ao milionésimo*, n.º 2, pág. 444, e n.º 3, pág. 709.
Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., n.º 1, pág. 171; n.º 2, pág. 454; n.º 3, pág. 738, e n.º 4, pág. 907.
Documentação geográfica do Conselho, n.º 2, pág. 440; n.º 3, pág. 708, e n.º 4, pág. 888.
Ementário das Resoluções aprovadas, n.º 3, pág. 680.
Resoluções do D.C. do C.N.G., da de n.º 20 à de n.º 60, n.º 1, pág. 195; n.º 3, pág. 749, e n.º 4, pág. 927.

GENERALIDADES GEOGRÁFICAS

- Atividades geográficas*, n.º 1, pág. 171; n.º 2, pág. 457; n.º 3, pág. 717, e n.º 4, pág. 909.
Documentação geográfica do Conselho, n.º 2, pág. 440; n.º 3, pág. 708 e n.º 4, pág. 888.

BIBLIOGRAFIA

- Bibliografia*, n.º 1, pág. 48, pág. 123 e pág. 210; n.º 2, pág. 478; n.º 3, pág. 760 e n.º 4, pág. 937.
"Contribuição para o estudo da flora florestal paulista", n.º 4, pág. 881.
"Fronteiras internacionais", n.º 3, pág. 626.
Indicação bibliográfica, n.º 2, pág. 264.
"Pernambuco — Traços de sua geografia humana", n.º 1, pág. 136.
"Principles of human geography", n.º 4, pág. 858.
"White settlers in the tropics", n.º 2, pág. 409.

CERTAMES

- Congressos Brasileiros de Geografia*, n.º 3, pág. 651.
Congresso dos prefeitos mineiros, n.º 3, pág. 704.
Congresso Luso-Brasileiro de História, n.º 1, pág. 163.
Écos do IX Cong. Bras. de Geografia, n.º 1, pág. 146.
Exposição Nacional do Estado Novo, n.º 1, pág. 168.
Segundo Congresso Interamericano de Municipalidades, n.º 2, pág. 448.
Segundo Congresso Interamericano de Municípios, n.º 3, pág. 707, e n.º 4, pág. 895.
Terceiro Congresso do Inst. Panamericano de Geografia e História, n.º 2, pág. 446.
Terceiro Congresso Sul Riograndense de História e Geografia, n.º 1, pág. 158.

INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS

- Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo)*, n.º 1, pág. 179.
Boletim do Clube de Engenharia do R. de Janeiro, n.º 1, pág. 191.
Boletim do Clube de Engenharia do R. de Janeiro, n.º 2, pág. 473.
Boletim do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, n.º 1, pág. 183.
Curso de férias da Ass. Brasileira de Educação, n.º 1, pág. 164.
Decreto-lei n.º 476, de 16-8-1940, Est. de Santa Catarina, que "cria o Serviço Geográfico Estadual", n.º 2, pág. 476.
Decreto-lei n.º 60-B, de 31-12-1940, Est. do R. G. Sul, que "cria o Serviço de Geografia e dá outras providências", n.º 2, pág. 476.

- I.B.G.E. e os oficiais que terminaram o Curso de E. M. do Exército*, n.º 2, pág. 440.
Instituto Interamericano de Estatística, n.º 2, pág. 436.
Posse do Min. Fonseca Hermes no D.C. do C.N.G., n.º 3, pág. 690.
Quarta sessão ordinária das AA. GG. dos CC. NN. de Geografia e de Estatística, n.º 3, pág. 671.
Representação do Min. da Guerra no D.C. do C.N.G., n.º 1, pág. 155.
Revista Geográfica do Inst. Panamericano de Geografia e História, n.º 2, pág. 450.
Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, n.º 3, pág. 711.

NOMENCLATURA

- Conceito de povoado*, n.º 4, pág. 853.
Decreto-lei n.º 3.599, de 6-8-1941, que “dispõe sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do País”, n.º 4, pág. 933.
Nomenclatura das estações ferroviárias do País, n.º 4, pág. 933.

PERSONALIDADES

- Albert Demangeon*, n.º 2, pág. 452.
A. Leveger, n.º 4, pág. 898.
Almirante Mouchez, n.º 2, pág. 404.
Almon E. Parkins, n.º 2, pág. 450.
Aloísio Henninger Barbosa, n.º 3, pág. 714.
Artur Evans, n.º 3, pág. 716.
Beaurepaire Rohan, n.º 2, pág. 401.
Coronel Claude H. Birdseye, n.º 4, pág. 903.
Emile Felix Gautier, n.º 2, pág. 451.
Emílio Wolf, n.º 3, pág. 714.
Eng. Edmundo Navarro Andrade, n.º 4, pág. 898.
Genésio Pimentel Barbosa, n.º 4, pág. 899.
Ismael Gajardo Reyes, n.º 3, pág. 716.
Joaquim Augusto Tanajura, n.º 3, pág. 715.
J. Barbosa de Faria, n.º 4, pág. 898.
John Casper Branner, n.º 1, pág. 113.
José Vieira Couto de Magalhães, n.º 1, pág. 108.
Jules Sion, n.º 2, pág. 452.
Júlio Michaillovich Schokalsky, n.º 2, pág. 451.
Leite de Vasconcelos, n.º 3, pág. 716.
Luiz Tomaz Reis, major, n.º 1, pág. 169.
Mário Ferreira Barbosa, min., n.º 1, pág. 169.
Morais Rêgo, n.º 4, pág. 845.
Prof. Conde Paulo Teleki, n.º 4, pág. 903.
Prof. Giovanni de Agostini, n.º 4, pág. 901.
Prof. Olavo Freire, n.º 3, pág. 715.
Prof. Raimundo Lopes, n.º 4, pág. 896.
Raimundo de Moraes, n.º 4, pág. 902.
Tenente João Salustiano Lira, n.º 3, pág. 607.
Wilhelm von Eschwege, n.º 3, pág. 610.
William Bowie, n.º 2, pág. 450.
Wladimir Koppen, n.º 2, pág. 452.

GEOGRAFIA BIOLÓGICA

FITOGEOGRAFIA

- Agreste*, n.º 2, pág. 434.
Algumas notas sobre a distribuição do campo e mata no Sul do País e a fixidez do limite que os separa, n.º 3, pág. 647.
Cacaual, n.º 4, pág. 885.
Contribuição para o estudo da flora florestal paulista, n.º 4, pág. 881.
Coqueirais das praias do Nordeste, n.º 1, pág. 153.
Floresta em galeria, n.º 3, pág. 669.
Moldura florística às obras de engenharia rural, n.º 2, pág. 415.
Postulados florísticos, n.º 2, pág. 421.

GEOGRAFIA ECONÔMICA

- Comércio exterior em 1937*, n.º 2, pág. 395.
Densidade dos transportes, n.º 4, pág. 825.
Distribuição comercial periférica em 1937, n.º 2, pág. 396.

- Exportação de cabotagem nas cinco regiões geo-econômicas em 1938*, n.º 2, pág. 397.
Garimpos na região de Jacobina, n.º 4, pág. 815.
Intensidade nos transportes, n.º 4, pág. 841.
Tráfego aéreo comercial no Brasil (1927-1939), n.º 3, pág. 603.

COMUNICAÇÕES

- Aeroportos. — Campos de pouso*, n.º 3, pág. 600.
Circulação periférica, n.º 2, pág. 374.
Geografia dos Transportes no Brasil, n.º 1, pág. 54; n.º 2, pág. 374, n.º 3, pág. 589, e n.º 4, pág. 825.
Navegação interior, n.º 1, pág. 56.
Posição de Goiânia dentro do Estado, n.º 1, pág. 14.
Rotas aéreas comerciais nacionais, n.º 3, pág. 597.
Rotas do Correio Aéreo Militar, n.º 3, pág. 599.
Rotas comerciais internacionais, n.º 3, pág. 598.
Rotas pioneiras de Santa Catarina, n.º 4, pág. 805.
Transportes aéreos, n.º 3, pág. 589.

VIAÇÃO

- Circulação interna atual*, n.º 1, pág. 56.
Extensões de navegação fluvial, por Estados, n.º 1, pág. 65.
Extensão navegável dos rios do Brasil, por bacias hidrográficas, n.º 1, pág. 3.
Navegação atual, n.º 1, pág. 69.
Navegação de cabotagem, n.º 2, pág. 374.
Navegação fluvial segundo as regiões geo-econômicas, n.º 1, pág. 77.
Navegação nacional, n.º 2, pág. 386.
Plano rodoviário de Minas Gerais, n.º 3, pág. 705.
Rodovias-tronco do Nordeste, n.º 1, pág. 56.

GEOGRAFIA FÍSICA

- Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia*, n.º 4, pág. 874.
Estudo da paisagem, n.º 4, pág. 869.
Extensão da costa, n.º 2, pág. 379.
Posição de Goiânia dentro do Estado, n.º 1, pág. 14.
Regiões naturais, n.º 2, pág. 333.
Sítio ou posição local, n.º 1, pág. 7.
Situação geográfica, n.º 1, pág. 7.

CLIMATOLOGIA

- Algumas normais de chuva no R. G. do Sul*, n.º 1, pág. 55.
Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia, n.º 4, pág. 874.
Chuva anual ao longo da rodovia tronco Sul, n.º 1, pág. 55.
Fatores do meio, n.º 2, pág. 410.
Normais de chuva em Janeiro e em Julho ao longo da rodovia tronco Sul, n.º 1, pág. 54.
Radiação cósmica, n.º 3, pág. 688.
Ventos, n.º 2, pág. 377.
 "White settlers in the tropics", n.º 2, pág. 409.

GEOLOGIA

- Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia*, n.º 4, pág. 874.
Alumínio, n.º 4, pág. 777.
Aspectos da sub-bacia da Lagoinha, n.º 3, pág. 555.
Canal de São Simão, n.º 3, pág. 621.
Crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio, n.º 4, pág. 771.
Diatomito, n.º 4, pág. 778.
Figuras (As), n.º 4, pág. 818.
Fosfatos, n.º 4, pág. 776.
Garimpos na região de Jacobina, n.º 4, pág. 815.
Garganta e as vertentes da sub-bacia da Lagoinha, n.º 3, pág. 565.
Gruta de Maquiné, n.º 2, pág. 275.
Gruta de Maquiné e seus arredores, n.º 2, pág. 270, e n.º 3, pág. 555.
Gruta do Salitre, n.º 2, pág. 303.
Lapinha dos Monjolos, n.º 3, pág. 561.
Magnésio, n.º 4, pág. 777.

- Morfogênese do litoral catarinense*, n.º 4, pág. 785.
Níquel, n.º 4, pág. 778.
Período colonial, n.º 4, pág. 771.
Período imperial, n.º 4, pág. 773.
Período republicano, n.º 4, pág. 773.
Petróleo, n.º 4, pág. 781.
Sal gema, n.º 4, pág. 780.
Serra (A), n.º 4, pág. 817.
Titânio, n.º 4, pág. 779.

OCEANOGRAFIA

- Atlântico Sul — A costa do Brasil*, n.º 2, pág. 374.
Correntes, n.º 2, pág. 376.
Oceanografia, n.º 4, pág. 851.
Salinidade, n.º 2, pág. 377.

OROGRAFIA

- Serra (A)*, n.º 4, pág. 817.
Tráfego e a orografia urbana, n.º 3, pág. 497.

PEDOLOGIA

- Característica dos principais tipos de solo do Estado*, n.º 1, pág. 89.
Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo, n.º 1, pág. 82.
Resultados já conseguidos, n.º 1, pág. 86.
Trabalhos de campo, n.º 1, pág. 83.
Trabalhos de laboratório, n.º 1, pág. 83.
Uso racional do solo, n.º 1, pág. 86.

POTAMOGRAFIA

- Bacia do Amazonas*, n.º 1, pág. 60.
Bacias hidrográficas, n.º 1, pág. 59.
Bacia do Leste, n.º 1, pág. 63.
Bacia do Nordeste, n.º 1, pág. 61.
Bacia do Paraguai, n.º 1, pág. 63.
Bacia do Paraná, n.º 1, pág. 63.
Bacia do São Francisco, n.º 1, pág. 62.
Bacia do Uruguai, n.º 1, pág. 64.
Bacias navegáveis, n.º 1, pág. 65.
Canal de São Simão, n.º 3, pág. 621.
Classificação das bacias hidrográficas, n.º 1, pág. 57.
Extensão navegável dos rios do Brasil, por bacias navegáveis, n.º 1, pág. 66.
Lugar onde reaparece o córrego Cuba, n.º 3, pág. 580.
Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, n.º 3, pág. 712.
Tráfego e a potamografia urbana, n.º 3, pág. 513.

GEOGRAFIA HISTÓRICA

- Evolução do ensino da geografia*, n.º 2, pág. 228.
Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 250 anos, n.º 3, pág. 712.
Navegação interior primitiva, n.º 1, pág. 67.
Período colonial, n.º 4, pág. 771.
Rotas pioneiras de Santa Catarina, n.º 4, pág. 805.
Velha capital de Goiás (A), n.º 1, pág. 3.

GEOGRAFIA HUMANA

- Conceito de povoado*, n.º 4, pág. 853.
Estudo das comunidades, n.º 4, pág. 871.
Evolução da geografia humana, n.º 2, pág. 422.
Excursão geográfica, n.º 4, pág. 864.
Pernambuco — Traços de sua geografia humana, n.º 1, pág. 136.
Povoado (O), n.º 4, pág. 816.

- Morfogênese do litoral catarinense*, n.º 4, pág. 785.
Níquel, n.º 4, pág. 778.
Período colonial, n.º 4, pág. 771.
Período imperial, n.º 4, pág. 773.
Período republicano, n.º 4, pág. 773.
Petróleo, n.º 4, pág. 781.
Sal gema, n.º 4, pág. 780.
Serra (A), n.º 4, pág. 817.
Titânio, n.º 4, pág. 779.

OCEANOGRAFIA

- Atlântico Sul — A costa do Brasil*, n.º 2, pág. 374.
Correntes, n.º 2, pág. 376.
Oceanografia, n.º 4, pág. 851.
Salinidade, n.º 2, pág. 377.

OROGRAFIA

- Serra (A)*, n.º 4, pág. 817.
Tráfego e a orografia urbana, n.º 3, pág. 497.

PEDOLOGIA

- Característica dos principais tipos de solo do Estado*, n.º 1, pág. 89.
Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo, n.º 1, pág. 82.
Resultados já conseguidos, n.º 1, pág. 86.
Trabalhos de campo, n.º 1, pág. 83.
Trabalhos de laboratório, n.º 1, pág. 83.
Uso racional do solo, n.º 1, pág. 86.

POTAMOGRAFIA

- Bacia do Amazonas*, n.º 1, pág. 60.
Bacias hidrográficas, n.º 1, pág. 59.
Bacia do Leste, n.º 1, pág. 63.
Bacia do Nordeste, n.º 1, pág. 61.
Bacia do Paraguai, n.º 1, pág. 63.
Bacia do Paraná, n.º 1, pág. 63.
Bacia do São Francisco, n.º 1, pág. 62.
Bacia do Uruguai, n.º 1, pág. 64.
Bacias navegáveis, n.º 1, pág. 65.
Canal de São Simão, n.º 3, pág. 621.
Classificação das bacias hidrográficas, n.º 1, pág. 57.
Extensão navegável dos rios do Brasil, por bacias navegáveis, n.º 1, pág. 66.
Lugar onde reaparece o córrego Cuba, n.º 3, pág. 580.
Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas, n.º 3, pág. 712.
Tráfego e a potamografia urbana, n.º 3, pág. 513.

GEOGRAFIA HISTÓRICA

- Evolução do ensino da geografia*, n.º 2, pág. 228.
Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 250 anos, n.º 3, pág. 712.
Navegação interior primitiva, n.º 1, pág. 67.
Período colonial, n.º 4, pág. 771.
Rotas pioneiras de Santa Catarina, n.º 4, pág. 805.
Velha capital de Goiás (A), n.º 1, pág. 3.

GEOGRAFIA HUMANA

- Conceito de povoado*, n.º 4, pág. 853.
Estudo das comunidades, n.º 4, pág. 871.
Evolução da geografia humana, n.º 2, pág. 422.
Excursão geográfica, n.º 4, pág. 864.
Pernambuco — Traços de sua geografia humana, n.º 1, pág. 136.
Povoado (O), n.º 4, pág. 816.

- Povoamento (O), n.º 1, **pág.** 11.
 "Principles of human geography", n.º 4, **pág.** 858.
 Problemas urbanos, n.º 1, **pág.** 13.
 Questão da indolência do "habitat" rural, n.º 2, **pág.** 419.
 Reações dos povos brancos ao meio tropical, n.º 2, **pág.** 411.
 Regiões humanas, n.º 2, **pág.** 333.
 Trabalho (O), n.º 4, **pág.** 819.
 "White settlers in the tropics", n.º 2, **pág.** 409.

DEMOGRAFIA

- Andamento dos trabalhos censitários, n.º 3, **pág.** 685.
 Colonização e núcleos em expansão, n.º 1, **pág.** 125.
 Quadro da população das unidades federadas, n.º 3, **pág.** 545.

ETNOGRAFIA

- Carro de Bois, n.º 3, **pág.** 667.
 Jangadeiros, n.º 1, **pág.** 151.
 Negras baianas, n.º 4, **pág.** 883.
 Vaqueiro do Nordeste, n.º 2, **pág.** 432.

GEOGRAFIA MATEMÁTICA

- Carta geográfica do Brasil ao milionésimo, n.º 2, **pág.** 444, e n.º 3, **pág.** 709.
 Comparação de bastímetros "Invar", n.º 4, **pág.** 887.
 Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., n.º 1, **pág.** 171; n.º 2, **pág.** 454; n.º 3, **pág.** 738, e n.º 4, **pág.** 907.
 Curso de coordenadas geográficas na capital baiana, n.º 4, **pág.** 903.
 Fizado a ponta "Seixas" como ponto extremo Leste do Brasil, n.º 4, **pág.** 894.
 Mapas do Brasil, n.º 1, **pág.** 170.
 Mapas municipais, n.º 1, **pág.** 138.
 Mapa do rio Amazonas levantado há mais de 250 anos, n.º 3, **pág.** 712.

GEOGRAFIA POLÍTICA

DIVISÃO TERRITORIAL

- Quadro da superfície e população das unidades federadas (projeto Segadas Viana-Teixeira de Fretas), n.º 3, **pág.** 545.
 Redivisão política do Brasil (A), n.º 3, **pág.** 533.

LIMITES

- Bases da delimitação de fronteiras na América do Sul, n.º 3, **pág.** 630.
 Fronteiras internacionais, n.º 3, **pág.** 626.
 Fronteiras sul-americanas, n.º 3, **pág.** 629.
 Limites, n.º 1, **pág.** 114.
 Limites entre o Brasil e a Argentina, n.º 3, **pág.** 692.
 Limites entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, n.º 3, **pág.** 697.
 Limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, n.º 3, **pág.** 695.
 Problemas de fronteiras, n.º 3, **pág.** 631.

GEOGRAFIA REGIONAL E URBANA

BRASIL

- Concurso de monografias descritivas municipais, n.º 4, **pág.** 889.
 Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C.N.G., n.º 1, **pág.** 171; n.º 2, **pág.** 454; n.º 3, **pág.** 738, e n.º 4, **pág.** 907.
 Crescimento do patrimônio mineral do Brasil no último decênio, n.º 4, **pág.** 771.
 Densidade dos transportes terrestres, n.º 4, **pág.** 831.
 Densidade estática da aviação comercial no Brasil, n.º 4, **pág.** 838.
 Densidade estática das aquavias, n.º 4, **pág.** 837.
 Densidade rodoviárias veiculares, n.º 4, **pág.** 835.
 Diatomito, n.º 4, **pág.** 778.

- Divisão regional do Brasil*, n.º 2, pág. 318.
Divisão regional segundo André Rebouças, n.º 2, pág. 343.
Divisão regional segundo Betim Pais Leme, n.º 2, pág. 350.
Divisão regional segundo Delgado de Carvalho, n.º 2, pág. 346.
Divisão regional segundo Elisée Réclus, n.º 2, pág. 345.
Divisão regional segundo Geraldo Pauwels, Pe., n.º 2, pág. 352.
Divisão regional segundo Moacir Silva, n.º 2, pág. 351.
Divisão regional segundo o Cons. Técnico de Economia e Finanças, n.º 2, pág. 363.
Divisão regional segundo Pierre Denis, n.º 2, pág. 349.
Divisão regional segundo Said Ali, n.º 2, pág. 346.
Divisão adotada pelo I.B.G.E., n.º 2, pág. 361.
Exportação de cabotagem nas cinco regiões geo-econômicas em 1938, n.º 2, pág. 397.
Extensões ferro e rodoviárias por Estados e regiões, n.º 4, pág. 830.
Geografia no ensino secundário no Brasil, n.º 2, pág. 241.
Geografia regional do Brasil, n.º 3, pág. 613.
Intensidade da navegação em 1936, n.º 4, pág. 841.
Intensidade dos transportes ferroviários em 1939, n.º 4, pág. 840.
Navegação fluvial segundo as regiões geo-econômicas, n.º 1, pág. 77.
Outras divisões regionais propostas, n.º 2, pág. 359.
Regiões geo-econômicas e seus portos, n.º 2, pág. 396.
Rotas comerciais nacionais, n.º 3, pág. 597.
Rotas do Correio Aéreo Militar, n.º 2, pág. 599.
Sal gema, n.º 4, pág. 780.
Titânio, n.º 4, pág. 779.

ESTADOS

- Algumas notas sôbre a distribuição do campo e mata no Sul do País e a fixidez do limite que os separa*, n.º 3, pág. 647.
Características dos principais tipos de solo no Estado, n.º 1, pág. 89.
Conceito de povoado, n.º 4, pág. 853.
Fosfatos, n.º 4, pág. 776.
Garimpos na região de Jacobina, n.º 4, pág. 815.
Levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo, n.º 1, pág. 82.
Morfogênese do litoral de Santa Catarina, n.º 4, pág. 785.
Níquel, n.º 4, pág. 778.
Petróleo, n.º 4, pág. 781.
Rotas pioneiras de Santa Catarina, n.º 4, pág. 805.

MUNICÍPIOS

- Abastecimento água de Fortaleza, Ce.*, n.º 1, pág. 32.
Abastecimento água de Limoeiro, Pe., n.º 1, pág. 37.
Abastecimento água de Natal, Rn., n.º 1, pág. 26.
Goiânia — Uma cidade "criada", n.º 1, pág. 3.
Gruta de Maquiné e seus arredores, n.º 2, pág. 270, e n.º 3, pág. 555.
Mapas municipais, n.º 1, pág. 138.
Plano da cidade (Goiânia), n.º 1, pág. 8.
Salvador, Ba., n.º 1, pág. 21.

GERAL

- Ensino da Geografia nos E.E.UU., na Inglaterra, na França, na Alemanha e no Brasil*, n.º 2, pág. 234.
Fronteiras sul-americanas, n.º 3, pág. 629.
Geografia urbana, n.º 2, pág. 407.
Geografia urbana e sua influência sôbre as cidades, n.º 1, pág. 20.
Geografia urbana e sua influência sôbre o tráfego, n.º 3, pág. 495.
Inundações, outro aspecto dos problemas sanitários, n.º 1, pág. 42.
Problemas urbanos, n.º 1, pág. 13.
Rotas comerciais internacionais, n.º 3, pág. 598.
Tráfego e a orografia urbana, n.º 3, pág. 497.
Tráfego e a potamografia urbana, n.º 3, pág. 513.

METODOLOGIA

- Conceito de povoado*, n.º 4, pág. 853.
Densidade cinemática, n.º 4, pág. 833.
Densidades inversas, n.º 4, pág. 834.

ENSINO

- Aspectos técnicos do ensino da geografia no curso secundário*, n.º 2, pág. 247.
Binários geográficos, n.º 3, pág. 642.
Classificação de fronteiras, n.º 3, pág. 628.
Conceito de bacia navegável, n.º 1, pág. 56.
Conceito de geografia, n.º 2, pág. 227.
Conceitos básicos da geografia, n.º 3, pág. 642.
Densidade dos transportes — Definições, n.º 4, pág. 825.
Desvantagens do emprêgo dos testes, n.º 2, pág. 262.
Emprêgo do teste, n.º 2, pág. 260.
Especialização em Geografia, n.º 3, pág. 644.
Estudo das comunidades, n.º 4, pág. 871.
Estudo da paisagem, n.º 4, pág. 869.
Evolução da geografia humana, n.º 2, pág. 422.
Excursão geográfica, n.º 4, pág. 864.
Excursões, n.º 2, pág. 257.
Excursões geográficas, n.º 4, pág. 866.
Fronteiras da geologia e da geografia, n.º 3, pág. 638.
Fronteiras internas da ciência mineral, n.º 3, pág. 639.
Geografia é ciência, n.º 3, pág. 646.
Geografia e o ensino socializado, n.º 2, pág. 258.
Geografia no curso secundário, n.º 2, pág. 227.
Objetivos da geografia no curso secundário, n.º 2, pág. 232.
Organização material do ensino de geografia, n.º 2, pág. 247.
Novos horizontes das ciências, n.º 3, pág. 638.
Vantagens do emprêgo dos testes, n.º 2, pág. 261.
Verificação da aprendizagem em geografia, n.º 2, pág. 259.

DIVULGAÇÃO

- Colonização e núcleos em expansão*, n.º 1, pág. 125.
Conceito de região natural, n.º 2, pág. 325.
Fronteiras internacionais, n.º 3, pág. 626.
Necessidade da fixação de uma região única, n.º 2, pág. 318.
Pernambuco — Traços de sua geografia humana, n.º 1, pág. 136.
"Principles of human geography", n.º 4, pág. 858.
"White settlers in the tropics", n.º 2, pág. 409.